



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FLAVIA BISCHAIN ROSA

**O PROLETARIADO VOLTA À CENA:  
DILEMAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO  
VENEZUELANO EM SUA RELAÇÃO COM O GOVERNO DE  
HUGO CHÁVEZ**

---

Londrina  
2013

FLAVIA BISCHAIN ROSA

**O PROLETARIADO VOLTA À CENA:  
DILEMAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO  
VENEZUELANO EM SUA RELAÇÃO COM O GOVERNO DE  
HUGO CHÁVEZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado

Londrina  
2013

**Dados internacionais de catalogação (CIP) elaborados na fonte  
por Iraci Borges – CRB-8 – 2263**

R788p Rosa, Flavia Bischain

O proletariado volta à cena: dilemas e desafios do movimento operário venezuelano em sua relação com o governo de Hugo Chávez / Flavia Bischain Rosa. – Londrina, 2013.  
204 f. : Il. Tabs.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, 2013.  
Inclui bibliografia.

1. Movimento operário – Venezuela. 2. Movimento operário – reorganização. 3. Governo Chávez – movimento operário. I. Eliel Ribeiro Machado. II. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas. III. Título.

CDU 316.4(87)

FLAVIA BISCHAIN ROSA

**O PROLETARIADO VOLTA À CENA:  
DILEMAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO  
EM SUA RELAÇÃO COM O GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Lúcio Flávio de Almeida  
PUC - São Paulo - SP

Londrina, 11 de abril de 2013.

## AGRADECIMENTOS

Mesmo antes do início desta pesquisa, muitas pessoas contribuíram de maneira inestimável para o amadurecimento e desenvolvimento do trabalho que se tem em mãos. A começar pelo *Grupo de Estudos de Política da América Latina* (GEPAL), com o qual venho me reunindo desde 2008. Os debates e reflexões proporcionados através dos encontros, simpósios e seminários, nos possibilitaram um precioso enriquecimento teórico e político.

Ao meu amigo e orientador desde a Iniciação Científica, Eliel Machado e aos professores Lúcio Flávio de Almeida, Pedro Roberto e Jair Pinheiro, agradeço por me ajudarem a afinar as ideias, aparar as arestas e identificar as debilidades do trabalho, proporcionando, assim, um grande aprendizado. Agradeço também a Mariana de Oliveira Lopes, companheira de pesquisa, com a qual tive a oportunidade de trocar ideias, contatos e materiais.

Agradeço a CAPES, pela bolsa concedida.

Obrigada à minha família, pelo incentivo, pela inspiração e por estar sempre ao meu lado. E a Murillo Augusto de Souza van der Laan, por não me deixar desanimar, por estar comigo nos momentos mais decisivos de elaboração da pesquisa e, especialmente, por ser meu companheiro e amigo.

Meus agradecimentos também a todos os colegas, funcionários e professores do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL, por todo o auxílio e pelos momentos produtivos e descontraídos que compartilhamos. Aos muitos amigos que fiz em Londrina e que levarei sempre comigo: Beto della Santa, Mateus, Jonas, Martha, Avanilson, Gra, Mônica, Anderson, Maíra, Aline, Natália Cabau, Tata Gonçalves, Marina Bertoni, Babi Cravo, Júlia Coelho, André Gheti, etc. etc. E às minhas amigas e companheiras de luta em São Paulo: Gabi, Ariana, Gisele, Micheli e Priscila, por me ajudarem a recuperar o fôlego.

Às pessoas que me receberam muito generosamente na Venezuela e me possibilitaram ver de perto esse intenso processo político vivenciado no país: Isabel Villarte, Francisco Granadillo e família; Ally Meléndez; Ana e Léo; Guarema e família. Foi um imenso prazer conhecê-los.

Aos trabalhadores Davi Contreras (Vivex), Felix Martinez (MMC), Paulo Cumana (Vivex), Endy Torres (PDVSA), Leonel Grisset (Sidor), Edgar Caldera (Alcasa), Miguel Angel (USI), Sabino (Vivex) e Guarema (PDVSA), agradeço por dividirem comigo suas experiências de vida e de luta. E a todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutaram em Vivex, Sidor, MMC, PDVSA, Alcasa, Sanitarios Maracay e muitas outras fábricas venezuelanas, mostrando que somente a mobilização e a organização da classe são capazes de transformar esta sociedade degenerada em que vivemos.

Neste sentido, o meu agradecimento mais profundo vai aos meus camaradas do *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado* (PSTU) e da *Liga Internacional dos Trabalhadores* (LIT-QI), por me ensinarem que a vida tem mais sentido quando ultrapassamos o sonho médio pequeno-burguês e nos dedicamos à construção de uma sociedade livre de toda a opressão e exploração.

ROSA, Flavia Bischain. **O proletariado volta à cena: dilemas e desafios do movimento operário venezuelano em sua relação com o governo de Hugo Chávez.** 2013. 204f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

## RESUMO

O atual processo político da Venezuela está envolto em um cenário de lutas e mobilizações de diversos setores sociais. Nos últimos anos, multiplicaram-se os protestos populares por serviços públicos em muitos estados. Todavia, mais recentemente, as lutas especificamente operárias têm se destacado no país, manifestando-se através de ocupações de fábricas, greves, concentração de trabalhadores em assembleias, marchas e passeatas. A intensificação dos conflitos de classes está reconfigurando as forças políticas e sindicais, fazendo, ao mesmo tempo, transparecer contradições importantes entre o discurso e a atuação do governo Chávez em meio às lutas operárias. A partir deste contexto, a proposta deste trabalho perpassa duas preocupações centrais. A primeira refere-se ao tema da reorganização do setor operário, após um longo período em que sua atuação esteve limitada pela direção da *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) e pela proximidade com os partidos de massas que governavam o país desde 1958. A segunda refere-se à relação do governo Chávez com este processo de reorganização operário-sindical, observando suas contradições e consequências históricas para a situação da classe trabalhadora no país. Por meio da análise da atuação das organizações e dos desdobramentos dos principais conflitos operários desatados desde 2002, assim como das ações do governo sobre essas lutas, procurou-se também refletir sobre o caráter de classe do governo bolivariano. Por último, analisamos os avanços, as debilidades e os desafios atuais do movimento operário venezuelano, considerando, contudo, que o processo político permanece em aberto e que, portanto, tais questões não poderiam ser aqui esgotadas.

**Palavras-chave:** Venezuela. Movimento operário. Reorganização. Governo Chávez.

ROSA, Flavia Bischain. **The proletariat returns to the scene: dilemmas and challenges of the labour movement in its relation with Hugo Chavez's government.** 2013. 204 p. Dissertation (Master Degree in Social Science) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

### **ABSTRACT**

The current political process in Venezuela is surrounded by struggles and mobilizations coming from different social sectors. In the last years, the popular protests demanding public services taking place in many states. Nevertheless, recently, the workers struggles are standing out in the country, manifesting itself in plant occupations, strikes, workers gathering in assemblies, marches and demonstrations. The escalation of the class struggles is reconfiguring the political and trade union forces, revealing, at the same time, important contradictions between the discourse and the practice of the Chávez government towards the workers struggles. In this context, this dissertation addresses two main issues. The first one refers to the theme of the workers reorganization, after a long period in which its practices were restrained by the direction of the *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) and by the close relations with the mass parties that ruled the country since 1958. The second issue concerns the relation between the Chávez government and the workers reorganization process mentioned above, its contradictions and historical consequences to the working class in Venezuela. Analyzing the organizations' practices and the unfolding of the main workers struggles that took place since 2002, as well as the government's actions upon these struggles, this dissertation argues about the class character of the Bolivarian government. Also, analyzes the advances, weaknesses and current challenges of the Venezuelan workers movement, considering, nevertheless, that the political process remains open.

**Key words:** Venezuela. Labour movement. Reorganization. Chavez government.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Representatividade das confederações sindicais, setor Público e Privado, 2004 .....	67
<b>Gráfico 2</b> – Representatividade das confederações sindicais, setor Público, 2004 .....	67

## LISTA DE QUADRO

<b>Quadro 1</b> – Salário mínimo e inflação 2004-2010 .....	144
---	-----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População Ocupada por setor de atividade econômica .....	31
<b>Tabela 2</b> – População urbana ocupada, por grupos ocupacionais, 2010 .....	32
<b>Tabela 3</b> – Protestos reprimidos 1999-2009 .....	178

## LISTA DE SIGLAS

AD	Acción Democrática
ALCASA	Aluminio del Caroní S. A
AVN	Agencia Venezolana de Noticias
CBST	Central Bolivariana Socialista de Trabajadores y Trabajadoras de Venezuela
C-CURA	Corriente Clasista Unitaria Revolucionaria y Autónoma
CGT	Confederación General de Trabajadores
CMR	Corriente Marxista Revolucionaria
CNV	Constructora Nacional de Válvulas
CODESA	Confederación de Sindicatos Autónomos
COPEI	Comité de Organización Política Electoral Independiente
CSR	Corriente Socialista Revolucionaria
CST	Central Socialista de Trabajadores
CTR	Colectivo de Trabajadores en Revolución
CTV	Confederación de Trabajadores de Venezuela
CUTV	Central Unitaria de Trabajadores en Venezuela
CVG	Corporación Venezolana de Guayana
FBT	Fuerza Bolivariana de Trabajadores
FEDECÁMARAS	Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción
FETRAELEC	Federación de Trabajadores de la Industria Eléctrica de Venezuela
FRETECO	Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas en Cogestión y Ocupadas
FSBT	Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores
GNB	Guarda Nacional Bolivariana
INVEPAL	Industria Venezolana Endógena de Papel
INVEVAL	Industria Venezolana Endógena de Válvulas
LCR	La Causa Radical
MAS	Movimiento al Socialismo
MEP	Movimiento Electoral del Pueblo
MIBAM	Ministerio de Industrias Básicas y Minería
MILCO	Ministerio para las Industrias Ligeras y Comercio
MINPPTRASS	Ministerio del Poder Popular Para el Trabajo y la Seguridad Social
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionario

MMC	Mitsubishi Motors Corporation
MVR	Movimiento Quinta República
OSAL	Observatorio Social da América Latina
OVCD	Observatorio Venezolano de Conflictividad Social
PCV	Partido Comunista de Venezuela
PDVSA	Petróleos de Venezuela S. A.
PODEMOS	Por la Democracia Social
PROVEA	Programa Venezolano de Educación – Acción en Derechos Humanos
PRS	Partido Revolución y Socialismo
PSUV	Partido Socialista Unido de Venezuela
SIDOR	Siderúrgica del Orinoco
SINGETRAM	Sindicato Nueva Generación de Trabajadores de Mitsubishi
SUTRAVIVEX	Sindicato Único de Trabajadores
SUTTIS	Sindicato Único de Trabajadores de la Industria Siderúrgica y Similares
UBT	Unión Bolivariana de Trabajadores
UNETE/UNT	Unión Nacional de Trabajadores
URD	Unión Republicana Democrática
USI	Unidad Socialista de Izquierda
UST	Unidad Socialista de los Trabajadores
VENEPAL	Venezolana de Pulpa y Papel
VIVEX	Vidrios Venezolanos Extra

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 ESTADO, CLASSES E LUTA DE CLASSES NA VENEZUELA DO SÉCULO XX</b> .....	23
1.1 O ESTADO, O PETRÓLEO E A CONFORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS MODERNAS .....	23
1.1.1 As Frações Burguesas e sua Dependência Frente ao Capital Estrangeiro.....	25
1.1.2 A Pequena Burguesia e os Setores Médios.....	28
1.1.3 A Formação do Proletariado Urbano .....	29
1.2 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO NO DECORRER DO SÉCULO XX .....	32
1.3 A CRISE DO REGIME DEMOCRÁTICO BURGUEÊS E A ASCENSÃO DAS LUTAS POPULARES.....	40
1.4 A VITÓRIA ELEITORAL DE CHÁVEZ E SEUS REFLEXOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA E POPULAR .....	48
<b>2 O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO SOB O GOVERNO CHÁVEZ</b> .....	55
2.1 A ASCENSÃO DAS LUTAS OPERÁRIAS NA VENEZUELA BOLIVARIANA.....	55
2.2 A LUTA CONTRA OS <i>PAROS</i> E O INÍCIO DA REORGANIZAÇÃO OPERÁRIA.....	59
2.3 O SURGIMENTO DA <i>UNIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES</i> COMO EXPRESSÃO DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO .....	64
2.4 AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICA E AS LUTAS POR NACIONALIZAÇÃO.....	72
2.5 REORGANIZAÇÃO OU CRISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO? DIFERENTES ANÁLISES DO PROCESSO .....	98
<b>3 COMO CARACTERIZAR O GOVERNO CHÁVEZ?</b> .....	103
3.1 UM GOVERNO POPULAR, ANTI-IMPERIALISTA E DE TENDÊNCIA ANTICAPITALISTA?.....	105
3.2 O BONAPARTISMO CLÁSSICO E OS BONAPARTISMOS <i>SUI GENERIS</i> LATINO-AMERICANOS.....	113

3.2.1	Poulantzas e a “Autonomia Relativa do Estado” .....	122
3.2.2	Trotsky e os Diferentes Bonapartismos .....	125
3.3	UM “GOVERNO POPULAR” OU “SEMI-BONAPARTISTA”? .....	138
3.3.1	O Apoio nos Setores Populares e o Anti-Imperialismo Limitado .....	139
3.3.2	A Hipertrofia do Executivo e o Fortalecimento do Corpo Burocrático e Militar do Estado .....	145
3.3.3	As Oscilações do Governo Chávez Perante as Classes e o Compromisso de Estabelecer a “Paz Social” .....	147
3.3.4	Quanto ao Caráter de Classe do Semi-Bonapartismo Venezuelano .....	150
<b>4</b>	<b>O GOVERNO CHÁVEZ E A SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO OPERÁRIO</b> .....	<b>154</b>
4.1	A DIFÍCIL TAREFA DE MOBILIZAR O MOVIMENTO OPERÁRIO SEM PÔR EM RISCO A “PAZ SOCIAL” .....	155
4.1.1	“Controle Operário” ou Controle do Operário?.....	164
4.1.2	O PSUV como um Novo Partido de Colaboração de Classes .....	172
4.1.3	A Criação da Central Bolivariana Socialista de Trabalhadores e Trabalhadoras (CBST) como uma Nova Central Governista .....	177
4.2	DESLEGITIMAÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO .....	174
4.3	DESAFIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO FRENTE AO BONAPARTISMO <i>SUI</i> <i>GENERIS</i> : AS LIÇÕES DO PASSADO .....	184
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>190</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>195</b>

## APRESENTAÇÃO

Antes de tudo, é imprescindível enunciar duas das principais dificuldades que rondam a elaboração de uma pesquisa como esta. Uma de ordem metodológica, outra política. No primeiro caso, porque este estudo se desenvolve em meio ao pulsar da luta de classes venezuelana, enquanto os conflitos não estão resolvidos e seu desenvolvimento é ainda incerto. Esta questão é abordada por Engels em sua polêmica introdução à edição de 1895 de *As lutas de classes na França*. Nela, o autor ressalta que a análise dos acontecimentos políticos “do momento” encontra nas mudanças constantes da situação econômica – e também dos conflitos políticos – uma fonte inevitável de erros. Em determinados momentos históricos, a depender do desfavor das circunstâncias, as fontes de erros podem ser ainda maiores. Considerando ser impossível acompanhar todas as mudanças de um período corrente, Engels faz um alerta ao leitor a respeito de como se desenvolve a análise em uma situação como esta:

Por tal motivo, o método materialista terá demasiadas vezes de se limitar a reduzir os conflitos políticos a lutas de interesses das classes sociais e frações de classes presentes, dadas pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que cada um dos partidos políticos é a expressão política mais ou menos adequada dessas mesmas classes ou frações de classes (ENGELS, 2008, p. 38).

Isto é, o esforço é por captar os movimentos mais gerais das classes em luta e da luta entre as classes, ainda que não se tenha condições de esmiuçar todos os detalhes. Foi nestas condições, em base a um material “cheio de lacunas”, que Marx analisou a situação da França do século XIX (ENGELS, 2008, p. 39). Suas análises passaram por algumas provas históricas, por outras não, mas a contribuição de seus escritos sobre aquele período é ainda hoje de suma importância para aqueles que se dedicam a construir uma nova sociedade. Em especial, porque as obras históricas de Marx apontam para uma estratégia revolucionária e alertam sobre os perigos da adaptação do proletariado à ordem burguesa (IASI, 2008, p. 9-10).

Sem dúvida, a “fonte de erros” é também abundante quando se pretende analisar o complexo e intenso processo político da Venezuela dos dias atuais. Esperamos, contudo, que o esforço aqui empreendido possa significar um modesto aporte na compreensão da atual situação da luta de classes no país, no que diz respeito, especialmente, à atuação do movimento operário e sua relação com o governo do “socialismo do século XXI”.

A segunda dificuldade, de viés político (e até certo ponto também teórico), está relacionada aos rumos que a maioria da esquerda mundial foi adotando no decorrer das últimas décadas. Trata-se de um processo político e ideológico de “social-democratização da esquerda” (ANTUNES, 1999, p. 186), ou seja, de acomodação da maioria das correntes de esquerda, que passaram a ter uma atuação subordinada ao capital.

Ao longo da história moderna, a organização proletária em forma de partidos e sindicatos foi um fator fundamental para a obtenção de diversas conquistas por parte dos trabalhadores: redução da jornada de trabalho, contratos coletivos, férias remuneradas, direito de greve e de formar sindicatos etc. Neste contexto, a esquerda marxista atribuía ao proletariado o papel de sujeito histórico da transformação social.

Uma fase defensiva, entretanto, foi se expandindo ao conjunto do movimento operário depois da década de 1970, quando o capitalismo mundial ingressou em uma crise estrutural que deu origem a um amplo processo de reestruturação produtiva (ANTUNES, 1999, p. 186). Posteriormente, a derrocada da URSS e a ideia de que “o capitalismo venceu” também tiveram influência no refluxo do movimento, gerando uma crise nos partidos de esquerda e nos sindicatos dirigidos por eles. Além do impacto ideológico, o período de refluxo acarretou a perda de direitos e de conquistas sociais (ANTUNES, 1999, p. 188-89).

Essa situação teve implicações inclusive no campo teórico. Desde então, deu-se início a uma “guinada epistemológica” de revisão da perspectiva marxista (AMORIM, 2006, p. 27) que fez ecoar em diversos idiomas o famoso “adeus ao proletariado”. A queda das taxas de sindicalização e do ativismo sindical passou a sustentar as teses que questionavam a centralidade do trabalho. A partir daí, a luta teria se deslocado para outra esfera: a “sociedade civil”. Os movimentos sociais é que conduziriam, agora, a vida política, substituindo as preocupações tradicionais do proletariado por questões identitárias, voltadas para a ação social<sup>1</sup>.

Tendo imperado estas posições, ainda que em alguns momentos o proletariado volte à cena, tenta-se fazê-lo passar despercebido – ao menos no campo teórico. Como destacou Alain Bihl (1998, p. 9), “É que tudo o que tange ao movimento operário, à sua situação atual ou à sua história recente suscita, hoje, na melhor das hipóteses, um desinteresse educado, quando não uma hostilidade declarada.”.

---

<sup>1</sup> Entre os trabalhos que adotam estas perspectivas, ver, entre outros: André Gorz (1987); Claus Offe (1989), Alain Tourraine (1970).

Sendo assim, embora se evidencie o aumento dos conflitos operários na Venezuela na última década (2002-2012) – com o aumento de greves, ocupações de fábricas, marchas e protestos – não há, todavia, muitas análises que se dediquem a explicar este ascenso, ou que contribuam na reflexão sobre os desafios deste processo. Mesmo nos momentos em que a participação operária foi decisiva, como no caso das manifestações contra a paralisação patronal de 2002/2003 – derrotada principalmente pela resistência dos petroleiros e dos trabalhadores das indústrias básicas – é difícil encontrar relatos que façam jus à participação operária. Então, o presente trabalho se encontra em um campo teórico em disputa, dentro e fora do marxismo, mas, neste último preocupa-nos o papel deste “velho” sujeito, cuja ação, marcada por altos e baixos, não poderá ser definitivamente sepultada enquanto persistir uma sociedade de classes <sup>2</sup>.

Finalmente, é importante lembrar que a expansão do neoliberalismo em nível global na década de 1990 resultou em uma impressionante degradação do nível de vida da classe trabalhadora, principalmente nos países periféricos. As privatizações desenfreadas, o enxugamento do Estado, a reestruturação produtiva, o desmonte dos direitos trabalhistas, além do controle do sindicalismo de esquerda, passaram a ser políticas universais deliberadas desde organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI (ANTUNES, 1999, p. 187). Neste cenário, era de se esperar que a eleição, no início do novo século, de governos latino-americanos com alguma orientação ou origem de esquerda – como foram os casos de Lula no Brasil, Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, entre outros – gerasse grandes expectativas, não só nas massas populares que os elegeram, como em grande parte das organizações e intelectuais desta esquerda adaptada. Vislumbrava-se a possibilidade de frear, ou mesmo de reverter, as políticas de orientação neoliberal que haviam acarretado incalculável perda para o conjunto da classe trabalhadora.

Ainda que algumas destas expectativas já tenham se esfacelado – o caso mais evidente talvez seja o do PT no Brasil<sup>3</sup> – há ainda enorme resistência por parte de intelectuais e organizações de esquerda em discutir de forma crítica alguns destes governos, em especial o de Hugo Chávez na Venezuela. Corriqueiramente, encara-se qualquer crítica mais profunda ao governo venezuelano como uma adesão ao discurso da direita e que,

---

<sup>2</sup> Sobre a problematização desta divisão entre “velhos” e “novos” sujeitos, consultar, por exemplo, Frank e Fuentes (1989).

<sup>3</sup> Valério Arcary, em seu livro *Um reformismo quase sem Reformas*, cita algumas das políticas adotadas pelo governo petista que contrariam as expectativas mencionadas acima: “o ajuste fiscal ainda mais severo que o dos tucanos, os subsídios do BNDES às grandes empresas, a transferência de verbas públicas para o ensino superior privado, a liberação dos transgênicos, a construção de Belo Monte, o envio de tropas para o Haiti, entre tantas outras [...]” (ARCARY, 2011, p. 26). Sobre a análise do governo petista ver também: Galvão (2006).

portanto, alimentaria as posições contrarrevolucionárias ou favoreceria a volta da direita ao poder.

É claro que não pretendemos aqui argumentar que as pesquisas científicas pudessem estar desvinculadas de um compromisso político. Mas, de nossa posição, defendemos que o compromisso político e científico com o conjunto da classe trabalhadora mundial deve estar, para os pesquisadores de esquerda, acima do compromisso com qualquer governo, por mais “de esquerda” que possa parecer.

## INTRODUÇÃO

Para a análise dos esforços de reorganização do movimento operário no século XXI, o caso venezuelano é intrigante. Durante várias décadas, as principais organizações que representavam a classe trabalhadora no país, estiveram fortemente vinculadas ao governo e aos partidos que o dirigiram a partir de finais da década de 1950. Tal situação possibilitou certo controle dos movimentos sindicais, sociais e estudantis<sup>4</sup> e, ao mesmo tempo, acarretou o isolamento da maior parte da esquerda venezuelana. Apesar de não ter paralisado o movimento operário, esta relação limitou o avanço de suas forças e de sua organização neste período e quase afundou os sindicatos diante da crise política que se abriu no país na década de 1980.

O sistema político a partir de 1958 passou a ser sustentado por partidos aglomerados em torno a um acordo conhecido como *Pacto de Punto Fijo*, apoiado tanto pelas organizações patronais, quanto pela *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV). Esta última comprometia-se a não entrar em conflito nas relações com o capital em troca de algumas vantagens, como o reconhecimento dos sindicatos. A relação relativamente “harmoniosa”, patrocinada pela renda petroleira (MARINGONI, 2004, p. 84), conformou o que ficou conhecido como a democracia “mais sólida” do continente (MALDONADO, FERNÁNDEZ, RODRÍGUES, 2004, p.72).

Mas a implantação do neoliberalismo, no final da década de 1980, somada aos escândalos de corrupção e aos efeitos da crise econômica, reconfigurou a relação entre as forças políticas do país. A queda no preço do petróleo, no final da década de 1970 reduziu consideravelmente os recursos do Estado. A crise cíclica que afetou a Venezuela a partir de 1983 gerou uma crise da dívida externa. Por tudo isso, abalava-se cada vez mais a representatividade do governo e dos partidos hegemônicos até então.

O modelo de Estado centralizador da economia facilitou, por um lado, o controle dos movimentos sociais e populares por muitos anos, mas por outro, parece ter tornado mais difícil a interiorização de um discurso de privatizações e de cortes nos gastos públicos. Assim, a implantação das medidas neoliberais foi rechaçada pelas camadas mais pobres da população e, somados todos os fatores, esfacelaram-se os vínculos que imperavam até então entre as massas populares e o governo.

---

<sup>4</sup> O partido Ação Democrática (AD) é fundado em 1941 e junto com COPEI (Comitê de Organização Política Eleitoral Independente), criado em 1946, adquire grande influência sobre o movimento estudantil, sindical e popular (MARINGONI, 2004, p. 90).

Pode-se dizer que a partir de então, as mobilizações de estudantes, moradores de bairros, trabalhadores empregados, desempregados e subempregados, aposentados, entre outros, se tornaram frequentes na Venezuela. A própria eleição de Chávez pode ser entendida como resultado deste novo contexto político, uma vez que representava, ela própria, uma ruptura das massas populares com os grandes partidos que administravam o país (cf. ARENAS, 2006, p. 43).

Embora a ebulição política tenha sido protagonizada pelos mais diferentes setores, fazendo surgir novos atores sociais, esses conflitos tiveram reflexos também no “velho” movimento operário, revigorando os protestos em torno às questões trabalhistas e fazendo ressurgir um sujeito decretado, há tempos, como morto. Na última década, como procuraremos demonstrar, o movimento operário venezuelano tem ocupado um papel de destaque no cenário político nacional. O chão de fábrica e as ruas voltaram a testemunhar a insatisfação operária. Não só greves e protestos multiplicaram-se, como houve também uma propagação de ações mais radicalizadas – foi o caso das ocupações de fábricas.

Muitos dos temas que estão emergindo na Venezuela – como o controle operário, as nacionalizações, o socialismo etc. – ganham especial importância em meio a um contexto mundial marcado, por um lado, por novos ataques contra os trabalhadores, que têm arcado com os custos da crise econômica mundial e, por outro, pela luta que aflora em muitos países – com destaque para a Europa e os países árabes – como resposta a estes ataques. Trata-se, portanto, de pensar, a partir da experiência venezuelana, quais as possibilidades de reconstituição política da classe trabalhadora enquanto classe organizada que trace para si a tarefa de transformar a sociedade atual. Mais do que isso, trata-se também de refletir sobre os desafios, obstáculos e descaminhos próprios dos dias atuais.

Dentro desta problemática mais geral, a proposta desta pesquisa perpassa, então, por dois eixos principais. O primeiro consiste em analisar o que denominamos como um processo de “reorganização” do movimento operário venezuelano – suas origens, debilidades, contradições e possibilidades. E o segundo é a análise da relação do governo Chávez com este processo. Pretendemos desta forma, analisar o movimento operário venezuelano em sua relação com o governo de Hugo Chávez e, ao mesmo tempo, refletir sobre o próprio governo, levando em conta não somente suas intrigas com os setores opositores, seus pronunciamentos radicais contra o imperialismo, mas em especial, suas ações frente à luta de classes. Ainda que seja indispensável levar em conta as tensões entre o governo e a oposição, não se pode perder de vista que as práticas cotidianas de ambos os setores se executam no interior de uma sociedade de classes. Sendo assim, nenhum esforço

poderia resultar em uma compreensão satisfatória do atual governo venezuelano sem considerar as posições que este tem adotado frente aos conflitos diários, cada vez mais intensos, entre trabalhadores e patrões.

Ou seja, trata-se de refletir sobre quais marcas o governo Chávez deixará a longo prazo na classe trabalhadora venezuelana: qual sua contribuição para a manutenção ou modificação do *status quo*? Como ele se posiciona frente à organização autônoma e classista dos trabalhadores? Como o governo do “socialismo do século XXI” interage com os conflitos operários? A partir destas questões, pretendemos contribuir para uma caracterização do governo Chávez, observando sua relação com o movimento operário, que se reconfigura sob a chamada “Revolução Bolivariana”.

Para percorrer este caminho, retomaremos de forma breve, no primeiro capítulo, alguns aspectos da formação da Venezuela moderna, marcada pela economia petroleira. A conformação e desenvolvimento do movimento operário no país, assim como as mudanças políticas que originaram a ascensão de Chávez, também serão tratados neste capítulo. Em seguida, analisaremos o que estamos compreendendo como a “reorganização” do movimento operário Venezuelano, objeto do segundo capítulo. A nossa caracterização do governo Chávez e o diálogo com diferentes análises sobre o governo bolivariano aparecerão no terceiro capítulo. E, finalmente, o quarto capítulo irá expor alguns aspectos da relação do governo Chávez com esse processo de reorganização do movimento operário venezuelano.

### *Sobre a metodologia de pesquisa*

Os conflitos operários dos últimos anos, assim como o processo de construção de novos sindicatos e demais organizações operárias, estão documentados pelas mais diferentes correntes sindicais e políticas. Há muitos *sites* que reúnem centenas de artigos relatando, polemizando e avaliando os diferentes momentos vivenciados pelo proletariado venezuelano. Contudo, não há muitos materiais sistematizados sobre isso. O que existe de compilação, normalmente, são balanços conjunturais produzidos pelas correntes e que, por isso, devem ser analisados com cautela – já que cada força produz uma visão diferente das situações a partir de seu posicionamento e atuação em cada caso.

Ler, sistematizar e analisar essas centenas de artigos encontrados nas páginas de internet, jornais e panfletos, seria uma tarefa impossível em tão curto prazo. Diante disso, optamos por priorizar alguns materiais – em especial, aqueles que tratavam das nacionalizações, do controle operário e das ocupações de fábricas.

Os *sites* selecionados para esta pesquisa foram: *aporrea.org* – que reúne artigos de quase todas as correntes e tem a maior quantidade de publicações sobre os temas mencionados; *luchadeclases.org* – grupo vinculado à Corrente Marxista Internacional (CMI), cuja seção brasileira é a Esquerda Marxista (PT); *elmilitantevenezuela.org* da *Corriente Marxista Revolucionária* (CMR); *controlobrero.org* – da *Frente Bicentenario de Empresas Bajo Control Obrero*; *laclase.info* – organizada pelo *Partido Socialismo y Libertad* (PSL), setor que dirige a corrente sindical C-Cura; *ust.org* – página da seção venezuelana da Liga Internacional dos Trabalhadores, cujo partido brasileiro é o PSTU; e *tribuna-popular.org* – vinculado ao Partido Comunista Venezuelano (PCV).

Inúmeros são os casos de lutas e conflitos operários na Venezuela da última década. Seria inviável, portanto, estudá-los minuciosamente. Optamos por analisar apenas alguns casos entre os que consideramos principais, a partir do critério de repercussão nacional. Selecionamos, então, as lutas de Inveval, Invepal, Sanitarios Maracay, Sidor, Mitsubishi e Vivex. Além dos conflitos mencionados, abordamos também alguns eventos que são parte integrante do dito processo de reorganização, como a luta dos trabalhadores petroleiros contra as paralisações patronais, em 2002/2003 e a conformação da *Unión Nacional de Trabajadores*, em 2003.

Os órgãos de pesquisa e instituições que sempre atualizam dados e informes a respeito da situação econômica, política e social da Venezuela e que disponibilizam sua produção por meio de fácil acesso na internet também foram essenciais para o trabalho realizado. Entre eles, os mais importantes foram: PROVEA (*Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos*), CENDA (*Centro de Documentación y análisis para los trabajadores*), INE (*Instituto Nacional de Estadística*), CEPAL (*Comisión Económica para América Latina y el Caribe*), OSAL/CLACSO (*Observatorio Social de América Latina*). Além das fontes mencionadas, alguns jornais de maior repercussão como *El Universal*, *El Nacional*, *El Mundo*, *El Caroní* e *El Tiempo*, também foram essenciais para obtenção de informações, principalmente sobre os conflitos operários e as nacionalizações.

Artigos e trabalhos científicos que tratem especificamente do movimento operário venezuelano são raros. Apenas mais recentemente começam a aparecer novas pesquisas sobre a atual situação da luta de classes no país. Realizamos uma leitura atenta da tese de doutorado do historiador Fernando Sérgio Damasceno (2010), que contribuiu imensamente para o trabalho aqui realizado ao debruçar-se sobre a trajetória e luta dos operários petroleiros. Ademais, nos últimos anos alguns pesquisadores brasileiros têm se dedicado ao estudo da Venezuela bolivariana, facilitando o contato com materiais, autores e

questões fundamentais sobre a atual situação política no país – são os casos de Gilberto Maringoni (USP), Marcelo Buzetto (MST/PUC-SP), Jair Pinheiro (UNESP/Marília), Flavio da Silva Mendes (UNICAMP), Mariana de Oliveira Lopes (UEL/UNICAMP), Carla Ferreira (UFRGS), Pedro Henrique de Moraes Cicero (UNICAMP), José Alfonso Klein (PUC/SP), entre outros. Dos autores venezuelanos, utilizamo-nos principalmente das pesquisas de: Domingo Alberto Rangel; Federico Brito Figueroa, Margarita López Maya, Edgardo Lander, Hector Lucena, Rolando Díaz, Dario Azzellini, Consuelo Iranzo, Roberto López Sánchez, entre outros.

Por último, é preciso mencionar que a visita ao país, realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 2007 e, recentemente, a pesquisa de campo desenvolvida durante o mês de janeiro de 2012, permitiram uma aproximação com os trabalhadores envolvidos nas lutas aqui apresentadas, através de entrevistas, visitas às fábricas, participação em reuniões e atividades cotidianas do movimento. Desta forma, foi possível coletar um rico material de estudo e vivenciar experiências de suma importância, não só para o desenvolvimento da pesquisa, como para a nossa formação política e prática militante.

## 1 ESTADO, CLASSES E LUTA DE CLASSES NA VENEZUELA DO SÉCULO XX

### 1.1 O ESTADO, O PETRÓLEO E A CONFORMAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS MODERNAS

Nas primeiras décadas do século XX, ainda sob a ditadura do general Juan Vicente Gómez (1908-1935), se alçam os alicerces para a constituição da Venezuela como um país moderno. Durante o seu governo, com a abertura ao capital estrangeiro, o país vai abandonando as suas bases agrícolas para se concentrar na atividade petroleira<sup>5</sup>, tornando-se já em 1928 o segundo maior produtor mundial de petróleo (MARINGONI, 2004, p. 83). A dependência com relação ao ouro negro e ao capital estrangeiro, assim como a representação do Estado como agente da modernização – características que ainda hoje são marcantes no país – têm início neste período (CORONIL, 2002, p. 3). Segundo Fernando Coronil, o petróleo foi um fator determinante inclusive para a consolidação da autoridade estatal no país:

El arduo establecimiento de la autoridad estatal tuvo íntima relación con la explotación petrolera. A lo largo del siglo XIX el frágil Estado venezolano, crónicamente asaltado por caudillos regionales, fue incapaz de imponer su control sobre el fragmentado territorio nacional. Solo cuando se transformó en mediador entre la nación y las compañías petroleras foráneas, a principios del siglo XX, fue que el Estado adquirió la capacidad política y los recursos financieros que le permitieron aparecer como un agente independiente capaz de imponer su dominio sobre la sociedad (CORONIL, 2002, p. 4).

Como receptor da renda petroleira, o Estado se torna a figura central no modelo produtivo adotado e toda a sociedade vai se consolidando ao seu redor, dependente dele (LANDER, 2007, p. 66). Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a indústria petroleira pode ser vista como a responsável pela atrofia dos outros ramos industriais e pelos problemas consequentes deste modelo econômico *rentista* – que inclui a formação de uma burguesia interna dependente e altamente parasitária, o alto custo de vida devido à grande necessidade de importações; a insegurança alimentar (com importação de 75% dos alimentos) etc. – é também na renda petroleira que se sustenta a crença da promoção do desenvolvimento do país. Neste sentido, a riqueza petroleira teria conferido ao Estado venezuelano, segundo Fernando Coronil, uma aparência “mágica”:

---

<sup>5</sup> O general Gómez criou uma legislação que assegurava estabilidade política, administrativa e fiscal às empresas estrangeiras, que já exploravam o petróleo desde finais do século XIX. O Estado era proprietário das jazidas e recebia 15% do total produzido (MARINGONI, 2004, p. 87).

Con la fabricación de deslumbrantes proyectos de desarrollo que engendran fantasías colectivas de progreso, lanza sus encantamientos sobre el público y también sobre los actores. Como ‘brujo magnánimo’, el Estado se apodera de sus sujetos al inducir la condición o situación de receptividad para sus trucos de prestidigitación: un Estado mágico (CORONIL, 2002, p. 5).

A visão de que o petróleo teria sido a grande riqueza que possibilitou o desenvolvimento da Venezuela e a concessão de benefícios sociais ao povo é contestada por Domingo Alberto Rangel (1968). Para ele, o petróleo é um dos principais motivadores da acentuada concentração de renda e da desigualdade social no país:

En Europa, el capital para concentrarse debió esperar una jornada de crecimiento hecha con lentitud y perseverancia. Aquí, el capital nos llegó ya concentrado, en las instalaciones de las compañías petroleras, y su influencia sobre la economía venezolana tenía que ser forzosamente más frenética (RANGEL, 1968, p. 168).

Além da falta de investimento nas atividades produtivas, as atividades industriais que se desenvolvem na Venezuela são marcadas desde o início por uma grande concentração: uma ou duas empresas controlam mais da metade da produção na maior parte dos setores industriais. É o caso da produção de bebidas, de cimento, de açúcar, de sucos enlatados, de alimentos em conserva, de produtos farmacêuticos e químicos, entre outras (RANGEL, 1968, p. 169), todas administradas por grandes grupos econômicos – também ligados ao capital estrangeiro – que detém diferentes setores da indústria no país<sup>6</sup>. Esses monopólios teriam como efeito a limitação da produção conforme o interesse exclusivo da empresa, explica o autor:

El nivel de producción tiende a fijarse, por estas circunstancias, en un punto en el cual los costos marginales coincidan con el precio. Como los costos marginales, en tales condiciones, tienden a ser descendentes, no hay ningún interés en llevar el volumen de producción más allá de ciertos límites (RANGEL, 1968, p. 170-1).

---

<sup>6</sup> Como exemplo desta diversificação das atividades controladas pelos grandes grupos econômicos, Rangel cita o caso de um único grupo que teria o controle sobre mais da metade da indústria de cerveja e bebidas, metade da indústria açucareira, 60% da indústria de alimentos, 60% da indústria de cimento, 50% da indústria papeleira, e ainda controlava a importação de máquinas e materiais destinados à agricultura, indústria e construção, investia em empresas de seguros, e detinha cerca de 10% do capital bancário (RANGEL, 1968, p. 172). O autor também destaca o alcance deste grupo econômico na política do país: muitos de seus gerentes foram ministros, diretores de instituto, funcionários da Administração pública: “De ese grupo es servidor el señor Presidente de la República [refere-se a Raúl Leoni (AD)], los dos partidos de la coalición, varios periódicos y, por supuesto, distintos organismos gremiales del comercio y la producción, amén de todos los Ministerios y dependencias oficiales que se relacionan con la economía.” (RANGEL, 1968, p. 173).

Para Rangel, o proletariado é quem mais sofre as consequências dos monopólios, já que a produção limitada coíbe a expansão da contratação da força de trabalho. Além da falta de emprego, outro problema que quase sempre esteve na pauta da classe trabalhadora venezuelana é o baixo poder real dos salários, determinado não só pelo grande exército industrial de reserva, mas também porque o nível de preços é, devido aos monopólios, artificialmente mais alto, resultando em uma deterioração frequente dos salários (RANGEL, 1968, p. 184).

A dependência do país com relação à renda petroleira e a relativa instabilidade econômica advinda daí – como consequência das altas e baixas nos preços internacionais do petróleo – são fatores que repercutem não só na relação dependente que as classes sociais estabelecem com o Estado, como também na relação que estabelecem entre si – mais conflitos sociais nos momentos de crise, menos conflitos nos momentos de bonança econômica. Vejamos um pouco mais da estrutura de classes no país e do desenrolar da luta de classes no decorrer do século XX.

### 1.1.1 As Frações Burguesas e sua Dependência Frente ao Capital Estrangeiro

No período colonial, quando a agricultura ainda era a atividade econômica predominante, o poder econômico se concentrava nas mãos dos donos das fazendas exportadoras de produtos como o café, o cacau, o tabaco, o ouro, entre outros. Assim como em outros países da América Latina, a concentração da terra é uma das marcas da exploração agrária na Venezuela, característica que se manteve após a expansão da atividade petroleira, no século XX<sup>7</sup>. Com o desenvolvimento da economia petroleira, a crise do sistema agrário e a chegada do capitalismo no campo, essa burguesia agrária, dependente tanto dos subsídios estatais quanto do capital estrangeiro, foi se integrando com outros grupos econômicos.

Em finais do século XIX, além dos latifundiários que exploravam o trabalho escravo e camponês, formava-se uma burguesia comercial e bancária que se concentrava inicialmente nos centros urbanos (Caracas, La Guaira, Puerto Cabello). Este grupo foi se expandindo com o crescimento do comércio de exportação e passou inclusive a controlar a maior parte da atividade agropecuária depois da crise da agricultura escravista. Controlava a exportação de produtos agrários, a importação de bens de consumo, realizava empréstimos,

---

<sup>7</sup> Na década de 1950, 66% da população rural produtora ficava com apenas 3% da terra em condições de exploração (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 572).

influenciava as instituições estatais e era, desde a sua origem, ligado ao capital estrangeiro<sup>8</sup>. Em suma, nas primeiras décadas do século XX foi se consolidando uma aliança entre as frações da burguesia comercial, bancária e latifundiária e os monopólios estrangeiros do petróleo (MARINGONI, 2004, p. 87).

Com a expansão da atividade petroleira, as frações comercial e bancária se consolidam, passando a ser a força social mais importante e com maior poderio econômico no país:

La justicia es suya, hace las leyes y controla el Estado, conexiones que le permiten, también, acumular capital por ya del peculado: además de burguesía comercial-usuraria, es burguesía burocrática y peculadora, de su seno surgen los primeros banqueros criollos, quienes, conjuntamente con las casas comerciales extranjeras establecidas en el país, se constituyen en los amos de la riqueza social [...] (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 627).

Mesmo durante os períodos em que a nação fora regida pelos militares, este setor da burguesia possuía, quase sempre, importante influência no governo, ainda que não o dirigisse diretamente. Com o fim das ditaduras militares depois de 1958, essa fração não precisaria mais negociar com os militares, possuía os seus próprios representantes (presidentes, gerentes e assessores) na direção do aparelho estatal.

Foi o setor que mais se beneficiou com o desenvolvimento da exploração petroleira e a expansão do mercado exterior que a acompanhou. Por isso, se identifica com a penetração imperialista na Venezuela e atua de forma a fortalecer as relações de dependência do país para com as economias dos países centrais.

O aparecimento de uma burguesia produtora de bens de consumo, enquanto uma fração diferenciada da burguesia comercial/bancária parasitária, se dá somente em finais da década de 1940, quando os reflexos da Segunda Guerra Mundial fazem transparecer os benefícios da exploração da atividade industrial (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 629). Sob o governo do general Isaias Medina Angarita (1941-1945) esse setor passa a atuar nas funções públicas e na política, buscando condições para firmar suas bases estruturais:

---

<sup>8</sup> Lênin já assinalava o papel subordinado que as burguesias bancárias dos países coloniais cumpria perante as burguesias financeiras internacionais (LÊNIN, 2010, p. 41). Na Venezuela foi o capital internacional que financiou a fundação de bancos como o Banco Maracaibo (1882), o Banco Comercial (1883) e o Banco Caracas (1890).

[...] esta burguesía productora se orientó hacia una política de reformas económicas y sociales relacionadas con una mejor participación de Venezuela en sus riquezas petroleras y en la renta nacional, modificación de la posesión latifundista de la tierra, reforma educacional, protección al desarrollo industrial e intervención del Estado en la economía (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 629-30).

Medina Angarita não era um representante, portanto, da burguesia comercial e bancária, pois se contrapunha à dependência do país com relação ao petróleo e às companhias internacionais. Apoiava-se, sim, na incipiente burguesia industrial, e defendia a diversificação da atividade produtiva nacional – algo que contrariava o interesse dos setores beneficiados com as exportações de petróleo e as importações de bens de consumo industrializados. Ávida por reformas, a fração industrial passou a defender que o Estado “semeasse o petróleo”, o que significaria utilizar a renda petroleira para diversificar a economia, com vistas a alcançar o progresso<sup>9</sup>.

Embora a atividade desta fração fosse limitada, seu desenvolvimento entrava em contradição com os monopólios estrangeiros e com os setores internos ligados a ele. Os golpes de Estado ocorridos em 1945 e em 1948<sup>10</sup> refletiam, em parte, a necessidade dos monopólios estrangeiros e dos grupos internos beneficiados por eles, de frear a política de desenvolvimento industrial no país.

Neste contexto, a burguesia industrial não consegue se desenvolver e acaba se transformando, no espaço de aproximadamente uma década, em uma burguesia importadora, submissa aos interesses imperialistas – passando a defender, posteriormente, ideias opostas às que tinha antes (já que agora suas condições materiais de existência eram outras): não intervenção do Estado na economia, igualdade de oportunidades para o capital nacional e estrangeiro etc. (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 631). Por meio da nova atividade econômica, este setor alcançou mais fácil e rapidamente a multiplicação de seus ganhos e benefícios. As novas características do setor industrial são assim descritas por Brito Figueroa:

---

<sup>9</sup> Nesta época foram criadas a Lei do Petróleo (1943) e a tímida Lei Agrária (1945), que visavam limitar os monopólios estrangeiros e as grandes propriedades de terras. Mas a Lei Agrária foi revogada dois anos depois, quando Rómulo Gallegos (AD) assume a presidência do país. Vários aspectos da legislação petroleira também foram revistos posteriormente, com a pressão dos grupos ligados às companhias estrangeiras.

<sup>10</sup> Em meio à agitação política provocada pela disputa entre as diferentes frações burguesas, ocorre um levante militar em Caracas e Maracay, quando uma junta dirigida por Rómulo Betancourt, do recém-criado partido *Acción Democrática* (AD), assume o poder. Esse grupo segue defendendo a política de “semear o petróleo”, mas em 1948 um novo golpe é proferido, desta vez contra a AD, dando origem à ditadura de Marcos Pérez Jiménez. Sobre os golpes de 1945 e 1948, ver, entre outros: MARINGONI, 2004.

Es una burguesía estructuralmente asociada y ligada a los fines de los monopolios foráneos, y con la misma fuerza que éstos dominan los sectores de la producción que se desarrollan al calor de la opulencia fugaz, ella deviene en una categoría más mediatizada y hasta cierto punto extranacional (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 632).

Pode-se observar, então, a estreita dependência do conjunto da burguesia local em relação aos países imperialistas e ao Estado e o seu caráter revendedor, já que está sempre a serviço das exportações e importações. Devido aos recursos fáceis advindos da renda petroleira, as classes dominantes transformaram o país em um grande importador de bens industrializados (MARINGONI, 2004, p. 87).

### 1.1.2 A Pequena Burguesia e os Setores Médios

Os setores médios foram sendo forjados, na Venezuela moderna, em torno às instituições estatais, geralmente como funcionários da administração pública ou vinculados às empresas do Estado. O setor burocrático se incrementou consideravelmente da década de 1940 para a de 1960, passando de 36.472 para 160.000 pessoas, segundo Brito Figueroa (1966, p. 621). Esse aumento se deve à ampliação da estrutura do Estado petroleiro, principalmente depois de 1935.

O setor intelectual da pequena burguesia urbana cumpriu uma função política na construção da democracia burguesa, fazendo aparecer as suas confusas aspirações de reformas sociais como os interesses de toda a sociedade venezuelana (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 612). Ao lutar contra o despotismo petroleiro, esta pequena burguesia intelectual teve uma importante contribuição na formação tanto dos partidos reformistas socialdemocratas, quanto de organizações marxistas.

Essa classe é formada também por profissionais liberais, pequena e média burocracia militar; os setores identificados com a distribuição de mercadorias, isto é, pequenos comerciantes, donos de mercearias etc.; pequenos produtores urbanos; e médios produtores rurais (camada bastante escassa já quando se expandem as atividades petroleiras). Segundo Brito Figueroa, 14% da população economicamente ativa poderia ser considerada integrante desta “classe média”, na década de 1940 (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 619). A partir desta década se acelera o processo de urbanização no país, acarretando também no crescimento dos setores médios.

Esses setores sentiram as flutuações dos ingressos petroleiros, vivenciando uma situação econômica instável durante grande parte do século XX e em sua maioria, não

alcançaram grandes melhorias no período atual devido à alta inflação e ao aumento do custo de vida.

### 1.1.3 A Formação do Proletariado Urbano

Já no final do século XIX trabalhadores assalariados construíam ferrovias e trabalhavam nas minas exploradas pelo capital estrangeiro. Em menor quantidade trabalhavam também em oficinas do setor têxtil e na produção de alguns outros produtos manufaturados. Mas não conformavam propriamente um proletariado moderno. Somente com a expansão da indústria petroleira se forma uma massa de trabalhadores assalariados, integrados e explorados diretamente pela burguesia dos países imperialistas (e não por uma burguesia nativa) (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 588).

Muitas contradições se fizeram presentes no desenvolver da atividade petroleira na Venezuela. Se por um lado, o chamado “ouro negro” produzia riquezas até então inestimáveis, por outro, os trabalhadores que forjavam as bases para a extração destas enormes riquezas do subsolo venezuelano, encontravam-se em péssimas condições de vida e de trabalho:

[...] las zonas de exploración de este hidrocarburo eran reales campos de concentración, donde habitaban los trabajadores y sus familiares en covachas de tablas y materiales de desecho; regidos por jornadas de trabajo de más de diez horas diarias, carentes de toda norma de protección industrial y hasta discriminados étnicamente, con relación a los trabajadores de origen norteamericano o angloholandés. Las empresas petroleras tenían su propia policía y pagaban sueldos especiales a las autoridades civiles y militares de los municipios de su jurisdicción (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 590).

A situação dos operários da indústria manufatureira e da construção não era diferente nas primeiras décadas do século XX: o salário era muito baixo e as condições de trabalho, péssimas. A primeira Lei do Trabalho foi feita em 1938, somente depois das importantes greves petroleiras de 1936-37 e do fortalecimento das organizações sindicais. Por conta das mobilizações operárias, a nova lei incorporou reivindicações importantes que ainda não haviam sido alcançadas no país: jornada de 8 horas, o princípio de “salário igual para trabalho igual”, o reconhecimento do “acidente de trabalho”, o direito de organização sindical, o descanso remunerado, as *utilidades trabalhistas* (participação nos lucros), entre outros (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 590).

A experiência concreta com as transnacionais fez emergir no operariado petrolero um sentimento anti-imperialista que esteve presente em sua tradição sindical (DAMASCENO, 2010, p. 40). Sua localização estratégica na atividade mais importante da economia, da qual dependem tanto o Estado como as demais classes sociais, confere ao proletariado petrolero uma força social importante.

Por meio de uma forte atuação sindical, os operários petroleros foram conquistando direitos e benefícios, em especial nos períodos de bonança petrolera. Ainda assim, são proporcionalmente os trabalhadores mais explorados do país, pois, embora recebam um salário e benefícios maiores que a média nacional, produzem mais riqueza social e mais-valia do que qualquer outro setor. Esta observação é importante, pois, ainda que seja o setor efetivamente mais explorado – o que não quer dizer o mais empobrecido, é claro – há uma ideologia que distorce essa condição do operário petrolero, fazendo-o aparecer perante si mesmo e perante os demais, como uma “elite operária”.

Além da expansão petrolera, a urbanização e o desenvolvimento industrial de alguns setores também incrementaram a massa de produtores assalariados:

El proceso de industrialización de periferia (en función de las necesidades de expansión de los monopolios norteamericanos) de importantes sectores de la producción nacional, impulsa el proceso de proletarización de la masa laboral venezolana e incrementa la significación numérica y cualitativa del proletariado, que crece a expensas de esa mano de obra progresivamente incorporada a esos núcleos industriales de ensamblaje de vehículos automotores, de enlatados de alimentos, jugos, gaseosas, conservas en general, textiles, etc., de la industria reflejo del comercio exterior que importa bienes semielaborados (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 595).

Na década de 1960, 25% da população economicamente ativa era composta pelo proletariado (incluindo aí o proletariado rural) – localizado majoritariamente no setor petrolero, mas também na indústria do ferro, na construção, na eletricidade, no setor de transporte e na indústria manufatureira.

A atividade industrial se expande até a década seguinte, quando o Estado passa a investir em outros setores da produção, criando novas empresas públicas – siderurgia, metal mecânica, entre outros. Ainda assim, o desemprego já era um problema visível no país, principalmente a partir da década de 1950, agravando o empobrecimento da classe trabalhadora venezuelana.

No final dos anos 1980 e durante toda a década de 1990 a Venezuela vivenciou um decréscimo no número de empregados na indústria, que passaram de

462.303 em 1980 para 458.149 em 1990 e, finalmente, 410.000 no ano 2000, segundo indicam os estudos de Hector Lucena (2010, p. 382). Como podemos ver na tabela abaixo, há ainda uma leve redução dos empregados na indústria na primeira metade da década de 2000 e uma recuperação na segunda metade:

**Tabela 1** – População Ocupada por setor de atividade econômica

Setor	2000	2005	2010
Agricultura	10.2	9.7	8.7
Indústria	22.7	20.8	22.1
Serviços	67.1	69.5	69.2

Fonte: CEPAL (2011)

Segundo os estudos da CEPAL (2011), o operariado conformaria 29,8% da população urbana ocupada – como indica a próxima tabela. Grande parte destes operários está ligada à exploração de petróleo e gás – localizada principalmente na região do lago Maracaibo (Zulia), no Complexo Refinador de Paraguaná (Falcón), na *Faja del Orinoco* e na cidade de Puerto La Cruz – e ao setor industrial de Guayana<sup>11</sup> (FERREIRA, 2011, p. 7). As atividades improdutivas vinculadas ao comércio e em especial aos serviços empregam a maioria da força de trabalho no país.

<sup>11</sup> Criado na década de 1960, o núcleo produtivo de Guayana concentra indústrias de ferro, carvão, alumínio, bauxita, calcário, ouro, entre outros. A *Corporación Venezolana de Guayana* (CVG) agrupa a maioria das empresas estatais na região.

**Tabela 2** – População urbana ocupada, por grupos ocupacionais, 2010

Ocupação <sup>12</sup>	Porcentagem
0-1	13.9
2	3.7
3	7.3
4	17.7
5	19.0
6	8.5
<b>7-8-9</b>	<b>29.8</b>
X	0.2

Fonte: CEPAL (2011)

## 1.2 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO NO DECORRER DO SÉCULO XX

A organização política e sindical da classe trabalhadora venezuelana se desenvolve principalmente a partir da década de 1920, com a expansão da atividade petrolífera. Nesta década várias greves foram deflagradas pelos petroleiros, normalmente com pautas voltadas à redução da jornada, ao reajuste salarial e às condições de trabalho. Os operários também marcaram presença nas mobilizações políticas de 1926-1935 contra a ditadura gomecista e foi nesta época que começaram a se formar os partidos políticos inspirados nos interesses do proletariado, como o *Partido Comunista de Venezuela* (PCV), fundado em 1931.

Com as mudanças políticas advindas com a queda da ditadura de Gómez, amplia-se a organização sindical e política dos trabalhadores. O fim da longa ditadura de Gómez faz emergir uma “febre organizativa”, com o retorno dos exilados políticos ao país e com a projeção dos anseios revolucionários trazidos por estes.

Na década de 1930 os reflexos da crise de 1929 chegavam à Venezuela e a maior parte da população se encontrava na miséria: crescia o desemprego, os salários eram muito baixos, as condições de saúde eram péssimas (MARINGONI, 2004, p. 89). Neste

<sup>12</sup> Classificação de acordo com a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho: 0-1: profissionais, técnicos e trabalhadores assimilados; 2: diretores e funcionários públicos superiores; 3: pessoal administrativo e trabalhadores assimilados; 4: comerciantes e vendedores; 5: trabalhadores de serviços; 6: trabalhadores agrícolas e florestais, pescadores e caçadores; **7-8-9: operários não-agrícolas, condutores de máquinas e veículos de transporte e trabalhadores assimilados**; X: trabalhadores que não podem ser classificados segundo a ocupação (CEPAL, 2011).

contexto, em dezembro de 1936, os petroleiros iniciaram uma greve que resistiu 37 dias, exigindo reajuste salarial, moradia e assistência médica. A classe operária entrava na cena política, enfrentando a reação do novo governo de Eleazar López Contreras (1936-1941).

A greve geral de 1936/37, a maior da história do país, terminou com um decreto de López Contreras que estabelecia o fim da greve e um aumento irrisório de um Bolívar por dia, mas foi importante para fortalecer a solidariedade de classe. Os camponeses e trabalhadores urbanos contratados para “furar” a greve acabaram apoiando o movimento. Os sindicatos e as associações trabalhistas concediam ajuda financeira para manter as famílias dos grevistas, que tiveram seus salários cortados, e os trabalhadores do campo e os pescadores enviavam alimentos. Alguns pequenos comerciantes enviaram tecidos, calçados e outras mercadorias em apoio à greve e até mesmo os filhos dos trabalhadores foram acolhidos nas casas de pessoas interessadas em ajudar (DAMASCENO, 2010, p. 39).

Brito Figueroa destaca a importância da organização operária na década de 1930:

Los resultados se constatan de inmediato: su participación en primera fila en la lucha por las libertades públicas de orden democrático-burgués, su cuota de sangre en las jornadas del 14 de febrero de 1936<sup>13</sup> y en las huelgas de 1937 y 1938, especialmente la huelga contra las empresas petroleras, acción de invaluable proyección histórica, porque en esa oportunidad el proletariado unifica en torno a sus reivindicaciones económicas, a todas las clases sociales interesadas en la transformación democrática del país (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 589-90).

As lutas petroleiras deste período também foram fundamentais para a consolidação, na década de 1940, de algumas conquistas democráticas: eleições livres e diretas para todos; direitos de organização; partidos legais, contratos coletivos etc. Além disso, possibilitou avanços na organização da classe. Em meio à greve, foi realizado o I Congresso de Trabalhadores de Venezuela, que resultou na fundação da *Confederación Venezolana del Trabajo* (CVT), embrião da futura *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV). Dirigida majoritariamente pelo PCV, a CVT foi declarada ilegal já no ano de 1937 e muitos dos seus dirigentes foram enviados ao exílio (URQUIJO, 2004, p. 19).

Existiam nesta época duas principais tendências que intervinham no movimento sindical: a comunista, adepta das diretrizes da Internacional Comunista; e a

---

<sup>13</sup> As mobilizações de 1936 se iniciam devido ao anúncio, por parte do então presidente López Contreras de um pacote de medidas que atacava o direito à organização sindical e política, e a garantia de eleições livres para presidente, conquistas das lutas contra a ditadura gomecista (DAMASCENO, 2010, p. 38).

socialdemocrata, com uma posição mais reformista. Até meados da década de 1940 eram os comunistas que tinham maior influência no movimento operário, mas isso se modificou quando os socialdemocratas chegam ao governo através de uma Junta cívico-militar presidida por Rómulo Betancout.

No ano de 1941, Betancourt havia criado um novo partido político, chamado *Acción Democrática* (AD). A organização era formada por jovens intelectuais, estudantes universitários e trabalhadores, que defendiam um movimento popular nacionalista e a consolidação de um Estado democrático. Em poucos anos esta organização alcançou grande inserção nos movimentos populares, sindicais e estudantis. *Acción Democrática* manteve a direção política da Confederação de Trabalhadores da Venezuela, desde a sua fundação, em 1947.

Durante o *triênio adeco*<sup>14</sup>, a recuperação do ingresso petrolero trouxe algumas melhorias socioeconômicas para os trabalhadores: foram criados decretos para a redução dos aluguéis, programas de moradia e controle nos preços dos alimentos, entre outras coisas. Mas pouco tempo depois, um novo golpe militar dá início a uma das ditaduras mais repressivas do país (MARINGONI, 2004, p. 96).

A tentativa da CTV de reivindicar liberdade sindical frente à Junta de Governo formada após o golpe de 1948 resultou num decreto que dissolvia a confederação em fevereiro de 1949. O general Marcos Pérez Jiménez assume a presidência da Junta, após a morte do primeiro presidente, Delgado Chalbaud, e intensifica a perseguição ao movimento operário e às demais organizações políticas que questionavam o governo. Os direitos e as liberdades democráticas foram suspensos, dando início a um novo período de perseguições, prisões e torturas, que desloca novamente a luta política para a clandestinidade. Em um contexto de desenfreada corrupção e de difícil situação econômica, se endurecem as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora e das massas populares.

Em maio de 1950 o PCV foi novamente declarado ilegal e neste mesmo mês o governo dissolveu 43 sindicatos petroleros que participavam de uma greve (URQUIJO, 2004, p. 24). Mesmo as tradicionais manifestações do Primeiro de Maio já não puderam ser mantidas depois de 1952.

A situação só se modificou quando diferentes setores sociais, insatisfeitos com a situação do país, iniciaram uma jornada de agitações populares em 1958, reivindicando

---

<sup>14</sup> Refere-se ao período de administração de Rómulo Betancourt (AD), presidente da Junta Revolucionária de Governo de 1945-1947 e de Rómulo Gallegos (AD), que assume a presidência do país em 1948, mas é deposto por um golpe no final deste mesmo ano.

eleições presidenciais. *Acción Democrática*, que nesta ocasião dirigia a maior parte do movimento sindical, se juntou a outras forças num movimento antiditatorial, convocando uma greve geral (MARINGONI, 2004, p. 100). O enfraquecimento do governo de Pérez Jiménez depois de quase uma década de repressão resultou no fim de sua gestão em 1958, quando se inicia uma nova fase política no país, regulada pelo *Pacto de Punto Fijo*<sup>15</sup>.

O movimento sindical também entrou em uma nova fase com o fim da ditadura de Pérez Jimenez. Em 1958 foi criado o *Comité Nacional Sindical Unificado* (CNSU), com a junção de todas as correntes que atuavam no setor – inclusive os comunistas – na tentativa de reunificar o movimento operário, desarticulado devido à repressão dos anos anteriores.

Inicia-se um período de relativa estabilidade do regime democrático-burguês, com a realização de eleições regulares, nas quais se revezavam os partidos que encabeçavam o pacto: *Acción Democrática* e o social-cristão, COPEI. Ainda assim, a década de 1960 não foi fácil para os governos *adecos* de Rómulo Betancourt (1959-1964) e Raúl Leoni (1964-1969). Primeiro porque, por conta de desacordos ideológicos, a AD sofreu algumas rupturas em seu interior<sup>16</sup>, depois, porque a coalizão com o URD (*Unión Republicana Democrática*) sofreu abalos por desavenças com a postura política de Betancourt. Além disso, a situação econômica entrava em uma etapa de recessão.

Para atender aos interesses da burguesia interna e dos setores estrangeiros, o governo optou por rebaixar os salários em 10%, congelar os contratos coletivos e desvalorizar a moeda, o que resultou, na prática, em uma diminuição de 40% no poder de compra da população (RENGIFO, 2003, p. 80). Diante disso, as manifestações de rua, que já vinham se fortalecendo nos meses anteriores, se intensificaram:

A partir de entonces recrudecen las manifestaciones, los tumultos callejos, las huelgas, paros y marchas de estudiantes de un lado, y del otro violencia y represión policial en la forma de detenciones en masa de líderes universitarios, profesores y maestros. Los dirigentes de la CTV convocan manifestaciones para apoyar al gobierno, y al mismo tiempo salen multitudes a condenarlo, siempre con un trágico balance de presos y heridos (RENGIFO, 2003, p. 80).

---

<sup>15</sup> Esse pacto, realizado entre os partidos AD, COPEI e URD, e apoiado pelo PCV, dividia o poder sobre o aparelho estatal entre diferentes setores sociais (o capital bancário/comercial, as empresas de petróleo, a cúpula do movimento sindical, a igreja e setores das Forças Armadas), estabelecendo, através de uma orientação clientelista, uma democracia liberal favorável à penetração imperialista norte-americana (cf. MARINGONI, 2004, p. 102).

<sup>16</sup> Um setor do partido, influenciado pela revolução cubana e pelas ideias marxistas, se desliga da AD para criar o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR), em abril de 1960.

Estes protestos, todavia, não chegaram a atingir o movimento operário organizado. Com a consolidação da AD e do COPEI no governo, os sindicatos também se fortaleceram e ampliaram suas bases nas empresas<sup>17</sup>, mas ao mesmo tempo, a direção sindical *cetevista*, vinculada ao governo, evitava qualquer antagonismo mais forte com os setores dominantes. O CNSU assinou uma Declaração de Conciliação operário-patronal com a Fedecámaras (*Federación Venezolana de Cámaras de Comercio y Producción*) que estabelecia o reconhecimento dos sindicatos pela patronal, em troca de uma atuação sindical moderada. A CTV havia inclusive participado da elaboração do *Pacto de Punto Fijo* em conjunto com a Fedecámaras. Ou seja, a característica fundamental do movimento sindical nas décadas regidas pelo pacto era “ser un sindicalismo de negociación y no de confrontación” (DÍAZ, 2006, p. 7).

O primeiro congresso da CTV realizado sob o regime *puntofijista* ocorreu já em novembro de 1959. Os 900 delegados presentes se dividiam entre as organizações políticas AD, COPEI, URD e PCV. Os comunistas eram a segunda maior força, com 23% de representação e garantiram, por isso, a vice-presidência da confederação (URQUIJO, 2004, p. 26). Porém, no congresso seguinte, ocorrido em 1960, o PCV foi expulso do comitê executivo da CTV e a AD e o COPEI passaram a concentrar a maioria absoluta da direção. Como resposta, os comunistas organizaram sua própria central. Fundada em 1963 a CUTV (*Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela*) propunha ser uma ferramenta classista e revolucionária. Em 1964 uma parte dos sindicalistas social-cristãos também forma uma nova confederação sindical, a CODESA (*Confederación de Sindicatos Autónomos*).

A integração da CTV ao regime era já inquestionável. O próprio presidente da República, Raúl Leoni, foi quem abriu o V Congresso da confederação, realizado em novembro de 1964. Ademais, o eixo central aprovado no evento era a defesa do sistema democrático e o fortalecimento do regime constitucional (URQUIJO, 2004, p. 32).

A correlação de forças no interior da CTV chegou a se modificar momentaneamente, diante da ruptura de um setor da AD, que deu origem a uma nova organização política, o *Movimiento Electoral del Pueblo* (MEP), em 1967. A nova força garantiu a presidência da central e mais 30% dos cargos executivos, mas os *adecos* continuavam com a maioria da direção e aos poucos foram recompondo sua hegemonia (URQUIJO, 2004, p. 32).

---

<sup>17</sup> Segundo a pesquisa de Rolando Díaz (2006, p. 7), a taxa de filiação sindical era de apenas 17% em 1961, subindo para 45% em 1978. Segundo o autor, esta taxa se manteve até 1983, quando se iniciou a crise do modelo político vigente.

A conjuntura social agitada se ameniza durante a década de 1970, quando uma nova alta nos preços do petróleo, provocada pela crise energética mundial, aumenta a arrecadação do Estado permitindo que se investisse parte da renda petroleira em programas assistencialistas, com o objetivo de amenizar os conflitos. Ao mesmo tempo, a burocracia estatal ia se apoderando de parcelas cada vez maiores destes recursos através da corrupção e da acumulação de cargos (RENJIFO, 2003, p. 93). Outra parte bastante abundante destes recursos era distribuída aos bancos e organizações internacionais.

Algumas nacionalizações ocorreram na segunda metade da década. A indústria de exploração de ferro, por exemplo, foi nacionalizada por um decreto de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), após realizar um acordo com as empresas estrangeiras, estabelecendo que poderiam continuar controlando a produção de ferro e ainda receberiam indenizações do governo pelas propriedades, instalações e plantas. Desta forma, as nacionalizações também acabavam sendo uma forma de distribuição de recursos para as transnacionais, enquanto os riscos eram repassados ao Estado. Na mesma perspectiva, a lei de nacionalização petroleira, aprovada em 1975, estabelecia a criação das empresas mistas para a exploração dos hidrocarbonetos e concedia grandiosas indenizações para empresas como a *Exxon* e a *Shell*, ao mesmo tempo em que permitiam que estas continuassem a explorar o petróleo do país (RENJIFO, 2003, p. 95).

Alguns autores chegam a afirmar que no período de bonança petroleira, imperava um “anestesiamento social”, já que a renda advinda do petróleo funcionava como um “amortecedor da luta de classes” e que mesmo a corrupção era tolerada neste momento<sup>18</sup> (MARINGONI, 2004, 102). Isso não significa, contudo que não houvesse lutas menores. Ademais, as obras públicas construídas nesta época em benefício da população mais pobre (hospitais, escolas, casas populares etc.) foram conquistadas sob a pressão dos setores populares, que exigiam receber a sua parte da riqueza petroleira (DAMASCENO, 2010, p. 83).

Mas era fato que a maior parte das organizações de esquerda sofria certo isolamento com relação à classe trabalhadora. Devido à repressão, muitos partidos de esquerda optaram por atuar, na década de 1960, sob a tática de guerrilha – foi o caso do PCV<sup>19</sup>, por exemplo. Parte importante dos dirigentes destas organizações foi assassinada em

---

<sup>18</sup> É preciso levar em conta que os problemas com a corrupção foram se acumulando até que estourassem em finais da década de 1980, quando a população saiu às ruas questionando também esta prática.

<sup>19</sup> Após perceberem a ineficiência da tática para aquele momento, muitos dirigentes do PCV optam por romper com o partido para formar novas agrupações políticas. Em 1971 surgem o *Movimiento al Socialismo* (MAS) e

meio às guerrilhas e a esquerda ficou enfraquecida. Resultou que a AD concentrava em suas mãos a influência sobre a maioria do movimento sindical e dos setores populares.

Ao conter as ações das bases operárias, os sindicatos atuavam como agentes das prerrogativas empresariais, lembra DÍAZ (2006, p. 8):

[...] los sindicatos aceptaron tácitamente no solo abstenerse de presentar alternativas al proceso de reconversión productiva, impulsado principalmente por empresarios y gobiernos de turno, sino también colaborar activamente cuando la introducción de innovaciones técnicas requirió de una reorganización a gran escala de los procesos de trabajo.

Brito Figueroa, avalia que se formava nesta época uma burocracia operária que transformava o movimento sindical em um “sindicalismo de elite”, e a descreve da seguinte forma:

Estos cuadros sindicales, desligados de la producción hace más de dos décadas, constituyen una burocracia obrera, grupo que se fortalece en el contexto de la dominación de los monopolios norteamericanos sobre Venezuela. Es un grupo privilegiado, con vagas ilusiones reformistas, que progresivamente se transforma en una categoría identificada material y mentalmente con el proceso de dominio de los monopolios sobre toda la vida social del país. Con la misma fuerza que se aleja del proletariado (en su psicología y en sus normas de vida), se aproxima a los estratos dominantes (en sus patrones culturales, en sus aspiraciones) (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 607-8).

O movimento sindical estabeleceu neste período relações “neocorporativas” com o Estado e o setor empresarial. Desta forma, os principais líderes sindicais participavam diretamente dos processos de tomada de decisões políticas e funcionavam como “correias de transmissão” destas políticas, legitimando-as frente às massas trabalhadoras (DÍAZ, 2006, p. 8). Conforme observa Díaz (2006, p. 8), “En este período el sindicalismo de la CTV llega a ser propietario de uno de los bancos más importantes del país, el BTV (*Banco de los Trabajadores de Venezuela*). El movimiento sindical muestra entonces un poder económico y político considerable.”<sup>20</sup>

Essa burocracia sindical subsistia por suas relações com o Estado e com os partidos políticos que se revezavam no poder. Por isso possuía, segundo Brito Figueroa, uma debilidade estrutural:

---

La Causa Radical (LCR). Mas, ao longo do tempo, estas organizações não se consolidaram na esquerda. Ambas participaram, ao lado da burguesia, do golpe contra Chávez em 2002 (DAMASCENO, 2010, p. 109).

<sup>20</sup> Em 1983 o BTV quebra, comprometendo de forma decisiva o poder econômico dos sindicalistas da CTV.

Su estabilidad es relativa, y no está descartado, en el terreno de la hipótesis, que un cambio político en el país, hasta sin el contenido de una revolución, desintegre esta peculiar aristocracia obrera. Aunque las causas que la generan estarán vivas hasta tanto subsistan las condiciones de neocolonialismo (BRITO FIGUEROA, 1966, p. 609)<sup>21</sup>.

Em 1976, sob o governo de Carlos Andrés Pérez, é criada a petroleira PDVSA. As relações estabelecidas entre a cúpula sindical corrupta e as instituições públicas se evidenciam na estatal. Na PDVSA, 60% das vagas de emprego eram selecionadas pelo próprio sindicato, medida prevista contratualmente. Assim, ao invés de organizar a luta, o sindicato se transformava em um setor administrativo da estatal. Como decorrência,

A corrupção reina e um cupom de emprego torna-se moeda corrente preciosa para ser negociada: por um lado, os sindicalistas, já com todos estes vícios, vão querer complementar seus salários com a negociação deste cupom e se manter na direção do sindicato, comprando as consciências, pois tem o controle do processo de contratação. [...] (DAMASCENO, 2010, p. 43).

O trabalhador, por sua vez, teria de comprar sua vaga com o sindicalista, seja pagando-lhe diretamente, comprometendo seus primeiros salários para quitar essa dívida, ou até mesmo, através da prática repulsiva de apresentar uma prima ou irmã ao sindicalista – método conhecido como operação “colchão”<sup>22</sup>.

No final da década de 1970 o país começou a sentir os efeitos da crise econômica mundial. Durante as gestões dos presidentes Luis Herrera Campins (1979-1984) e Jaime Lusinchi (1984-1989), as receitas do Estado diminuía e o país experimentou uma forte decadência econômica: a aceleração da inflação e a combinação de uma crise da dívida externa com uma crise fiscal do Estado provocaram, entre outras coisas, modificações no mercado de trabalho, corroendo as bases de sustentação do movimento sindical *cetevista*.

No início da década de 1980, o movimento sindical ingressa em uma crise progressiva. O sindicato, adaptado a trabalhar em conjunto com governos e setores burgueses, também não se propunha a enfrentá-los de forma consequente no momento de crise e de alta

<sup>21</sup> A hipótese se confirmou. E de fato, como veremos, o desgaste desta antiga burocracia sindical está ligado ao desgaste do regime anterior, ainda que as organizações burocráticas sindicais tenham demorado um pouco mais para desfalecer. Se irá se consolidar ou não uma nova burocracia sindical que a substitua, está nas mãos do movimento operário dos dias atuais. Também não está descartada a hipótese de que esta velha burocracia sindical recupere seu fôlego e volte a disputar a direção do movimento sindical venezuelano, mas nos dias atuais sua queda é evidente.

<sup>22</sup> De fato, parte considerável dos trabalhadores se submetia a tais humilhações. Mas havia também os que protestavam contra isso e reclamavam por seus direitos – o que acabou resultando no fim deste esquema no ano 2000, quando o sindicato perdeu o direito à contratação. O controle das vagas passou para as mãos da *Organización de Vecinos* (que funciona como uma Associação de Bairro mais ampla) e dos *Comité de Desempleados* (criados à partir desta luta pelo emprego) democratizando por algum tempo o acesso ao emprego na estatal. Posteriormente formou-se uma nova burocracia que detinha o controle destas vagas.

inflação. As formas de atuação empregadas até então (principalmente a negociação) perdiam sua eficácia frente à nova situação econômica. Enquanto os preços estavam estáveis e o governo podia bancar os acordos, a situação política estava sob controle, mas esta relativa estabilidade só poderia ser provisória. Pressionada por sua base, a CTV se declarou contrária à política de liberalização econômica encampada pelo governo de Luis Herrera Campins (COPEI). Pela primeira vez, a CTV e a CUTV organizaram algumas ações conjuntas, sem alcançarem muitos resultados. A CTV sequer chegou a romper com o presidente, que esteve presente na abertura do VIII Congresso da Confederação, em 1980.

Com o desgaste da burocracia sindical durante os anos 1980, La Causa Radical e seu movimento *El Nuevo Sindicalismo*, conquistaram uma importante influência no movimento operário, principalmente da indústria siderúrgica e dos setores mais pauperizados de Caracas<sup>23</sup>. Ainda assim, esta organização não teve forças para reorganizar o movimento sindical e o quadro de desgaste do sindicalismo venezuelano se estendeu por toda a década de 1990.

A crise do movimento sindical não estava só relacionada à crise política e econômica que atingiam o país. No final da década de 1980, a automação era implantada na indústria, agravando ainda mais o desemprego. Segundo Díaz, “La erosión de las bases sindicales provino principalmente de la disminución de los puestos de trabajo y la creciente informalización del empleo, esos factores se combinaron para disminuir aceleradamente la tasa de sindicalización.” (DÍAZ, 2006, p. 8).

Neste contexto foi reeleito Carlos Andrés Pérez (1989-1993), apoiado pelos sindicalistas da CTV. Sob sua primeira administração, na década de 1970, o país havia vivido tempos de prosperidade devido à alta arrecadação petroleira. Mas a realidade, agora, lhe impunha uma nova sorte.

### 1.3 A CRISE DO REGIME DEMOCRÁTICO BURGUESES E A ASCENSÃO DAS LUTAS POPULARES

As políticas neoliberais do Estado mínimo, da flexibilização da produção, da liberdade de mercado, entre outras, começaram a ampliar o seu espaço quando a partir de 1973 “todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando,

---

<sup>23</sup> Já em finais da década de 1970, um de seus dirigentes, Andrés Velásquez, ganhou a direção do sindicato dos siderúrgicos da SIDOR – SUTISS. Uma intervenção do governo federal retira Velásquez do sindicato durante toda a década de 1980 e este se elege ao governo do Estado de Bolívar nas eleições de 1989. La Causa R também conquista a importante prefeitura da cidade de Caracas, na figura de Aristóbulo Isturiz, em 1993 (DAMASCENO, 2010, p. 110).

pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação” (ANDERSON, 2000, p.10). A disciplina orçamentária, a contenção de gastos públicos, o aumento das taxas de juros, a desregulamentação financeira e as reformas fiscais, que reduziam os impostos sobre os rendimentos mais altos, foram as principais medidas adotadas em busca de uma estabilidade monetária diante da crise. A criação de políticas antissindicais e as privatizações foram também ferramentas utilizadas pelos governos que implantavam o projeto neoliberal com o objetivo imediato de deter a estagflação dos anos 70 e recuperar os lucros através da deflação.

Alguns teóricos que deram origem à ideologia neoliberal apontavam os movimentos sindicais e operários como um dos fatores que afligiam a acumulação dos lucros capitalistas devido às reivindicações por salários e gastos sociais por parte do Estado. Diante disso, “o remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas.”, afirma Perry Anderson (2000, p. 11).

O desemprego se tornou um instrumento para enfraquecer os sindicatos diante do crescimento do exército de reserva. A recuperação dos lucros – que acabou não se traduzindo numa recuperação das taxas de crescimento – foi combinada com uma derrota do movimento sindical em nível mundial, que passou a apresentar uma postura mais moderada devido ao desemprego e à contenção dos salários (ANDERSON, 2000, p. 15).

O neoliberalismo como ideologia se tornava hegemônico nos países de capitalismo avançado e inclusive governos que se reivindicavam de esquerda aplicavam suas recomendações (ANDERSON, 2000, p. 14). Mas, enquanto o neoliberalismo praticado nos Estados Unidos pôde se combinar com um alto déficit público – devido aos gastos provocados pela corrida armamentista – e parte dos países da Europa pôde impulsionar um neoliberalismo “mais cauteloso”, o mesmo não se deu com os países latino-americanos. Aqui as consequências do projeto neoliberal foram ainda mais desastrosas, acarretando no endividamento e na submissão dos países aos ditames do Banco Mundial e do FMI. O processo de privatizações e os ataques às conquistas sociais e trabalhistas foram intensos na América Latina, em especial na década de 1990.

Na Venezuela, já era possível notar as primeiras medidas influenciadas pelo matiz neoliberal durante o governo de Luis Herrera Campíns (1979-1984): a desvalorização da moeda<sup>24</sup>, as privatizações, o enxugamento da máquina do Estado, o corte de orçamentos.

---

<sup>24</sup> O dia 18 de fevereiro de 1983, a sexta-feira em que Herrera Campíns implantou a medida de desvalorização da moeda, ficou conhecido como *Viernes Negro*. A partir de então, o Bolívar passou a sofrer uma forte

Mas foi com o pacote anunciado por Carlos Andrés Pérez em seu segundo governo que as medidas neoliberais foram sentidas mais claramente.

A economia do país entrou em declínio nos últimos anos da década de 1970 e chegou aos anos 1980, fortemente afetada pela queda do preço do petróleo e pela forte inflação (da ordem de 40,3% ao ano). Os salários estavam baixos e o desemprego aumentava. Em meio à intensa fuga de capitais, Pérez fez um empréstimo de US\$ 4,5 bilhões com o FMI, com fins de tornar a economia mais produtiva. Em contrapartida, era exigida a restrição ao gasto fiscal, o controle dos salários, taxas de juros flexíveis, redução do controle de preços, a criação de um imposto sobre a venda, o ajuste de tarifas de bens e serviços oferecidos pelas empresas estatais, a liberação das importações, a suspensão das restrições às empresas transnacionais e a desvalorização da moeda.

Em consequência, o pacote anunciado por Pérez em fevereiro de 1989 incluía um reajuste de 100% nos preços da gasolina para consumo interno e de 30% no transporte. Contraditoriamente, foram anunciados alguns programas assistenciais de pequeno porte para tentar conter o descontentamento da população mais pobre. Mas a verdade é que a população sofria com o desabastecimento dos produtos básicos de consumo, com o arrocho salarial, e o encarecimento dos serviços públicos e do transporte. O conjunto de medidas anunciadas, portanto, foi extremamente impopular.

Carlos Andrés Pérez não havia sido eleito com uma plataforma neoliberal e, além disso, a ideia de reduzir os gastos sociais e diminuir a intervenção do Estado na economia, próprias do neoliberalismo, eram praticamente impensáveis em um país como a Venezuela, em que o Estado era o principal eixo da vida econômica, na medida em que controlava a repartição da renda petroléira.

Dois dias depois de anunciadas as medidas, os usuários dos ônibus realizaram protestos nos terminais urbanos. As passagens haviam subido para o dobro do valor anterior – já que os donos dos transportes não admitiam reajustá-las em apenas 30% enquanto o preço da gasolina subia 100%. De início, questionava-se o aumento no valor das passagens, mas na medida em que iam se aproximando estudantes e professores universitários, os protestos foram adquirindo um caráter mais amplo, rechaçando o conjunto das medidas anunciadas pelo presidente. Assim, a rejeição ao plano econômico provocou uma série de protestos e mobilizações que em pouco tempo se alastraram pelas principais cidades do país. Com as palavras de ordem “o povo tem fome!” e “chega de enganação!”, os setores

---

instabilidade cambial, alimentando ainda mais a imensa dívida econômica que havia se multiplicado nos anos 1970 apesar da alta arrecadação petroléira.

populares denunciavam o governo. O comércio fechou e a população organizava barricadas, incendiava ônibus, bloqueava as ruas e saqueava os mercados e os caminhões de alimentos.

Na imprensa, as mobilizações apareciam como obra de vândalos e desordeiros. A repressão policial foi sanguinária durante todo o dia 27 de fevereiro, derrubando centenas de corpos em todo o país. Só cessou durante a madrugada, quando já não era eficaz para deter os manifestantes (DAMASCENO, 2010, p. 93). Parte dos grandes capitalistas abandonava o país e os dirigentes políticos tradicionais não davam as caras nos protestos.

No dia 28 de fevereiro, com a polícia derrotada enquanto instituição que poderia garantir a “ordem” no país, o presidente convocou o exército para atuar contra a população. No meio da tarde, Pérez suspende as garantias civis e o banho de sangue volta a ocorrer. O exército atuou com toda a força e conseguiu conter a população no dia primeiro de março. Segundo o relato de Fernando Damasceno, os soldados,

[...] chegam e ajudam a ‘pacificar’ definitivamente o centro de Caracas e empurram o movimento para os bairros mais pobres e populosos, onde efetivamente ocorre uma guerra a partir de então. Não há garantias de vida aos populares, e se abre fogo indiscriminadamente, agora não somente com FAL – Fuzil Automático Leve – uma arma já letal, mas com metralhadoras ponto 30 e ponto 50, usadas para defesa antiaérea, e assim lajes de puro concreto são varadas como um boneco de argila (DAMASCENO, 2010, p. 96).

A população pobre e trabalhadora que habitava estes bairros também reagiu armada. Segundo relatos, teria recebido apoio dos antigos militantes guerrilheiros, e até mesmo de traficantes, para organizar a defesa:

Em uma rede de solidariedade, começaram a se organizar, e improvisavam ‘hospitais’ para os feridos, residências exclusivas para velhos e crianças, resgate de feridos em meio ao tiroteio, primeiros socorros. Enfim, a população, ao seu modo, improvisou o que podia e resistiu, houve bairros, como 23 de enero, Petare, Catia, que até o fim dos confrontos mais duros, em 5 de março, não haviam permitido que o exército subisse até eles, as forças repressoras conseguiram chegar somente às suas portas (DAMASCENO, 2010, p. 96).

Ainda segundo Damasceno, a polícia política teria aproveitado este contexto para sumir com muitos ativistas de esquerda (estudantes e trabalhadores). Dos que foram presos a maior parte permaneceu desaparecida, outra parte foi encontrada morta (DAMASCENO, 2010, p. 97). Não há clareza quanto ao total de mortos do episódio que ficou conhecido como *Caracazo*, mas há consenso entre os estudiosos, de que os números oficiais

apresentados na época (277 mortes) não refletem nem de longe a realidade do que se passou naqueles dias.

A tragédia, contudo, não seria em vão. A desmoralização da democracia e das instituições burguesas resultou em uma modificação na correlação de forças das classes em luta. O dirigente sindical Orlando Chirino destaca as mudanças provocadas pelas mobilizações do *Caracazo*: “desde febrero del 89 los de abajo ya no quieren seguir siendo explotados y oprimidos como antes, ni los de arriba pueden seguir gobernando y controlando el poder como antes. Ese es el gran aporte del ‘Caracazo’ en la conciencia del pueblo.” (GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 33).

No dia 13 de fevereiro de 1989, antes do anúncio do pacote econômico de Pérez, os líderes sindicais da CTV tentavam negociar com o presidente e com a Fedecámaras um reajuste salarial. A confederação chegou a se reunir naquela semana com a Fedecámaras, mas a negociação não prosperou. Os acontecimentos do *Caracazo*, entretanto, deram um novo impulso à negociação e as duas organizações, a trabalhista e a patronal, puseram-se de acordo, estabelecendo um aumento de 2.000 Bolívares (cerca de 50 dólares) aos trabalhadores do setor privado (URQUIJO, 2004, p. 48). Em 1º de março o acordo ganhou a forma de decreto.

Procurando manter a sua influencia sobre os trabalhadores, a CTV chamou um Congresso Extraordinário para 24 e 25 de abril daquele ano, na cidade de Caracas. Havia uma pressão da base para que se deliberasse do Congresso uma greve geral. Mas os líderes *adecos* foram acalmando os ânimos dos trabalhadores e conseguiram manter a situação sob controle. Mesmo depois do massacre de fevereiro, o Presidente da República esteve presente na abertura do Congresso da CTV. O discurso de Carlos Andrés Pérez ressaltava que agora, mais do que nunca, se faziam necessários sindicatos fortes que fossem capazes de estabelecer novas formas de negociação com os empresários e com o governo (URQUIJO, 2004, p. 48-53).

Apesar dos esforços da confederação governista, a efervescência política não se dissipou. Para Margarita López Maya, se estende a partir daí a prática de protestos de rua, denominada pela autora de “*política de la calle*” (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 13-4). A propagação dos protestos modificava em parte o perfil do país, que até os anos 1980 era considerado o menos propenso a mobilizações quando comparado aos demais países latino-americanos.

Para Fernando Damasceno, a rejeição às medidas neoliberais dá início também a um lento processo de reorganização operária por fora das lideranças tradicionais da AD<sup>25</sup>:

[...] a partir de 1988 e início de 89, o movimento operário recomeça sua peleja, tendo nos trabalhadores públicos e nos operários têxteis, os primeiros setores a reiniciarem as lutas, porém ainda incipiente para comandar ou influir decisivamente no que foi o Caracazo (DAMASCENO, 2010, p. 88).

O descontentamento do operariado, somado à descrença de que o governo pudesse conter a crise política que se abriu, impulsionou a CTV a convocar uma greve nacional, em novembro de 1991. Essa atuação momentânea da central contra o partido que a dirigia demonstra o quanto estavam abalados o regime e os partidos políticos que estavam à frente do governo. A bancada de deputados sindicais cetevistas havia aprovado, contra a sua base, o pacote econômico neoliberal proposto por Pérez. Esta mudança de tática, todavia, não significava uma ruptura da central com o governo *adeco*. Tanto que em 1997 a CTV foi favorável à reforma do regime de prestações sociais, discutida em uma comissão tripartite, que causou grandes prejuízos aos trabalhadores<sup>26</sup>.

Os protestos populares marcaram o início dos anos 1990, mantendo um caráter violento e confrontacional. Os protagonistas eram os mais variados: moradores dos bairros das grandes cidades reclamavam a falta de serviços básicos; motoristas do transporte coletivo questionavam o encarecimento dos custos de seu trabalho; os empregados do setor judiciário, policiais, funcionários da saúde e da educação, denunciavam a falta de infraestrutura nos locais de trabalho e a defasagem de seus salários diante da inflação; estudantes universitários e secundaristas exigiam melhorias na educação; os aposentados reclamavam da piora em suas condições de vida diante da desvalorização monetária de 1982; e os desempregados e ambulantes também exigiam respostas à sua situação precária (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 21).

Se num primeiro momento os protestos ocorriam de forma espontânea, conforme aponta parte da bibliografia sobre o tema (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 20), são eles

---

<sup>25</sup> Como exemplo deste início de recuperação no movimento operário, Damasceno cita a retomada da direção do *Sindicato Único de Trabajadores Siderúrgicos e Similares* (SUTTIS) em Ciudad Guayana no final dos anos 1980. O sindicato havia sofrido uma intervenção do governo federal em 1982 e desde então, estava nas mãos de agentes de confiança do governo (DAMASCENO, 2010, p. 88).

<sup>26</sup> O sistema de prestações sociais integrava a Lei Organiza do Trabalho (1936) e tinha como um de seus coautores Rafael Caldera, na época com 20 anos. Curiosamente, este sistema foi revisto durante o governo de Caldera, no ano de 1997, eliminando o cálculo retroativo da indenização por demissão e limitando a cinco meses de salário a indenização a ser paga ao trabalhador em caso de demissão injustificada – antes o trabalhador tinha direito a um mês de salário por ano trabalhado na empresa.

próprios, embriões do processo de reorganização operária e popular, pois é através desta experiência que emerge a necessidade de responder organizadamente aos ataques do governo. Para Damasceno (2010, p. 98), vários seriam os fatores conjunturais que explicariam a explosão popular desde 1989: “desemprego, subemprego, falta de previdência social, corrupção, luxúria da burguesia, repressão e um bipartidarismo que não permitia vias alternativas, além da implementação da política neoliberal.”. Os protestos, portanto, não teriam sido resultado exclusivo de um problema recente, como um aumento do preço do combustível. A população acumulava um longo descontentamento com os fatores expostos acima. Além disso, passava a enfrentar a repressão do Estado contra os protestos.

Uma nova série de protestos foi realizada contra Pérez nos anos de 1992 e 1993 (ELLNER, 1998, p. 125). É este contexto que confere tanta popularidade à tentativa de golpe de Estado efetuada por um grupo de oficiais militares em 1992<sup>27</sup>, da qual participou o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías. Na avaliação da *Corriente Socialista Revolucionaria* (2007, p. 8), “Los efectos de la intentona golpista hicieron que los trabajadores, sin liderazgo sindical y político alternativo, giraran su atención y esperanzas hacia los hombres que habían demostrado espíritu de sacrificio aquel 4F”<sup>28</sup>.

Os partidos tradicionais sofriam um intenso desgaste e os recorrentes escândalos de corrupção afastaram Carlos Andrés Pérez da presidência, em 1993. Para se ter uma ideia da crise política vivenciada no país, Rafael Caldera, o presidente eleito em 1994, obteve apenas 25% dos votos, frente a uma abstenção de 60% (DAMASCENO, 2010, p. 23). Pese que as organizações de esquerda mais importantes – o MAS, o MEP e o PCV – tenham apoiado a candidatura de Caldera, sem apresentar uma proposta programática alternativa. Caldera havia rompido com o partido que ele próprio havia fundado (COPEI) e se lançou candidato pelo novo partido *Convergencia*, com um programa que incorporava a luta contra a corrupção e uma suposta oposição ao FMI, a suspensão do IVA (Imposto ao Valor Agregado), o desenvolvimento do mercado nacional e a tentativa de renegociar a dívida externa (ELLNER, 1998, p. 2) – isso já era o suficiente para conseguir o apoio de parcela da esquerda.

Mas diante da recessão e da alta inflação que voltaram a assolar o país em 1994, Caldera aplica novas medidas neoliberais em troca de empréstimos com o FMI. As privatizações atingem o setor petrolífero, as companhias elétricas, e as empresas estatais da *Corporación Venezolana*. A insatisfação com o sistema democrático se fortalece em meio ao

---

<sup>27</sup> Estes elementos também foram incorporados por Chávez em sua campanha eleitoral de 1998.

<sup>28</sup> Refere-se à data em que foi realizada a tentativa de golpe: 4 de fevereiro de 1992.

encarecimento do custo de vida e à deterioração dos serviços públicos (RENJIFO, 2003, p. 114).

O espaço de oposição vai sendo ocupado então por Hugo Chávez e seu movimento<sup>29</sup>, logo após sua saída da prisão em 1994 – já que a esquerda não conseguiu ecoar a sua voz como uma resposta aos anseios da população e vinha debilitada desde as décadas anteriores:

Ao mesmo tempo, vamos encontrar, nos anos de 1970 e 80, um movimento operário que, por mais que lutasse, não conseguiu construir organizações e direções fortes e duradouras fora do âmbito do peleguismo dos adecos e copeianos, que servissem de referência nacional à luta dos trabalhadores e em âmbito dos explorados em geral (DAMASCENO, 2010, p. 112).

Também os sindicatos sofriam um processo de desgaste frente às denúncias de corrupção contra a cúpula *cetevista*. As instituições tradicionais já estavam em declínio antes do *Caracazo*, mas agora os partidos e sindicatos viam-se deslegitimados, assim como o próprio regime. O sentimento que reinava entre as massas populares era de que aquele era um Estado corrupto, injusto, violento e nada democrático. O Estado é responsabilizado pela arbitrariedade, pelo caos em que se encontrava o país e por ter abandonado a maioria de seus cidadãos. O sistema político que imperava desde 1958 estava em ruínas.

A eleição de Calderas consistia em uma tentativa de dar um novo marco ao regime, reorganizando alguns órgãos e ajustando os acordos conciliatórios entre as forças políticas, sem mudanças bruscas. A partir de 1993, o sistema bipartidário era substituído por um pluripartidário. Postergava-se, assim, uma saída definitiva, que incorporasse os anseios populares (JIMÉNEZ; RUBIO, 2002, p. 82). Uma mudança mais radical do regime político só viria depois da ruptura histórica das massas com as associações políticas tradicionais com a eleição de Hugo Chávez, em 1998.

---

<sup>29</sup> O Movimento Bolivariano Revolucionário-200 foi formado por um grupo de novos oficiais descontentes com a corrupção, promiscuidade e brutalidade que infestavam as atitudes da velha guarda dos comandantes e generais das forças armadas (DAMASCENO, 2010, p. 114 – 15). É daí que surge este movimento autointitulado “bolivariano”, por se identificar com as ideias de Simon Bolívar, que projeta a tentativa de golpe ao governo Pérez em 1992, conquistando uma crescente simpatia popular. Para participar das eleições de 1998, os membros desta organização criam o MVR (*Movimiento Quinta República*) como partido político que concorreria ao pleito.

#### 1.4 A VITÓRIA ELEITORAL DE CHÁVEZ E SEUS REFLEXOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA E POPULAR

A situação econômica e social da Venezuela no ano em que Chávez foi eleito apresentava problemas gravíssimos: 44,76% dos lares se encontravam em situação de pobreza e, dentre estes, 18,89% vivenciavam uma pobreza extrema; a queda no preço do barril do petróleo durante o ano de 1998 resultou no corte dos gastos públicos e na deterioração dos serviços públicos (30% da população não tinha acesso aos serviços de saúde); a inflação acumulou mais de 800% no período constitucional de Caldera; o desemprego estava acima dos 10% e aproximadamente metade da população economicamente ativa se localizava no setor informal; a mortalidade por desnutrição havia dobrado entre o ano de 1993 e 1997 (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 189-90). O país havia passado, em 1994, pela pior crise financeira do século, que apenas começou a ser amenizada em fins de 1997 quando o preço do petróleo no cenário internacional passou a cair novamente. A descrença com relação aos partidos e instituições políticas era generalizada no fim da gestão de Caldera. Contudo, a figura de Chávez, embalada por um discurso voltado aos setores empobrecidos e que questionava o sistema político anterior, aflorou nas massas populares a esperança de mudanças profundas.

Chávez era um militar, e seu partido político recém-formado não tinha bases proletárias. A origem de seus membros estava majoritariamente na pequena burguesia, mas desde a tentativa de golpe de 1992 gerou expectativas entre as massas populares. Se não é possível compreender de imediato todos os fatores que atraíram a simpatia popular ao tenente-coronel preso em 1992, ao menos uma coisa se pode concluir a este respeito: a classe trabalhadora não apostava, naquele momento, em um projeto próprio, não tinha um partido próprio, logo, não tinha nenhuma aposta eleitoral que a representasse de conjunto e em separado das demais classes. A figura desconhecida que apareceu a essa gente em um contexto não menos impactante que um golpe de Estado, ocupou esse lugar e, após lançar sua candidatura em 1998, Hugo Chávez saiu vitorioso no pleito eleitoral.

É também evidente que a burguesia, que havia governado a nação por quatro décadas com alguma tranquilidade – isto é, sob a quantidade mais ou menos habitual e segura do conflito entre as classes – agora já não podia mais fazê-lo. A burguesia, em suas diferentes frações, se encontrava em crise e por conta disso se viu derrotada frente a um candidato de primeira eleição.

Se aquele não era, portanto, o representante do proletariado organizado, tampouco era um candidato habitual de alguma fração burguesa. Sua candidatura representava uma franja de diferentes setores que incluía trabalhadores, parte da classe média, fragmentos do empresariado, enfim, todos aqueles que estavam descontentes com os problemas pelos quais perpassava o país desde a década de 1980. Seu discurso, promotor da “unidade nacional”, parecia querer posicioná-lo acima das classes. Era o candidato de todo o “povo” venezuelano (ARENAS, 2006, p. 46-7). Mas era fato que a vitória de Chávez significava uma derrota dos partidos tradicionais e isso explicitava a crise de representação política da burguesia.

A aliança política dirigida por Chávez, conhecida como *Polo Patriótico*, tinha como base programática o questionamento ao caráter clientelista dos partidos tradicionais e a crítica à concentração do poder. Prometia reformas estatais e a redução de algumas instituições do Estado, como os ministérios (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 22). A proposta era retirar os políticos tradicionais da cena política, ampliar os espaços de participação popular e fazer um governo onde todos os setores da sociedade venezuelana pudessem conviver bem, dentro dos marcos institucionais. Com este programa, o Polo Patriótico havia conquistado o apoio das organizações sindicais CUTV (PCV) e *El Nuevo Sindicalismo* (Causa R), além dos setores sindicais emergentes, ligados diretamente ao MVR.

Enquanto isso, a maioria das forças sindicais, ainda vinculadas aos partidos tradicionais, se posicionou ao lado do que acabou se denominando como o “Polo Democrático” (que juntava AD, COPEI, uma nova organização chamada *Proyecto Venezuela*, entre outros) – foram os casos das centrais CTV, CODESA e CGT (*Confederación General de Trabajadores*). Todavia, muitos ativistas e sindicalistas de base que eram filiados a estas centrais, apoiaram Chávez.

Após a eleição de Chávez, Carlos Navarro, secretario geral da CTV questionou os pronunciamentos do presidente contra a confederação. O líder cetevista ameaçava parar o país caso Chávez interferisse nas atividades da organização. Mas nas eleições parlamentares de novembro de 1998 Navarro e Federico Ramírez Leon, candidatos da cúpula da CTV, não foram eleitos, demonstrando o descontentamento dos trabalhadores com os líderes sindicais<sup>30</sup> (URQUIJO, 2004, p. 92).

Os setores minoritários da CTV, que questionavam há muito tempo a liderança da AD, aproveitaram a correlação de forças desfavorável aos *adecos* para

---

<sup>30</sup> O descontentamento aumentou depois das mudanças na lei de segurança social aprovada em 1997 na Comissão Tripartite em que a CTV fazia parte (URQUIJO, 2004, p. 90).

reivindicar eleições democráticas e diretas para a escolha da direção, apostando em uma renovação da confederação. Os sindicalistas favoráveis a Chávez organizam a *Frente Sindical Nacional Constituinte dos Trabajadores*, com o fim de apresentar propostas para a Assembleia Constituinte. Os principais aspectos elencados diziam respeito à formulação de uma política de empregos, ao resgate do sistema de prestações sociais e a uma política de segurança social, que visassem melhorar as condições de trabalho e a convocação de uma Assembleia Sindical Constituinte, a ser realizada ainda naquele ano. Inicia-se uma verdadeira guerra entre os sindicalistas ligados à direção *adeca* e *copeyana*, de um lado, e os chavistas, de outro.

Eleito, o governo bolivariano criou em 1999 uma nova constituição, que reconstituiu as instituições estatais de forma a manter a estrutura do Estado, incorporando dois poderes adicionais: o Poder Eleitoral e o Poder Cidadão – este último com pouco peso político-institucional (LANDER, 2007, p. 69).

O modelo econômico dos primeiros anos de gestão também não apresentou grandes modificações com relação aos anteriores. O governo apostou em um sistema misto entre o setor público e o privado, que se mantém até os dias atuais – ainda que se tenha criado novos modelos posteriormente. Essa estratégia econômica fez com que alguns analistas, como Nelly Arenas, apontassem a proximidade do modelo chavista com a perspectiva neoliberal:

[...] la ley que evita la doble tributación la cual favorece sobre todo a las empresas estadounidenses, así como la Ley sobre Promoción y Protección de Inversiones la que asegura a los inversionistas la libre transferencia, sin necesidad de autorización, en divisas libremente convertibles, de la totalidad de sus capitales, dividendos o utilidades netos comprobadas, arman una arquitectura jurídica de estirpe liberal. (ARENAS, 2006, p. 50).

Mas o fato é que agora, a população mais pobre voltava a acreditar em dias melhores. Diante disto, a inquietude popular que havia marcado o período precedente a Chávez adquiriu um novo formato. Os protestos continuavam ocorrendo no início de 1999, mas já não se direcionavam mais contra o presidente ou o governo central. Ao contrário, as pessoas agora queriam expor suas necessidades ao presidente e confiavam que seriam atendidas por ele. O palco central dos protestos se deslocou, então, da sede do Congresso para o palácio de Miraflores, evidenciando a centralidade que adquiria Chávez já nos primeiros meses de sua gestão. López Maya (2002, p. 23) descreve a expectativa dos setores mais pauperizados na figura do presidente:

[...] durante las primeras semanas de la administración se formaban largas colas de personas – algunas de las cuales venían desde el interior del país – que esperaban para hablar personalmente con el Presidente sobre sus problemas y pedir su resolución. Las peticiones podían variar desde la solicitud de apoyo para un proyecto comunitario de algún pueblo en el interior, hasta la petición de ayuda para un medicamento por un pariente enfermo. [...] Así, si bien el Presidente no era el blanco de las protestas, los actores se dirigían a él en busca de comprensión y decisiones.

Segundo López Maya, a popularidade do líder bolivariano teria gerado uma intensificação da “*política de la calle*”. Nos primeiros anos – em especial até 2004 – o governo Chávez, diferentemente das administrações anteriores, não fazia uso frequente da repressão aos protestos. Por outro lado, a crise financeira e fiscal que atingiu o país durante o governo Calderas (1994-1998), intensificando o empobrecimento da maior parte da população, motivava a multiplicação dos protestos populares.

A efervescência popular que se inicia no final dos anos 1980 vai adquirindo, sob o governo Chávez, avanços organizativos. A necessidade das massas populares em responder de forma ativa à difícil situação de vida em que se encontravam; a confiança de que o novo governo poderia lhes proporcionar melhorias; e a necessidade de defender Chávez frente às ofensivas opositoras, que se tornam mais evidentes a partir de 2001, reimpulsionaram a organização popular. As experiências organizativas nos bairros e a criação dos Círculos Bolivarianos, que se multiplicavam pelo país, são fruto deste processo.

Os chamados Círculos Bolivarianos foram formados na Venezuela no ano 2000 por iniciativa autônoma dos moradores dos bairros, especialmente de Caracas, devido a uma necessidade da própria luta de classes. Em 2001, observando a necessidade de mobilizar sua base de apoio para se defender frente às ações da oposição, Chávez convocou a criação de novos Círculos. Além de reivindicarem educação, saúde, assistência social, emprego, energia, água potável etc., estas organizações foram instrumentos imprescindíveis na luta contra os setores golpistas entre 2001 e 2003.

Segundo registros oficiais, havia em dezembro de 2001, 15.000 Círculos Bolivarianos no país – cada um reunia entre 4 e 11 pessoas (DAMASCENO, 2010, p. 132). Depois do golpe de 11 de abril de 2002 contra Chávez há um visível crescimento dos Círculos Bolivarianos, que passaram a somar 123.000 (DAMASCENO, 2010, p. 140). O crescimento é surpreendente. Está claro que os setores populares viam nestes organismos uma forma de defender o governo que identificavam como o seu governo. Mas ainda praticavam uma ação mais independente, que não era centralizada pela direção chavista. O governo chegou a criar uma Coordenação Nacional de Círculos Bolivarianos (CNCB) para coordenar e centralizar

sob sua direção as atividades desenvolvidas pelos Círculos, mas muitas das organizações se recusaram a se inscrever, apesar de que as inscrições eram obrigatórias (CÍCERO, 2010, p. 147).

Tendo em vista o fato que os CB [Círculos Bolivarianos] foram formados a partir das expressões de um movimento popular o qual, retomando o Caracazo, construiu sua história de maneira a prezar pela conservação dos ideais fundados na participação direta e autônoma da base, houve sérias dificuldades para que a perspectiva vertical e hierarquizada proposta pelo governo fosse aceita (CÍCERO, 2010, p. 148).

Os Círculos Bolivarianos não tinham uma estrutura vertical, nem horizontal entre si. Não havia ligação orgânica entre eles. Tratava-se de células independentes, em sua maioria baseadas no autofinanciamento – ou seja, não recebiam verbas governamentais e sua arrecadação, geralmente baixa, provinha da contribuição individual dos próprios membros ou da venda de rifas e outras campanhas<sup>31</sup> (CÍCERO, 2010, p. 149). O modelo de funcionamento e as atividades desenvolvidas nestes espaços variavam bastante. Segundo Damasceno, no auge da propagação destes organismos era possível encontrar desde espaços cujos participantes eram idosos de 70 anos que discutiam os problemas de seu bairro, até Círculos militarizados.

Devido à influência do governo, muitos dos assuntos debatidos eram pautados diretamente por Chávez em seus programas de TV (DAMASCENO, 2010, p. 141-4). Com a penetração do partido governista (MVR) nos Círculos, por um lado, e a intensificação da polarização política entre governo e oposição, por outro, estes espaços foram se modificando, passando a atuar como comitês de apoio ao presidente (CÍCERO, 2010, p. 150). Chávez foi, então, um impulsionador dos Círculos e foi diretamente favorecido por sua propagação tanto nos pleitos eleitorais como em momentos decisivos da luta de classes.

Retomada a “normalidade” da situação política no país depois do golpe de 2002, o governo lançou esforços por pacificar a relação com os setores golpistas. Os Círculos, que acabavam sendo um instrumento de tensão contra os opositores, passaram a ser um problema para o governo. Suas ações não se limitavam a defender o governo. A partir destes espaços os trabalhadores e a população pobre começavam a se organizar, debater e estudar política. Por isso, podiam mesmo se mostrar um risco para a ordem institucional, uma vez que muitos deles encontravam-se inclusive armados. Conforme se intensificavam os conflitos

---

<sup>31</sup> Quando recebiam alguma ajuda do governo, geralmente municipal, esta vinha na forma de um ônibus fretado ou algum material, como bandeiras etc. (CÍCERO, 2010, p. 149).

entre chavistas e opositores, ficava mais evidente que o governo não poderia controlá-los integralmente. Diante disto, implantou uma política de desmonte destes organismos populares. De início, investiu nas Unidades de Batalha Eleitoral (UBAs) – que passaram a funcionar como comitês de campanha do chavismo –, e posteriormente, foi substituindo os Círculos pelos Conselhos Comunais, criados em 2005. Em poucos anos os Círculos Bolivarianos já estavam praticamente extintos.

Os Conselhos Comunais, estes sim, possibilitam maior controle, uma vez que dependem diretamente do financiamento estatal. Segundo o governo, a conformação destes novos Conselhos visava possibilitar uma participação da comunidade no desenvolvimento e no controle de políticas públicas em seu bairro<sup>32</sup>. Mas ao invés de funcionarem como um mecanismo de transferência de poder para o povo, como propagandeou a direção chavista, acabaram funcionando como mecanismos de cooptação e controle sobre os setores populares, dependentes das políticas clientelistas. Para Pedro Henrique de Moraes Cícero (2010) os mecanismos de democracia participativa propostos pelo governo bolivariano, em especial os Conselhos Comunais, “foram utilizados como subterfúgios pensados para ludibriar o movimento popular através do estabelecimento de mecanismos legais que, na verdade, necessitam de mediação governamental para disporem de aplicabilidade prática” (CÍCERO, 2010, p. 121).

O número de Conselhos Comunais também cresceu rapidamente. Em março de 2008 já haviam sido criados 26.143 (CÍCERO, 2010, p. 161) e em novembro de 2012 o número chegou a 44.196 (CADIVI, 01/11/2012). Ainda que tenham alcançado algumas melhorias nos bairros – principalmente relacionadas à estrutura física das escolas, saneamento básico, coleta de lixo etc. – e possibilitado a participação das comunidades na gestão de políticas públicas concernentes às questões mais próximas, estes espaços significaram também prejuízos no que tange ao desenvolvimento político autônomo nos bairros:

Imprimindo diretrizes típicas da verticalidade ‘de cima para baixo’, a instalação dos CC [Conselhos Comunais] debilitou significativamente as instâncias locais de participação, uma vez que seu funcionamento obrigou as organizações já existentes a se colocarem sob o comando dos neonatos CC para ter acesso aos recursos públicos (CÍCERO, 2010, p. 164-5).

---

<sup>32</sup> O papel dos Conselhos Comunais consiste, entre outras coisas, em definir e hierarquizar as necessidades de sua comunidade/bairro, executar as medidas necessárias com os recursos disponibilizados pelo Estado e exercer a controladoria social sobre estes investimentos (CÍCERO, 2010, p. 161). Tratam de forma exclusiva de questões cotidianas e pontuais que se referem ao espaço local e não têm alcance na esfera política mais ampla.

Segundo o autor, há vários aspectos demonstrativos desta violação à autonomia dos Conselhos: são funcionários vinculados ao governo que acabam deferindo ou não os pedidos de formalização dos CC; a distribuição financeira é atrelada ao governo e há inúmeras denúncias de que há um controle político e ideológico do processo pela cúpula chavista; funcionam sob uma lógica clientelista que negocia verbas e investimento público em troca de apoio político e filiação ao PSUV (*Partido Socialista Unido de Venezuela*); entre outros (CÍCERO, 2010, p. 167-8).

Enquanto a participação popular era evidente e o governo lançava os seus esforços por controlá-la, aproximando-a de sua influência política, o movimento operário/sindical propriamente dito ainda estava há alguns passos atrás. Porém, é preciso reconhecer que ainda que de forma mais lenta, estas experiências de organização popular também tiveram reflexos na organização do movimento operário venezuelano. Muitos operários e/ou seus familiares participaram dos Círculos Bolivarianos ou dos Conselhos Comunais e estes também estiveram presentes, embora não como um movimento de trabalhadores, nas ações que visavam defender Chávez das iniciativas da oposição, como no golpe de 2002, por exemplo.

A recomposição de forças e o processo de reorganização sindical na Venezuela, portanto, se evidenciou mais tarde, já depois do referido golpe e deu origem a um novo movimento operário, não mais vinculado à velha CTV. Todavia, este processo, que aqui estamos denominando “reorganização operária”, ainda não se consolidou e novos desafios emergem diante do movimento durante o governo bolivariano. Demonstrar esse processo e problematizar sua relação com o governo Chávez é o objeto dos próximos capítulos.

## 2 O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO SOB O GOVERNO CHÁVEZ

### 2.1 A ASCENSÃO DAS LUTAS OPERÁRIAS NA VENEZUELA BOLIVARIANA

A multiplicação das mobilizações operárias se torna visível na Venezuela dos últimos anos. Formas tradicionais de luta deste sujeito – como greves, passeatas, assembleias e marchas – são fortemente retomadas como meios de reivindicar melhores salários e condições de trabalho, garantia de emprego, fim das terceirizações, respeito aos direitos trabalhistas, autonomia sindical e o fim da criminalização dos protestos. As ocupações de fábricas, o controle operário e as lutas por nacionalização, que caracterizaram as mobilizações argentinas do início do século, ganharam também muita popularidade entre o operariado venezuelano. Conforme relato da *Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas en Cogestión y Ocupadas* (FRETECO), “a finales de 2004 y en la primera mitad de 2005 vimos el inicio de un movimiento de la clase obrera para intentar poner su sello en esta revolución” (MORENO; SANABRIA, 2006).

No mesmo sentido, Orlando Chirino, um importante sindicalista venezuelano, destacou em uma entrevista de 2005: “A diario enfrentan conflictos, se toman instalaciones de empresas, enfrentan a los burócratas. Hay un verdadero aluvión de construcción de nuevos sindicatos y de experiencias inéditas en la lucha de los trabajadores en Venezuela.” (GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 23).

Para a *Corriente Clasista Unitaria Revolucionaria Autónoma* (C-CURA), dirigida por Chirino, o número de trabalhadores envolvidos em conflitos diretos com o patrão no ano de 2008 teria se aproximado dos 100.000 – os principais casos estariam nas empresas: *Toyota, Mitsubishi, Metalpress, Firestone, Coca Cola, Cadafe, Planta de Tratamiento de Desechos Sólidos en Mérida, ULA TV, Autotex, Sanitarios Maracay e Sidor*:

Los portones de las fábricas, las oficinas de empleo público y las factorías agroindustriales volvieron a ser el escenario natural de concentración de los trabajadores para debatir las acciones en defensa de nuestros derechos o para iniciar los grandes combates contra los gobiernos que pretendían arrebatar nos nuestras conquistas (CCURA, 2008, p. 9).

*Unidad Socialista de Izquierda* (USI), um novo partido formado por Chirino, também descrevia em 2008 o aumento das lutas operárias no país:

[...] cada día que pasa, las calles y avenidas de las principales ciudades y sobre todo Caracas, han sido tomadas por infinidad de marchas y conflictos por demandas salariales, exigencia al reconocimiento de las convenciones colectivas, defensa de los derechos sindicales, gremios encadenados exigiendo sean atendidos, reclamos por viviendas y servicios públicos: Los trabajadores estamos peleando (USI, 2008, p. 4).

Muitos são os casos de conflitos operários citados pelas organizações sindicais e políticas, principalmente desde 2003. Os operários da Mitsubishi e da Vivex (que fabrica vidros para carros), por exemplo, vinham desenvolvendo uma luta desde aquele ano para exigir melhores condições de trabalho e organizaram novos sindicatos a partir da batalha contra a paralisação patronal de 2002/2003. Na primeira empresa, a criação do sindicato permitiu que os operários ocupassem a fábrica por sessenta dias contra a demissão dos terceirizados, conquistando temporariamente a reincorporação dos demitidos. Os operários de Vivex, que também ocuparam a planta, conquistaram recentemente a nacionalização da fábrica.

O periódico *El Topo Obrero*, da *Corriente Socialista Revolucionária* (CSR), chavista, destaca a luta dos trabalhadores da *Pro-Avena*, que em julho de 2006, organizaram uma caravana na cidade de *Valencia* para reivindicar a negociação do contrato coletivo, já que as discussões estavam suspensas pelo patrão. A assembleia na empresa contou com a participação de dirigentes de diversas fábricas da região “que tienen conflictos planteados, algunos desde hace 90 días y en otros con huelgas desde más de 20 días y otros que iniciaban su lucha en ese día” (CSR, 2007, p. 7).

O jornal *Voz de los Trabajadores*, publicação do *USI*, relatou a mobilização de 3000 trabalhadores do setor elétrico que marcharam para a Assembleia Nacional, em junho de 2008, exigindo que se iniciassem as discussões do contrato coletivo. O mesmo jornal menciona a luta dos operários da *Toyota*, localizada na cidade de Cumaná, que paralisaram por uma semana suas atividades, em protesto contra as provocações da patronal, que violou um acordo com os trabalhadores. Em outras fábricas, como a Pepsi-Cola de Cumaná e de Trujillo, e a Hidrocapital, de Caracas, realizavam-se protestos pelo direito à organização sindical (USI, 2008, p. 4-5).

A maior parte dos conflitos se manifesta inicialmente na forma de protestos contra o desrespeito aos contratos coletivos, a ameaça de desemprego pelo fechamento das fábricas, os baixos salários, as condições ruins de trabalho, ou a perseguição aos dirigentes

sindicais. Mas as imposições dos patrões e a falta de perspectivas de negociação empurraram os trabalhadores a radicalizar suas ações em busca de solução aos seus problemas.

Foi assim quando a metalúrgica *Primulca*, produtora de cafeteiras e frigideiras para exportação, foi abandonada pelo patrão em junho de 2006, deixando na rua 47 operários. O sindicato, ligado à *Unión Nacional de Trabajadores*, há algum tempo vinha pressionando o patrão para firmar um contrato coletivo. Ao invés de atender a reivindicação, o empresário preferiu abandonar a fábrica e, assim, livrar-se da pressão dos sindicalistas. Frente à necessidade de defender os seus empregos, os trabalhadores optaram por manter a produção sob seu próprio controle: “Lo hacemos todo sin necesidad de la labor de los supervisores [...]. Y en este plan tenemos unos 21 días funcionando bajo control obrero.”, afirma Anyes Partidas, Secretário Geral do Sindicato (GALÍNDEZ, 2006, p. 9).

A fábrica *Macusa*, de autopeças, passou por um processo semelhante. Diante da queixa dos operários com relação aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho, o patrão ameaçou mudar a fábrica de região. Então,

Los trabajadores tomaron la fábrica, ocuparon sus portones [...]. Con el apoyo material y humano de otras fabricas de la región, incluso trabajadores petroleros, han conquistado dos enormes victorias. La primera es la negociación del Contrato Colectivo y la segunda es que la empresa no se va de allí (UST, 2006, p. 8).

Ainda que os sindicalistas e ativistas do movimento identifiquem que há uma ascensão das lutas sindicais no país, principalmente a partir de 2004, a participação do operariado nas lutas sociais só tem sido identificada pelos pesquisadores mais recentemente. O Observatório Social da América Latina (OSAL), do CLACSO (*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*), por exemplo, tem relatado importantes conflitos trabalhistas desde 2008, mas passou a identificar uma tendência ao crescimento desses conflitos somente a partir de 2009.

Segundo os relatos do órgão, as paralisações gerais ou parciais e concentrações de trabalhadores estavam entre as ações mais praticadas nos protestos de 2009, cujo objetivo principal era “exigir al Gobierno y a la empresa privada el cumplimiento de compromisos salariales y la discusión de convenciones colectivas.” (PONCE, 2010, p. 5). Neste período, os trabalhadores das indústrias básicas registraram o maior número de protestos, seguidos pelos empregados na saúde, educação e transporte (PONCE, 2010, p. 5).

Quanto às mobilizações de 2010, o Observatório registra que as principais ações se deram em forma de concentrações, bloqueios de ruas, paralisações de atividades

trabalhistas e marchas. Os atores de destaque neste ano seriam, novamente, os trabalhadores, seguidos por moradores de bairros e estudantes universitários (PONCE, 2010, p. 4). Os problemas no sistema de energia elétrica e no serviço de água também foram motivos de conflitos naquele ano, mas, “es en el sector laboral donde se registra la frecuencia más alta de protestas y conflictos en todo el territorio nacional.”, afirma o relatório (PONCE, 2010, p. 4).

A pesquisa realizada pelo OSAL revela que os conflitos trabalhistas não se resumiam a contradições entre os operários e os patrões privados. Também estavam se alastrando conflitos protagonizados por trabalhadores dos setores públicos, que faziam exigências diretamente ao governo:

Aproximadamente 12 mil trabajadores de la Corporación Venezolana de Guayana (CVG), se encuentran en conflicto permanente exigiendo al Ministerio de Industrias Básicas y Minería (MIBAM) la cancelación de compromisos contractuales. Sin embargo, voceros oficiales responsables del Plan Guayana Socialista, reiteran la imposibilidad del gobierno para cumplir con las deudas, argumentando que no disponen de recursos económicos. La situación se repite con los trabajadores petroleros, y la nómina dependiente del gobierno nacional y regional (PONCE, 2010, p. 5).

Estudos realizados pelo *Observatorio Venezolano de Conflictividad Social* (OVCD), coordenado pelo pesquisador Marco Ponce, indicam ainda que em 2011 o número de protestos sociais aumentou 70% com relação ao ano anterior, atingindo a estrondosa cifra de 5.338 mobilizações<sup>33</sup>. Dentre estas, 2.093 se trataram de conflitos trabalhistas, ou seja, quase 40% do total (LACLASE.INFO, 13/01/2012).

Os estudos também demonstram que desde 2001 há um aumento considerável do número de sindicatos. Segundo uma pesquisa realizada por Consuelo Iranzo e Jacqueline Richter (2006), houve um crescimento atípico destas entidades a partir deste ano:

De hecho, los datos oficiales reportan un crecimiento atípico de la inscripción de nuevas organizaciones sindicales, sobre todo a partir de 2001, llegando a duplicarse en comparación con los datos existentes en años anteriores: mientras que entre 1994 y el 2000 el promedio de creación de sindicatos era de 227, en el 2001, año de las elecciones sindicales, se crearon 519 y desde entonces la cifra no baja de 430 por año, al punto que entre 2002 y 2004 se crearon 1335 sindicatos, casi la mitad de los que existían en el 2001 (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 19).

---

<sup>33</sup> A organização de direitos humanos PROVEA registrou entre outubro de 2007 e setembro de 2008, 1.763 protestos. No mesmo período do ano seguinte foram registrados 2.893 protestos. Em 2010, o número de protestos chega a 3.315 mobilizações (PONCE, 2011, p. 160).

Mas, apesar do aumento das organizações sindicais já em 2001, não havia ainda um forte movimento operário nesta época. Nas lutas contra o golpe opositorista de abril de 2002, por exemplo, a participação do operariado estava, em grande parte, diluída entre a ação dos diversos setores populares<sup>34</sup>. Nesta ocasião, as bases sindicalizadas ainda não haviam rompido com sua antiga direção sindical, a *Confederación de Trabajadores de Venezuela*, que integrava os setores golpistas. O movimento operário, assim, parecia estar à margem das lutas sociais no país. Quais fatores, então, teriam impulsionado este sujeito a rever sua posição e a converter-se no principal ator das mobilizações do último período?

## 2.2 A LUTA CONTRA OS *PAROS* E O INÍCIO DA REORGANIZAÇÃO OPERÁRIA

O primeiro *paro* patronal, realizado em 10 de dezembro de 2001, tinha um significado imperioso para a oposição: sua adesão e vitória seriam as justificativas para sustentar o golpe contra Chávez no ano seguinte (DAMASCENO, 2010, p. 159). O principal questionamento dos opositores ao governo, nesta época, era a implantação de 49 Leis Habilitantes, sancionadas pelo presidente em 13 de novembro de 2001 (DAMASCENO, 2010, p. 159).

As Leis Habilitantes mais alvejadas foram a lei de n.1 – Ley de Tierras y Desarrollo Agrario; a de n. 19 – Ley de Zonas Costeras e a de n. 35 – Ley de Pesca y Acuicultura. Todas estas foram intensivamente bombardeadas como sendo o fim da propriedade privada, da democracia e o futuro do comunismo (DAMASCENO, 2010, p. 160).

Após o pronunciamento destas leis, parte da oposição, em especial os setores mais abastados, começou a se organizar firmemente contra o governo<sup>35</sup>. Para se contrapor à Lei de Zonas Costeiras, formaram comitês em defesa da propriedade através dos quais realizavam reuniões e palestras, e até ofereciam assessoria jurídica aos interessados (DAMASCENO, 2010, p. 160).

Organizada principalmente pela federação empresarial *Fedecámaras*, pela CTV e pela Igreja Católica, a paralisação de 2001 contou com a adesão de uma parcela

---

<sup>34</sup> Como será tratado mais adiante, o operariado atuou como movimento organizado em alguns lugares, como na região de Guayana, cumprindo um importante papel na derrota do golpe. Mas essa atuação organizada do operariado não foi a marca de sua participação nos protestos de abril.

<sup>35</sup> Apesar da insatisfação da oposição, nenhuma dessas leis tinha um conteúdo muito radical. Conforme conclui Damasceno: “[...] não detectamos nenhum destes riscos de desaparecer com a propriedade privada como alegava a burguesia. Por exemplo, a Lei de Zonas Costeiras regulava o uso do solo, no sentido de preservar ecologicamente para futuras gerações estas áreas [...]” (DAMASCENO, 2010, p. 162).

significativa de trabalhadores. Algumas das bandeiras levantadas tocavam em pontos mais gerais, como o desemprego (cuja taxa atinge 20%), a falta de investimentos públicos e a insegurança social e, por isso, atraíram algumas organizações, como *La Causa R* – que ainda tinha algum peso entre o operariado (DAMASCENO, 2010, p. 163).

Segundo dados da Fedecámaras, disponibilizados pelo historiador Fernando Damasceno (2010), o *paro* atingiu 90% das atividades produtivas do país (entre indústria, produção agrícola, comércio, transporte, escolas, bancos e até jornais) (DAMASCENO, 2010, p. 165). A difícil situação vivenciada pelos trabalhadores, fruto do congelamento dos salários, empurrou inclusive setores do funcionalismo público a aderir à paralisação.

De início, Chávez demonstrou desprezo pelo ocorrido: “Los escuálidos quisieron llegar al Palacio de Gobierno a pedir mi renuncia. No lograron juntar ni mil personas. Nos dan lástima.” afirmou (Chávez *apud* DAMASCENO, p. 163). Porém, pouco tempo depois, como lembra o autor, “Chávez estava disposto a retroceder, quando diz que quer rediscutir a lei de terras e todas as outras leis Habilitantes e de fato faz modificações logo em seguida para atender ao pedido da oposição” (DAMASCENO, 2010, p. 166-7).

Apesar da disposição do mandatário nacional à conciliação, a oposição se demonstrou intransigente e lançou-se no projeto de derrubá-lo de seu cargo. Com o sucesso do *paro* de 10 de dezembro de 2001, os setores opositores alimentavam a certeza de que obteriam a vitória na nova empreitada. Não contaram, porém, com a mobilização das massas populares que, apesar de não verem resolvidos os seus problemas, acreditavam que Chávez era o único que poderia resolvê-los. A adesão ao *paro* de 24 horas em 2001 não significava uma ruptura da população com Chávez, como pensava a oposição.

Desde fevereiro, estes setores vinham ameaçando publicamente o governo<sup>36</sup>. E no mês de abril, o presidente da CTV, Carlos Ortega, convocou os trabalhadores sindicalizados a realizarem assembleias com o objetivo de deflagrar uma greve geral naquele mês. Uma nova paralisação tem início em 9 de abril de 2002.

Para tentar conter o envolvimento dos trabalhadores, Chávez anuncia um aumento de 20% no salário mínimo. Mas a oposição leva adiante o seu plano. O *paro* que precede ao golpe, é inferior ao de 2001. Ainda assim, o balanço da Fedecámaras é que 82% das atividades nos setores da indústria, agropecuária, transporte, trabalho informal e comércio, ficaram paradas (cf. DAMASCENO, 2010, p. 188).

---

<sup>36</sup> Em fevereiro de 2002 o Coronel da Aviação Pedro Vicente Soto, que esteve ao lado de Chávez na ação de 1992, ameaçou o presidente venezuelano, exigindo sua saída imediata. Seu pronunciamento ganhou grande repercussão da mídia (DAMASCENO, 2010, p. 175).

O próximo passo seria a marcha ao palácio Miraflores. Agrupados em aproximadamente 200 mil pessoas, a oposição se enfrentou com os populares que estavam reunidos em defesa do governo. O confronto resultou em ao menos 19 mortes entre aqueles que defendiam o Palácio<sup>37</sup> (DAMASCENO, 2010, p. 189). Ainda naquele 11 de abril, foi efetuado o golpe que retirou Chávez da presidência, substituindo-o por Pedro Carmona Estanga, então presidente da Fedecámaras. Como se sabe, a população mais pobre, os Círculos Bolivarianos, as associações de bairro, entre outros setores, saíram às ruas em defesa de Chávez. O golpe desferido em 11 de abril de 2002 teve seu fim em 48 horas, quando a oposição foi finalmente derrotada pela ação das massas populares, no dia 13.

A pesquisa de Damasceno demonstra que, contrariando as expectativas da CTV, o movimento operário teve, em algumas regiões, uma atuação fundamental para a derrota do golpe. Em Guayana, por exemplo, várias empresas foram tomadas pelos trabalhadores – entre elas a estatal produtora de alumínio, Alcasa (DAMASCENO, 2010, p. 195). Com base em uma entrevista realizada com o então dirigente sindical da região, Elio Colmenarez, Damasceno relata:

No dia 12 de abril, cerca de 20 a 30 mil operários, na avaliação de Colmenarez, se concentraram nos pátios da CVG e o Prefeito da cidade teve de entregar as armas da Guarda Municipal para estes operários que as exigiram. Nesse sentido, já se tornava um movimento operário armado, quem não possuía armas retiradas da Guarda Nacional e da polícia, possuía suas armas particulares (DAMASCENO, 2010, p. 195).

Mas é fato que, de maneira geral, o conjunto do movimento operário venezuelano ainda não havia rompido totalmente com a CTV e estava desorganizado neste período. Afinal, a central tinha 40 anos de história, “y a pesar de sus permanentes traiciones, todavía muchos tenían la esperanza en doblegar a su dirección e imponer una nueva.” (Chirino *apud* GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 11). O ponto final da relação entre a CTV e a base dos trabalhadores, todavia, não tardaria a aparecer.

Passados alguns dias do episódio de abril, iniciaram-se os preparativos para o tradicional ato de Primeiro de Maio. Nesta ocasião, ficou evidente que os trabalhadores sindicalizados estavam rompendo com sua antiga direção *cetevista* e agiam, de forma cada vez mais contundente, contrários a ela:

---

<sup>37</sup> Segundo os dados da Anistia Internacional, os confrontos de abril teriam deixado ao menos 45 mortos. O número de feridos na região de Caracas ultrapassou os 330, segundo o corpo de bombeiros (DAMASCENO, 2010, p. 199).

Ese día cientos de miles de trabajadores, provenientes de todas partes del país junto con los pobladores de la Gran Caracas, realizaron una de las más grandes movilizaciones que se recuerden en la historia moderna de Venezuela. Con un recorrido de más de 15 kilómetros, iniciando en El Poliedro y finalizando en cercanías del Palacio de Miraflores, los participantes exigieron cárcel y castigo a los promotores del paro y los responsables de los asesinatos, ninguna negociación ni concesión a los golpistas, rechazo a la injerencia norteamericana, reclamaron nacionalización de los medios de comunicación en manos privadas, todo ello a pesar de que el gobierno proponía no realizar la movilización para evitar provocaciones y enfrentamientos (HERNÁNDEZ; CHIRINO, 2012).

Mesmo depois de derrotado o golpe, a oposição organizou mais um *paro* nacional, e desta vez atingiu fortemente a indústria petroleira, devido ao apoio dos altos funcionários da PDVSA. Mas, diferentemente do que ocorreu durante o *paro* de 2001, a polarização política estava intensa e as verdadeiras intenções da oposição eram já evidentes. Por isso, os trabalhadores tiveram uma atuação veemente para derrotar o *paro* de dezembro de 2002, ainda que sua central sindical estivesse convocando a paralisação. Conforme explicam os sindicalistas Orlando Chirino e Miguel Ángel:

El paro fue un fracaso porque los trabajadores acudieron a sus puestos de trabajo. En las instalaciones petroleras, donde los golpistas tenían cifradas sus esperanzas, éstos fueron repudiados y vieron cómo los petroleros y los sectores populares se enfrentaban en los alrededores de las refinerías a las bandas armadas financiadas por la plana ejecutiva de Pdvsa que quería a toda costa garantizar el lockout patronal (HERNÁNDEZ; CHIRINO, 2012).

Para impedir que se paralisasse a produção do principal sustentáculo da economia venezuelana, os operários petroleiros enfrentaram seus gerentes e conduziram por sua própria conta a produção da gigante PDVSA por quase 48 horas (DAMASCENO, 2010, p. 17). Na refinaria de Puerto La Cruz, expulsaram os diretores e gerentes e mantiveram a empresa funcionando. Organizaram-se em comitês e garantiram o controle sobre a produção e distribuição:

A classe operária petroleira, com o apoio de uma parte da população pobre do país, sai uma vez mais contra esta atitude [de boicote da burguesia] e mediante um processo tumultuado de luta tomam o controle das instalações da empresa, e a partir da refinaria de Puerto La Cruz, estado de Anzoátegui, reiniciam a produção e distribuição de combustível e petróleo (DAMASCENO, 2010, p. 17).

Essa foi a maior e a mais importante experiência de controle operário durante o governo Chávez, porque se tratou de uma resposta dos operários petroleiros não só

às paralisações da burguesia, mas ao apoio que a burocracia sindical da CTV ofereceu ao locaute patronal. Tratou-se, portanto, de um enfrentamento e uma ruptura definitiva, por parte do operariado, com sua antiga direção sindical – fator fundamental para que se desenvolvesse a reorganização do movimento. Este acontecimento decorreu da própria dinâmica da luta de classes, não foi proposto pelo governo ou qualquer outra organização. Foi uma necessidade dos próprios trabalhadores em luta.

Durante os dois meses do *paro*, iniciado em dezembro de 2002, o método utilizado pelos trabalhadores foi o do confronto e da ação direta. E foi esta arma que derrotou mais uma vez os setores golpistas. O reestabelecimento da produção pelos petroleiros permitiu que as atividades do país se normalizassem pouco a pouco, derrotando a emboscada elaborada pela oposição golpista. A ação dos trabalhadores petroleiros na derrota da sabotagem patronal é expressa de forma contundente por Orlando Chirino:

Desde mi punto de vista, el triunfo sobre el paro-saboteo fue una nueva revolución, de carácter obrero, donde los trabajadores fueron el sujeto protagónico y donde el cuestionamiento era frontal al empresariado y su ‘propiedad privada’ sobre las empresas. [...] y la clase obrera ejerció por varios días el Control Obrero sobre la producción, no sólo en PDVSA, sino también en las empresas básicas, el sector eléctrico y muchas más (Chirino *apud* GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 11).

Intensifica-se aí, na luta contra o *paro petroleiro*, o combate à burocracia *cetevista* e a abertura de um debate sobre a necessidade de reconstruir o movimento sindical. A experiência na PDVSA influenciou outros setores, que passaram a incorporar a reivindicação de “controle operário” à sua pauta tradicional. Assim, a luta de classes no “chão de fábrica” se intensificou no país. Orlando Chirino revela o surgimento de um novo movimento e o repúdio do operariado, após o *paro*, à antiga burocracia sindical:

Este proceso se daba antes del paro-saboteo, pero a partir del triunfo obrero, se generalizó, se hizo parte de la ‘rutina diaria’ de los trabajadores. En breve tiempo han caído burocracias de décadas, en movimientos iniciados por trabajadores de base en tan solo 20 o 30 días (Chirino *apud* GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 13).

É precisamente esta ruptura da base com sua antiga direção, combinada com um esforço por criar novas organizações, que permite que falemos aqui em uma “reorganização” do movimento operário venezuelano. Consideramos, assim, a luta contra o *paro* petroleiro de 2002 um marco da participação do operariado na cena política do país e um evento que dá início a uma modificação profunda no interior do movimento.

Embora tenham saído vitoriosos desta luta, a situação dos trabalhadores só iria se complicar a partir daí. O papel do governo após o fim da paralisação consistiu em “atacar uno a uno a los líderes más representativos de las localidades, transfiriéndolos, despidiéndolos o dándoles cargos fuera de la industria petrolera.” (UST, 2011, p. 3). Com isso, visava claramente enfraquecer o movimento e manter o controle da situação. Além disso, com os boicotes patronais, a economia estava em condições precárias e, como sabemos, são sempre os trabalhadores que acabam pagando os encargos nestas ocasiões. Iranzo e Richter (2006, p. 9) descrevem a situação:

Después de dos meses de una semi parálisis nacional, se reiniciaron las actividades con un saldo de un país en una situación económica sumamente delicada, numerosas empresas del sector privado quebradas y un rotundo fracaso para la oposición.

Sendo assim, a necessidade do movimento operário de reconfigurar suas forças não se encerrou com o fim do *paro*, em janeiro de 2003. Ao contrário, o operariado foi surpreendido com uma série de demissões, devido ao fechamento de fábricas, o aumento da precarização das condições de trabalho e o assédio moral após os conflitos. Os patrões queriam jogar sobre as costas dos trabalhadores a sua derrota. E, além disso, o operariado já não se sentia representado pela CTV. Teria de encontrar, por sua própria conta, condições para se defender nas novas batalhas.

### 2.3 O SURGIMENTO DA *UNIÓN NACIONAL DE TRABAJADORES* COMO EXPRESSÃO DO PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO

Durante o período que vai do fim da década de 1990 ao início dos anos 2000, havia pouca disputa no interior do movimento operário. A burocracia da CTV ainda agrupava a maior parte dos sindicalizados. Dos setores minoritários os mais importantes eram a *Fuerza Bolivariana de Trabajadores* (FBT), e o chamado “novo sindicalismo”, constituído principalmente por integrantes da organização *La Causa Radical* (LCR).

A *Força Bolivariana* era composta por sindicalistas chavistas. Não obstante, não havia conquistado grandes parcelas do movimento operário, e ao tentar disputar as eleições da CTV em 2001, saiu derrotada. Em novembro deste ano, Carlos Ortega foi eleito presidente da central, derrotando o candidato bolivariano, Aristóbulo Istúriz (DAMASCENO, 2010, p. 147). Embora tenha sido marcado por fraudes escandalosas, o resultado do processo

eleitoral demonstra que o operariado sindicalizado ainda era, em 2001, influenciado pelos setores que controlavam há décadas a confederação. Esta situação só se modificou com a participação da CTV nos *paros* nacionais e no golpe contra Chávez.

A proposta de criar uma nova central sindical foi pleiteada já em setembro de 2002, mas a *Unión Nacional de Trabajadores* (UNT ou UNETE<sup>38</sup>) só foi criada no ano seguinte. Na primeira ocasião, o *Encuentro Nacional de Trabajadores* aprovou, entre outras coisas, que os setores ali reunidos assumiriam a tarefa de “Construir una organización sindical que sea la expresión del sindicalismo democrático y clasista, contrapuesto al sindicalismo golpista y fascista de la CTV” (ENCUENTRO NACIONAL DE TRABAJADORES, 2002). O evento foi realizado em Caracas e contou com a participação de aproximadamente 1500 delegados e do presidente Chávez.

Os presentes neste encontro detectavam a necessidade de defender o que acreditavam ser um processo revolucionário em curso, ameaçado pela ofensiva da oposição e pelas ações patronais, e concluíam: “Para esto no nos sirve la CTV; necesitamos construir un nuevo modelo, una nueva cultura y una nueva estructura del movimiento de trabajadores, acorde con los cambios revolucionarios que se operan en Venezuela” (ENCUENTRO NACIONAL DE TRABAJADORES, 2002). Mas, a despeito da constatação, avaliaram que ainda não havia um impulso necessário para reorganizar o movimento e romper com a CTV e, por isso, optaram por não conformar, naquela ocasião, a nova central (cf. GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 10).

O sindicalismo venezuelano estava incrustado por castas burocráticas que viam a prática sindical como um meio de ascensão social. Para estes dirigentes, ligados majoritariamente à CTV, atuar nas entidades significava ter acesso a viagens, jantares, prostitutas, bonificações extras, e ter o poder de contratar e demitir – algo que era utilizado como “moeda de troca” para conseguir favores e chantagear trabalhadores (cf. DAMASCENO, 2010, p. 43). Desta forma, estes sindicalistas desenvolviam uma relação “amigável” com o patrão e atuavam em prol de seus interesses individuais. A proposta de se criar um novo movimento sindical perpassava, então, por derrotar essa velha burocracia, formar novos quadros, promover a participação real da base dos trabalhadores nas atividades sindicais, e romper o tradicional laço que existia entre os sindicatos, os patrões, o Estado e os governos. Essa tarefa, como se pode imaginar, não seria fácil.

---

<sup>38</sup> A sigla originalmente utilizada pela central, UNT, foi substituída, a partir de 2009, por UNETE com o objetivo de diferenciar esta organização de um partido da oposição, *Un Nuevo Tiempo*, cuja sigla é também UNT.

O Congresso que veio finalmente a conformar a UNT ocorreu nos dias 1 e 2 de agosto de 2003 – cerca de um ano após o *Encontro Nacional* de Caracas. O objetivo deste I Congresso era definir os estatutos, o programa e os princípios capazes de armar o movimento para desenvolver uma nova prática sindical e atuar em defesa do projeto bolivariano.

A UNT nasce, então, da ruptura com a CTV e marca um salto no processo de reorganização. Isto não significa que o surgimento da nova central tenha possibilitado uma superação da crise em que se encontrava o movimento. Algumas organizações, como o Partido Comunista Venezuelano, lançaram críticas a este primeiro Congresso e à direção nele nomeada, afirmando que foram estabelecidos de cima para baixo<sup>39</sup> (cf. SPRONK; WEBBER, 2010). Apesar das polêmicas quanto à fundação da central, é preciso reconhecer que em pouco tempo passaram a se reunir ali os principais dirigentes das lutas operárias que se multiplicavam pelo país.

Devido à sua participação nos conflitos trabalhistas, os dirigentes da UNT passaram a ocupar um papel primordial no movimento sindical venezuelano (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 23). Logo depois da conformação da central, os ativistas ligados a ela foram os principais protagonistas da maior parte das ocupações de empresas. Também foi importante a crítica que a UNT direcionou, nesta época, à política do governo de criar cooperativas que funcionavam como um mecanismo de precarização do trabalho (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 22).

Segundo dados publicados pelo Ministério do Trabalho em 2004, um ano depois do Congresso de fundação, a nova organização já havia se tornado a maior central sindical do país, representando 76,5% dos trabalhadores amparados por contrato coletivo (DÍAZ, 2006, p. 21). Os demais sindicalizados estariam distribuídos entre as centrais CTV, CUTV, CODESA e não confederados, conforme demonstram os quadros abaixo, publicados pelo pesquisador Rolando Díaz (2006, p. 21):

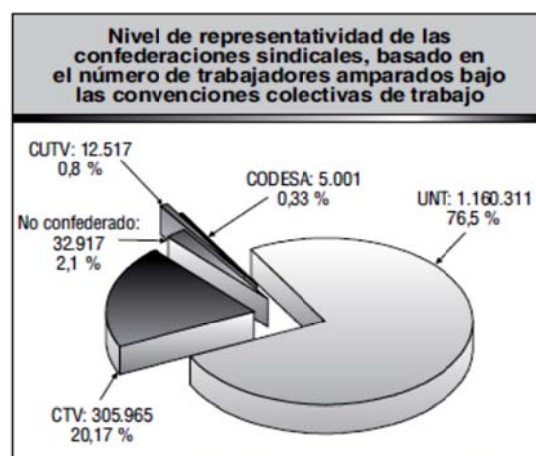
---

<sup>39</sup> O PCV, que construía nesta época uma central sindical minoritária criada em 1963 – *Central Unitaria de Trabajadores de Venezuela* (CUTV) – hoje integra a UNETE através da corrente *Cruz Villegas*.

**Gráfico 1** – Representatividade das confederações sindicais, setor Público e Privado, 2004

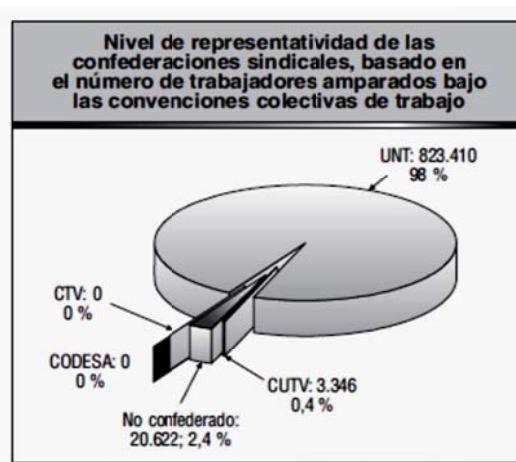
Confederación	2003/ enero – abril 2004	%
UNT	1.160.311	76,5%
CTV	305.965	20,17%
No confederado	32.917	2,1%
CUTV	12.517	0,8%
CODESA	5.001	0,33%

Fuente: Ministerio del Trabajo y la Seguridad Social de Venezuela.

**Gráfico 2** – Representatividade das confederações sindicais, setor Público, 2004

Confederación	2003/ enero – abril 2004	%
UNT	823.410	97,2%
CTV	3.346	0,4%
No confederado	20.622	2,4%
CUTV	0	0,0%
CODESA	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>847.378</b>	<b>100,00%</b>

Fuente: Ministerio del Trabajo y la Seguridad Social de Venezuela.



Embora tenha se tornado a maior central, os conflitos entre suas diferentes correntes<sup>40</sup> estiveram presentes durante todo o tempo na entidade e chegaram a distanciá-la, em alguns momentos, das lutas operárias cotidianas. Essa situação atingiu o seu auge no II Congresso, realizado entre 25 e 27 de maio de 2006, também em Caracas. O evento acabou dividido e sem definição sobre a escolha da nova direção. O setor de Chirino queria aprovar a realização das eleições da direção da central como a prioridade para o próximo período. Por sua vez, o setor dirigido por Marcela Máspero propunha priorizar a campanha eleitoral em busca dos 10 milhões de votos para reeleger Chávez como presidente. Diante das

<sup>40</sup> Segundo Pablo Cormenzana (2009), em 2005 havia três correntes: uma dirigida por Marcela Máspero, uma por Orlando Chirino e outra por Ramón Machuca. Posteriormente, estas três forças se converteram em cinco: o *Colectivo de Trabajadores en Revolución* (CTR), dirigido por Marcela Máspero; a *Corriente Clasista Unitaria Revolucionaria Autónoma* (C-CURA), encabeçada por Chirino; a *Fuerza Bolivariana de Trabajadores*, de Oswaldo Vera; o *Movimiento Alfredo Maneiro*, de Franklin Rondón; e a *Autonomía Sindical*, dirigida por Orlando Castillo.

divergências, as correntes *Fuerza Bolivariana de Trabajadores* (FBT), *Autonomía Sindical*, e o setor dirigido por Máspero, se retiraram do evento.

Mesmo após a saída destes grupos, o II Congresso da UNT aprovou o “Apoyo total e irrestricto a la candidatura del presidente Chávez para las elecciones presidencias del 3 de diciembre del 2006, a fin de lograr su reelección y que esto se refleje en los 10 millones de votos.” (cf. SOCIALISMO O BARBARIE, 08/06/06). Entre os princípios que guiariam as práticas cotidianas da organização, foram aprovados: o classismo, a autonomia e a independência frente aos empresários, partidos e governos, a democracia sindical, a solidariedade internacional, o anticapitalismo e o anti-imperialismo, assim como a perspectiva de construção do socialismo (SOCIALISMO O BARBARIE, 08/06/06).

As disputas, interpretadas por muitos analistas como uma das maiores debilidades do movimento que surgia, foram reivindicadas por outros setores como parte do combate à burocratização interna, indispensável ao fortalecimento deste novo instrumento:

Ese fenómeno [combate à burocratização] es imparable. Incluso es tan profundo, que hemos visto que han nacido nuevas dirigencias sindicales, pero al corto tiempo los trabajadores vuelven y las reemplazan porque notan que ellas vienen todavía con los vicios de la IV República. Sin duda alguna, este es uno de los más hermosos procesos que se están desarrollando entre los trabajadores. El nivel de consciencia alcanzado en tan poco tiempo es tan grande, que los trabajadores ya desconfían de todos y exigen que se hagan asambleas, que se hagan consultas y están pendientes de lo que acontece en sus sindicatos. Nadie les está firmando un ‘cheque en blanco’ a los nuevos dirigentes sindicales en los dos últimos años (Chirino *apud* GÁMEZ; GÓMEZ; TÁBATA, 2005, p. 14).

Na tentativa de reverter o quadro de divisões, as forças firmaram um compromisso, em julho de 2007, pelo fortalecimento da central. No *Ato pela Unidade e Consolidação da UNT*, realizado em Caracas, estavam presentes a C-CURA, o setor dirigido por Marcela Máspero – *Colectivo de Trabajadores en Revolución* –, *Trabajadores por la Patria* (dirigido pelo PPT), *Corriente Cruz Villegas* (vinculada ao PCV), e o grupo *Educadores Bolivarianos*. O acordo estabelecia, como parte da iniciativa de reerguer a organização, o compromisso de realizar eleições internas<sup>41</sup>, reformar o estatuto, e atuar de forma unitária. Além disso, ratificava que a UNT era uma ferramenta de luta e um patrimônio construído em meio ao processo revolucionário bolivariano e que, portanto, deveria ser utilizada para a defesa de tal processo (UNT, 2007).

<sup>41</sup> Lamentavelmente esse compromisso não chegou a ser concretizado.

Quem foi se afastando de vez da UNT após o Congresso de 2006 foram os membros da FBT. Expressão sindical do *Movimiento V República*, a *Fuerza Bolivariana* era, naquele momento, uma das organizações que menos agrupava sindicatos e trabalhadores em sua base. Porém possuía grande respaldo do governo, já que o próprio Ministro do Trabalho, José Ramon Rivero, provinha desta corrente. Ademais, muitos de seus dirigentes possuíam cargos como deputados na Assembleia Nacional e em diversas esferas do governo<sup>42</sup> e a organização tinha o seu próprio programa semanal no canal estatal VIVE TV e na Radio Nacional (SÁNCHEZ, 2012, p. 137). Este setor é conhecido como o mais burocratizado do movimento sindical bolivariano, e o seu apoio incondicional à Chávez fez com que a força se posicionasse, em diversos momentos, contra as lutas operárias<sup>43</sup>.

Esta corrente sindical – que depois modificou seu nome para FSBT (*Fuerza Socialista Bolivariana de Trabajadores*) – lançou, a partir de 2007, uma campanha indicando que a UNT já não poderia responder às necessidades dos trabalhadores venezuelanos: "Un grupo de dirigentes plantea que la Unión Nacional de Trabajadores (UNT) ya cumplió su papel de demoler la CTV y defender el proceso bolivariano", afirmou Osvaldo Vera, dirigente da organização (EL UNIVERSAL, 6/2/07). A corrente indicava que os *Conselhos de Trabalhadores*, propostos pelo Ministério do Trabalho, deveriam atuar como a verdadeira voz do operariado e funcionar como "la organización política autónoma de la clase obrera" (SÁNCHEZ, 2012, p. 168), sugerindo uma substituição dos sindicatos e da luta reivindicativa por estes novos espaços. A "autonomia" proposta pela *Fuerza Bolivariana*, todavia, não dizia respeito à relação dos trabalhadores com o governo, e sim à sua relação com seus próprios sindicatos.

O discurso de pôr fim à atuação sindical foi rejeitado pela base do operariado. Os conselhos eram vistos pelos trabalhadores como organizações complementares que não deveriam interferir nas tarefas propriamente sindicais<sup>44</sup>. Depois disso, a FSBT se dedicou à construção de uma nova central, por fora da UNT<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> Entre os dirigentes da FBT com cargos no governo estavam: Osvaldo Vera, reeleito deputado da Assembleia Nacional; Jacobo Torres, do Ministério do Trabalho; Rafael Chacón, que atuou no Ministério da Educação; José Mora Siguaraya, José Gil e Angel Marcano, deputados na Assembleia Nacional; José Ramon Rivero, que foi deputado da Assembleia Nacional e Ministro do Trabalho.

<sup>43</sup> No caso do massacre da Mitsubishi em 2009, por exemplo, a FBT se posicionou favorável à patronal e condenou a atuação do sindicato, rotulando os dirigentes sindicais de "sabotadores" e "anarquistas". O ministério do trabalho, ligado à *Fuerza Bolivariana*, autorizou a demissão de 11 dos 15 dirigentes sindicais daquela empresa (SPRONK E WEBBER, 2010).

<sup>44</sup> Diante da proposta dos trabalhadores de que as duas instâncias fossem utilizadas para fins distintos, a FSBT passou, em 2011, a reivindicar novamente os sindicatos e até questionou em alguns momentos a figura dos Conselhos de Trabalhadores, como ocorreu na empresa de alumínio Alcasa (SANCHEZ, 2012, p.168).

<sup>45</sup> Sobre a nova central, ver p. 170-1.

Quanto à UNT, apesar do acordo estabelecido pelas correntes de que se buscava a unidade para fortalecer a entidade, e da incorporação do PCV como uma nova força que se somaria a essa construção, seu Congresso Extraordinário, realizado em 2009 e 2010<sup>46</sup>, teve uma nova baixa. Desta vez foi a C-Cura quem não participou do evento, por discordar da metodologia de sua convocação. Orlando Chirino, principal representante desta corrente, acusou Marcela Máspero e Stalin Perez de terem convocado unilateralmente o Congresso, sem a participação de todos os coordenadores (PRENSA UNETE ARAGUA, 2009). A C-Cura não rompeu com a central imediatamente, mas foi aos poucos deixando de participar de suas atividades. Desde julho de 2009, passou a investir na construção do *Movimiento de Solidaridad Laboral*<sup>47</sup> e, em novembro de 2010, participou da fundação da *Frente Autónomo Nacional por la Defensa del Empleo, el Salario y el Sindicato* (Fadess).

Com a ausência da corrente de Chirino, a nova coordenação nacional da UNT passou a ser composta, em 2010, pelas forças: *Marea Socialista* – uma ruptura da C-Cura; CTR – de Marcela Máspero; Educadores Bolivarianos; *Corriente Cruz Villegas* (PCV); PPT; e *Corriente Marxista Revolucionaria* (CMR). As principais campanhas aprovadas para o próximo período diziam respeito à luta contra as demissões da Mitsubishi<sup>48</sup>, e o apoio aos trabalhadores da administração pública, que lutavam por direitos trabalhistas.

Na avaliação do PCV, a UNT esteve paralisada devido aos conflitos internos e teria, agora, que se recuperar. Para aquele partido, um dos principais problemas era o fato de que a entidade não tinha uma direção eleita e funcionava por um sistema horizontal, no qual cada coordenador expunha as posições de sua corrente como se falasse por toda a central. Pedro Eusse, um dos principais dirigentes do PCV, explica esta questão da seguinte forma:

No período em que não houve qualquer liderança, e todas as seções na UNT eram iguais, cada um dos coordenadores falava por si mesmo como se estivessem falando pela UNT. Assim um representante da UNT diria alguma coisa, e outro líder o denunciaria. Isso era absurdo. Tornou impossível a construção de um movimento sindical efetivo e de largo alcance. Tornou-se uma situação de permanente confronto, e gerou conflitos irreconciliáveis. A UNT acabou destruindo-se a si mesma (Eusse *apud* SPRONK E WEBBER, 2010).

<sup>46</sup> Esse Congresso foi dividido em duas fases: a primeira se realizou em 5 de dezembro de 2009, e a segunda, em 24 de abril de 2010.

<sup>47</sup> Fundado em julho de 2009, por iniciativa da C-Cura e outras correntes sindicais, esse movimento adotou um perfil de críticas ao governo, hierarquizando suas bandeiras na luta contra a criminalização dos protestos, contra as demissões e em favor da solidariedade aos conflitos trabalhistas (LACLASE.INFO, 2009).

<sup>48</sup> Em 2009 a empresa demitiu 135 trabalhadores terceirizados, desencadeando um intenso processo de luta pela incorporação dos demitidos. Este conflito será relatado com maiores detalhes no próximo capítulo.

Após o Congresso Extraordinário, já sem a C-Cura, a central conseguiu minimamente se recompor, e necessitava se defender frente à ofensiva da FSBT em fazê-la desaparecer diante da criação de uma nova central. Esta iniciativa contra a UNT se explica porque a entidade, que reivindica o processo bolivariano e participa ativamente das campanhas chavistas, não estabeleceu um vínculo acrítico com o governo, como demonstram as pesquisadoras Iranzo e Richter: “Esta central se declaró desde un inicio a favor del proceso que adelanta el Presidente Chávez, pero sus dirigentes siempre han insistido que no son el brazo sindical del gobierno” (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 22). Não há um apoio incondicional da entidade à administração chavista e, devido a isto, o próprio governo passou a limitar o espaço de atuação da central logo que se ampliaram as contradições entre o projeto chavista e a atuação do operariado filiado à UNT:

[...] en la práctica sindical de UNT es posible identificar momentos de disidencia y en algunas declaraciones han criticado la conducta gubernamental [...], algunos de sus más connotados dirigentes han llegado a protagonizar conflictos de importancia dentro del sector público o donde éste tiene participación (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 23).

Assim, a dificuldade na unificação nacional dos setores lutadores e as iniciativas do governo para estabelecer laços mais firmes com uma parte do movimento sindical e a criminalização dos setores mais autônomos, como veremos no quarto capítulo, cria uma verdadeira incógnita sobre qual será o futuro do movimento sindical no país.

Mas, para além de demonstrar as debilidades do processo de reorganização, as crises na direção da UNT demonstram também a autenticidade das mobilizações operárias. Isto porque é evidente, em toda a última década, que mesmo com os contratemplos na direção da entidade, as lutas não pararam. Ao contrário, como demonstraram os dados citados anteriormente, referentes aos anos de 2009, 2010 e 2011, é possível identificar uma intensificação do número de protestos e mobilizações operárias, apesar de que a central tenha passado por muitas crises e rupturas neste período. Com isso queremos demonstrar que o processo é real e vem da base. Assim, é fundamental observar a manifestação deste fenômeno não só no terreno da superestrutura sindical, mas também sua expressão no “chão de fábrica”. Este será o objeto da próxima seção.

## 2.4 AS OCUPAÇÕES DE FÁBRICA E AS LUTAS POR NACIONALIZAÇÃO

Após a experiência na PDVSA em 2002, o tema do controle operário se propagou. As ocupações apareciam como resposta ao fechamento de empresas e às demissões, como explica a *Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas en Cogestión y Ocupadas*:

Así los trabajadores ocupaban las plantas para preservar tanto sus empleos como sus derechos laborales y prestaciones. Invepal, Inveval, Sanitarios Maracay, Cementos andinos, Vivex, La Gaviota, entre otras muchas empresas, son ejemplos de esta situación propiciada por la burguesía (FRETECO, 2010).

Segundo dados da imprensa, dez empresas haviam sido ocupadas já em 2003, passando a funcionar sob o regime de cogestão (cf. IRANZO; RICHTER, 2006, p. 24). Embora grande parte das ocupações tenha sido fruto de ações espontâneas dos trabalhadores, devido aos conflitos com seus patrões, a pesquisa de Iranzo e Richter aponta que neste período houve algumas iniciativas por parte da UNT para promover essas ações: “Las tomas fueron promovidas por los dirigentes de UNT, quienes a finales de septiembre del 2003 crearon el ‘Comité de Trabajadores de Empresas Tomadas y en Conflicto’, con el objetivo de diseñar una política centralizada al respecto.” (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 24).

A propagação das ocupações de fábrica e as exigências de controle operário se intensificaram com o discurso de Chávez em 2005 que dizia: “*empresa cerrada, empresa tomada*”. Esse pronunciamento ecoou fortemente no movimento e, a partir daí, o número de ocupações aumentou. Consideramos importante ressaltar, entretanto, que como procuramos demonstrar, as ocupações se iniciam com o estabelecimento do controle operário em PDVSA ainda em 2002, sem que Chávez tivesse sequer conhecimento sobre o que se passava na empresa. Assim que foi possível, aliás, o governo retomou o controle da estatal petroleira, nomeou novos gerentes e não estabeleceu nenhum sistema de controle dos trabalhadores. Neste sentido, o pronunciamento de Chávez nos parece mais uma resposta para capitalizar um processo que já havia se iniciado de forma espontânea, do que qualquer outra coisa.

Ao mesmo tempo, o discurso de Chávez em 2005 era uma forma de ameaçar a burguesia, buscando convencê-la a entrar em acordo com o governo. Não era, portanto, uma orientação para a ação do movimento operário. Aliás, por mais que já se tivesse mostrado importantes sinais de resistência, quem poderia imaginar que o operariado ressurgiria com tanta força depois de um longo período de refluxo? Assim, “*empresa cerrada,*

empresa tomada” era uma resposta às paralisações organizadas pela Fedecámaras e pela CTV e uma forma de responder, ao mesmo tempo, aos anseios dos trabalhadores, que confiavam que o governo os defenderia frente ao fechamento das fábricas e aos boicotes patronais. Neste sentido, sem dúvida, a confiança em Chávez e no projeto bolivariano foi um fator importante para que tomassem a decisão de ocupar as empresas. Entretanto, este não foi o único e, nos parece, nem o motivo mais importante. Como declarou o operário José Luis Garmendia ao ocupar a *Construtora Nacional de Válvulas* em 2003, “*No nos tomamos la fábrica porque somos chavistas, sino que para luchar por empleos.*”, (citado por CORMENZANA, 2009, p. 33).

Como se pode imaginar, organizar uma ocupação de fábrica não é nada fácil. Normalmente, passados os primeiros dias, nos quais se recebia alguma cobertura dos meios de comunicação, esses trabalhadores se viam isolados em sua luta, sem nenhuma atenção da imprensa ou do governo (CARMONA; LUCENA, 2006, p. 7). Assim resistiam por dias, meses ou anos. O tempo resulta em esgotamento físico e psicológico e a tensão aumenta. Essa situação foi avaliada por Carmona e Lucena:

La acción de la toma evidenciaba un alto nivel de conciencia y de audacia, porque suponía un camino lleno de riesgos. Las características de estas acciones tomistas implicaban agotadoras jornadas de resistencia, emprendidas por los trabajadores de menor calificación, mayormente hombres con alto grado de confianza en su organización sindical (CARMONA; LUCENA, 2006, p. 7).

A confiança no governo, portanto, não seria suficiente para que apostassem nessa investida. Era preciso que confiassem, antes, em suas próprias forças. E de onde vem essa confiança? Os trabalhadores haviam defendido Chávez contra o golpe de abril de 2002, contra os *paros* de 2002 e 2003 e frente ao referendun de agosto de 2004, que visava retirar Chávez da presidência do país. A derrota nestes episódios conferiu, por um lado, uma posição defensiva à oposição e, por outro, um clima de vitória entre os trabalhadores e os setores populares. O padrão não lhes parecia mais invencível. Poderiam, agora, derrotá-lo. Estava criado um terreno favorável para a propagação das lutas e ocupações de fábricas.

Além disso, os trabalhadores vivenciavam novas experiências organizativas. Depois de participar dos Círculos Bolivarianos, começavam a reconstruir um instrumento de luta sindical através da UNT e reorganizavam seus sindicatos por fora da velha CTV. Foi a partir daí, principalmente depois de 2004, que se intensificaram as ocupações de fábrica e as lutas por nacionalização.

As principais motivações dos trabalhadores que participavam deste tipo de protesto variavam entre: exigir o pagamento dos salários do período dos *paros*; impedir o fechamento das fábricas e se proteger do desemprego; reivindicar negociação do contrato coletivo ou o acerto de dívidas por parte do patrão e defender melhores condições de trabalho e segurança. Sabiam que com o patrão seria difícil melhorar a sua condição e, no desenvolver das lutas, percebiam que a nacionalização era a melhor saída.

A onda de ocupações e as lutas por nacionalização só podem ser entendidas neste contexto geral que procuramos desenhar até aqui, e que inclui: a) as derrotas da oposição pela ação das massas; b) a experiência do controle operário na PDVSA; c) a ruptura com a CTV; d) a criação da UNT e de novos sindicatos não vinculados à CTV; e) a necessidade de se organizar em cada fábrica contra as ofensivas dos patrões que, por questões políticas e/ou econômicas, restringiam ou paralisavam a produção, demitiam trabalhadores e contratavam terceirizados; f) os pronunciamentos de Chávez que afirmavam um suposto apoio às ocupações; g) a nacionalização de algumas empresas por parte do governo; e h) a confiança dos trabalhadores de que poderiam resistir até a vitória.

Observado o contexto geral das nacionalizações e ocupações, consideramos de fundamental importância aproximar a investigação da realidade específica de alguns casos, buscando conectar cada um deles à conjuntura mencionada. Tal escolha se explica porque, ainda que o contexto geral tenha criado um “terreno propício” à propagação das lutas e ocupações, o fator decisivo, em última instância, para que os trabalhadores optassem por ocupar as empresas e exigir sua expropriação, foi a situação concreta que vivenciavam em seu local de trabalho.

Selecionamos, então, algumas lutas que consideramos de fundamental importância por sua repercussão nacional (e até internacional) e por sua influência sobre os movimentos que surgiam em outras fábricas. Optamos por tratá-las em ordem cronológica para tentar captar, ao mesmo tempo, os casos particulares e o desenvolver deste processo vivenciado pelo operariado venezuelano.

#### *Construtora Nacional de Válvulas (CNV)*

Andrés Sosa Pietri é um importante oligarca venezuelano, dirigente da Fedecámaras, que administrou a PDVSA durante o governo de Carlos Andrés Pérez. Era justamente para a estatal petroleira que se dirigia a produção da *Construtora Nacional de Válvulas*, localizada no estado de Miranda. Devido à sua ligação com os setores opositores,

Sosa Pietri participou ativamente das mobilizações contra Chávez e dos *paros* patronais que visavam enfraquecer o governo. Sua fábrica foi fechada em dezembro de 2002, e assim permaneceu até o ano seguinte. Na época, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos era dirigido pela CTV, central que apoiava a paralisação e, por isso, os operários da CNV encontraram-se de mãos atadas e sem meios de impedir a ação patronal.

Finalizado o *paro* em fevereiro de 2003, Sosa Pietri decidiu não pagar integralmente os salários e prestações dos meses em que as atividades estiveram paralisadas. Os operários protestaram, mas a empresa não recuou. Conforme relata o sindicalista Willman Salas:

[...] la compañía nos pidió que suspendiéramos el convenio laboral y que aceptáramos recortes salariales y cesantías. [...] Nosotros no estuvimos de acuerdo con eso. Los patrones nos exigían que nosotros cargáramos con las pérdidas de una ‘huelga’ que ellos convocaron y nosotros rechazamos (Salas *apud* CORMENZANA, 2009, p. 32).

A luta na empresa se iniciou quando os operários se organizaram para exigir o pagamento integral dos salários. Mas a defesa dos salários acabou se transformando numa batalha pela defesa dos empregos, já que desde o fim do *paro*, o patrão demonstrava que não pretendia reabrir a fábrica, nem quitar as dívidas com os trabalhadores.

Frente à gravidade da situação e à falta de respostas do Ministério do Trabalho<sup>49</sup>, criou-se um Comitê de Conflitos e os trabalhadores decidiram por ocupar os portões da empresa para pressionar o patrão. Isso aconteceu em 15 de maio de 2003 e, desde então, se iniciou uma longa batalha na CNV. Dos 110 operários, mais de 80 estavam presentes no dia 15. Entre eles não se encontrava nenhum dos dirigentes sindicais *cetevistas*, que abandonaram o edifício assim que foi anunciada a ocupação (CORMENZANA, 2009, p. 32). Como relata Pablo Cormenzana no livro *La batalla de Inveval*, a proposta inicial dos trabalhadores não era ocupar o interior da empresa:

Cuando les sugerimos que por qué no entraban hasta el galpón de la fábrica para ocuparla, nos miraron de una forma desaprobatoria y nos recriminaron que ellos no eran ladrones, que lo único que querían era que el patrón les pagara lo que les debía pero que no le iban a tocar su propiedad (CORMENZANA, 2009, p. 35).

---

<sup>49</sup> Segundo uma reportagem postada no site *aporrea.org* e reproduzida no livro de Pablo Cormenzana, Sosa Pietri estabelecia relações de amizade com a ministra do trabalho, María Cristina Iglesias, a quem tinha solicitado o “favor” de mediar suas negociações com a estatal PDVSA (CORMENZANA, 2009, p. 27-8).

Em julho de 2003, Sosa Pietri deu início a uma ação na justiça para que a fábrica fosse desocupada. Mas a resistência dos trabalhadores, apoiados pela população local, impediu que a medida fosse executada. Os operários resistiam há alguns meses, mas os problemas enfrentados no portão da fábrica eram inúmeros: dividiam-se para dormir embaixo de toldos ou no interior de um ônibus escolar que passou a servir de abrigo; o fornecimento de água e energia elétrica foi cortado e eles já estavam há cinco meses sem salários. Buscavam, sem sucesso, negociar com o patrão.

Solicitaram ajuda ao *alcalde*<sup>50</sup> bolivariano do município Guaicaipuro, Raúl Salmerón, mas não foram recebidos. Tudo parecia conspirar contra eles e o desgaste aumentava com o passar do tempo. Diante disso,

[...] uno a uno los trabajadores fueran abandonando la toma de la entrada de la fábrica para buscar trabajo en otras empresas o en alguna actividad que les permitiera llevar algo de comer a sus casas. Sosa Pietri estaba ganando la batalla ayudado por el aparato del Estado burgués y por la confusión reinante en las filas de la revolución (CORMENZANA, 2009, p. 42).

O último trabalhador se retirou dos portões da fábrica em dezembro de 2004, após resistir por sete meses. A realidade pela qual passavam os operários da CNV não era muito diferente do que ocorria em outras empresas. Por conta da crise econômica que atingia os capitalistas, agravada pela sabotagem que empreendiam contra o governo, muitas empresas estavam fechando suas portas. Os trabalhadores mostravam disposição de luta e resistiam até quando podiam, mas passado algum tempo, perdiam as esperanças por se verem desamparados, sem apoio do governo e sem solução aos seus problemas. Foi assim com os operários de *Perfumes Cristian Carol*<sup>51</sup>, da *Textiles Fénix*, da fábrica *Codima*. Todos se viram derrotados frente às ofensivas patronais e acabaram desempregados com o fechamento das empresas (CORMENZANA, 2009, p. 42). A exceção era a luta na produtora de papel, Venepal. Nesta empresa, o apoio da comunidade ainda estava forte e os trabalhadores puderam resistir com maior vigor.

Com a vitória em Venepal, que culminou com a nacionalização da fábrica em janeiro de 2005, os operários da CNV readquiriram ânimo para prosseguir com sua luta.

---

<sup>50</sup> As atribuições do *alcalde* equivalem às do prefeito na hierarquia administrativa brasileira.

<sup>51</sup> William Sanabria (CMR) relata da seguinte forma a situação em Perfumes Carol: “Unos trabajadores que apoyan el proceso [bolivariano], que quieren trabajar y producir y piden que el estado expropie a un empresario golpista que ha cerrado la industria. Pero pasan los meses, la propuesta de los trabajadores, trancada por la burocracia no obtiene ninguna respuesta y un sector de trabajadores cae en la desmoralización.” (Sanabria *apud* CORMENZANA, 2009, p. 64).

Quando descobriram que Sosa Pietri estava saqueando às escondidas o estoque de materiais produzidos, decidiram retomar a ocupação (CORMENZANA, 2009, p. 54).

Como havia uma medida cautelar sobre a fábrica, a retirada de qualquer coisa de seu interior era ilegal. Por isso, os operários denunciaram o patrão e exigiram uma inspeção judicial que tomasse nota de tudo o que havia na empresa. Os trabalhadores aproveitaram o momento da inspeção para retomar a ocupação – desta vez do interior na planta – em 17 de fevereiro de 2005. O dirigente da *Corriente Marxista Revolucionaria* (CMR), Pablo Cormenzana, que estava presente no momento da ocupação, relata esse acontecimento:

Cuando parecía que las comisiones habían salido y ya el empleado de Sosa, acompañado por los vigilantes privados de la empresa, se disponía a cerrar la puerta metálica de la planta, vimos aparecer de pronto a los trabajadores que se habían quedado en el portón de la entrada, corriendo por la explanada de concreto y avanzando decididos hacia la puerta para apoyar a los que disimuladamente se habían separado de la comisión y habían permanecido dentro de la fábrica, y que ahora impedían el cierre de la misma. En aquella acción comando el factor sorpresa fue decisivo. Todos nos quedamos con la boca abierta y para cuando el ganapán de Sosa y los vigilantes quisieron reaccionar ya era demasiado tarde: la toma de la fábrica se había consumado (CORMENZANA, 2009, p. 55).

Com o interior da fábrica ocupado e o ânimo renovado, os operários se organizaram em equipes e dividiram as tarefas entre si. A principal delas era a guarda noturna que protegeria as instalações de novas investidas do empresário. Também se fazia necessário organizar a coleta de alimentos e outros materiais, fazer todo tipo de campanha financeira – pois a esta altura já estavam há dois anos sem salários –, divulgar o que havia ocorrido, solicitar a solidariedade da comunidade e de outros trabalhadores, assim como organizar marchas e outras atividades para exigir do governo e da Assembleia Nacional a expropriação da fábrica.

No dia 25 de abril de 2005, organizou-se uma marcha à Assembleia Nacional, exigindo que se declarasse a utilidade pública de CNV, para que a partir daí se pudesse decretar a sua expropriação. Com apoio da UNT e de trabalhadores e sindicatos de outras empresas, dirigiram-se a Caracas e, após dois anos do início da luta, alcançaram o seu objetivo. Os deputados da Assembleia Nacional declararam a utilidade pública e afirmaram que indicariam ao executivo que a empresa fosse expropriada (CORMENZANA, 2009, p. 68). Dois dias depois, se dirigiram ao Palácio de Miraflores, onde o decreto de nacionalização

foi assinado por Chávez. A empresa passou a se chamar *Industria Venezolana Endógena de Válvulas*, INVEVAL.

*Venezolana de Pulpa y Papel (Venepal)*

Com a privatização da indústria de cimento na década de 1990, o plástico passou a ser o principal material utilizado para embalar o produto. Rompe-se, assim, a forte relação que existia até então entre a indústria de cimento e a indústria papelreira no país. Buscando expandir seu mercado para além das fronteiras nacionais, duas importantes fábricas de papel, *Manpa* e *Venepal*, decidiram migrar sua capacidade ociosa para a Colômbia. As duas empresas, todavia, não conseguiram equiparar seus custos de produção ao das grandes produtoras colombianas. Por esse motivo, a *Venezolana de Pulpa y Papel*, Venepal, alcança em pouco tempo perdas consideráveis e atinge em 2002 uma dívida milionária com os bancos e com seus trabalhadores (CARMONA; LUCENA, 2006, p. 20-2).

Antes de declarada a falência, o patrão começou a demitir grupos de trabalhadores. Outros foram coagidos a aceitar acordos rebaixados e a pedir demissão. O empresário já havia retirado várias máquinas e vendido algumas instalações, e apesar de ter recebido uma quantia razoável com as vendas, optou por não quitar a dívida com os empregados (TRABAJADORES DE INVEPAL MARACAY, 4/2/06). Os operários decidiram, então, ocupar a planta com vistas a garantir seus empregos e a impedir o desmantelamento da fábrica.

A ocupação na planta de Morón se iniciou em 2003, poucos meses depois da primeira ocupação da CNV. Durante 77 dias a produção esteve sob controle dos trabalhadores (LUCHA DE CLASES, 2004). A presença constante da Guarda Nacional, enviada para “proteger” as instalações, não intimidou os operários, que viam como sua missão proteger a fábrica contra o patrão, interessado em obter algum lucro com a venda dos equipamentos (CARMONA; LUCENA, 2006, p. 25).

O governo procurava atenuar o conflito e, para isso, propôs um sistema de cogestão entre o empresário e os trabalhadores. A implantação desse sistema, com apoio financeiro do Estado, impediu o fechamento da empresa neste primeiro momento, mas não resolveu a situação dos operários.

Em dezembro de 2003, o patrão informou que não poderia quitar integralmente as utilidades e propôs dividi-las entre dezembro e janeiro (SANABRIA; MORENO, 2009, p. 23). Insatisfeitos, os operários ameaçaram também dividir a produção.

Os conflitos foram se acirrando até que finalmente o patrão decidiu por fechar a fábrica, em agosto de 2004, e vender as instalações para uma transnacional estadunidense (LUCHA DE CLASES, 2004).

Neste mesmo mês o chavismo saiu vitorioso frente ao referendo revogatório proposto pela oposição e, em meio às campanhas em favor de Chávez, a luta de Venepal foi amplamente divulgada – com apoio no slogan que o presidente propunha para ganhar as massas: era necessário fazer uma “revolução dentro da revolução”. O cenário político era ideal, portanto, para manter forte a luta em Venepal e exigir a expropriação e o controle operário da empresa. Assim fizeram os trabalhadores, com apoio da população local e de algumas organizações políticas.

A quebra da empresa foi declarada em dezembro de 2004 e, em janeiro de 2005, Chávez anunciou a nacionalização em seu programa dominical, gravado dentro da fábrica. O discurso do presidente procurava captar o clima de luta no qual se encontravam os trabalhadores: “El máximo poder será la asamblea de trabajadores. El objetivo de la empresa debe ser no el beneficio capitalista sino satisfacer las necesidades sociales. El presidente de la empresa debe ser un trabajador” (Chávez *apud* MORENO; SANABRIA, 2009, p. 24). A empresa passa então a se chamar *Industria Venezolada Endógena del Papel* (INVEPAL).

As declarações do mandatário venezuelano, que indicavam “todo poder aos trabalhadores”, não impediram que, após a nacionalização, a atuação do governo estivesse voltada prioritariamente ao aumento da rentabilidade da empresa. Por este e outros motivos, novos conflitos foram se forjando no interior da fábrica nacionalizada.

### *Sanitarios Maracay*

Um dos acontecimentos que marcaram o processo de reorganização do último período foi a luta pela nacionalização da fábrica de cerâmicas *Sanitarios Maracay*, localizada na capital do estado de Aragua. Desde 2006, a fábrica foi palco de atuação e disputa das principais correntes que vinham se destacando nos processos mais recentes de mobilização no país.

Os operários arrastavam há alguns anos uma luta que questionava a violação do contrato coletivo, a contratação de temporários sem direitos, as condições de superexploração e a falta de equipamentos de segurança. A produção de peças sanitárias é de alto risco para os trabalhadores, pois a matéria prima utilizada afeta as vias respiratórias. Além disso, boa parte do trabalho depende de fornos que funcionam em elevadas

temperaturas e o manusear das peças demanda um imenso esforço físico, já que naquela fábrica grande parte do processo é feito manualmente.

A burocracia sindical, vinculada à CTV, atuava em *Sanitarios Maracay* há 40 anos, mas não esteve ao lado dos trabalhadores quando estes se puseram a reivindicar melhorias nas condições de trabalho. Desde 2003 surgia uma vanguarda lutadora, que combateu essa burocracia e a patronal, constituindo um sindicato alternativo (Sintraepiscea), já que se via impossibilitada de participar em qualquer espaço da antiga estrutura sindical.

O processo de criação do novo sindicato não foi fácil. Foi preciso realizar três referendos e várias paralisações para que os funcionários regionais do Ministério do Trabalho reconhecessem o sindicato como legítimo representante dos trabalhadores. Ainda assim, o proprietário da empresa, Álvaro Pocaterra, insistia em não reconhecer o sindicato e seguia pressionando os trabalhadores: enviou uma carta a seus funcionários afirmando que deveriam renunciar ao contrato coletivo e assinar contratos individuais com metas de produção muito altas. Caso contrário fecharia a fábrica. Os trabalhadores não se amedrontaram e estavam dispostos a lutar, como relata o professor Miguel Angel, da Universidade Central de Caracas, militante da corrente sindical C-Cura:

Lo cierto es que los trabajadores de Sanitarios Maracay hastiados del incumplimiento de las más mínimas normas de seguridad por parte de la empresa; de la carencia de botas, mascarillas, guantes y otros implementos de trabajo (la empresa tenía dos años sin dotar de uniformes a los trabajadores); de la violación reiterada de diversas cláusulas del contrato colectivo; de la contratación de trabajadores temporales a destajo (trabajan por pieza producida), así como del intento de desconocer al sindicato, decidieron iniciar una protesta contra esta situación. De allí que el día 3 de abril se presentaron a las oficinas de la empresa con bolsas en las que llevaban los uniformes e implementos de trabajo deteriorados. Sin embargo, para su sorpresa, se encontraron que todo el personal administrativo, los gerentes y los patronos habían abandonado la fábrica (HERNÁNDEZ, 2007).

Com a paralisação da produção, o patrão pretendia enfraquecer o sindicato e criar condições para demitir trabalhadores. Esta tática, entretanto, fracassou e após 42 dias de mobilização, os trabalhadores obtiveram uma primeira vitória: o patrão se viu obrigado a retirar os processos administrativos e judiciais e a reconhecer 32 dias de salários, referentes ao período da paralisação.

Frente à situação de abandono em que se encontrava a fábrica, os operários decidiram ocupar a empresa no dia 14 de novembro de 2006. Foram aprovados oito pontos na assembleia que tomou esta decisão: 1) A assembleia dos trabalhadores deveria ser a instância

máxima de decisão; 2) seria nomeado na assembleia um comitê de fábrica e um comitê administrativo; 3) todas as atividades da fábrica passariam para o controle operário; 4) A matéria prima armazenada seria utilizada para dar início à produção; 5) Se iniciaria imediatamente a venda das peças que estavam prontas; 6) Os trabalhadores lutariam pela estatização; 7) O sindicato seria reconhecido como legítimo instrumento de luta e seus dirigentes integrariam o Comitê de Fábrica; 8) A fábrica, a partir daquele momento, estaria sob o controle operário (PRS, 2007 [?]).

Assim, os mais de 550 trabalhadores, reunidos no sindicato, passaram a controlar a produção por sua própria conta: “No existe un decreto gubernamental, una jurisprudencia, o algo parecido que diga que la empresa fue expropiada y que ahora está bajo nuestro control, pero aqui en Sanitarios Maracay se hace lo que los trabajadores determinemos democráticamente en Asamblea General” (PRS, 2007 [?]).

A propriedade dos meios de produção e o destino do material produzido, assim como as questões sobre a administração da empresa, passaram a ser discutidas pelos trabalhadores que controlavam física e administrativamente a produção, vendendo as mercadorias “a precios solidarios entre las comunidades más necesitadas del estado e del país” (PRS, 2007 [?]).

Surgiram novas expressões organizativas em *Sanitarios Maracay*, e as decisões passaram a ser tomadas em alguma das estruturas criadas após o estabelecimento do controle operário. O processo era dirigido pelo sindicato, pelo Comitê de Fábrica eleito em assembleia e por um corpo de delegados eleitos por departamento. Toda a segurança dos espaços físicos era garantida pela brigada de vigilância, que respondeu à altura quando alguns capangas, contratados pelo patrão, dispararam tiros com o objetivo de intimidar os trabalhadores (PRS, 2007 [?]).

Embora tenham sido retirados todos os relógios, assim como os circuitos internos de vigilância e os supervisores, o trabalho era cumprido pontualmente e a margem de dano nas peças foi reduzida de 20 para 3% (PRS, 2007 [?]). Além disso, os trabalhadores desenvolveram a capacidade de atuar em atividades diversas, como a comercialização, a contabilidade, as finanças e a administração (PRS, 2007 [?]).

Avançavam, assim, em sua organização. E a repercussão nacional que adquiriria o caso havia forçado até a Comissão Social da Assembleia Nacional a emitir uma petição para que Chávez e o *Ministerio para las Industrias Ligeras y Comercio* (MILCO) nacionalizasse *Sanitarios Maracay*. Nenhuma medida, entretanto, foi efetivada naquele momento. Evidenciando claramente qual era a posição oficial do governo sobre a situação, o

então ministro do trabalho, Jose Ramón Rivero, personagem antigo do movimento sindical que havia inclusive participado da formação da UNT, anunciou que a empresa não seria nacionalizada porque a produção de peças sanitárias não era de “interesse nacional”.

Em 23 de abril de 2007, uma manifestação que levantava a bandeira da expropriação da empresa sofreu forte repressão a mando do governador Didalco Bolívar, do partido *Por la Democracia Social* (PODEMOS), que ordenou à polícia do estado a prisão dos manifestantes. No enfrentamento foram presos 15 operários e feridos 14 por parte da polícia e da Guarda Nacional. O ministro do trabalho ofereceu, então, o pagamento das dívidas do patrão com os operários em troca da desocupação das instalações. Essa promessa acabou desestabilizando os trabalhadores.

A partir daí, a luta de Sanitarios Maracay se arrastou com muita dificuldade. Por conta da ocupação prolongada, sem salários e tendo que dormir na fábrica, muitos dos trabalhadores foram abandonados por suas famílias e enfrentaram problemas de todos os tipos. O depoimento de Luis Rengifo, representante da atual Junta Diretora de Sanitarios Maracay, revela a intensidade e a dureza da luta pela qual passaram:

Aquí se perdieron familias, tuvo compañeros que murieron en esta lucha, que se enfermaron, [...] aquí tuvo compañeros que se mataron, fue todo un daño psicológico, un daño moral y social [...]. Bueno, a otro le dio un infarte en una asamblea [...]. Otro murió porque la situación se puso caótica en su casa, crítica. Terminó suicidándose<sup>52</sup>.

Frente à atuação do ministro do trabalho, o movimento ficou dividido entre aqueles que queriam negociar com o patrão e aqueles que queriam manter a ocupação. Os conflitos internos foram se acirrando e a experiência de controle operário foi sendo fraturada. Passados nove meses de ocupação, em meio aos conflitos, somada a atuação contrária do governo através do Ministério do Trabalho, as dificuldades financeiras etc., dos 400 trabalhadores que ocuparam a fábrica em 2006 não restavam 150 em meados de 2007. A nomeação de uma direção sindical paralela, em agosto daquele ano, promovida com apoio do ministro Rivero, marca uma nova fase da ocupação e a retomada das negociações com o patrão. Por intermédio do ministro, três meses depois, a fábrica foi desocupada e entregue novamente a Alvaro Pocaterra. José Villegas, dirigente do sindicato e coordenador da UNT-Aragua analisou a participação de Rivero neste processo:

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada com Luis Rengifo no interior da planta principal de Sanitarios Maracay, em 23 de janeiro de 2012.

Lo que ocurrió fue que el ex ministro José Ramón Rivero, junto con otros altos funcionarios como el viceministro Rafael Chacón, José Gregorio Villarroel, Simón Figueroa, y Maribel Rodríguez, se pusieron al lado del patrón para embaucar a los trabajadores, violando todos sus derechos legales y contractuales, liquidándolos de manera fraudulenta. Rivero, en vez de hacerle caso a la recomendación de la Asamblea Nacional de que se expropiara Sanitarios Maracay, lo que hizo fue ver la manera de destruirnos, y se puso a ofrecer el pago de la deuda que la empresa tenía con los trabajadores si se entregaba la fábrica, porque según él no era estratégica y no la iban a expropiar. Con esa promesa llevaron a los trabajadores al barranco, hoy en día los que se acogieron a ese arreglo se dan cuenta de todo fue una marramuncia, y que terminaron aceptando una parte muy pequeña de la deuda, a cambio de tantos años de sacrificios, lesiones de trabajo, luego de una lucha tan larga (Villegas *apud* COLECTIVO LIBRE AQUILES NAZOA, 29/04/2008).

Mesmo após a desocupação, em janeiro de 2008 um grupo de aproximadamente 60 trabalhadores, ligados à antiga direção sindical, voltou a ocupar um setor mais afastado da fábrica, o galpão de *Sanisplastica*, que fica do outro lado da zona industrial. Estes operários ficaram em uma situação precária, sem receber salários e proibidos de entrar nas outras instalações da empresa. Além disso, tiveram que “prestar esclarecimentos” na promotoria quanto à “invasão” do terreno. O movimento foi perdendo forças e ficou dividido, uma vez que nem todos tinham acordo com a nova ocupação.

Em meio a todas estas dificuldades, os próprios trabalhadores foram pegos de surpresa quando em 21 de dezembro de 2010, quatro anos após o início do conflito, Chávez anunciou em seu *Alô Presidente* a nacionalização de *Sanitarios Maracay*. Ninguém sabia explicar ao certo o porquê da mudança de atitude do governo. O movimento, a esta altura, já estava destroçado, dividido em duas alas de trabalhadores que não conversam entre si. A intenção do ministro do trabalho em fragmentar o movimento havia sido cumprida com sucesso<sup>53</sup>.

### *Siderúrgica del Orinoco (Sidor)*

No caso do conflito na *Siderúrgica del Orinoco* as instalações da empresa não chegaram a ser ocupadas, mas os trabalhadores protagonizaram importantes lutas que tiveram reflexos no movimento operário em nível nacional e garantiram a nacionalização da empresa em 2008.

---

<sup>53</sup> Até janeiro de 2012, quando estivemos na fábrica, as instalações ainda tinham a aparência de abandono e todo o esforço de recuperação de algumas áreas foi realizado pelos próprios trabalhadores.

Localizada no Estado de Bolívar, a siderúrgica é uma das maiores da América Latina. Produz não só chapas laminadas, como também outros produtos – como as chamadas *cabillas*, barras utilizadas para a construção civil. A empresa foi privatizada em 1997 e passou a ser controlada pelo grupo argentino-italiano *Techint*. A partir daí iniciou-se uma radical modificação no quadro de pessoal, substituindo antigos trabalhadores por terceirizados. A Sidor sempre trabalhou com uma média de 18 mil funcionários, mas chegou em 2008 com mais de 2/3 desse quadro composto por terceirizados. Com estas mudanças, as condições de trabalho se deterioraram muito.

Frente a isso, os “sidoristas” – como são chamados os operários da Sidor –, que haviam participado ativamente das mobilizações contra o locaute patronal em 2002, começaram a organizar, desde 2006, uma série de protestos questionando os baixos salários, a falta de segurança do trabalho e exigindo a negociação do contrato coletivo. Também denunciavam irregularidades cometidas pela transnacional que, segundo eles, desviava fundos referentes às obrigações trabalhistas<sup>54</sup>. Muitas destas denúncias foram feitas frente aos órgãos do Estado, mas nenhuma providência foi tomada: “Durante el período Terniun<sup>55</sup> existian dos directivos, dos representantes de la junta directiva por parte del Estado y ellos nunca aceptaron los reclamos que nosotros, como trabajadores, hacíamos ante el Estado.”<sup>56</sup>

Neste mesmo ano, os sidoristas realizaram uma paralisação de três dias para exigir melhores condições de trabalho e denunciar os problemas com a falta de segurança, à qual estavam submetidos os terceirizados, que sequer recebiam equipamentos de proteção. A manifestação resultou na acusação formal por parte do Ministério Público, a três dirigentes sindicais<sup>57</sup> e 11 trabalhadores, como autores ou coautores dos crimes de “apropriação indevida qualificada”, “restrição à liberdade de trabalho” e “descumprimento do regime da zona de seguridad”<sup>58</sup>.

O conflito que originou as lutas de 2008 pela nacionalização tinha como objetivo principal a negociação do contrato coletivo. Inicialmente, os trabalhadores haviam solicitado ao Ministério do Trabalho que participasse da mesa de negociações, pois acreditavam que isto pressionaria a transnacional a ceder no acordo. Estavam enganados. Em pouco tempo perceberam que a participação do Ministério havia resultado em uma

<sup>54</sup> Informações obtidas em entrevista realizada em 17 de janeiro de 2012, em Ciudad Guayana, com Leonel Ernesto Grisett, trabalhador e dirigente sindical da Sidor, preso e processado durante as lutas que culminaram na nacionalização em 2008.

<sup>55</sup> Quando a empresa ainda era administrada pela transnacional argentina.

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> Entre eles estava o entrevistado Leonel Ernesto Grisett.

<sup>58</sup> Por conta de tais acusações, há mais de cinco anos esses trabalhadores têm de se apresentar todos os meses à justiça, até que os casos sejam julgados.

composição de dois contra um, em prejuízo aos trabalhadores: “*era Estado-transnacional en contra de los trabajadores*”, afirma Leonel. Objetivando atender aos interesses da transnacional, o Ministério do Trabalho decidiu organizar um referendo consultivo para que os trabalhadores aprovassem a proposta rebaixada da empresa. A constatação, por parte dos *sidoristas*, de que não poderiam contar com a ajuda do governo os fez optar pela tática da ação direta. Leonel justifica esta opção:

¿Por qué? Porque el Estado, a través del Ministerio del Trabajo, con la transnacional, decidió en un momento hacer un referendo consultivo para la aprobación del contrato colectivo. Pero, para hacer ese referendo consultivo, trancó todos los portones de la industria con la Guardia Nacional, y solo dejó dentro de la empresa el personal de confianza. No se nos permitió el acceso a la nomina de convenios a los trabajadores, que estábamos en este momento en estado de protesto. Y intentaron entonces aprobar el contrato colectivo con el personal de confianza.

Inconformados com a política do governo, os *sidoristas* decidiram bloquear a principal avenida da cidade e se contrapor ao referendo, exigindo melhor negociação do contrato. O protesto foi feito com a devida autorização, mas teve um desfecho trágico. Durante a manifestação, aproximaram-se várias ambulâncias do serviço de emergência. O bloqueio foi brevemente desfeito para que as ambulâncias pudessem passar. Mas quando estas se encontravam às costas dos trabalhadores, revelou-se a emboscada. As ambulâncias estavam repletas de policiais que tinham como objetivo finalizar o protesto. Deu-se início à pancadaria: “Fui torturado, golpeado, me dispararon a quemarropa con perdigones [...], estuve cinco días hospitalizado”, relata Leonel.

Assim, o protesto que finalizava a greve de 80 horas declarada pelo sindicato para pressionar a empresa, acabou com a repressão da polícia e da Guarda Nacional no dia 14 de março de 2008. Foram utilizadas bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha, que feriram os operários. Os carros dos trabalhadores, que estavam no local, foram destróçados pelos policiais. Mais de 50 pessoas foram presas, acusadas de cometer delito por fechamento de vias públicas. Este fato adquiriu grande visibilidade nacional.

Embora o preço tenha sido alto, Leonel considera que o saldo histórico das mobilizações em Sidor foi muito positivo, pois elas evitaram que a transnacional e o Estado assinassem aquele contrato e puseram fim no referendo consultivo. “Entonces viene lo que conocemos en este momento como la reorganización del movimiento”, afirma Leonel. Este é o contexto em que se começa a discutir a nacionalização da empresa.

Os *sidoristas* já vinham realizando mobilizações nos meses anteriores e aquela já era a terceira paralisação de 2008. No dia 4 de abril, organizaram uma marcha para exigir de Chávez a nacionalização e denunciar a repressão que haviam sofrido pela Guarda Nacional. Em meio à pressão do sindicato e dos trabalhadores, o governo dirigiu-se à transnacional com o objetivo de renegociar os salários e atenuar o conflito, mas a empresa se recusou a negociar. Sem alternativa e pressionado pelos trabalhadores, o vice-presidente venezuelano, Ramón Carrizales, anunciou a nacionalização da Sidor em 9 de Abril de 2008, contrariando os pronunciamentos anteriores do governo, que afirmavam que a empresa não seria nacionalizada. Conforme observa Leonel: “Es una nacionalización que nació del temor a lo que iba pasar. Porque existía mucho rencor de parte nuestra por tanta traición”.

Grande parte dos trabalhadores avaliou, na época, que a vitória havia sido apenas parcial. O governo concedeu uma indenização milionária à transnacional que não respeitava os direitos trabalhistas e, ainda que a empresa tivesse sido nacionalizada, muitas batalhas estariam por vir: seria preciso reivindicar a incorporação dos terceirizados, lutar pela participação dos trabalhadores nas tomadas de decisões, exigir a negociação do contrato coletivo e melhores condições de trabalho.

Mesmo assim, era inegável que este acontecimento político representou uma vitória dos trabalhadores contra a multinacional, contra o patrão e contra o governo que defendeu, até o último momento, o acordo que possuía com a empresa desde 2006 e que garantia a maior parte das ações para a transnacional em troca de preços preferenciais ao Estado.

Se a nacionalização não era uma política de Chávez, a luta dos *sidoristas* obrigou-o a rever sua posição. O ministro do trabalho, que já acumulava considerável desprestígio entre os trabalhadores após os acontecimentos em *Sanitarios Maracay*, recebeu o golpe final com a luta em Sidor e teve de ser retirado do Ministério. Após a nacionalização, persistiu o desgaste da administração chavista entre os operários siderúrgicos. Na eleição para a nova diretoria do sindicato Sutiss, os trabalhadores deram um voto de “castigo” contra o governo, elegendo como presidente um candidato ligado aos setores opositores.

O triunfo dos *sidoristas* reordenou a situação política nacional e deu novo fôlego ao movimento operário no país. Mas essa luta não estava concluída, apenas recomeçava em uma nova fase com a empresa nacionalizada.

*Mitsubishi Motors Corporation (MMC Automotriz)*

As plantas do setor automobilístico da Venezuela foram equipadas com máquinas obsoletas dos países de origem das transnacionais. Como relata o operário Leonardo Arantes, da organização *Unidad Socialista de los Trabajadores* (UST), as diferenças entre o processo produtivo no país e o procedimento nos países centrais, são evidentes:

En las cabinas de pintura, por ejemplo, se utiliza [na Venezuela] pintura a base de tolueno y xileno que, como sabemos, son sustancias reconocidamente cancerígenas y proscritas en los países del primer mundo. Ellos [os países centrais] utilizan pintura diluida en agua. Entonces aprovechan y las mandan para acá, donde los viejos equipamientos utilizan los mencionados solventes (ARANTES; NETO, 01/11/2006).

Somados ao ritmo acelerado e ininterrupto da produção, os equipamentos inadequados acarretam inúmeros problemas de saúde para os trabalhadores, como o desgaste do manguito rotador dos braços e ombros, problemas no túnel cárpico – que acarreta perda da força da mão –, problemas pulmonares, além de hérnias cervicais, inguinais e discos, principalmente.

Foi também em 2003 que os operários da multinacional MMC Automotriz S.A. – a fábrica venezuelana da *Mitsubishi* – localizada em Barcelona, Estado Anzoátegui, começaram a buscar soluções para os problemas que sofriam há mais de quarenta anos.

Além das questões de saúde, a negociação do contrato coletivo em MMC estava atrasada há mais de um ano e os trabalhadores eram pressionados pela empresa a assinar um acordo que deteriorava as condições de trabalho e os salários. Vinculado à CTV, o sindicato não servia há tempos como instrumento de organização para a defesa dos direitos trabalhistas. Em meio a esta situação e à nova conjuntura nacional, os operários decidiram modificar sua atuação com relação às décadas anteriores: rechaçaram o sindicato cetevista e construíram uma nova ferramenta de luta na empresa. Em 13 de março de 2003, nasce o *Sindicato Nueva Generación de Trabajadores MMC Automotriz* (SINGETRAM).

Após derrotarem o sindicato pró-patronal, construíram também um *Comité de Saúde e Segurança trabalhista*, com delegados eleitos pela base. Através do Singetram, em alguns anos a convenção coletiva na Mitsubishi passou da pior do setor para uma das melhores. Os trabalhadores também alcançaram outros benefícios, como a construção de um novo restaurante, o financiamento de cirurgias de doenças trabalhistas, entre outras coisas.

Em meio a estas lutas o sindicato foi se fortalecendo. Aproximadamente 80 delegados sindicais passaram a atuar em 2006 como “coordenadores de células”, compondo uma das cinco frentes de atuação organizadas pelo sindicato<sup>59</sup>. A empresa possuía 27 áreas de trabalho e, em cada uma delas, os trabalhadores elegiam delegados para essas células, cabendo às próprias áreas de trabalho a revogabilidade dos delegados, quando necessário. Em pouco tempo o número de delegados sindicais ultrapassava os 150. O movimento estava crescendo e, embora os operários não tivessem muita formação, avançavam em sua organização:

Con toda honestidad, no teníamos conocimiento de formación marxista, no sabíamos nada, pues, de lo que ha sido históricamente la lucha de los trabajadores, si no que fue una cuestión propia de nosotros como trabajadores para evitar que nuestros directivos sindicales se corrompieran y que verdaderamente el trabajador tuviera más participación en la construcción de un sindicato distinto.<sup>60</sup>

Como a maioria dos membros do novo sindicato não possuía grande experiência sindical ou vínculos com organizações políticas, se viravam como podiam para compreender melhor a situação em que se encontravam. Segundo, o então secretário geral do sindicato, Félix Martínez, para garantir alguma formação política os operários assistiam em conjunto alguns filmes que conseguiam nas atividades nacionais, como *A classe operária vai ao paraíso*, gravado na década de 1970, e *Roger e eu*, de Michael Moore, que mostra a intervenção da General Motors na pequena cidade de Flint, em Michigan. Como relata Félix:

Planteamos talleres de formación, más que todo de cálculos, de horas... y nos seguimos metiendo talleres de formación de esta manera: veíamos un video de una lucha en un país, de un conflicto de trabajo en este país y después que lo veíamos nos sentábamos a analizar, ‘¿Qué tu creé?, ¿Qué tu piensas?’, y ahí sacábamos conclusiones de cómo se manejaba el sistema capitalista, las transnacionales [...], y eso nos alimentó mucho [...].<sup>61</sup>

Apesar das conquistas e avanços do sindicato, a empresa (assim como todo o setor automobilístico no país) visava adaptar-se às novas condições econômicas mundiais, reduzindo custos e aumentando a produção, principalmente através da flexibilização das relações trabalhistas. Passou a adotar as diretrizes de sua matriz estrangeira, que incluíam: a

<sup>59</sup> As células criadas foram: “imprensa e propaganda”, “saúde e segurança”, “formação ideológica, contrato coletivo e reclamações”, “organização” e “esporte e cultura”.

<sup>60</sup> Entrevista realizada em 15/01/2012, na cidade de Barcelona (Anzoátegui) com Félix Martínez, ex-secretário geral do *Singetram* demitido da MMC.

<sup>61</sup> Idem.

subcontratação – geralmente na forma da terceirização; a promoção da polivalência e do trabalho em equipes, com o objetivo de incrementar a produtividade; a redução da intervenção dos sindicatos, entre outras (HERNANDÉZ, 2010, p. 23). O setor automobilístico tem procurado basear-se no modelo “toyotista”, regulando a produção conforme os pedidos dos clientes. Para isso, é necessário adequar parte da mão de obra às novas necessidades da empresa. Investindo na terceirização, além de diminuir os inconvenientes sindicais, a empresa ficaria livre para demitir os novos contratados conforme sua necessidade, sem preocupar-se com justificativas – uma vez que os contratos são temporários (HERNANDÉZ, 2010, p. 25).

Na MMC se passou a investir nessas mudanças desde meados de 2008. Os novos contratados eram, em sua maioria, jovens trabalhadores, com boa capacidade de aprendizado. A expectativa da transnacional em resolver os conflitos trabalhistas com a nova forma de contrato, entretanto, se frustrou. Ao serem incorporados na empresa, os jovens terceirizados não deixaram de notar o movimento que ali germinava. Apesar da frágil relação contratual, aproximaram-se do sindicato e passaram a querer construir sua própria representação sindical.

Aquele ano terminava sem que se chegasse a um acordo entre o sindicato e a patronal quanto ao contrato coletivo. Com a aproximação dos novos trabalhadores, o tema da terceirização passou a se somar às reivindicações anteriores. Mas, além de não dar resposta às reclamações do Singetram, a empresa decidiu demitir os 135 terceirizados, antes que se incorporassem de vez às mobilizações cotidianas. Neste contexto, 2009 foi o pico dos conflitos na empresa. Dos 1200 trabalhadores fixos, 1.135 estavam filiados ao sindicato. Através das células e da contribuição dos delegados, o nível de participação e de consciência estava aumentando consideravelmente. Assim, ainda em janeiro daquele ano, quando os trabalhadores regressavam de suas férias, começaram a se organizar em defesa dos terceirizados demitidos.

A decisão da maioria foi ocupar a empresa em uma ação de protesto, iniciada no dia 21 de janeiro de 2009, com o objetivo de que a empresa aceitasse debater os problemas diante do Ministério do Trabalho. Félix é quem justifica a tática de ocupação:

¿Porque lo tuvimos que hacer? Porque el Ministerio del Trabajo no permitía que el pliego conciliatorio pasara a conflictivo [...] y se negara que, de conflictivo, se cumpliera con el debido procedimiento con derecho a la huelga. Entonces tuvimos que tomar una acción por nuestra propia cuenta.

Com a empresa ocupada, foram trancados os portões e os operários se revezavam em turnos para organizar as atividades e vigiar as instalações. O dia 29 de janeiro começava como os anteriores: as equipes organizavam panfletagens, piquetes, campanhas financeiras, atividades culturais, debates de filmes, entre tantas coisas. Um grupo de representantes havia se deslocado a uma comunidade próxima para anunciar nos meios de comunicação seu apoio à Emenda Constitucional proposta por Chávez, que seria votada no próximo 15 de fevereiro. Aproveitariam para divulgar e solicitar apoio à luta em MMC.

Foi neste momento – quando os principais líderes da ocupação estavam ausentes – que a polícia se aproximou dos portões da fábrica, fortemente armada. Felix estava com Juan Rodriguez, um dirigente do PSUV, quando recebeu uma ligação dos operários que estavam na empresa informando a presença dos policiais. Juan Rodriguez telefonou ao secretário geral do governo – também integrante do PSUV –, que lhe garantiu não haver veracidade em tal informação. A negação dos fatos também é obtida por meio de contato com o deputado bolivariano Angel Rodriguez, segundo afirmou Félix na entrevista concedida.

Apesar disso, o grupo resolveu regressar à fábrica. O alerta da presença da polícia também aproximou operários de outras empresas que apoiavam a ocupação. Eram trabalhadores de Vivex, Polar, Macusa, Petrorinoca, Hotel Punta Palma, entre outros e, juntos, somavam quase mil vozes gritando aos policiais “*Policía, amigo, ¡el pueblo está contigo!*”. Tentavam assim evitar um confronto. Mas a tática não funcionou.

Uma juíza insistia em entrar na fábrica e acabar com a ocupação. Frente à resistência dos trabalhadores, os policiais do estado de Anzoátegui receberam a ordem para atacar. Lançaram bombas e dispararam vários tiros. O cenário era o de uma guerra. As mais de 300 cápsulas recolhidas depois do ocorrido revelaram que o armamento era letal. Os vídeos gravados pelos presentes naquela tarde evidenciaram a gravidade do confronto: a polícia atirava diretamente contra os trabalhadores. Os operários Javier Marcano e Pedro Suarez foram assassinados naquele dia e muitos outros ficaram feridos. O massacre só não foi pior porque, ao ouvir os disparos, a comunidade saiu em defesa dos operários. Segundo o relato de Félix, em um bairro próximo, os moradores chegaram a atravessar um caminhão de cimento pela via para impedir que mais dois grupos de policiais passassem para engrossar a repressão.

Como era de se esperar, a imprensa manipulou os fatos com o objetivo de afirmar que os trabalhadores é que teriam iniciado o conflito. Jorge Castillo, vice-presidente comercial de MMC afirmou em uma entrevista aos canais de televisão, que a polícia foi recebida com violência e chegou a declarar que a juíza havia sido sequestrada pelos operários. O fato só foi desmentido com a divulgação dos vídeos gravados pelo sindicato. Nesta mesma

entrevista, Castillo declara como era a sua relação com o governo bolivariano de Anzoátegui<sup>62</sup>: “*tenemos basicamente mucho apoyo de los organismos policiales regionales y incluso del mismo gobernador.*”, afirma (Castillo in MMC: LA VERDAD, 2009).

Estes fatos evidenciam que se tratou de um ataque, não só da burguesia, como do governo bolivariano, contra a organização e a mobilização operária. Diante disso, a sensação dos trabalhadores era a de que haviam sido traídos: “Estos dirigentes de PSUV estaban al tanto de toda la situación”, afirma Félix, referindo-se à conivência da direção do partido com a ação policial. O despreparo por parte do sindicato, que não percebeu a tempo o apoio do governo à empresa foi um dos elementos que contribuíram para o desfecho daquela tarde:

Nosotros no veíamos como un enemigo todavía a estos factores políticos que ayudaran a la Mitsubishi. [...] Por lo menos el apoyo de la gobernación del estado Anzoátegui, del gobernador Tarek Willian, del secretario general del gobierno, de diputados como Ángel Rodríguez [PSUV], que apoyaran a la transnacional.<sup>63</sup>

O depoimento de Félix (que ainda é filiado ao PSUV) expressa bem a posição do governo: “El Ministerio del Trabajo, con la ministra Maria Cristina Iglesia, nunca se reunió con nosotros, en cambio sí se reunía con el representante de la empresa.” O dirigente sindical também acusou a direção estadual do PSUV de defender a transnacional, caluniando o sindicato:

Se ha lanzado todo tipo de calumnias contra SINGETRAM, diciendo que somos infiltrados del imperialismo, que somos una mafia sindical que comercia ilegalmente con los coches, etc. con el único propósito de aislar la justa lucha de los trabajadores de MMC Automotriz del conjunto del movimiento revolucionario venezolano. Es decir, se ha buscado criminalizar la lucha y tratar de justificar ante el pueblo venezolano medidas contra los trabajadores y contra los directivos de SINGETRAM (SINGETRAM, 2011).

Em um discurso pronunciado após o massacre, o governador de Anzoátegui tenta se explicar: “[...] si este hecho lamentable hubiera ocurrido en un gobierno de la cuarta republica, lo que hubiera hecho un gobernador adeco-copeyano es rapidamente solidarizarse

---

<sup>62</sup> O governador Tarek Willian é coordenador regional do PSUV. Foi chamado por Chávez de “o poeta da revolução”. Depois do desgaste sofrido pelo governador, seu nome não saiu como candidato para a reeleição. O vice-presidente da república Diosdado Cabello, justificou essa medida, afirmando que a participação de Tarek no governo estava garantida: “Los compañeros que salen, no solo Tarek, todos van a nuevas responsabilidades. Todos, porque son revolucionarios. No estamos hablando de los traidores que se fueron sino personas que van a nuevas responsabilidades” (APORREA.ORG, 11/10/2012).

<sup>63</sup> Entrevista a Félix, 15/01/2012.

con los policías, decir rápidamente que estos eran unos santos”. Indicava, assim, que sua atitude seria diferente, afinal de contas, em um governo bolivariano “*la gobernación es de ustedes, es del pueblo*”, concluiu (in MMC: LA VERDAD) . Para além das palavras, no entanto, sequer foi cumprida a promessa proferida pelo governador de que as famílias dos operários assassinados e os trabalhadores feridos seriam indenizados. Alexandre García, atingido com um tiro, teve de retornar ao trabalho na empresa, apesar de estar praticamente sem movimento em um dos braços.

Após o massacre, a ocupação ainda persistiu por dois meses. Os trabalhadores seguiam se organizando, realizando passeatas e campanhas de solidariedade, elaborando materiais de denúncia e exigindo a punição dos responsáveis. As dificuldades, porém, aumentavam: “El gobierno, por medio de la Ministra del Trabajo, nos amenazó. Dijo que se no desalojábamos las instalaciones de la planta nos iban a sacar con la guardia nacional”, disse Félix. Em finais de março os trabalhadores já estavam debilitados pela falta de salários por três meses, pelas pressões familiares, pelo cansaço e pelo desgaste psicológico e, agora, pelas ameaças do governo.

Durante os meses de ocupação, muitos trabalhadores tiveram de procurar serviços temporários para levar algum sustento às suas famílias. A maioria se pôs a trabalhar como taxista (ao que parece, não é necessário mais do que um carro e um adesivo para iniciar a atividade). Esses já não podiam ajudar muito na luta. Em pouco tempo restavam apenas 100 trabalhadores na fábrica. Enfraquecidos e sob ameaças, decidiram pela desocupação. O acordo realizado para tal, incluiu a reincorporação dos 135 demitidos e o compromisso, por parte da empresa, de não contratar mais terceirizados – promessa que posteriormente foi descumprida.

Como ironizou Félix na entrevista, a ajuda que o governo bolivariano deu para pôr fim ao conflito “fue despedir a los directivos sindicales”. Em finais de 2009, quando a fábrica já não estava mais ocupada, o *Ministerio del Poder Popular Para el Trabajo y la Seguridad Social* (MINPPTRASS) emitiu uma qualificação de demissão e uma medida cautelar contra os dirigentes de SINGETRAM e mais 156 trabalhadores<sup>64</sup>. O reconhecimento das demissões por parte do Ministério, alegando que os trabalhadores incorreram em “falta de

---

<sup>64</sup> Além disso, o Ministério do Trabalho legitimou a criação de um sindicato paralelo em finais de 2010 que contava com o apoio de apenas 34 trabalhadores e que apoia claramente a gerência da empresa; por outro lado, o CNE, órgão que regula as eleições sindicais de todo o país, ainda não reconheceu até hoje os mais de 1200 votos obtidos pela direção do Singetram nas últimas eleições de março de 2010 e que conferiam legitimidade à sua representação sindical.

lealdade à empresa”<sup>65</sup>, e a falta de punição aos assassinos e mandantes do massacre de janeiro, também demonstram de que maneira o governo se utilizou do aparato do Estado burguês para defender a transnacional.

Com a demissão dos dirigentes sindicais e a ameaça de demissão a todos os que se aproximassem de SINGETRAM, os operários de MMC ficaram acuados. A derrota desta luta facilitou o plano da transnacional: centenas de trabalhadores foram demitidos desde 2009 e substituídos por terceirizados<sup>66</sup>.

#### *Vidrios Venezolanos Extras (Vivex)*

Um dos exemplos mais recentes de que a mobilização é capaz de arrancar conquistas importantes, foi vivenciado em uma pequena fábrica de Barcelona, no estado de Anzoátegui. Os trabalhadores de *Vidrios Venezolanos Extras (Vivex)* – produtora de vidros para o setor automobilístico – derrotaram o sindicato pró-patronal vinculado à CTV e criaram uma nova entidade com perfil combativo, em março de 2003. A criação do *Sindicato Unico de Trabajadores (Sutravivex)* naquele ano não foi um mero acaso. Neste momento também se criava o *Sindicato Nueva Generación* na MMC Automotriz, e os trabalhadores das duas empresas vizinhas descobriam juntos a necessidade de construir organizações autônomas, que representassem de fato os seus interesses. Este processo também foi fruto da ruptura com a CTV e do surgimento da União Nacional dos Trabalhadores, evidenciando que o fenômeno da reorganização também se refletiu na criação de sindicatos de base<sup>67</sup>.

Tal iniciativa, sem dúvida, não poderia ser bem aceita por parte do empresariado. No caso de Vivex, cerca de dois meses após a criação do novo sindicato, o patrão demitiu alguns de seus diretores e filiados. Os trabalhadores se lançaram em uma longa jornada pela reincorporação de seus companheiros. Passaram a organizar, entre 2003 e 2006, uma série de atividades para denunciar o ocorrido, tais como: panfletagens, paralisações, operação tartaruga, ocupação da área administrativa etc., conforme descreveu Davi

<sup>65</sup> “La decisión del Ministerio es que el despido es valedero porque nosotros incurrimos en falta de lealtad a la empresa”, afirma Félix Martínez (entrevista de 15/01/12).

<sup>66</sup> O apoio do governador Tarek Willian (PSUV) às demissões foi publicado diretamente em sua página na internet. Na notícia, o governador afirma: “Nosotros nos hacemos solidarios con la decisión de la Ministra Iglesias [de autorizar as demissões] porque consideramos que está ajustada a derecho y ayuda a mantener la paz laboral en la región, preservando el empleo de casi siete mil hombres y mujeres” (PSUV ANZOÁTEGUI, 29/11/2009).

<sup>67</sup> A criação desses sindicatos, e de outros que surgiam nestes anos, não foi propriamente uma política da UNT, mas fruto da necessidade dos próprios trabalhadores, apesar de que alguns dirigentes sindicais participavam das reuniões da central e ajudaram a criar as sessões regionais da UNT.

Contreras<sup>68</sup>, delegado de prevenção na empresa. Somente após quase três anos de luta e a realização de uma greve foi possível conquistar, em dezembro de 2006, a readmissão dos sindicalistas e a retomada das negociações do contrato coletivo.

*Sutravivex* foi se desenvolvendo ao longo de 2007, fortalecido pela vitória do ano anterior. O patrão passou a utilizar, então, outra tática para desmobilizar os trabalhadores: começou a sabotar a própria empresa e, com isso, amedrontar os operários com a possibilidade do desemprego. Durante o ano de 2008, a produção foi reduzida a menos de 50% de sua capacidade e os trabalhadores percebiam que não havia ingresso de matéria prima. Corriam rumores de que o empresário pretendia não pagar as *utilidades trabalhistas* conforme o que era estabelecido no contrato coletivo. Por este motivo, o sindicato passou a realizar assembleias diárias, desde outubro de 2008, e organizar a luta pelo reconhecimento dos direitos.

O contrato coletivo estabelecia que as *utilidades*, pagas ao final do ano, corresponderiam ao valor de 120 dias trabalhados. Alegando dificuldades financeiras, o empresário oferecia pagar somente 15 dias. Depois de várias assembleias, 350 trabalhadores estavam dispostos a ocupar a fábrica até que fosse pago o valor integral. E assim o fizeram, em 20 de novembro de 2008.

Mesmo com a ocupação, o patrão manteve a mesma postura intransigente e se afastou da fábrica. Para Félix Martínez, do sindicato da vizinha MMC, a atitude patronal era um blefe: “somente neste ano foram fechadas seis empresas de componentes automotivos e foram reabertas pelos mesmos proprietários como ‘cooperativas’, esse é o meio para romper os contratos com os trabalhadores” (Martínez *apud* MARTÍN, 2008). Desta forma, o patrão procurava obter vantagens com o conflito.

Após a ocupação, uma das primeiras medidas adotadas pelo sindicato foi notificar a situação frente ao governo e aos órgãos oficiais. Contataram o CNE (Conselho Nacional Eleitoral), o governo do estado, a prefeitura, a Guarda Nacional, o Conselho Legislativo, o PSUV etc. Nenhum apoio contundente foi oferecido por parte destas instituições: “decían que nosotros havíamos cometido un error en tomar la fabrica”, explica Davi.

O ano de 2008 foi bastante agitado. Três dias após a ocupação, aconteceriam as eleições regionais para definir prefeitos e governadores. Por conta das eleições, o PSUV e seus candidatos estiveram presentes em Vivex nos primeiros dias, mas

---

<sup>68</sup> Entrevista realizada pela autora com o sindicalista Davi Contreras em 14/01/2012 no interior da fábrica, em Barcelona.

logo depois desapareceram e, no decorrer da luta, a direção do PSUV-Anzoátegui se posicionou contrária à ocupação (cf. EL MILITANTE, 28/06/11).

Mediante as disputas internas na UNT, os trabalhadores de Vivex só podiam contar com o apoio dos operários das fábricas da região (CEMEX, MMC, Polar, Macusa) e de alguns Conselhos Comunais da vizinhança. Visto que o patrão não pretendia atender às exigências e abandonava cada vez mais o estabelecimento, os operários mudaram o foco das reivindicações: “estamos exigindo a expropriação da empresa, que seja nacionalizada sob gestão e controle operário”, afirmou na época o secretário geral do sindicato, Yeant Sabino (Sabino *apud* MARTIN, 2008).

Durante a ocupação, os trabalhadores se organizavam em guardas e se revezavam para garantir as atividades. Foram criadas várias mesas de trabalho que dividiam as tarefas entre si. Neste mesmo período, os operários da MMC iniciaram a ocupação pela incorporação dos terceirizados demitidos e os trabalhadores das duas empresas realizavam muitas atividades em conjunto. Mas as dificuldades começavam a apertar com o passar dos meses e a falta dos salários.

Com o objetivo de alcançar maior visibilidade à sua luta, Sutravivex organizou, em abril de 2009, uma passeata até Caracas. Foram mais de 300 km de caminhada, em uma jornada que no total levou quase um mês até o retorno. Ao regressarem à fábrica encontraram já os demais trabalhadores enfraquecidos. De início eram mais de 350, mas passados os primeiros seis meses de ocupação, este número começou a reduzir consideravelmente. Alguns saíam em busca de trabalho, outros aceitavam acordos rebaixados com o patrão ou se amedrontavam ante as ameaças do Ministério do Trabalho de que a fábrica seria desocupada à força.

Visando retomar a produção, até então paralisada, os operários formaram uma cooperativa em dezembro de 2009. Com uso da matéria-prima considerada imprópria pelo patrão – a única que restava – os trabalhadores voltaram a produzir. Durante este período, foi possível que cada operário recebesse uma pequena ajuda de custo por seu trabalho. Além dos problemas com a falta de matéria-prima, havia dificuldade na comercialização dos produtos. Quando a fábrica era controlada pelo patrão, o material produzido era vendido para outra empresa do mesmo proprietário. Agora, não tinham para onde repassar a produção. Somado este fator com a falta de trabalhadores especializados em operar algumas máquinas, aumentavam os problemas e a cooperativa parou de operar em julho de 2010.

A situação se agravava e até o fornecimento de energia elétrica havia sido cortado. Ainda assim os trabalhadores resistiam. Somente em 2011, três anos após o início do conflito, foi publicada em Gazeta Oficial a nacionalização de Vivex. Em entrevista ao jornal El Militante, o sindicalista Sabino afirma:

Con gran satisfacción, el martes 31 [de maio] el presidente Chávez firmó la orden de expropiación de Vivex, nosotros le vimos por televisión por la noche, pero ¡quién iba a pensar que iba a dar la orden de expropiar la planta! Los trabajadores llevábamos reclamando tres años que la empresa fuera expropiada, por el estado, por el gobierno revolucionario. Viendo las trabas que tuvimos en el pasado hay que asumir que la forma súbita como la empresa fue expropiada fue muy favorable (Sabino *apud* EL MILIANTE, 28/06/2011).

Apesar de saldar a iniciativa do governo, Sabino não tem dúvidas de que a nacionalização decorria da resistência e luta dos trabalhadores e que o governo havia tardado em atendê-los:

Porque destacando las situaciones internas que se dieron en la que hubo trabajadores que perdieron la fe en la expropiación, después de tantas marchas que hicimos, a la gobernación, al consejo legislativo, la marcha a Caracas en 2009 durante 12 días caminando más de 300 kilómetros y no fuimos recibidos por ningún organismo del estado. La clave ha sido la resistencia y la fe en la capacidad de lucha de los trabajadores junto con las comunidades (Sabino *apud* EL MILIANTE, 28/06/2011).

Mesmo após a nacionalização, os trabalhadores de Vivex se encontraram em uma situação delicada: haviam passado muito tempo sem salários e não havia clareza de qual sistema de gestão seria implantado e os meses passavam sem que a produção fosse reativada. Por este motivo, Sabino expressou sua preocupação com o que ainda haveriam de enfrentar:

Es triste vivir sin un salario, nosotros lo hemos vivido, que cosa tan mala, inclusive ahora no tengo leche, pañal, comida y como yo, la mayoría de los trabajadores, pero creo que el compromiso revolucionario que tenemos que asumir hay que seguir direccionado a los trabajadores, creo que con la expropiación y hasta que la empresa se ponga en funcionamiento el estado debería ayudarnos para poder mantener nuestras familias y la lucha, al mismo tiempo (*apud* EL MILITANTE, 28/06/2011).

O antigo proprietário assinou sem maiores contratempos a carta através da qual afirmava concordar com a “expropriação”, recebendo a correspondente indenização. Os trabalhadores passaram a receber um salário mínimo do governo – pouco menos do que lhes pagava o patrão. Instaurou-se uma junta provisória para gerir a empresa, composta por quatro

representantes do Estado e Sabino como único representante dos trabalhadores. Evidencia-se assim, que se a expectativa dos operários de Vivex é estabelecer o controle operário, ainda haverá muita luta pela frente.

\*\*\*

As lutas dos operários venezuelanos na última década resultaram em vitórias parciais importantes, como a nacionalização de algumas empresas, a incorporação de trabalhadores terceirizados<sup>69</sup>, maior espaço de participação em alguns casos, readmissão de demitidos, pequenas melhorias nas condições de trabalho, reconhecimento dos sindicatos etc. Mas para isso foi necessário que os conflitos se estendessem por longos períodos e adquirissem repercussão nacional através de campanhas e marchas, contando com a solidariedade de outros trabalhadores e de setores populares.

Podemos observar que as ações do movimento operário na última década ganharam um caráter mais espontâneo e radical, através de mobilizações de rua, ocupações de fábricas, bloqueios, marchas e paralisações. Ainda que dentro de certos limites, o caráter das reivindicações também se ampliou no decorrer das lutas. De início, as bandeiras eram direcionadas somente ao patrão: exigiam respeito ao contrato coletivo, aos direitos trabalhistas e o reconhecimento dos sindicatos. Com o desenrolar dos conflitos, a plataforma passou a incorporar reivindicações de nacionalização/expropriação das empresas, controle operário, redução da jornada de trabalho, fim das terceirizações, além das defesas tradicionais de salário e condições de trabalho. Mais recentemente também se fortaleceram as lutas contra a criminalização dos protestos, contra a repressão e em defesa da autonomia sindical. Foi possível notar, portanto, uma modificação tanto nas formas de protesto quanto na plataforma programática do movimento com relação às décadas anteriores, mas as reivindicações continuam sendo, essencialmente, de caráter trabalhista e/ou democrático.

Nestes conflitos se multiplicaram também os porta-vozes do operariado com relação ao período *puntofijista*, quando estes se restringiam aos líderes da CTV. Formaram-se novos dirigentes e estes passaram a cumprir um papel imprescindível na luta de classes, ainda que fossem menos experientes.

---

<sup>69</sup> A continuidade das lutas na Sidor após a nacionalização resultou na efetivação de parte dos terceirizados em 2011 e 2012. Finalmente, a nova Lei Orgânica do Trabalho (LOTTT), aprovada em 2012, passou a proibir as terceirizações.

As nacionalizações mencionadas acima não foram reflexo de uma política do governo para combater o imperialismo, socializar a produção ou conceder maior espaço de participação aos trabalhadores. Nestas empresas, a medida só foi concretizada após um longo período de resistência e luta dos operários que enfrentavam difíceis condições de trabalho ou se viam frente à ameaça de desemprego. Para a obtenção destas vitórias foi preciso enfrentar não só patrões, como o próprio governo<sup>70</sup>.

Quanto às empresas nacionalizadas, a maioria passa por dificuldades econômicas e está longe de ter seus problemas resolvidos:

En todas ellas los trabajadores perdieron conquistas, no se respetó sus contrataciones, se pisoteó la autonomía de los sindicatos, hubo y hay corrupción, negocios turbios que perjudican al pueblo, y para colmo de males, muchas de estas empresas y fondos terminaron quebradas e improductivos, o, como en el caso de Invetex, Rialca, las briqueteras y de la productora de tubos para la empresa petrolera Tavsa, se encuentran paralizadas (VOZ DE LOS TRABAJADORES, 2010, p. 3).

As lutas pela efetivação dos terceirizados, pelo aumento dos salários, pela negociação dos contratos coletivos e pela participação operária nas fábricas, ainda marcam o cotidiano desses trabalhadores, assim como ocorre em outras nacionalizadas e nas empresas que já eram estatais<sup>71</sup>. Tal fato gerou uma confusão em parte do movimento operário, que começa a questionar os benefícios das nacionalizações<sup>72</sup>.

## 2.5 REORGANIZAÇÃO OU CRISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO VENEZUELANO? DIFERENTES

### ANÁLISES DO PROCESSO

Como vimos, os conflitos relatados acima se iniciaram como respostas defensivas às ações patronais: congelamento de salários, precarização, ameaças de demissão,

<sup>70</sup> Além da atuação repressora do governo, o partido de Chávez, o PSUV, nunca esteve à frente das ocupações e, como demonstrado, em diversas ocasiões se pronunciou claramente contrário a elas, atuando para derrotá-las.

<sup>71</sup> Para citar apenas alguns exemplos de luta nas estatais, em setembro de 2010, quase 600 trabalhadores demitidos da PDVSA-Gas Anaco acamparam em frente à Vice-presidência da República e ao Palácio Miraflores para exigir a reincorporação e o pagamento dos salários atrasados. Em novembro do mesmo ano, trabalhadores da fábrica de cimentos Cemex, nacionalizada em 2008, fizeram greve de fome em frente à empresa para exigir do governo o cumprimento dos compromissos contratuais. Ainda naquele ano, trabalhadores das estatais Alcasa, Venalum, Carbonorca e Bauxilum organizaram paralisações para exigir investimentos do governo nas fábricas (PONCE, 2010).

<sup>72</sup> Na empresa Polar (estado Lara) o governo ameaçou fechar a fábrica devido aos conflitos políticos com os empresários. Sem empregos, os trabalhadores seriam encaminhados para a *Misión Saber y Trabajo* – que dá formação para os desempregados e encaminha-os aos postos de trabalho disponíveis em um banco de dados do Estado. Confusos e mal orientados por grupos opositores ao governo, os operários se mobilizaram contra a nacionalização (cf. EL NACIONAL, 13/04/2012).

desrespeito aos direitos, não reconhecimento dos sindicatos etc. E muitas vezes, as lutas terminaram com repressão, prisões e até assassinato de trabalhadores. As debilidades do movimento operário se fizeram bastante evidentes nos conflitos do último período: falta de quadros preparados, inexperiência dos trabalhadores que se aproximavam pela primeira vez das atividades sindicais e, em especial, a fragmentação das lutas em nível nacional, como observa a USI: “A pesar de la gran extensión de las protestas, la debilidad del movimiento obrero y popular estriba en la dispersión de las luchas. No hay organismos que centralicen los reclamos, no hay una central obrera que convoque protestas o huelgas unitarias.” (USI, 2011). Sendo assim, cabe aqui uma reflexão: neste contexto é possível afirmar que hoje o movimento operário venezuelano vive de fato um processo de *reorganização*?

Dos autores que abordam a temática do sindicalismo no país, muitos têm indicado que o momento atual é marcado por uma *crise* e pelo *retrocesso* do movimento sindical, quando comparado ao tempo em que era dirigido pela CTV. Neste sentido, as pesquisadoras Iranzo e Richter, que analisaram as políticas trabalhistas e sociais promovidas pelo governo Chávez, reconhecem o crescimento do número de sindicatos desde 2001, mas interpretam tal fato como um problema para o movimento: “la multiplicación de los sindicatos, en vez de reforzar la defensa de los derechos de los trabajadores, los perjudica y debilita.”, afirmam (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 19). Para as autoras, a falência da CTV teria significado o *desmantelamento* do movimento sindical, resultado de uma política do governo de não reconhecer esta central como representante dos trabalhadores.

Apoiando-se nas análises de Iranzo e Richter, o pesquisador Rolando Díaz, em seu livro *Panorama Sindical de Venezuela* (2009), interpreta a criação da UNT e de novos sindicatos ligados a ela, como uma política chavista que visou enfraquecer e controlar o movimento. A partir daí, o autor conclui:

Este es el actual panorama sindical venezolano de extrema debilidad y alta polarización, además con profundas contradicciones que parecen insalvables. [...] Por todo ello afirmamos que el movimiento sindical venezolano pasa en la actualidad por su hora menguada (DÍAZ, 2009, p. 18)

Hector Lucena, pesquisador de grande trajetória no estudo do sindicalismo venezuelano, ao analisar o movimento atual denuncia a criação de sindicatos paralelos aos da CTV porque, segundo ele, seriam uma forma de enfraquecer o sindicalismo no país: “El fenómeno del paralelismo se ha multiplicado, ya que se crean sindicatos en empresas y actividades en donde ya existen.” (LUCENA, 2005, p. 6). Lucena destaca as derrotas do

sindicalismo “oficialista” e as debilidades do movimento depois que o governo passou a não reconhecer a CTV como representante dos trabalhadores:

Las cifras de convenios colectivos firmados han disminuido notablemente. Hasta principios de la década del noventa normalmente se firmaban más de un mil convenios anuales. En el presente período el año con mayor número de convenios firmados apenas alcanzó el medio millar (LUCENA, 2005, p. 9).

Partilhamos da ideia de que o período atual é marcado *também* por derrotas do operariado, pela fragmentação do movimento e pela tentativa, por parte do governo, de manter próximo de si aqueles que têm uma postura menos crítica à gestão chavista. Contudo, consideramos que apontar a falência da CTV como o colapso de todo o movimento sindical venezuelano seria um equívoco. Primeiro, é importante notar que o esgotamento da CTV não pode ser explicado como fruto exclusivo de uma política do governo chavista. Se é verdade, por um lado, que houveram enfrentamentos entre o governo e a CTV, é verdade também – como procuramos demonstrar até aqui – que o desgaste da central decorreu primeiramente da rejeição dos trabalhadores frente às práticas burocratizadas e degeneradas que esta adotava. Por seus sucessivos erros, a confederação deixou de ser reconhecida como representante pelos próprios trabalhadores. Ademais, esta ruptura da base com a direção *cetevista* abriu espaço para que se criassem, por fora dela, novos e autênticos movimentos de base, que têm elevado a luta de classes venezuelana a outro patamar.

A ruptura com a CTV abriu espaço para um importante giro à esquerda no movimento. Diante disso, o fenômeno da reorganização se manifestou na multiplicação e radicalização das lutas, na construção da UNT, na formação de novos sindicatos e de novos quadros, que em pouco tempo de atuação foram provados em lutas de grande fôlego.

A dinamicidade desse processo também se evidencia pelas inúmeras correntes sindicais e políticas que surgiram, desapareceram, mudaram de nome, romperam ou se aliaram neste curto período de tempo. Praticamente nenhuma força permaneceu como estava antes de 2002. Caso se tratasse de uma fase de refluxo ou simplesmente de “crise” do movimento, este não seria um momento tão rico em mudanças. Isto demonstra que este é um processo intenso e cheio de vida, apesar de estar repleto de conflitos e contradições. Neste sentido, o historiador Roberto López Sanchez (2012, p. 163) afirma:

El movimiento de trabajadores en Venezuela a partir de 1999 puede catalogarse como la emergencia de nuevos actores sociales al interior del tradicional movimiento obrero, los cuales han cambiado radicalmente al propio movimiento de trabajadores, modificando sus formas de lucha y de organización, estableciendo niveles de intervención social que se diferencian tanto en lo cualitativo como en lo cuantitativo con lo que era anteriormente el movimiento obrero del período puntofijista.

O marco inicial deste fenômeno sob o governo Chávez, em nossa perspectiva, foi o conflito petroleiro que derrotou o *paro* patronal de 2002/2003. Mas é evidente que a ascensão do operariado venezuelano não pode ser pensada como algo independente do processo político que se desenvolveu no país desde 1989 e que perpassa por eventos como: o *Caracazo* e o fortalecimento das lutas populares a partir daí; a eleição de Chávez em 1998; a resistência ao golpe imperialista de 2002. Todos estes elementos, a nosso ver, deram condições para o fortalecimento das lutas operárias.

Em um primeiro momento, a confiança no governo deu fôlego às mobilizações, mas esse não foi o único e nem o principal elemento impulsionador das lutas. O que motivou o surgimento dos conflitos atuais foi, em primeira instância, a difícil situação vivenciada pelos trabalhadores em seus locais de trabalho e em seus lares. Algumas conquistas parciais, como as nacionalizações, a readmissão de demitidos, a instauração do controle operário em algumas fábricas, etc., foram alimentando as lutas.

Contudo, é preciso reconhecer que os trabalhadores têm encontrado muitos obstáculos na empreitada de reerguer o movimento sindical do país. Reconfigurar forças depois de décadas de paralisia – nas quais a quase totalidade dos partidos e sindicatos permaneceu afastada das reivindicações históricas da classe e mergulhada nos vícios burocráticos – não é uma empreitada das mais simples. Construir o novo exige o perecer do velho. Quando se destroem as antigas organizações – como a CTV e parte dos sindicatos ligados a ela – o movimento se encontra com a difícil tarefa de reconstruir esses espaços sob novas bases. Obviamente, esse é um desafio muito maior do que o que se tinha no momento anterior, quando a CTV conseguia alguns benefícios imediatos, apoiada nas políticas de colaboração de classes.

Frente às dificuldades de consolidação da UNT e à falta de respostas unificadas às lutas, o movimento se depara com as ruínas da antiga estrutura sindical e pode concluir que está em um estágio inferior ao que se encontrava anteriormente. Esta conclusão, entretanto, nos parece equivocada. Enfraquece-se sim a antiga direção, mas, ainda que não exista nada de igual porte que a substitua neste momento, há uma explosão de lutas operárias,

um tanto impulsivas e espontâneas, que têm originado experiências organizativas na base, impossíveis de serem imaginadas nas décadas anteriores. Sendo assim, embora exista uma real fragmentação, consideramos, ao sustentar a hipótese da *reorganização*, que se o período de hegemonia da CTV contava com uma direção mais fortalecida e menos dividida, o momento atual é muito mais rico e não pode ser reduzido a um signo de “crise” do movimento. Ou seja, o que estamos denominando como um *processo de reorganização* do movimento operário/sindical não indica necessariamente vitórias imediatas do operariado venezuelano. Mas, entendemos que no momento atual há uma relação dialética entre a *crise* e a *reorganização*. Isso quer dizer que há crise, mas, ao mesmo tempo, é exatamente essa crise – causada pela ruptura com a CTV – que permite que o movimento comece a se reconstituir.

Se desvencilhar dos vícios do período anterior é um desafio que se coloca ao novo movimento que tem surgido. E esta tarefa ainda não está superada<sup>73</sup>. O que está posto é a possibilidade de que o movimento operário se reconstrua sobre suas próprias pernas. Esta é, contudo, só uma possibilidade que, em nossa opinião, vai depender da relação que se estabeleça com o governo Chávez e do projeto que o movimento adote frente à atual situação política do país.

---

<sup>73</sup> A conformação da UNT como central, por exemplo, foi marcada desde o seu início por uma grande disputa de poder entre as correntes e seus dirigentes e já desde o primeiro momento era possível perceber a existência de um setor burocrático inserido no novo processo político.

### 3 COMO CARACTERIZAR O GOVERNO CHÁVEZ?

*“E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade.” MARX, O 18 Brumário...*

Já assinalamos, na introdução deste trabalho, sobre as dificuldades de se analisar de forma crítica a gestão chavista, quando grande parte dos intelectuais e correntes de esquerda imputa o rótulo de “direitista” e “pro-imperialista” a todos aqueles que questionam o atual governo bolivariano. Mas, para além do debate com estes setores, interessa-nos trazer a discussão para o terreno da reflexão teórica. E como lembra Lênin, referindo-se à carta de Marx sobre o programa de Gotha: ainda que se possa fazer acordos práticos de variados tipos para atingir determinados objetivos do movimento, não se pode chegar ao ponto de fazer “concessões” teóricas (LENIN, 1986, p. 18). Assim, nossa preocupação será investigar o governo venezuelano e a situação política do país como parte de um processo determinado por múltiplos fatores, e analisar a movimentação deste governo frente às classes sociais em luta, buscando ultrapassar a aparência da situação atual e procurando desmistificar a cena política, com objetivo de alcançar os reais interesses e conflitos de classes (BOITO Jr., 2002).

Quando tratamos de situações políticas concretas qualquer generalização é um risco. Mas, ainda que cada caso possua suas especificidades, as experiências do passado, e as teorias produzidas a partir delas, muito podem contribuir com as análises atuais. Esta era uma importante mensagem que Lênin buscava transmitir à socialdemocracia<sup>74</sup> russa em sua obra *Que fazer?:* é preciso conhecer as experiências de outras épocas e de outros países, e, mais do que isso, o movimento deve “saber proceder à análise crítica dessa experiência e controlá-la [a análise crítica] por si próprio” (LENIN, 1986, p. 19-20).

A proposta deste capítulo é, então, esboçar alguns elementos de caracterização do governo Chávez observando, prioritariamente, não a disputa entre chavistas e antichavistas, mas sua interação com a luta de classes no país – em especial com o movimento operário que emergiu nos últimos anos. Como observa Boito Jr. ao retomar as lições d’ *O 18 Brumário...*, “[...] essas lutas entre partidos e correntes de opinião, embora existam, sejam reais, elas, ao mesmo tempo, ocultam uma realidade mais profunda, que é a

<sup>74</sup> Como eram chamados os revolucionários na época.

realidade da luta entre classes e frações de classe.” (BOITO Jr., 2002). Ademais, buscaremos na teoria marxista instrumentos que nos possam auxiliar na compreensão do caráter de classe do governo bolivariano.

Embora se estabeleça aqui um diálogo com distintas interpretações, selecionamos como interlocutor principal o pesquisador Marcelo Buzetto (2011), pois, além de desenvolver uma interessante pesquisa que se preocupa em identificar o protagonismo da classe trabalhadora e dos setores populares no atual processo político do país, reflete em sua análise, parte do acúmulo teórico e político de importantes setores da esquerda brasileira<sup>75</sup>, aos quais pretendemos aqui nos contrapor.

O desacordo central que apresentaremos com a tese do pesquisador brasileiro está relacionado à sua interpretação de que o governo bolivariano teria um caráter “popular” e uma tendência “anticapitalista” e de que as oscilações presentes nas políticas da gestão chavista sejam fruto de uma disputa interna, no governo e no PSUV, entre setores revolucionários e contrarrevolucionários – sendo os primeiros aqueles que apoiam a organização operária e popular e os últimos, burocracias que atuam contra os trabalhadores. Distintamente, defenderemos a hipótese de que aquele é um governo “semi-bonapartista” – denominação utilizada por Trotsky para referir-se aos bonapartismos *sui generis* latino-americanos em sua modalidade de “esquerda” – e que, portanto, as oscilações na política e no discurso fazem parte da natureza de um governo que procura se equilibrar entre uma sub-burguesia relativamente débil e um proletariado relativamente forte, apoiando-se sobre este último (sem romper com a primeira), com o objetivo de alcançar melhor posição frente aos abusos do imperialismo e garantir a “paz social” (manutenção da ordem burguesa).

Para defender tal hipótese, apresentaremos os principais elementos da tese de Buzetto no que se refere à caracterização do governo venezuelano e perpassaremos de forma breve pelo conceito de “bonapartismo”, identificando algumas de suas diferentes manifestações históricas para, finalmente, tratar da especificidade dos bonapartismos latino-americanos analisados pelo revolucionário russo, Leon Trotsky. Por fim, investigaremos o atual governo venezuelano à luz dos estudos trotskistas sobre o bonapartismo *sui generis*.

Sendo assim, mais do que identificar as disputas entre governo e oposição, a proximidade entre o chavismo e as massas populares ou as intrigas entre Chávez e o imperialismo norte-americano, a questão é tentar compreender, a partir da análise da luta de classes, como se configura esta relação entre a administração chavista e as distintas classes e

---

<sup>75</sup> Além de pesquisador, Buzetto é militante do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST).

setores sociais; quais as explicações possíveis para a ascensão e conformação de um governo com este perfil; qual o seu conteúdo de classe; e qual o seu significado histórico. A partir daí refletiremos, no último capítulo, a respeito da relação que este governo estabelece especificamente com o movimento operário, pensando em quais marcas o chavismo pode deixar no futuro da classe trabalhadora venezuelana.

### 3.1 UM GOVERNO POPULAR, ANTI-IMPERIALISTA E DE TENDÊNCIA ANTICAPITALISTA?

O objeto central da tese de Buzetto não é a análise do governo Chávez ou sua relação com as organizações da classe, ainda assim, o pesquisador propõe uma caracterização da administração chavista em um cenário que considera de “ofensiva” dos movimentos operário e popular (BUZETTO, 2011, p. 104). Com vistas a inverter um pouco a ideia amplamente difundida de que Chávez seria o principal responsável pelo processo conhecido como “Revolução Bolivariana”<sup>76</sup>, Buzetto acentua que o presidente seria apenas um dos representantes (não o único, nem o mais importante) de um projeto estratégico de transformações que estaria em curso. Consideramos que aqui se encontra um dos principais méritos da análise de Buzetto: ele identifica como protagonistas a classe trabalhadora e as massas populares, invertendo a lógica de que Chávez seria o principal impulsionador do processo político atual. Nas palavras do autor:

[...] o que está em desenvolvimento é um movimento de ofensiva dirigido por diversos setores da classe trabalhadora, do proletariado, principalmente o proletariado urbano, representado pelos operários e operárias dos diversos ramos da indústria venezuelana, mas com destaque para os do setor químico/petroquímico, pelos proletários desempregados/subempregados, pelos proletários que estão presentes nos movimentos de luta por moradia digna (Comitês de Terra Urbana, CTU, etc.), pelo minoritário semi-proletariado rural e outros setores das massas populares urbanas, todos representados por movimentos de caráter classista que surgiram no século XX ou neste início de século XXI, com profundo enraizamento nos bairros da periferia de Caracas, onde se concentram grande parte das experiências de organização proletária-popular que resultaram desse processo que muitos têm chamado de ‘Revolução Bolivariana’ (BUZETTO, 2011, p. 107-8).

---

<sup>76</sup> O autor considera o termo “revolução” para se referir ao atual processo político vivenciado no país um “exagero” (BUZETTO, 2011, p. 107).

A Venezuela, assim como a Bolívia, estaria, na interpretação de Buzetto, vivenciando a transição entre um período de “ofensiva dos movimentos de massa classistas”<sup>77</sup> – momento de acúmulo de forças – e uma situação “pré-revolucionária” – na qual a classe trabalhadora se tornaria capaz de impor derrotas importantes à burguesia e dar saltos mais significativos em sua organização. Completar esse processo, entretanto, é algo que não está garantido, lembra o autor: “Essa transição é complexa, muito dinâmica, cheia de possibilidades, de problemas e contradições. Ela pode se completar ou pode ser abruptamente interrompida” (BUZETTO, 2011, p. 110).

Ao mesmo tempo em que analisa o atual processo político como uma construção coletiva de distintas forças, o pesquisador identifica estas mesmas forças como uma das principais fontes das contradições e limites da experiência venezuelana. Isto é, as debilidades vivenciadas pela própria esquerda, não só em nível local como em nível internacional, seriam as principais limitadoras do desenvolvimento do processo político em curso (BUZETTO, 2011, p. 104). Neste sentido, embora considere que a classe trabalhadora venezuelana viva um “momento de despertar”, o autor conclui: “[...] parece que a força acumulada pela classe trabalhadora e suas organizações ainda não é suficiente para que se possa dar um salto adiante nesta luta pela construção do socialismo no Venezuela.” (BUZETTO, 2011, p. 113). E mais adiante, afirma: “[...] os limites e fragilidades muitas vezes presentes nas ações do governo talvez sejam um reflexo dos limites e fragilidades das organizações que estão dirigindo as transformações em curso na Venezuela” (BUZETTO, 2011, p. 151). O governo e a maioria das forças políticas que o compõe teriam, para o pesquisador, um objetivo claro de chegar ao socialismo, o maior problema seria a ausência de uma mobilização social correspondente que fosse capaz de concretizar esse objetivo (BUZETTO, 2011, p. 119).

Seria este então, embora não ainda um governo socialista, um governo popular que representa e defende – com algumas contradições em seu interior – o conjunto da classe trabalhadora e que teria sido capaz de unificar sob suas bases diferentes organizações da classe (sejam de perfil nacionalista, anti-imperialista, socialista ou comunista) (BUZETTO, 2011, p. 146). Deste modo, Buzetto vê o atual governo venezuelano como produto e como parte de um amplo processo de mobilização das massas, ou seja, um governo construído pelas próprias massas proletárias e populares e por suas organizações. O governo, portanto, quase

---

<sup>77</sup> Embora concordemos com a interpretação do autor de que há um ascenso da classe trabalhadora desde 1989 na Venezuela, uma ponderação se faz necessária: como procuramos demonstrar no capítulo anterior, a multiplicação das lutas no país não é fruto exclusivo de um movimento ofensivo da classe trabalhadora. Há uma combinação de ações “ofensivas” e “defensivas”.

que se confunde com estas mesmas organizações e, por isso, suas contradições seriam as contradições das organizações e da própria classe. Seria este um governo da classe trabalhadora e dos setores populares, e que corresponde ao seu atual estágio (limitado) de organização. Poder-se-ia por aí conquistar algumas melhorias, enquanto se acumula forças em meio a uma conjuntura favorável, proporcionada pelo apoio governamental.

O governo bolivariano é caracterizado, então, como um “governo popular, democrático e anti-imperialista” (BUZETTO, 2011, p. 117) e o processo identificado como “Revolução Bolivariana”, cujo resultado estaria ainda indefinido, é visto como um projeto operário e popular:

As forças políticas de esquerda identificadas com um programa nacionalista popular e democrático, anti-imperialista e/ou anticapitalista/socialista iniciaram uma importante transformação nas relações econômicas, políticas e sociais, com mais intensidade nas duas últimas e com menos velocidade e intensidade na primeira (BUZETTO, 2011, p. 118).

Mesmo no terreno econômico, no qual ainda predomina a propriedade privada, o trabalho assalariado e a exploração, a “Revolução Bolivariana”, fruto da ação destas diferentes forças, teria produzido importantes mudanças. Para que mudanças mais concretas se efetivassem seria necessário, entre outros requisitos, *tempo*:

É preciso tempo para que as mudanças e os condutores da mesma adquiram maturidade, e o tempo é um elemento que deve ser levado sempre em consideração, pois dele também depende os rumos de uma transformação social. Garantir que forças políticas e sociais de esquerda tenham condições de fazer uma maioria parlamentar e/ou se manter no governo por certo tempo pode ser uma condição favorável para que se criem oportunidades de acumulação de forças por parte de setores da classe trabalhadora (BUZETTO, 2011, p. 128-9).

É claro, não se pode construir o socialismo simplesmente apoderando-se do Estado burguês e esperando assim, utilizá-lo plenamente em benefício da classe trabalhadora, lembra Buzetto (BUZETTO, 2011, p. 116). O Estado segue sendo burguês. Contudo, em sua opinião, sob este Estado burguês estaria se constituindo um governo popular, que tem favorecido as condições de acumulação de forças do conjunto da classe trabalhadora. Com este governo, afirma, “as condições objetivas e subjetivas se tornaram mais favoráveis para aqueles que lutam contra o capital e o capitalismo” (BUZETTO, 2011, p. 152).

Observar a capacidade organizativa da classe trabalhadora é fundamental quando se considera que somente ela própria será capaz de construir sua emancipação. Não é

de se desprezar, contudo, as ações que o governo tem implantado no sentido de impulsionar ou enfraquecer esse processo de (re)organização da classe. É certo que a maior parte da esquerda tem estabelecido uma relação orgânica com o governo, integrando o partido que o dirige, o PSUV, ou assumindo o seu programa; participando de distintos espaços governamentais; integrando as missões etc. Mas é preciso problematizar qual o espaço efetivo que os setores de base da classe – mesmo a base do PSUV – têm nas tomadas de decisão e controle do governo, de seus projetos e de suas políticas. Ou seja, trata-se de refletir sobre qual relação de fato o governo tem estabelecido com a classe e suas organizações de base. Outra questão que se nos apresenta é se, realmente, como afirma Buzetto, as condições objetivas e subjetivas se tornaram frente ao governo Chávez, mais favoráveis para aqueles que lutam contra o capitalismo. Em outras palavras, o governo Chávez tem favorecido o processo de acumulação de forças da classe trabalhadora?

Não pretendemos – nem poderíamos – esgotar aqui estas questões. Nossa preocupação se restringe a problematizá-las no decorrer destes dois últimos capítulos, analisando principalmente a complexa relação que o governo Chávez estabelece com o movimento operário – que em parte atua no interior do PSUV, e que muitas vezes se viu obrigado a enfrentar o governo, ao mesmo tempo em que era enfrentado por ele.

Marcelo Buzetto não deixa de considerar os problemas presentes na gestão chavista. Para o pesquisador, as políticas adotadas pelas distintas esferas governamentais possuem contradições: ora têm um “conteúdo fortemente popular, classista, anti-imperialista e anticapitalista”, ora “dificultam ou impedem a auto-organização da classe trabalhadora na sua luta pela construção do socialismo” (BUZETTO, 2011, p. 105). Essa contradição poderia ser em parte explicada, segundo o autor – e esse argumento também é recorrente entre os mais diversos setores que compõe o chavismo – pela conformação, no interior do governo e do PSUV, de um setor burocrático, oportunista e corrupto que poderia corroer por dentro o processo de transformação proposto (BUZETTO, 2011, p. 111). Longe de corroborar com estes setores, Chávez estaria intensificando a batalha contra os desvios burocráticos, argumenta (BUZETTO, 2011, p. 111). Ainda assim, o autor parece indicar que houve um “giro à esquerda” no governo:

Temos nos identificado com aqueles que reconhecem uma evolução significativa no pensamento e na ação política de Hugo Chávez e seus partidários, que vai de um nacionalismo progressista, democrático e popular para uma posição anti-imperialista e anticapitalista/socialista (BUZETTO, 2011, p. 211).

Este movimento à esquerda seria decorrência de uma acumulação de forças dos setores anticapitalistas que teriam se tornado, agora, capazes de criar novos mecanismos de participação popular para implantar, inicialmente, um programa antineoliberal e, depois, um programa democrático e popular com perfil anti-imperialista e anticapitalista (BUZETTO, 2011, p. 124). Segundo esta perspectiva, um programa socialista estaria sendo forjado após um processo de “depuração” das alianças que conformaram a primeira gestão (BUZETTO, 2011, p. 124). Os setores reformistas estariam perdendo espaço, possibilitando que a estratégia socialista fosse ganhando corpo:

Vão se afastando muitos daqueles que pretendiam chegar ao limite de reformas sociais e econômicas sem alterar radicalmente as relações de produção capitalistas e vão se fortalecendo as ideias, proposições e posições no interior desta aliança bolivariana-socialista de que é preciso seguir adiante, na direção de transformar a Venezuela num país onde predominem relações de produção e sociais não-capitalistas (BUZETTO, 2011, p. 125).

Está claro, na análise de Buzetto, que a Venezuela não vive hoje o socialismo. Mas segundo ele,

[...] está se iniciando neste país sul-americano um movimento político e social que já está dando demonstrações concretas de que pode vir a se transformar num processo real de transição para o socialismo, *transição que já está sendo construída, mas que ainda não se consolidou plenamente*. Transição essa que poderá ser vitoriosa em seu intento ou poderá ser derrotada (BUZETTO, 2011, p. 123, grifo nosso).

Sendo assim, ainda que não esteja garantida a vitória das forças “anticapitalistas” no país, Marcelo Buzetto considera que a experiência em curso “pode sim resultar numa revolução anticapitalista/socialista”, desde que não fosse derrotada pelas forças conservadoras e pró-imperialistas (BUZETTO, 2011, p. 111). É como se houvesse, então, dois campos: de um lado as massas populares e o conjunto da classe trabalhadora, apoiados de modo geral ou mesmo integrados no governo bolivariano, e, de outro, os setores conservadores, antidemocráticos e pró-imperialistas que visam derrotar o projeto proposto. Ainda assim, as conclusões do autor sobre o governo são cuidadosamente colocadas:

São muitas incertezas e dúvidas pairando sobre os rumos do governo Hugo Chávez, mas a impressão que temos é que hoje existe uma estratégia bem definida e planejada, existe uma direção para onde o governo e as forças políticas que conduzem este processo querem ir, e chamam esse objetivo a ser atingido de Socialismo (BUZETTO, 2011, p. 118).

Ainda na referida tese, o caso venezuelano é interpretado como uma excepcionalidade histórica, já que o mais comum na sociedade capitalista é que os governos estejam completamente comprometidos com os interesses das classes dominantes. Neste governo, como no de Allende, no Chile, as contradições e a luta de classes acentuadas teriam gerado uma situação que só poderia ser resolvida com a vitória de um dos campos sobre o outro, “ou seja, a vitória da revolução ou da contra-revolução” (BUZETTO, 2011, p. 126).

A maior prova dos interesses anticapitalistas deste governo – destacada tanto na argumentação de Buzetto quanto de outros intelectuais de esquerda – é a oposição que lhe fazem as forças mais reacionárias de todas as partes do globo: “Se a burguesia faz de tudo para derrubar um governo, será que o mesmo está atendendo a seus interesses? Como pode uma burguesia lutar com todas as forças pela derrubada de um governo burguês?” (BUZETTO, 2011, p. 156). E contrapondo-se às organizações de esquerda que fazem críticas mais duras ao governo venezuelano, interroga:

Nestas circunstâncias, como alguém pode qualificar Chávez como líder de um governo defensor do grande capital sendo ele próprio atacado todos os dias pelo grande capital em todo o mundo, fazendo alianças internacionais e regionais que contrariam os interesses do imperialismo, sofrendo um golpe civil-militar, com a direita planejando atentados contra a Venezuela e a burguesia mundial impulsionando um movimento cotidiano de oposição a toda e qualquer medida que possa melhorar as condições de vida da maioria da população daquele país (BUZETTO, 2011, p 154-5).

Ao comentar as críticas que algumas organizações de esquerda dirigem ao governo Chávez – entre as mencionadas está a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT-QI) – Marcelo Buzetto conclui que “pretendendo fazer a crítica ao governo Chávez, acabam contribuindo para fortalecer o projeto de desestabilização econômica e política da Venezuela, um projeto que sem nenhuma dúvida, está sob o comando do grande capital nacional e transnacional e seus representantes.” (BUZETTO, 2011, p. 156). Ou seja, no atual contexto, criticar o governo Chávez poderia fortalecer um projeto imperialista ou capitalista, por isso, seria preciso ter cuidado com as críticas. Para não restarem dúvidas sobre este argumento, o autor complementa:

Enquanto se desenvolve uma ofensiva burguesa contra o governo e a classe trabalhadora venezuelana, alguns partidos e grupos que se autoproclamam ‘marxistas’ ainda insistem em transformar Hugo Chávez no inimigo principal, *servindo assim aos interesses daquelas forças que eles próprios dizem combater* (BUZETTO, 2011, p. 156, grifo nosso).

Discordamos plenamente da ideia de que a *análise* do caráter de um governo e de seu conteúdo de classe (burguês, popular ou de outro tipo) deva poupá-lo por qualquer motivo político<sup>78</sup>. Como mencionamos antes, não se faz negociação política nem acordos na análise. Poderíamos questionar inclusive se há de fato uma ameaça constante da oposição burguesa contra Chávez, uma intenção sempre presente de “derrubá-lo”. De fato houve um período de maior tensão, entre 2001 e 2004<sup>79</sup>, mas a partir daí, os setores opositores preferiram mudar de tática e atuar por dentro dos procedimentos da democracia burguesa<sup>80</sup>. Outra questão a se considerar é que nem todos os setores das classes dominantes estão contra Chávez, como argumentou o próprio presidente em sua campanha para reeleição em 2012:

[...] el Mandatario nacional afirmó que el plan socialista busca beneficiar a todos los venezolanos por igual, ya que busca el crecimiento económico del país y con ello el incremento del bienestar de las y los ciudadanos. Dijo además que no todas las personas pertenecientes a la clase rica están en contra de la Revolución Bolivariana. ‘Ustedes ven las encuestas, incluso en el sector socio económico llamado A, que son los más ricos, Chávez saca ahí como 30%, no es que todos los ricos están contra Chávez y eso es porque hay mucho rico que tiene conciencia de la Patria y que tiene conciencia de que Chávez está haciendo un trabajo para todos y para todas’, manifestó (PRENSA AN, 2012).

O presidente deixa claro que seu projeto visa a beneficiar o conjunto dos “cidadãos” venezuelanos. Trata-se de governar “para todos”, inclusive para os mais ricos. Mas, ao considerar Chávez como representante de um projeto *operário e popular*, Buzetto conclui que lançar-se em uma oposição a este governo seria se transformar em “um instrumento da burguesia e da ideologia burguesa no interior do movimento socialista” (BUZETTO, 2011, p. 157). Na visão do pesquisador, portanto, não há espaço para uma “oposição de esquerda” ao governo Chávez.

De nossa perspectiva, ressaltamos que obviamente este não é um governo burguês em sentido estrito, ou seja, um representante direto de uma ou mais frações burguesas que teriam sob o seu comando o controle da nação. Contudo, discordamos da interpretação de que este é um “governo popular”, como define Marcelo Buzetto – quer dizer, um governo que

<sup>78</sup> Nossa compreensão a respeito da importância da crítica e da independência do movimento operário para com o governo Chávez só poderá ser esclarecida ao final deste capítulo, quando a caracterização que temos do mesmo estiver mais clara.

<sup>79</sup> Foi neste período que se concentrou a maior parte das ações mais hostis contra Chávez: as paralisações e sabotagens na economia (2001-2003), o golpe de 2002, os conflitos físicos entre ativistas pró e anti-chavistas, o referendo presidencial contra Chávez em 2004.

<sup>80</sup> Quando foi derrotado nas eleições presidenciais de 2012, o principal candidato opositor declarou reconhecer os resultados do processo eleitoral como legítimos: “Aqui não houve fraude. Se alguma coisa colocasse em dúvida os resultados, eu seria o primeiro a dizer.” (CAPRILES *in* OGLOBO, 09/10/12).

representa os setores populares, que age no interesse da classe trabalhadora (na medida do possível) através de um programa popular, que favorece a organização do proletariado e dos extratos populares e cujo objetivo estratégico ameaça os interesses das classes dominantes no país.

Nossa pretensão neste capítulo é sustentar a hipótese de que o governo Chávez pode ser caracterizado como um governo de um tipo particular de bonapartismo, apoiando-nos principalmente nas elaborações de Leon Trotsky em seus escritos sobre a América Latina<sup>81</sup>. Consideramos que a análise do caráter “bonapartista” do governo Chávez (ou semi-bonapartista, como dizia Trotsky ao referir-se aos governos latino-americanos que apresentavam um viés de “esquerda”), é o que permite compreender a relação aparentemente contraditória que o governo Chávez tem desenvolvido com o movimento operário no país. Nossa intenção é, portanto, desconstruir o argumento corrente de que as “oscilações” do governo Chávez com relação ao movimento operário seriam reflexo da presença de “contrarrevolucionários vestidos de vermelho” nas fileiras do chavismo. Não é demais repetir que reconhecemos a presença de distintos setores no interior do governo e do PSUV, contudo, a nosso ver, não é isto que explica a postura que o governo tem adotado diante do movimento operário e popular.

Ao mesmo tempo, não podemos nos furtar de buscar compreender o caráter de classe do governo Chávez, analisando sua relação com as distintas classes sociais. Isto não é um capricho acadêmico. Somente compreendendo a natureza deste governo é que o movimento operário e o conjunto da classe trabalhadora poderia traçar uma política que de fato responda ao atual estágio da luta de classes no país.

Antes de nos atermos especificamente sobre os elementos bonapartistas que avaliamos estarem presentes no governo bolivariano, cabe retomar algumas das elaborações clássicas sobre o fenômeno do “bonapartismo” produzidas no campo do marxismo, deixando claro o que entendemos pelo conceito, sem perder de vista suas distintas manifestações concretas.

---

<sup>81</sup> É importante lembrar que a relação que faremos aqui entre as análises de Trotsky sobre a América Latina e o atual governo venezuelano vem sido desenvolvida por organizações trotskistas de diversos países, ainda que parte considerável de partidos que se consideram desta corrente tenha aderido ao projeto chavista. As elaborações expostas no presente trabalho, portanto, refletem parte deste acúmulo coletivo.

### 3.2 O BONAPARTISMO CLÁSSICO E OS BONAPARTISMOS *SUI GENERIS* LATINO-AMERICANOS

A obra que dá origem à problemática do bonapartismo no campo teórico é *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Nela, a preocupação central de Marx não era o fenômeno em si, mas a compreensão de um processo político concreto – a situação da França a partir de 1848. Por isso não há ali propriamente uma teoria do “bonapartismo” e, apesar disso, esta continua sendo uma das principais referências teóricas sobre o tema.

O ponto fundamental da situação que se vivenciava na França de meados do século XIX era que as diferentes frações burguesas, divididas não só politicamente como também por suas diferentes condições materiais de existência<sup>82</sup>, temiam a ação do proletariado e viam a sociedade fragmentada escapar de seu comando. A “tranquilidade” estava ameaçada e o seu poder parlamentar era, ele próprio, o “regime do desassossego”, pois inspirava o debate e a luta na sociedade (MARX, 1997, p. 70). Por conta desta conjuntura específica – na qual o domínio de classe burguês ainda não tinha se organizado completamente – a burguesia se viu obrigada a condenar a si própria, junto às demais classes, à “nulidade política”. Abriu mão do poder político momentaneamente deixando que um terceiro se apoderasse dele a fim de preservar o seu poder social sobre as demais classes e reestabelecer a calma social. Entregou a coroa para salvar sua bolsa (MARX, 1997, p. 71).

Luís Bonaparte, através do golpe de 2 de Dezembro de 1851, aparecia como “o guardião da ordem social burguesa numa situação em que nenhuma das representações políticas da burguesia no Parlamento mostrava-se capaz de fazê-lo” (DEMIER, 2012, p. 48). Não é que a burguesia tenha feito uma escolha consciente e optado livremente por delegar a outro o domínio direto do leme do Estado. Tratou-se de um processo político contraditório, no qual, por conta da dinâmica da luta de classes e também das lutas intra-burguesas, a burguesia se viu obrigada a abrir mão de sua dominação direta e se curvar ela própria “face a um poderoso aparelho estatal relativamente autonomizado da sociedade” (DEMIER, 2012, p. 49).

A instabilidade política, as desavenças entre as frações da classe dominante e a inquietude do proletariado são todos fatos narrados por Marx desde *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Nesta obra, o pensador alemão também revela a imaturidade política do proletariado, que alimentava ilusões de governar ao lado da burguesia. Foi enganado em

---

<sup>82</sup> Marx chama atenção ao fato de que os burgueses monarquistas dividiam-se entre legitimistas e orleanistas não simplesmente por divergências de princípio; sua rivalidade provinha de seus interesses particulares distintos. Assim, o que os separava era a própria rivalidade entre o latifúndio – ao qual estavam ligados os primeiros - e o capital – manejado pelos segundos (MARX, 1997, p. 51).

Fevereiro<sup>83</sup> e derrotado em Junho<sup>84</sup> e, posteriormente, quando se aliou ao partido socialdemocrata – a Montanha – trocou o seu aspecto revolucionário por uma feição mais democrática. Não poderia, pois, impor-se à nação. Tampouco a burguesia fragmentada poderia fazê-lo.

Da necessidade das frações burguesas de acabar com a pequena burguesia democrática que se enfrentava a ela no Parlamento, resultou debilitado o próprio parlamento diante do poder executivo, e as imunidades parlamentares da burguesia foram, junto, abolidas. A burguesia defendeu o poder executivo quando a Montanha lhe opunha a Constituição. Não poderia, portanto, recorrer à Constituição quando o poder executivo a violava contra ela. O processo que empurrou as frações burguesas para este beco sem saída foi assim descrito por Marx:

[...] seus interesses políticos [da burguesia] forçavam-na a aumentar diariamente as medidas de repressão e, portanto, os recursos e o pessoal do poder estatal, enquanto tinha ao mesmo tempo que empenhar-se em uma guerra ininterrupta contra a opinião pública e receosamente mutilar e paralisar os órgãos independentes do movimento social. A burguesia francesa viu-se assim compelida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto inclusive o seu próprio, e, por outro lado, a tornar irresistível o Poder Executivo que lhe era hostil (MARX, 1997, p. 66).

As disputas internas no partido da ordem – aquele que agrupava as diferentes frações burguesas; a luta entre o parlamento e o poder executivo dirigido por Bonaparte; as desavenças entre a massa extraparlamentar burguesa – preocupada com seus negócios particulares – e os seus representantes no partido da ordem; um contexto de crise econômica na França; o desgaste sofrido pela Assembleia Nacional ao rejeitar a proposta de restauração do sufrágio universal; as bravatas dos republicanos que queriam defender a Constituição e o sufrágio com armas nas mãos; a ameaça do golpe de Estado; e as lembranças da Insurreição de Junho, que ameaçavam a burguesia como um fantasma; é desta situação política insustentável que emerge o segundo Bonaparte – não mais como o presidente eleito na república parlamentar, mas como aquele que vencida o Parlamento com o golpe de 2 de

---

<sup>83</sup> O objetivo inicial das jornadas de fevereiro de 1848 era realizar uma reforma eleitoral, que ampliasse as possibilidades de participação política na França e derrubasse o domínio exclusivo da aristocracia financeira (MARX, 1997, p. 28). Porém, a pretensão do proletariado de que se construísse ali uma “república social” se viu frustrada em pouco tempo. Com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em Maio do mesmo ano, percebia-se que aquela era, na verdade, a república burguesa.

<sup>84</sup> Com a Insurreição de Junho o proletariado de Paris levantou-se contra a república burguesa e fez tremer toda a Europa, mas sua derrota, que resultou na prisão dos principais dirigentes, o fez passar “para o fundo da cena revolucionária” (MARX, 1997, p. 30). Todavia, a memória dos acontecimentos de Junho seguia assombrando a burguesia como um fantasma.

dezembro: “A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil” (MARX, 1997, p. 124-5).

E sob o governo do chefe da Sociedade de 10 de Dezembro<sup>85</sup>, “Longe de ser a própria sociedade que conquista para si mesma um novo conteúdo, é o Estado que parece voltar à sua forma mais antiga, ao domínio desavergonhadamente simples do sabre e da sotaina.” (MARX, 1997, p.25).

Com Bonaparte à frente do Estado, a máquina estatal que até então era controlada diretamente pela classe dominante, parece tornar-se autônoma frente à sociedade. Não obstante, observa Marx, “o poder estatal não está suspenso no ar.” (MARX, 1997, p. 126). Quem o erguia sobre os ombros era a classe mais numerosa da França, os pequenos camponeses. Frente a eles – que não eram capazes de representar-se a si próprios – Bonaparte aparecia como a máxima autoridade, o seu senhor, cujo poder seria capaz de proteger-lhes e, quiçá, de reaver a glória que viviam nos tempos do império (MARX, 1997, p. 128). Por sua vez, a relação de Bonaparte com os pequenos camponeses era um pouco mais complexa:

Diante da burguesia Bonaparte se considera ao mesmo tempo representante dos camponeses e do povo em geral, que deseja tornar as classes mais baixas do povo felizes dentro da estrutura da sociedade burguesa. Daí novos decretos que roubam de antemão aos ‘verdadeiros socialistas’ [refere-se aos burgueses] sua arte de governar. Mas acima de tudo, Bonaparte considera-se o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, representante do lumpen proletariado a que pertencem ele próprio, seu *entourage*, seu governo e seu exército, e cujo interesse primordial é colher benefícios e retirar prêmios da loteria da Califórnia do tesouro do Estado. E sustenta sua posição de chefe da Sociedade de 10 de Dezembro com decretos, sem decretos e apesar dos decretos (MARX, 1997, p. 136).

Percebe-se que embora representasse os camponeses, Bonaparte era, antes de tudo, um representante de si mesmo e de sua corja – ademais, a ideia de um governo forte e absoluto, que defenderia a ordem pela força, era resgatada também contra os camponeses rebeldes. E, além disso, mesmo como um poder independente, ele ainda via como sua missão salvaguardar a “ordem burguesa” (MARX, 1997, p. 135). Estas posições contraditórias são explicadas por Marx como parte da própria tarefa de Bonaparte:

---

<sup>85</sup> A Sociedade de 10 de Dezembro atuava como o exército pessoal de Bonaparte. Era formada pela escória de todas as classes, afirma Marx, sem poupar adjetivos para descrevê-la: vagabundos, aventureiros, degenerados, arruinados, vigaristas etc.

[...] esse confuso tatear que ora procura conquistar, ora humilhar, primeiro uma classe depois outra e alinha todas elas uniformemente contra ele, essa insegurança prática constitui um contraste altamente cômico com o estilo imperioso e categórico de seus decretos governamentais, estilo copiado fielmente do tio (MARX, 1997, p. 136).

Procurando ser o benfeitor de todas as classes, Bonaparte se propunha a fazer prosperar os negócios da classe média, a bajular o banco, a prover trabalho ao povo, a dar auxílio aos camponeses e a fazer enriquecer o lumpemproletariado, “mas não pode dar a uma classe sem tirar de outra”, diz Marx (MARX, 1997, p. 137) e por isso, vai “tateando” entre elas – tomando o devido cuidado de dissolver as organizações operárias e reprimir os camponeses rebeldes. Proveria-lhes o que necessitassem e lhes daria até mesmo o direito de participar da esfera política através do sufrágio universal, mas tudo deveria ser feito sob o seu irrestrito controle, pois ainda era o guardião da ordem social.

Vemos, então, um poder Executivo agigantado, que se eleva sobre as classes em luta e que submete todas elas ao seu poder – até mesmo a burguesia; um poder ditatorial cujos pilares são o robusto corpo burocrático do Estado francês e as Forças Armadas e cuja base de apoio é a massa da sociedade francesa, os camponeses conservadores. O regime assume, assim, uma forma imperial, e o despótico Bonaparte se apodera da França como fosse um objeto particular que ele entregava a seus compatriotas, por ofertas muito generosas.

O Império, com o *coup d'état* por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava se apoiar no campesinato, essa larga massa de produtores não envolvida diretamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes possuidoras. Declarava salvar as classes possuidoras mantendo a supremacia econômica destas sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo reviver para todas a quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria suntuosa, meretrícia e degradante. O poder de Estado, aparentemente voando alto acima da sociedade, era, ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo dessa sociedade e o próprio viveiro de todas as suas corrupções. [...] (MARX, 2008, p. 401).

Apenas posteriormente, portanto, viriam à tona os benefícios que o Segundo Império prestou à burguesia francesa, embora tenha contrariado em alguns momentos suas diferentes frações: garantiu a ordem social quando a burguesia não podia mais fazê-lo, e permitiu o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas no país (DEMIER, p. 82).

Ao utilizarmos o conceito de “bonapartismo” para analisar o governo venezuelano presidido por Hugo Chávez não pretendemos fazer coro com a interpretação de que aquele seria um governo ditatorial ou algo do tipo. Primeiramente é importante frisar que a associação automática do termo “bonapartismo” com os regimes ditatoriais parece-nos distorcer seu real significado, já que não leva em conta as distintas manifestações históricas do fenômeno.

Depois, é sempre bom lembrar que os fenômenos históricos, em suas manifestações concretas, não se apresentam como uma “repetição completa”, mas encontram uma série de conteúdos combinados (TROTSKY, 2011, p. 343), e “é a predominância – determinada pelo caráter da luta de classes – de alguns de seus componentes sobre os demais o que nos permite arriscar formulações teórico-analíticas mais próximas da realidade concreta.” (DEMIER, 2012, p. 26). Em seu estudo sobre o período de transição na França da década de 1930, por exemplo, Trotsky chega a falar em um “bonapartismo semiparlamentar”, ou seja, um regime bonapartista em que o Parlamento cumpria um papel fundamental. Também faz referência aos bonapartismos de tipo “preventivo ou pré-fascista” – que antecederam os regimes de Hitler, na Alemanha, e Mussolini, na Itália – e aos bonapartismos “semifascistas”, ainda mais repressivos com relação à organização da classe trabalhadora do que os anteriores. O que mais nos interessa neste trabalho, contudo, são os bonapartismos com perfil mais à “esquerda”, que se fizeram presentes na América Latina na primeira metade do século XX e que, conforme trataremos mais adiante, foram analisados pelo revolucionário russo como tipos peculiares de bonapartismo.

Além das diferentes manifestações concretas, é preciso considerar também que um mesmo governo bonapartista pode passar por fases distintas no decorrer de sua existência, em especial aqueles com maior duração de tempo. Assim, a depender da situação de luta entre as classes e outros fatores políticos, podem assumir feições mais democráticas ou mais autoritárias em determinados momentos.

Retomando o conceito propriamente dito, como observa o historiador Felipe Demier, a utilização do termo “bonapartismo” para referir-se a quaisquer regimes ou

governos<sup>86</sup> exclusivamente por possuírem características como: um forte Poder Executivo, o apoio nas Forças Armadas ou um extenso corpo burocrático no Estado, não nos parece adequada, pois ainda que estas características componham o fenômeno, não expressam sua totalidade (DEMIER, 2012, p. 16). O conceito expressa uma situação específica na qual o aparelho estatal se eleva temporariamente acima das classes sociais conflitantes e adquire, assim, certa autonomia diante das frações do capital e suas representações políticas. Isto se dá em momentos de extrema instabilidade política, nos quais a classe dominante, enfraquecida por profundas fissuras em seu interior e sentindo-se ameaçada pela classe trabalhadora e pelas camadas populares, não pode outra coisa que não exercer a sua dominação apenas de modo indireto e se submeter à direção deste Estado personificado na figura de um “bonaparte” com fins de garantir a manutenção da ordem capitalista, até que uma ou mais forças sociais prevaleçam e se imponham sobre as demais (DEMIER, 2012, p. 18-34).

Partindo das elaborações de autores clássicos do marxismo – como Marx, Engels, Trotsky e Gramsci – Demier propõe uma síntese conceitual sobre o fenômeno:

[...] o bonapartismo se exprime, fundamentalmente, pelo fenômeno da chamada autonomização relativa do Estado diante das classes e demais segmentos sociais em presença. Em determinadas conjunturas de exacerbação da luta de classes, nas quais o proletariado se apresenta como uma ameaça (real ou potencial) ao domínio do capital, e nenhuma das frações da classe dominante possui as condições de impor um projeto político à sociedade, de dirigi-la segundo seus interesses e preceitos particulares, instaura-se aquilo que se convencionou chamar de ‘crise de hegemonia’. Nessa situação de aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica, o aparelho de Estado se ingurgita, eleva-se por sobre os grupos conflitantes e, apregoando a unidade nacional a qual ele próprio afirma encarnar, impõe pela força a ‘paz social’ e salvaguarda a ordem capitalista em xeque (DEMIER, 2012, p. 17-8).

Como visto, nestas situações particulares o aparelho estatal adquire uma força política própria e passa a representar os interesses comuns do conjunto da burguesia ainda que tenha que submetê-la, ela própria, à sua direção política e burocrática: “Assim, o Estado burguês, sob a forma bonapartista, priva a própria burguesia de sua ampla liberdade política, embora o nível de tal privação seja infinitamente inferior ao que é imposto à classe trabalhadora.” (DEMIER, 2012, p. 19).

---

<sup>86</sup> Segundo Demier, o termo “bonapartismo” não diz respeito à natureza do Estado, mas sim a um certo arranjo político-institucional, ou à forma pela qual o aparelho estatal é organizado em determinadas circunstâncias (refere-se portanto ao regime). Aos governos que dirigem o Estado sob esse tipo de regime também cabe o adjetivo “bonapartista”, uma vez que são, eles próprios, os defensores desse regime (DEMIER, 2012, p. 23).

Esse regime é produto de um clima político radicalizado que não poderia mais ser tolerado como tal. Neste contexto, o bonapartismo, “colimando preservar as bases da dominação de classe burguesa, lança-se em uma luta física e ideológica pela reintegração e harmonização da sociedade burguesa então dilacerada.” (DEMIER, 2012, p.18). A burguesia já não está mais em condições de impor através dos mecanismos tradicionais, um projeto político para a sociedade dividida. Em nome da “unidade nacional” é o próprio Estado quem, por intermédio de um líder quase sempre carismático, cumpre um papel arbitral mediante as classes em conflito. Frente à situação política em que se encontra a nação, a classe dominante se vê obrigada a tolerar o governo desse líder “salvador”, cujo poder lhe foge ao controle.

Esta formatação do Estado burguês resulta em que, por vezes, a própria burguesia se veja privada de sua ampla liberdade. Mediante a necessidade de responder à intensa instabilidade política, muitas das instâncias e elementos jurídico-políticos do regime anterior são modificados nestes momentos: pode-se chegar a suspender certas liberdades democráticas; limitar (ainda mais), ou mesmo suspender, direitos democráticos (como a realização de greves, por exemplo); podem ocorrer modificações com relação ao sufrágio; em suma, mecanismos até então excepcionais nos regimes burgueses tradicionais podem tornar-se mais frequentes (DEMIER, 2012, p. 19).

A desproporção de forças entre os poderes estatais, como explica o autor, também é uma das características desse regime:

Encarregado de salvar a nação ameaçada por suas fissuras e lutas intestinas, o Executivo torna-se praticamente onipotente, concentrando em suas estruturas constitutivas, sobretudo na figura do chefe de Estado, um quantum de poder exorbitantemente desproporcional em relação aos demais poderes de Estado (DEMIER, 2012, p. 20).

O controle do parlamento pelo executivo (ou mesmo o fechamento daquele) também é um elemento geralmente presente. Ao judiciário, comumente, não resta outra opção que não ceder aos ditames do executivo. A burocracia e as Forças Armadas passam a ser os principais pilares do poder executivo, e por isso ampliam seu campo de atuação, chegando mesmo a conduzir a vida política, econômica e cultural do país (DEMIER, 2012, p. 20 -1). Ao mesmo tempo em que se “esvaziam” ou se debilitam as formas tradicionais de representação (como o parlamento ou os partidos políticos majoritários no regime anterior), vão sendo criadas outras formas de conexão entre o poder público e o corpo cívico: “A relação entre governantes e governados sob o bonapartismo assume a forma de uma relação direta entre o

chefe do Estado e os cidadãos nacionais, na qual tem lugar um imprescindível ingrediente ideológico de cunho pequeno-burguês.” (DEMIER, 2012, p. 21).

Diante da sociedade dilacerada, o Estado se levanta através da figura do líder “bonaparte” e submete todas as classes ao seu poder (não da mesma forma, é claro). Aparece, assim, como uma entidade politicamente neutra e benevolente, capaz de proteger e revigorar a nação pelas mãos do líder “salvador”: “A *personalização* da política é, portanto, quase sempre um ingrediente importante na receita bonapartista.” (DEMIER, 2012, p. 21).

Por conta desta autonomia relativa, a relação dos governos bonapartistas com as diferentes classes e frações de classes é um dos elementos de confusão na interpretação do fenômeno. Normalmente, a direção bonapartista se aproxima de camadas marginalizadas da sociedade (lumpemproletariado, campesinato etc), podendo colocá-las em movimento para dar-lhe legitimidade; e ao mesmo tempo, se volta por vezes contra os “elementos revéis da classe dominante, adestrando ou mesmo suprimindo suas recalcitrantes representações políticas, sejam elas partidos, lideranças classistas, círculos ideológicos ou jornais panfletários.” (DEMIER, 2012, p. 19).

Mas isso não significa que estes governos não possuam um conteúdo de classe. Neste sentido, a ideia de que o conceito se refere à existência de um governante carismático, que assumiria a condição de um árbitro “neutro” entre as classes, com vistas a garantir a harmonia entre elas é contestada por Demier. Essa “aparência” neutra (tanto do Estado quanto do governo), possibilitada pela “autonomia relativa” do aparelho estatal e que encobre o real conteúdo de classe do bonapartismo não pode ser confundida com sua essência verdadeira, alerta (DEMIER, 2012, p. 16).

Então, se estes regimes costumam ter uma natureza repressiva, isso não basta para caracterizá-los, o fundamental é apreender a quais grupos políticos, classes e frações de classes se direcionam majoritariamente tais atividades violentas. Ou seja, sob o Estado burguês, os governos bonapartistas, ainda que não aparentem, possuem sim um conteúdo de classe burguês, já que seu objetivo último é reconstituir e reintegrar a sociedade burguesa então em crise. E não faz isso como um agente neutro. Ainda que chegue a atender reivindicações populares e contrariar interesses de frações burguesas como meio de “equilibrar-se” entre as diferentes classes, ainda são os trabalhadores e setores populares quem mais sentem a força adquirida pelo aparelho estatal durante os regimes bonapartistas.

Com os trabalhadores e suas organizações, estes governos podem estabelecer diferentes relações. No caso francês, Marx explicitou a ofensiva do regime bonapartista ao movimento operário e sua sustentação sobre as camadas marginalizadas – o

lumpemproletariado e o campesinato. Mas isso nem sempre se dá da mesma forma. Como veremos adiante, alguns governos bonapartistas latino-americanos – como o mexicano dirigido pelo general Cárdenas – desenvolveram um perfil mais de esquerda e tinham o movimento operário como sua principal base de apoio. Isso torna o fenômeno complexo e de difícil compreensão. Porque, ainda que o movimento operário seja um dos principais pilares de sustentação, e que, por isso, o governo venha a atender algumas de suas reivindicações, a finalidade *última* de um governo bonapartista só pode ser conter o movimento, pois em meio à tensa situação política que dá origem a este tipo de regime, o movimento operário poderia colocar em risco a manutenção da ordem social, protegida pelo bonapartismo.

Com o objetivo de estabelecer a “integridade nacional”, a “paz social”, ou como apontou Marx (1997, p. 135): “salvaguardar a ordem burguesa”, estes governos têm uma imperiosa necessidade de impedir o desenvolvimento de uma consciência classista entre os trabalhadores, por isto a retórica bonapartista trata-os como “massas populares” ou como “povo” de modo a fazer-lhes parecer um aglomerado de indivíduos isolados (DEMIER, 2012, p. 21). E ainda que chegue, em alguns momentos, a falar em nome da “classe trabalhadora”, não a postula como um sujeito “estruturalmente antagônico ao capital” (DEMIER, 2012, p. 21). Assim, sintetiza Demier:

É com esse ‘povo’ disforme e alienado que o líder ‘Bonaparte’, dispensando qualquer tipo de plataforma político-programática bem definida, estabelece uma relação extremamente fetichista, dirigindo-se e sendo reconhecido por ele como seu único e lídimo intérprete, como aquele que, investido de ‘sabedoria’ e ‘capacidade decisória’, pode protegê-lo das injustiças sociais e das ‘elites gananciosas’ (DEMIER, 2012, p. 21).

Para sustentar essa ideologia, há geralmente um imenso aparato propagandístico. Assim, “por meio dessa política de massas, que combina ideologia, coerção e, também, o atendimento de certas demandas populares, procura-se neutralizar ou eliminar tendências ‘radicais’ (classistas) brotadas entre os setores subalternos no regime anterior.” (DEMIER, 2012, p. 22). E os efeitos que essa atuação produz no seio da classe trabalhadora estão entre as principais contribuições que um governo poderia dar a uma enfraquecida classe dominante, que se vê cercada por massas agitadas.

### 3.2.1 Poulantzas e a “Autonomia Relativa do Estado”

Como dissemos antes, embora tenha traçado o desenvolvimento do fenômeno bonapartista a partir do estudo de uma situação concreta, Marx não chegou a sistematizar teoricamente tal conceito. Trotsky tampouco chegou a fazê-lo. Uma das principais referências de sistematização teórica do tema é a obra *Poder político e classes sociais*, de Nicos Poulantzas.

Abordando sua teoria regional do político no modo de produção capitalista<sup>87</sup>, o autor faz referência à “autonomia relativa” que as estruturas do Estado adquirem na formação social capitalista. No decorrer da obra, a ideia de “autonomia relativa” é aplicada com sentidos distintos. Primeiramente, Poulantzas recorre ao termo para apontar a autonomia relativa do Estado com relação à produção, mas lhe confere um novo sentido (que está relacionado ao primeiro) para tratar da autonomia relativa que o Estado adquire frente à luta de classes, ou mais especificamente, em sua relação com as classes do “bloco no poder”<sup>88</sup> (POULANTZAS, 1977, p. 252).

A autonomia do político em relação ao econômico pode ser observada, no modo de produção capitalista, no fato de que o Estado tem autonomia perante as relações de produção, isto é, o Estado não intervém no processo produtivo, nem em sua reprodução ampliada (SAES, 1998, p. 12). A autonomia relativa é alcançada porque, na sociedade capitalista, a burocracia não coincide com as classes dominantes – geralmente é conformada por sujeitos provenientes da pequena burguesia, ou seja, membros de outras classes podem ter acesso ao aparelho de Estado capitalista – e funciona com uma lógica própria (o burocratismo); depois, porque o aparelho estatal não chega a cuidar dos interesses econômicos das classes dominantes.

No caso da autonomia relativa do Estado com relação ao bloco no poder, Poulantzas localiza que, embora o Estado capitalista unifique e organize as classes dominantes constituindo assim um bloco no poder, o Estado sempre tem uma “autonomia

---

<sup>87</sup> Para Décio Saes, a estrutura jurídico-política é o centro da teoria regional do político poulantiziana. Com base no estudo da obra de Poulantzas, Saes define esta estrutura como um conjunto de valores que regulam e enquadram as práticas sociais e que apesar de se articularem possuem duas dimensões diferentes: os valores jurídicos (direito capitalista) e os valores burocráticos capitalistas (burocratismo). Seus efeitos sobre os agentes da produção são, respectivamente: efeito de isolamento – na medida em que os agentes são vistos como indivíduos livres e iguais que se relacionam voluntariamente nas relações de produção capitalistas; efeito da “representação da unidade” – ou seja, a burocracia promove a unificação ideológica dos agentes na comunidade simbólica do “povo-nação”, dissimulando assim a relação de classe (SAES, 1998, p. 48-9).

<sup>88</sup> Segundo Poulantzas, o conceito de *bloco no poder* indica “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista.” (POULANTZAS, 1977, p. 229).

relativa” frente a elas. Seria esta uma característica do funcionamento específico do Estado capitalista:

O Estado capitalista, com direção hegemônica de classe, representa, não diretamente os interesses econômicos das classes dominantes, mas os seus interesses políticos: ele é o centro do poder político das classes dominantes na medida em que é o fator de organização da sua luta política (POULANTZAS, 1977, p. 185).

Neste sentido, o autor amplia a noção empregada por Marx e Engels, que se referem a uma autonomia relativa do Estado para indicar um momento específico da luta de classes, marcado por um “equilíbrio de forças”. Inversamente, para Poulantzas a autonomia relativa é uma característica constante do Estado capitalista: “Essa autonomia existe mesmo no caso em que não se trata nem de um equilíbrio no sentido geral, nem de um equilíbrio catastrófico das forças sociais, sede da contradição principal” (POULANTZAS, 1977, p. 257).

Mas a “autonomia relativa” do Estado perante as classes e, em especial, perante o bloco no poder, não se manifesta sempre da mesma forma. Por exemplo, a depender da luta de classes, o Estado capitalista poderia criar políticas sociais que interferissem em maior ou menor grau nos interesses econômicos das classes e frações dominantes. Quer dizer, este Estado *pende* aos interesses do grupo dominante, mas não os garante integralmente, garante sim os seus interesses políticos mais gerais: “Neste sentido, o Estado capitalista comporta, inscrito nas suas próprias estruturas, um jogo que permite, dentro dos limites do sistema, uma certa garantia de interesses econômicos de certas classes dominadas.” (POULANTZAS, 1977, p. 185). Isso não interfere na dominação hegemônica das classes dominantes, está dentro de certos limites “aceitáveis” para a sua dominação política, ainda que interfira em termos imediatos em seus interesses econômicos e por vezes os contrarie.

A preocupação de Poulantzas, como ele próprio ressalta, é contrapor-se à visão simplista que identifica o Estado como um simples utensílio, um instrumento controlado integralmente pelas classes dominantes (POULANTZAS, 1977, p. 252). Mas nesta autonomia há um limite, lembrado pelo autor: estas políticas não podem chegar a interferir nos interesses políticos das classes dominantes (a preservação da exploração do trabalho e da dominação de classe) (SAES, 1998, p. 59-60). Para Poulantzas, quando a burguesia se lança frente ao Estado capitalista como a representante do interesse geral do povo, e o povo lhe dá “consentimento”, isto se assenta não só numa questão ideológica, mas também em um fato real: este “jogo institucional” do Estado inclui a “possibilidade” de que sejam atendidos certos interesses das classes dominadas. Assim, ainda que estas conquistas das classes dominadas sejam impostas

pela luta às classes dominantes, elas não devem ser entendidas como uma “limitação do poder político” destas últimas. Ou seja, “isto apenas significa, contudo, que o Estado não é um utensílio de classe, que ele é o Estado de uma sociedade dividida em classes.” (POULANTZAS, 1977, p. 186). Esse “jogo institucional” do Estado é uma garantia que “visa precisamente a desorganização política das classes dominadas”, é a flexibilidade às vezes indispensável para garantia da hegemonia das classes dominantes, já que a luta política entre as classes é sempre possível.

Este entendimento do autor a respeito da “autonomia relativa” do Estado tem repercussão, por consequência, em sua compreensão sobre o conceito de “bonapartismo”. Décio Saes observa que a utilização da expressão “bonapartismo” por Poulantzas não se restringe a “uma política estatal de outorga de concessões às classes dominadas, suscitada por um peculiar ‘equilíbrio catastrófico’ entre classes sociais antagônicas” (SAES, 1998, p. 59-60). Poulantzas recorre ao conceito para se referir, de forma ampla e genérica, à autonomia relativa do Estado capitalista diante das classes dominantes, que para ele é permanente e assume formas distintas a depender do modo como o Estado capitalista organiza as classes dominantes e do espaço que este Estado possibilita aos partidos políticos que defendem os seus interesses. O bonapartismo seria, então, um traço típico do Estado capitalista, que se referiria à possibilidade deste Estado de atender aos interesses econômicos das classes dominadas para garantir os interesses políticos das classes dominantes (SAES, 1998, p. 64).

Poulantzas fala, então, em duas leituras possíveis para o conceito de bonapartismo: a primeira diz respeito ao fenômeno concreto que se desenvolveu na França e que foi analisado por Marx e Engels; a outra é a que trata o bonapartismo como uma característica constitutiva do tipo capitalista de Estado. Esta segunda leitura seria possível porque, segundo o autor, ainda que os formuladores do socialismo científico tenham estudado um fenômeno político concreto, suas análises políticas teriam apontado um traço teórico constitutivo do tipo capitalista de Estado (POULANTZAS, 1977, p. 254). Para fundamentar sua argumentação, Poulantzas cita uma carta de Engels à Marx, na qual o bonapartismo aparece como a “verdadeira religião da burguesia moderna” (Engels *apud* POULANTZAS, 1977, p. 254) e como uma fórmula recorrente, normal, no moderno Estado capitalista.

O autor reitera que esta abordagem de bonapartismo não carrega a ideia de um “equilíbrio de forças” frente à qual o Estado funcionaria como um “arbitro” entre elas – noção empregada por Marx e Engels e, posteriormente por Gramsci. Poulantzas chega mesmo a questionar se este “equilíbrio de forças” teria de fato se manifestado na França bonapartista: “Com efeito, através de uma leitura aprofundada dos textos de Marx, podemos verificar que

este não admite de fato, no caso do bonapartismo na França, qualquer equilíbrio entre a classe burguesa e a classe operária [...]” (POULANTZAS, 1977, p. 256).

Parece-nos, contudo, que Marx assinala uma situação bastante específica em que a burguesia encontrava-se fragmentada e o proletariado, embora tenha sido desmontado, continuava assombrando toda a Europa como um “fantasma”, depois de ter se levantado pela primeira vez contra a burguesia na Insurreição de Junho. Por isso, indicar o bonapartismo como um momento específico de relativo “equilíbrio” de forças entre as classes em luta e uma situação particular em que o Estado se desloca sobre estas classes (sem perder o seu caráter de classe) nos parece importante para traduzir, não apenas o real sentido empregado por Marx e Engels quanto ao caso francês, mas para caracterizar outros governos que assumem também esta *particularidade*. Neste ponto nos afastamos das análises de Poulantzas. Isto não significa que negamos que o Estado atenda diversos interesses das classes dominadas mediante a pressão da luta de classes. Mas isto é distinto do que ocorre com governos como o de Cárdenas, no México, por exemplo, ou como o de Chávez, como procuraremos argumentar ao longo deste capítulo.

Portanto, quando identificamos o bonapartismo ou a existência de uma “autonomia relativa do aparelho estatal” perante as classes em luta na Venezuela, estamos nos referindo precisamente, a um momento de relativo “equilíbrio” de forças entre as classes em luta, que se desenvolve em uma conjuntura específica em que uma classe *não pode mais* governar e a outra *não pode ainda*. Este momento proporciona, a nosso ver, uma autonomização relativa do Estado com relação às classes, que ultrapassa aquela apontada por Poulantzas como própria do modo de produção capitalista.

### 3.2.2 Trotsky e os Diferentes Bonapartismos

Posteriormente às elaborações de Marx e Engels sobre o caso Francês, alguns autores – entre eles teóricos do movimento operário, como Trotsky e Gramsci – utilizaram-se de tais análises em busca de explicar outras situações em que se expressou uma “autonomização relativa do Estado” em um contexto específico no qual a burguesia não conseguiria governar por seus meios tradicionais. Voltaremos centralmente às análises de Trotsky, que tratou mais especificamente dos casos latino-americanos.

O revolucionário russo utilizou o termo “bonapartismo” para explicar diferentes situações históricas. Primeiramente, recorre ao conceito para interpretar os governos da Alemanha pré-Hitler e da França, de Leon Blum, escrevendo os respectivos

livros “Revolução e contra-revolução na Alemanha” e “Aonde vai a França?”. Também em sua extensa obra *A História da Revolução Russa*, publicada em 1932, explicita os elementos bonapartistas de Kerensky e Kornilov, entre os processos de Fevereiro e Outubro de 1917. Nesta obra, Trotsky especificou o contexto histórico no qual se desenvolveram os diferentes tipos de bonapartismos europeus: Napoleão I surge em um momento de emergência da sociedade burguesa, no qual a luta de classes entre burguesia e proletariado ainda não havia amadurecido. Por isso, seu papel era garantir pelo “sabre” as conquistas da revolução (DEMIER, 2012, p. 102). Já o bonapartismo de Luís Bonaparte apareceu em um contexto distinto, sem um processo revolucionário que viria a substituir um regime. Por isso, esse governo apenas conduziu um rearranjo do mesmo regime social. Neste segundo caso, os elementos principais do bonapartismo clássico estavam ausentes, explica Trotsky (2011, p. 343). Ainda assim, havia se instaurado outras condições, diante das quais, um novo regime bonapartista poderia responder com eficácia:

O proletariado, que estivera amadurecendo por meio século, mostrou sua força ameaçadora em junho, mas era incapaz de tomar o poder. A burguesia temia o proletariado e sua própria vitória sangrenta sobre ele. O camponês proprietário temia a insurreição de Junho, e queria que o Estado o protegesse dos que queriam dividir a terra. E, finalmente, um *boom* industrial poderoso, estendendo-se, com curtas interrupções, por duas décadas, abriu à burguesia fontes desconhecidas de riqueza. Essas condições foram suficientes para um bonapartismo de epígono (TROTSKY, 2007, p. 605-6).

Ainda em outro contexto, o governo alemão de Bismarck<sup>89</sup> também se elevou “acima das classes” e sob a aparência da legitimidade, sua “contribuição” foi alcançar a unidade alemã e garantir o florescimento capitalista após a ocorrência de uma revolução impotente. Por este meio, seu governo conquistou a estabilidade por cerca de uma década. É elementar observar, contudo, que ainda que se “aparentassem” independentes, o caráter burguês destes bonapartismos estava salvaguardado:

Tendo subido com suas botas sobre o pescoço do povo, qualquer Bonaparte não teria falhado em adotar uma política de proteção da propriedade, renda e lucro. As peculiaridades do regime não vão além dos seus meios de defesa. O vigia não está diante da porta, está sentado no telhado da casa, mas sua função é a mesma. A independência do bonapartismo é, num enorme grau, externo, decorativo, uma questão de espetáculo. Seu símbolo apropriado era o manto do imperador.

---

<sup>89</sup> Otto von Bismarck havia dirigido o governo prussiano de 1871 a 1890 e, em seguida, tornou-se chanceler do Império alemão, mantendo-se em tal posto até 1890.

Enquanto explorava habilmente o medo da burguesia pelos operários, Bismarck permanecia em todas as suas reformas políticas e sociais o plenipotenciário inquestionável das classes possuidoras, que nunca traiu. Não obstante, a crescente pressão do proletariado indubitavelmente lhe permitiu se elevar acima do corpo de *junkers* e dos capitalistas na qualidade de árbitro burocrático importante: esta era sua função essencial (TROTSKY, 2007, p. 607).

Cada um destes governos tinha, pois, a sua particularidade. A condição principal que permitia utilizar a noção generalizante de “bonapartismo” era que “elevando-se por cima dos dois campos beligerantes para proteger a ordem e a propriedade, reprime a guerra civil, por meio do aparelho militar-policial, impede-a ou não permite que se reacenda.” (TROTSKY, 2011, p. 343).

Mas, ainda que apresentassem, por vezes, um forte caráter repressor, não deveriam ser confundidos com o fascismo, ressaltava Trotsky<sup>90</sup>. Em uma polêmica com a Internacional Comunista (IC), ele insistia na necessidade de diferenciar regimes fascistas de alguns outros que tinham um caráter particular. Para definir estes regimes, o dirigente da revolução russa cria a seguinte metáfora:

Logo que a luta entre dois campos sociais – os possuidores e os proletários, os exploradores e os explorados – atinge a mais alta tensão, estabelecem-se as condições para a dominação da burocracia, da polícia e dos militares. O governo torna-se ‘independente’ da sociedade. Recordemos mais uma vez o seguinte: se espetarmos, simetricamente, dois garfos numa rolha, esta pode ficar de pé, mesmo sobre uma cabeça de alfinete. Este é, precisamente, o esquema do bonapartismo. Naturalmente, *tal governo não deixa de ser, por isso, o serviçal dos possuidores*. Mas o serviçal está sentado sobre as costas do patrão, machuca-lhe a nuca e não faz cerimônias para esfregar-lhe, se for necessário, a bota na cara (TROTSKY, 2011, p. 278, grifo nosso).

Foi pensando nas particularidades das situações concretas e ao mesmo tempo, nos elementos comuns que permitiam as generalizações, que Trotsky utilizou a noção de “bonapartismo *sui generis*” para referir-se aos governos que se formavam na América Latina da primeira metade do século XX.

O termo foi cunhado durante o seu exílio no México, entre os anos de 1937 e 1940. Naquele momento, o revolucionário russo procurava entender não apenas a peculiaridade do governo mexicano, mas o caráter dos novos regimes que se multiplicavam

---

<sup>90</sup> Trotsky chamava a atenção aqui ao fato de que, ainda que tanto o bonapartismo quanto o fascismo estivessem relacionados ao declínio do capitalismo, diferenciá-los entre si e perceber suas distintas implicações para a classe trabalhadora era indispensável para que se pudesse traçar a melhor tática a ser adotada.

pela região depois da crise de 1929, quando os velhos sistemas políticos oligárquicos declinavam com a falência das economias agroexportadoras (DEMIER, 2012, p. 123).

O caráter “atrasado” do desenvolvimento do capitalismo na região e a localização periférica das economias latino-americanas fizeram com que Trotsky tivesse a preocupação de distinguir o bonapartismo que ali se desenvolvia de suas versões anteriores – por isso a utilização do complemento “*sui generis*”. A especificidade dos bonapartismos latino-americanos está assentada na relação subordinada que estas nações mantêm com os demais países do sistema capitalista. Estas nações se industrializaram já sob a existência de uma ordem mundial imperialista, ou seja, quando os papéis dos países na economia já estavam bem definidos e não havia mais espaço para o surgimento de novos imperialismos. Por isso, o processo de modernização destes países periféricos se desenvolveu de forma subordinada ao capital imperialista. Isto é, foi por intermédio de grandes parcelas de capital proveniente dos países do centro do capitalismo que se modernizaram as nações latino-americanas, muito tardiamente. Por conta disso, as “burguesias nativas” estavam ligadas por uma espécie de “cordão umbilical” às burguesias dos países imperialistas. Já nasciam, aqui, dependentes e com certa debilidade – por isso Trotsky utiliza, em alguns momentos, o termo “sub burguesia” para referir-se à elas (cf. TROTSKY, 2009, p. 184).

Diferentemente do papel “revolucionário” cumprido pelas burguesias originárias<sup>91</sup>, estas frágeis burguesias latinas não se opuseram às antigas classes dominantes ligadas à terra – nem tinham forças para tal. Ao contrário, se misturaram a ela, quebrando, assim, qualquer vínculo entre a necessidade de promover o desenvolvimento industrial e a realização de uma “revolução democrático-burguesa”.

Sob tais condições, também o proletariado se encontra, nestes países, em uma situação distinta quando comparado aos trabalhadores dos países centrais: sobrepunha-se sob seus ombros, além do peso de sua sub-burguesia, o peso do imperialismo. Sua tarefa política era também diferente. Trotsky sempre ressaltou sua visão de que o sistema capitalista era uma totalidade integrada de países. Por isso, não poderia cada país seguir individualmente o seu caminho e, portanto, não poderiam as nações “atrasadas” repetir os passos das nações pioneiras. A própria submissão ao imperialismo impedia que esses países se desenvolvessem plenamente sob a direção de sua débil e acomodada burguesia. Assim, ainda que assimilassem elementos das nações avançadas, suas condições materiais eram atrasadas e as tarefas

---

<sup>91</sup> Em *O Manifesto do partido comunista* Marx descreve o papel revolucionário cumprido pelas primeiras burguesias, que emergiram em países como França e Inglaterra, dissolvendo as antigas relações e crenças até então cristalizadas (MARX, 2007, p. 48).

democráticas que não haviam sido cumpridas pela burguesia nativa só poderiam ser levadas adiante pelas mãos da classe trabalhadora no poder:

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza, atrasados. Esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo. Seu desenvolvimento, conseqüentemente, tem um caráter combinado: reúnem em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da Revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras (Trotsky, 2004, p. 41-42).

Ou seja, mesmo as tarefas da “revolução democrática”, quer dizer, as tarefas originalmente burguesas, já não poderiam mais ser cumpridas por estas sub-burguesias. Somente o proletariado poderia fazê-lo, sob a condição de combiná-las com o programa revolucionário socialista. Por isso, era necessário combater a ideia de que juntos, burguesia e proletariado, poderiam alcançar conquistas democráticas até então não superadas nestes países. Frente a tal formulação, defendida pela Internacional Comunista, Trotsky insistia em que: “Na medida em que as tarefas são democráticas no amplo sentido histórico, são tarefas democrático-burguesas, mas aqui [na América Latina] a burguesia é incapaz de resolvê-las, como também foi na Rússia e na China.” (TROTSKY, 2009, p. 119). E concluía, “[...] durante o curso da luta pelas tarefas democráticas, opomos o proletariado à burguesia. A independência do proletariado, inclusive no começo deste movimento, é absolutamente necessária, [...]” (TROTSKY, 2009, p. 119).

A relação entre Estado, proletariado e burguesia “nativa” se desenvolveu, nestas nações, com uma configuração particular. Enquanto a burguesia ainda nem havia amadurecido política, econômica e culturalmente, o proletariado passava por um rápido processo de crescimento e concentração. Em nível mundial, os trabalhadores já se organizavam de forma independente e colocavam para si a tarefa de abolir a propriedade privada – postulada mais claramente desde a experiência da Comuna de Paris. Por isso, ainda que de forma preventiva, estas burguesias “hipertardias” (DEMIER, 2012, p. 166) desenvolveram, desde o início, uma relação de tensão e enfrentamento com o proletariado. Nestes elementos se assenta o caráter reacionário e mesmo contrarrevolucionário destas sub-burguesias, definidas por Trotsky como “uma camada controlada pelo capital estrangeiro e ao mesmo tempo oposta aos operários.” (TROTSKY, 2009, p. 126).

O revolucionário russo também observa que, por conta desta debilidade relativa da burguesia, e da força potencial do proletariado, a primeira se vê praticamente impossibilitada de governar inteira e exclusivamente por meio da tradicional democracia parlamentar (TROTSKY, 2008, p. 203). É isso o que abre espaço às formas bonapartistas de direção do Estado nos países latino-americanos. O desenvolvimento industrial retardatário e a subordinação ao imperialismo por um lado e, por outro, a ameaça do proletariado ascendente favoreceriam, na visão de Trotsky, a formação de regimes e de governos bonapartistas na região:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Eleva-se, por assim dizer, por cima das classes. Na verdade, pode governar convertendo-se em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [de Cárdenas] se localiza na segunda alternativa; suas maiores conquistas são a expropriação das ferrovias e das companhias petrolíferas (TROTSKY, 2009, p. 139).

Percebe-se que esse bonapartismo *sui generis* nem sempre assume um perfil autoritário e ditatorial. Alguns destes governos, como demonstra Trotsky, chegam a assumir um perfil mais “à esquerda”, quando sua fortaleza é o apoio sobre setores do proletariado. Assim, Trotsky distingue duas vertentes que o “bonapartismo *sui generis*” costuma adquirir na região: no primeiro caso, a burguesia relativamente débil, impossibilitada de adotar outra atitude, submete-se ao domínio quase que completo do imperialismo e impõe, no interesse do imperialismo, uma ditadura “policial-militar” à classe trabalhadora; no segundo, o governo – possuindo condições para tal – se apoia nas massas trabalhadoras e populares com vistas a alcançar melhores condições de barganha com o imperialismo.

O perfil (mais autoritário ou mais democrático, mais de direita ou mais de esquerda) que adquire o bonapartismo latino-americano está relacionado ao contexto interno e externo no qual está inserido cada país e depende não da vontade do governante, mas das possibilidades. Vejamos:

Sob tais condições, na medida em que o governo nacional tenta oferecer alguma resistência ao capital estrangeiro, vê-se obrigado, em maior ou menor grau, a se apoiar no proletariado. Por outro lado, os governos dos países atrasados, que consideram inevitável ou mais proveitoso marchar lado a lado com o capital estrangeiro, destroem as organizações operárias e implantam um regime mais ou menos totalitário. De modo que a debilidade da burguesia nacional, a ausência de uma tradição de governo próprio, a pressão do capital estrangeiro e o crescimento relativamente rápido do proletariado cortam pela raiz toda possibilidade de um regime democrático estável. O governo dos países atrasados, ou seja, coloniais ou semicoloniais, assume, no seu conjunto, um caráter bonapartista ou semi-bonapartista. Diferem entre si porque enquanto alguns tratam de se orientar para a democracia, buscando o apoio de operários e camponeses, outros implantam uma rígida ditadura policial-militar (TROTSKY, 2008, p. 202-3).

A modalidade que mais nos interessa aqui é a nomeada por Trotsky de “semibonapartismo democrático” (ou “semidemocrático”). Esta seria uma variante mais de “esquerda” do bonapartismo, que se expressou na América- Latina em governos como o de Lázaro Cárdenas, no México (1934-1940), o de Juan Domingo Perón, em seu primeiro governo na Argentina (1946-1955); o de Paz Estensoro, na Bolívia (1952-1956 e 1960-1964) (DEMIER, 2012, p. 29) e, agora afirmamos, o de Chávez, na Venezuela.

Nesta forma de “bonapartismo *sui generis*”, como sintetiza Demier, o governo:

[...] busca conter a ameaça popular *preferencialmente* por métodos reformistas, incorporando as massas à esfera política por meio de uma política social que, embora bastante expressiva em seu contexto social periférico, não pode ser equiparada à implementada pela socialdemocracia europeia. Desejando obter maior autonomia (política e econômica) em relação ao capital estrangeiro, os governos dessa modalidade bonapartista, sem abdicar da utilização (‘moderada’) de expedientes coativos e contando muitas vezes também com uma estrutura sindical corporativista, levam a cabo uma mobilização controlada das massas populares e, atendendo a algumas de suas demandas básicas, as utilizam como elementos de barganha nas negociações com o imperialismo (DEMIER, 2012, p. 29).

Nesta busca por melhores condições econômicas e políticas frente ao imperialismo, o governo mexicano caracterizado por Trotsky como um “bonapartismo *sui generis*” com viés democrático, apostou no controle dos setores estratégicos da economia. No momento da chegada do revolucionário russo ao país, o governo de Lázaro Cárdenas estatizava os poços de petróleo que eram, até então, controlados pelo imperialismo inglês. Tal medida não foi realizada sem que houvesse protestos advindos do velho continente. Na época, o governo britânico lançou uma campanha internacional contra as expropriações das empresas petrolíferas e chegou a declarar um boicote ao petróleo mexicano. Como explica Trotsky, os

conflitos entre o imperialismo inglês e o governo de Cárdenas se davam porque por um lado, os grandes capitalistas britânicos queriam mais do que apoderar-se das riquezas mexicanas, buscavam “estabelecer no país subjogado um regime de feudalismo imperialista, controlando a legislação, a jurisprudência e a administração.” (Trotsky, 2009, p. 94) e, por outro, porque o México semicolonial estava em busca de uma maior independência nacional, política e econômica (Trotsky, 2009, p. 94). Outro elemento que aparece em um texto da Revista *Clave* de 1939 com assinatura de Octávio Fernández é que as mobilizações operárias também tiveram um peso importante para a expropriação das petroleiras:

Os trabalhadores petroleiros, com sua luta contra as empresas imperialistas empurraram o governo a expropriar os bens das companhias; expropriação que se realizou claramente, com todos os defeitos e debilidades correspondentes às contradições de classe em que se move o Estado mexicano (FERNÁNDEZ, 2009, p. 185).

A expropriação do petróleo mexicano foi apontada por Trotsky como uma medida indispensável na busca de uma maior independência nacional. Mas, seria esta, uma medida socialista? A busca por uma maior independência não só por parte do governo mexicano, como também por setores da burguesia local, era assim explicada por ele:

Em muitos países latino-americanos, a ascendente burguesia nacional, buscando uma maior participação no butim, e ainda se esforçando para aumentar o tamanho de sua independência, - quer dizer, para conquistar a posição dominante na exploração de seu próprio país -, certamente trata de utilizar as rivalidades e conflitos dos imperialistas estrangeiros com este fim. Porém, sua debilidade geral e seu surgimento atrasado lhes impedem de atingir um nível de desenvolvimento mais alto que o de servir a um amo imperialista contra outro. *Não podem lançar uma luta séria contra toda dominação imperialista e por uma autêntica independência nacional* por temerem desencadear um movimento de massas dos trabalhadores do país, que por sua vez ameaçariam sua própria existência social (TROTSKY, 2009, p. 102-3).

Por isso, está claro que na visão de Trotsky estas medidas não indicavam uma posição socialista ou revolucionária. Havia ali a intenção de buscar uma melhor posição frente ao imperialismo, no interesse dos exploradores nacionais. Ao mesmo tempo havia um receio destes setores com relação aos operários e uma necessidade de contê-los – e era só por isso que o governo conservava o petróleo em suas mãos ao invés de repassá-lo diretamente à burguesia nativa, dizia Trotsky (TROTSKY, 2009, p. 127). Era evidente, desde o início, o caráter limitado destas políticas nacionalistas, uma vez que não pretendiam, nem poderiam ir até as últimas consequências com políticas anti-imperialistas.

É importante observar aqui, que mesmo dependente das nações imperialistas, parte da “sub-burguesia” local possui divergências com as burguesias dos países centrais, uma vez que ficam, as primeiras, “esmagadas” entre o imperialismo e o proletariado de seu próprio país. Eventualmente estas divergências podem se manifestar, e era precisamente isso o que ocorria no México sob o governo Cárdenas:

Supostamente, os interesses do capital estrangeiro e os do capital nacional não são sempre os mesmos e entram algumas vezes em agudos conflitos. Também é possível que, em condições favoráveis, o capital nacional se oponha às exigências do capital estrangeiro. Na época da ‘política da boa vizinhança’ de Roosevelt, Cárdenas avaliou as possibilidades de uma intervenção militar e conseguiu, em certa medida, ganhar algumas posições, começando pelo capital inglês, depois o americano e assim sucessivamente. Parece que agora começa novamente a fazer concessões. Alcançou os limites de suas possibilidades (TROTSKY, 2009, p. 128-9).

Nesta empreitada para obter melhores condições políticas e econômicas, uma parte desta sub-burguesia se aproxima do proletariado local, pois sabe que sozinha não tem condições de se contrapor aos interesses imperialistas. Mas isto só é feito na medida em que ela e/ou o próprio governo conseguem manter sob controle o conjunto da classe trabalhadora. Esse era o papel cumprido pelo bonapartismo *sui generis* mexicano:

Estamos no período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência diante dos imperialismos estrangeiros. A burguesia nacional é obrigada a flertar com os operários, com os camponeses e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda, como hoje no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros e trabalha sob sua tutela direta, teremos um regime fascista como no Brasil, por exemplo<sup>92</sup>. Mas ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e por outro, tem medo do proletariado, porque a história lá saltou uma etapa e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade. Inclusive, nestes governos semi-bonapartistas democráticos, o Estado necessita do apoio dos camponeses e é graças ao seu peso que disciplina os operários. É mais ou menos o que acontece no México (TROTSKY, 2009, p. 119-20).

Trotsky também chama a atenção para que mesmo nos países em que o bonapartismo assume um perfil mais de esquerda, o proletariado deve estar ciente da necessidade de se manter independente não apenas da burguesia nativa, mas também com

---

<sup>92</sup> O assassinato de Trotsky em 1940 o impediu de ver a aproximação das massas populares do governo Vargas (Demier, 2012, p. 178).

relação ao governo. Exatamente pela complexa relação que este tipo de governo estabelece com o capital estrangeiro, o capital nacional e o proletariado, suas políticas acabam por *oscilar* entre estes diferentes setores, a depender de sua necessidade: “Todo governo pode criar, numa situação similar, uma posição na qual oscile, inclinando-se algumas vezes à burguesia nacional e aos operários, e outras ao capital estrangeiro.” (TROTSKY, 2009, p. 126). Até mesmo o “perfil de esquerda” destes bonapartismos vai se modificando conforme a necessidade: “É uma dominação semi-bonapartista, que se inclina hoje à esquerda, amanhã à direita, em função da etapa histórica concreta em cada país.” (TROTSKY, 2009, p. 128). Por isso os trabalhadores não poderiam alimentar ilusões ou confiar neste governo e muito menos se desarmar perante ele.

A relação destes bonapartismos *sui generis* com os trabalhadores normalmente se estabelece a partir de um controle direto dos sindicatos por parte do Estado. Esta medida visa, segundo Trotsky, “atrair a classe operária para assim ganhar um ponto de apoio para a resistência às pretensões excessivas por parte do imperialismo, e ao mesmo tempo disciplinar os mesmos operários colocando-os sob controle de uma burocracia.” (TROTSKY, 2008, p. 203). Ou seja, para fazer frente aos abusos imperialistas, o governo necessita do apoio do proletariado e até mobiliza os trabalhadores em seu favor – *desde que a situação esteja sob seu controle*: “Isso é o que explica por que, sem deixar que o poder real escape de suas mãos, [o governo mexicano] concede às organizações operárias uma considerável parte da responsabilidade na marcha da produção dos ramos nacionalizados da indústria.” (TROTSKY, 2009, p. 139-40).

Aqui há uma observação importante: se é imprescindível ao proletariado manter sua autonomia com relação ao governo semi-bonapartista, igualmente o é, garantir sua independência com relação ao Estado, que segue sendo um Estado burguês. A atuação dos operários na indústria nacionalizada implica nas “maiores oportunidades” e nos “maiores perigos” para o proletariado (TROTSKY, 2009, p. 142). Não se poderia ignorar que “O governo burguês levou a cabo por si próprio a nacionalização e se viu obrigado a pedir a participação dos trabalhadores na administração da indústria nacionalizada” (TROTSKY, 2009, p. 140, grifo nosso). O proletariado deveria aproveitar esta situação e criar uma forte representação operária nesta indústria, que criticasse cada desvio cometido pela administração, fazendo avançar o movimento revolucionário dos trabalhadores. Assim, Trotsky defendia que os operários participassem da administração destas empresas, mas fazia questão de ressaltar que isso não é o mesmo que participar do governo. Ao contrário, esta deve ser uma forma de *consolidar uma oposição política ao governo* (TROTSKY, 2009, p.

140). Não se pode ignorar, por outro lado, que esta participação dos operários na indústria nacionalizada traz consigo muitos riscos, entre eles o de que os dirigentes sindicais se tornem reféns do Estado burguês ou que se tornem diretamente agentes administrativos da burguesia. O maior perigo seria que os sindicatos, controlados pelo Estado, passassem a ajudar a explorar e paralisar a ação dos trabalhadores (TROTSKY, 2009, p. 141). Sendo assim, “a primeira coisa que reivindicamos é nossa própria representação dos trabalhadores frente ao Estado.” (TROTSKY, 2009, p. 128). Quer dizer, Trotsky chama a atenção para que os trabalhadores não se integrem ao Estado burguês, não representem esse Estado frente aos seus pares. Ao contrário, devem possuir seus próprios representantes frente a este Estado, que não é seu. Logo, a tomada do poder pelo proletariado e pelo partido operário era uma tarefa que ainda deveria ser cumprida no México, só assim se poderia construir o socialismo:

Creio que não é necessário combater com maior energia a ideia de que podemos nos apoderar do Estado eliminando os seus restos de poder. É a história do Kuomintang. No México, o poder está nas mãos da burguesia nacional e não podemos tomá-lo a não ser ganhando a maioria dos operários e uma grande parte dos camponeses, e então derrotando a burguesia. Não existe outra possibilidade (TROTSKY, 2009, p. 129).

Mas, ainda que salvaguardasse os interesses mais fundamentais do conjunto da “burguesia” local, a relação do governo semi-bonapartista com as burguesias nativas, como demonstram as análises de Trotsky, tinha também os seus contratemplos. Quando anunciou as medidas de redistribuição de terras<sup>93</sup>, Cárdenas sofreu um grande rechaço por parte dos setores que se opunham a esta política. Contra o governo, o general Cedillo chegou a organizar um levante, em 1938, mas acabou fracassando e foi morto pelas tropas oficiais (TROTSKY, 2009, p. 106). Isto acontecia porque, para atrair o apoio das massas, o governo incluía em sua plataforma algumas das reivindicações populares, e isso nem sempre agradava os diferentes setores da “burguesia nativa”.

Em alguns casos, o enfrentamento entre o governo semi-bonapartista e os setores mais reacionários da burguesia (que atuavam mesmo como “sucursais do imperialismo”) era mais explícito. O governo também se apoiava nos trabalhadores para se defender desses setores burgueses. Em uma situação bastante discutida por Trotsky, Cárdenas, apoiado pela Confederação de Trabalhadores Mexicanos (CTM), lançou uma campanha contra a imprensa mais reacionária do país.

---

<sup>93</sup> Entre 1934 e 1940 foram redistribuídos pelo governo mexicano 25 milhões de acres de terras para camponeses pobres e sem terras (TROTSKY, 2009, p. 106).

O experiente revolucionário russo classifica o apoio dos sindicatos mexicanos a tal campanha, como um “suicídio” (TROTSKY, 2009, p. 147). A questão é complexa e só pode ser compreendida por aqueles que a observam atentamente:

Tanto a experiência histórica quanto teórica demonstram que qualquer restrição da democracia na sociedade burguesa é, em última instância, invariavelmente dirigida contra o proletariado, assim como qualquer imposto que se impõe recai sobre os ombros da classe operária. A democracia burguesa é útil para o proletariado apenas enquanto esta abre o caminho para o desenvolvimento da luta de classes. Consequentemente, qualquer ‘dirigente’ da classe operária que arma o governo burguês com meios especiais de controlar a opinião pública em geral e a imprensa em particular é precisamente um traidor (TROTSKY, 2009, p. 148).

A afirmação de Trotsky não se resumia a uma preocupação democrática. O enfrentamento à imprensa reacionária era necessário, mas isto deveria ser feito por meio da imprensa operária, e não pelo “punho repressivo do Estado burguês”, alertava (TROTSKY, 2009, p. 149). Conceder tal força ao Estado, que agora parecia amigável sob a direção de Cárdenas, era se deixar confundir e esquecer que este Estado seguia sendo burguês e que, portanto, qualquer força em suas mãos seria usada, mais cedo ou mais tarde, contra a classe trabalhadora. Por isso, Trotsky se contrapunha à campanha de restrição à imprensa reacionária explicando:

Hoje, o Estado pode mostrar-se muito disposto em relação às organizações operárias; amanhã o governo pode cair nas mãos dos elementos mais reacionários da burguesia. Neste caso, qualquer legislação restritiva que exista será lançada contra os operários. Apenas os aventureiros, que não pensam além das necessidades do momento, seriam incapazes de levar em conta este perigo (TROTSKY, 2009, p. 149).

Nem se poderia confiar que aquele governo semi-bonapartista oscilante utilizaria tal medida somente contra a imprensa reacionária. Afinal, as concessões às classes dominantes também se fizeram presentes em seu governo. Para as eleições presidenciais de 1940, por exemplo, o partido de Cárdenas (PRM) apresentou como proposta o *Segundo Plano Sexenal*. Construído em 1939, o projeto inicial incluía a realização de futuras expropriações, o sufrágio feminino, e outras políticas que possibilitariam algumas melhorias no nível de vida das massas. Mas quando foi finalmente publicado, em 1940, passou a incluir garantias aos investidores privados e concessões até mesmo ao imperialismo, quando se incorporou no texto a intenção de cooperar “com outros países que apoiam uma forma democrática de governo” (TROTSKY, 2009, p. 131).

Com isso, Trotsky demonstrava como se relacionava o semi-bonapartismo mexicano com as diferentes classes sociais e deixava claro que a intenção do governo não era de fato resolver os problemas mais elementares que atingiam a classe trabalhadora do campo e da cidade, senão conservar o apoio que recebia do proletariado com fins de preservar a sociedade burguesa. Então, por que esta sub-burguesia se contrapunha ao governo em alguns momentos? Porque para manter este apoio, o governo fazia concessões aos trabalhadores e isso desagradava a “burguesia nativa”, quem necessitava sempre esmagá-los mais, pois era, ela própria, esmagada desde cima pela burguesia estrangeira. Por isso, parte desta classe dominante local suportava aquele governo a contragosto, apenas porque não poderia, ela própria, governar como lhe parecesse mais conveniente.

Quanto ao tema da redistribuição de terras, Trotsky reafirma sua posição anterior: apoiar as medidas progressistas, mas conservar total independência, tanto com relação à burguesia nativa, quanto com relação ao governo:

Na questão agrária, apoiamos as expropriações. Isso não significa, corretamente entendido, que apoiamos a burguesia nacional. Em todos os casos nos quais ela enfrenta diretamente os imperialistas estrangeiros e seus agentes reacionários fascistas, lhe damos nosso pleno apoio revolucionário, conservando a independência completa de nossa organização, de nosso programa, de nosso partido e nossa plena liberdade de crítica. O Kuomintang na China, o PRM no México [partido de Cárdenas], a APRA no Peru, são organizações totalmente análogas. É a frente popular sob forma de partido (TROTSKY, 2009, p. 120).

Ademais, embora o governo Cárdenas adotasse medidas progressistas, Trotsky ressaltava que o movimento operário não poderia confundir aquele com o seu próprio governo e nem aquele programa com o seu. O movimento deveria manter sempre a independência de classe e a liberdade de crítica frente aos governos bonapartistas ou semi-bonapartistas e aos partidos que estavam à frente deles, ainda que por vezes aparecessem com uma feição de esquerda. Apoiar algumas medidas de Cárdenas não deveria significar, é importante deixar claro, ter qualquer ligação orgânica com o bonapartismo *sui generis*:

O proletariado internacional não tem nenhuma razão para identificar seu programa com o programa do governo mexicano. Os revolucionários não têm nenhuma necessidade de mudar de cor e de prestar homenagens, à maneira da escola de cortesãos da GPU, que, em um momento de perigo, vendem e traem o mais fraco. Sem renunciar à sua própria identidade, todas as organizações honestas da classe operária no mundo inteiro e principalmente na Grã-Bretanha têm o dever de assumir uma posição irreconciliável contra os ladrões imperialistas, sua diplomacia, sua imprensa e seus cortesãos fascistas (TROTSKY, 2009, p. 96).

É evidente, portanto, que para Trotsky, o proletariado deveria conservar uma total independência, não só com relação à burguesia contrarrevolucionária destes países, como frente aos seus governos bonapartistas, mantendo especial cautela com aqueles que se mostravam, por vezes, mais à esquerda por necessitar do apoio do proletariado. Os trabalhadores não deveriam alimentar nenhuma ilusão de que estes governos atuavam sempre em seu interesse, mas ao mesmo tempo deveriam aproveitar a correlação de forças favorável, fazendo exigências ao governo, sempre mantendo sua independência de classe e sua crítica à administração.

### 3.3 UM “GOVERNO POPULAR” OU “SEMI-BONAPARTISTA”?

Para a defesa da interpretação do governo Chávez como um bonapartismo *sui generis* com viés de “esquerda” – quer dizer, aquele que se apoia nas massas populares e na classe trabalhadora para barganhar com o imperialismo –, é imprescindível retomar o contexto que deu origem a um governo de perfil bastante distinto dos anteriores: o governo da “Revolução Bolivariana”.

Como visto no primeiro capítulo, a ebulição social que ainda hoje caracteriza a nação venezuelana não se iniciou com a chegada de Hugo Chávez à presidência. Sua origem é de finais da década de 1980, quando uma série de mudanças econômicas e políticas dão início a uma nova fase na história do país.

Como observou Felipe Demier (2012, p. 33-4), a intensa atividade política das massas, em um contexto no qual os grupos dominantes estão atingidos por “fissuras profundas”, pode deixar em estilhaços um regime. Foi precisamente isso o que ocorreu com o *puntofijismo*. As manifestações de rua marcavam o fim da estabilidade política, o desgaste do regime democrático-burguês e a abertura de uma crise de governabilidade que se estendeu pelos anos posteriores. Neste contexto, as tentativas de golpe realizadas em fevereiro e em novembro de 1992 contra um governo corrupto e submisso ao imperialismo, acabou por conferir ao tenente preso, Hugo Chávez Frías, o status de “herói”.

Mas, como procuramos demonstrar desde o início deste trabalho, Chávez não foi um raio em céu azul. A agitação popular e o desgaste do regime foi o que lhe abriu espaço para a ação. No contexto em que emergiu sua figura, as forças tradicionais e suas representações políticas, já não podiam governar como antes. As diferentes frações da classe

dominante viam-se cada vez mais impotentes diante do agigantamento das massas populares. A dominação burguesa estava ameaçada<sup>94</sup>.

Porém, tampouco na classe trabalhadora havia acúmulo suficiente de forças para que se lançasse em um projeto de tomada do poder. Sequer percebia a fundo o alcance de suas forças. Por um lado, sua confiança nos partidos hegemônicos até então estava esfacelada e não poderia ser facilmente reconstruída, por outro, não tinha o seu próprio partido e nem ao menos se propunha a tarefa de tomar em suas mãos as rédeas da nação. Existia, portanto, um relativo equilíbrio de forças entre as classes fundamentais (um equilíbrio por baixo) – nenhuma estava em condições de manejar diretamente o Estado.

É neste contexto que Chávez emerge diante das massas populares como o “salvador da nação”, o único que poderia, em meio àquele caos, reestabelecer a vida social e atender as reivindicações dos setores mais pauperizados. Para a classe dominante, todavia, Chávez aparecia como um aventureiro, um agente externo que desejava interferir em seus negócios. Não queria ela assumir que, sob o seu próprio comando, estava a sua dominação muito mais ameaçada.

Esta configuração particular abre espaço ao surgimento do líder carismático, que passa a dirigir o Estado, deslocando-o das mãos da classe dominante. O Estado adquire força própria e, por isso, aparenta ser uma entidade politicamente “neutra” que poderia ser usada em favor do conjunto da nação, salvando-a, através de seu representante, da situação política insustentável na qual se encontrava. Em nossa perspectiva são estes os principais elementos que evidenciam o caráter bonapartista do governo Chávez. Há ainda outros aspectos que reforçam esta hipótese e que permitem aproximá-lo da vertente de “esquerda” do bonapartismo *sui generis* ao qual se referia Trotsky. Vejamos.

### 3.3.1 O Apoio nos Setores Populares e o Anti-Imperialismo Limitado

Recém-eleito, o governo bolivariano necessitava adotar medidas urgentes que desenvolvessem a produção e melhorassem os índices econômicos e sociais do país. Essa era a única forma de evitar sofrer o mesmo desgaste experimentado pelos governos anteriores,

---

<sup>94</sup> Caso nos propuséssemos a utilizar o arsenal conceitual gramsciano, poderíamos nos referir aqui a existência de uma “crise de hegemonia”, ou seja, um momento em que nenhuma fração burguesa está em condições de assumir diretamente a direção política do conjunto da nação. Nestas condições, as possibilidades da classe dominante de manter sua hegemonia por meio do equilíbrio entre a coerção e o consenso tornam-se escassas e a manutenção da exploração capitalista já não pode mais ser garantida simplesmente pela via da democracia parlamentar convencional (DEMIER, 2012, p. 32-3). Sobre o conceito de Gramsci ver também: BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

principalmente quando se leva em conta que a prática de mobilização de rua, iniciada com os protestos de 1989, não havia sido abandonada após a eleição de 1998. Ao contrário, como identificou a pesquisadora López Maya, sob o governo bolivariano se intensificou a chamada “*política de la calle*” (LÓPEZ MAYA, 2002, p. 20-1). Neste contexto, o governo investiu em algumas concessões aos setores populares – principalmente através dos programas sociais, como as missões, financiados com a renda petroleira. E desta forma, consolidou sua base de apoio nas camadas mais pauperizadas da população.

A nova alta nos preços do petróleo, a partir de 2004<sup>95</sup>, permitiu o incremento das políticas sociais e, com isso, o país conseguiu reduzir quatro pontos na desigualdade entre ricos e pobres entre os anos de 2003 a 2008 (FERREIRA, 2011, p. 9). O aumento do repasse da renda petroleira à população mais pobre<sup>96</sup> fez com que este setor vivenciasse algumas mudanças efetivas. As pessoas beneficiadas com os programas de educação, saúde, moradia, alimentação, lazer e trabalho, sentiam que as coisas estavam melhorando e retribuíam sua satisfação apoiando Chávez. Até mesmo a população indígena, que sempre foi relegada, via-se pela primeira vez valorizada com as pequenas políticas voltadas a ela<sup>97</sup>.

Mesmo irrisórios frente ao ganho dos grandes capitalistas que atuam no país, os programas sociais chavistas não poderiam ser realizados sem nenhuma interferência nos interesses imperialistas. Depois da larga crise iniciada na década de 1970, o capitalismo mundial respondeu com uma série de medidas com vistas a recuperar suas perdas na taxa de lucro – implantação das políticas neoliberais, restauração do capitalismo na URSS e no Leste Europeu, ofensiva imperialista sobre as economias periféricas. Nestas circunstâncias, aqueles regimes “bonapartistas *sui generis*” que não estão sob comando direto do imperialismo tornaram-se intoleráveis, por se apoiarem em conquistas sociais financiadas com recursos que os capitalistas não podem se dar ao luxo de abrir mão. Por isso, as concessões e os pronunciamentos anti-imperialistas de Chávez deixavam os “*escualidos*” – como são

---

<sup>95</sup> O preço do petróleo volta a subir desde 2003 e alcança seu pico em 2008, quando o preço do barril se aproxima dos 100 dólares, voltando a cair em 2009 (MENDES, 2012, p. 276).

<sup>96</sup> Todos os contratos das empresas mistas ligadas à estatal petroleira estabelecem que 1% do orçamento deve ser direcionado aos projetos sociais e 2% é convertido em incentivos para a pesquisa (DAMASCENO, 2010, p. 74).

<sup>97</sup> Uma das medidas foi, por exemplo, um Plano de férias realizado pela PDVSA San Tomé com 20 crianças da comunidade indígena de ‘El Caigual’, que conquistou a confiança desta população, resultando em maiores benefícios para a própria PDVSA, como explica Fernando Damasceno: “Não se pode negar o efeito positivo que isto proporciona, a realidade é que, na visão destes, as coisas estão mudando para melhor. Nesse sentido, a exploração petroleira, que está sendo feita nas terras indígenas, se torna um fato justificado, pois está trazendo uma melhoria a todos [...]” (DAMASCENO, 2010, p. 77).

chamados os setores golpistas e pró-imperialistas ligados à IV República – bastante descontentes.

O caráter rentista, parasitário, da sub-burguesia venezuelana explica a sua aversão à Chávez. Trata-se de uma camada social acomodada, que se satisfaz com as migalhas advindas dos países imperialistas e que não tem nenhuma pretensão de questioná-lo. Por isso, conspira contra o chavismo. Mas todas as vezes que tentou reagir deparou-se com a ação operária e popular e fracassou.

Diferentemente do que se via na Argentina durante o primeiro governo de Perón (1946-1955), o sentimento anti-imperialista na Venezuela não se assenta nas camadas da burguesia nativa. Aflorou entre as massas populares que, mobilizadas, tornaram esta aclamação impossível de ser ignorada. Chávez apresentou desde o início de sua campanha um discurso de defesa da soberania nacional, questionando a subserviência do país às economias estrangeiras. Sua plataforma foi concebida como uma afronta pela oposição, embora o presidente sempre tenha deixado claro que queria construir uma Venezuela “para todos”.

Entre as políticas e posições “anti-imperialistas” do governo bolivariano, geralmente são apontadas: o maior controle do Estado sob o petróleo; as denúncias contra a política externa de Bush; os vínculos comerciais e políticos estabelecidos com países como Rússia, Irã, Cuba, China e Bielorrússia; as iniciativas de construção da ALBA em oposição à ALCA; a construção da *Petrosur*<sup>98</sup> e da *Telesur*<sup>99</sup>, como formas de fortalecer a unidade dos países da América do Sul frente ao imperialismo norte-americano, entre outras (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 334).

Não se pode ignorar, contudo, que nos dias atuais, as possibilidades de barganha dos países periféricos frente ao imperialismo são ainda mais inferiores que no período analisado por Trotsky. Nem a dependência com relação ao imperialismo pode ser superada enquanto persistir o capitalismo mundial, nem os governos “semi-bonapartistas” chegam mais a alcançar grandes conquistas sob ele. Isto explica, em parte, porque as medidas “anti-imperialistas” de Chávez são muito mais modestas do que foram as de Cárdenas. Se o governo mexicano da primeira metade do século XX buscava com as expropriações maior independência, possibilitando assim alcançar algumas condições elementares da democracia – que não seriam possíveis sob o controle total do imperialismo –, o governo Chávez, por sua

---

<sup>98</sup> Empresa criada com a finalidade de fomentar a cooperação entre as companhias petroleiras do Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela.

<sup>99</sup> Rede de televisão multiestatal, criada em 2005, que visa ampliar a interação latino-americana em resposta à hegemonia norte-americana no campo da comunicação.

vez, sequer chega a ir a fundo nesta busca por independência. Segundo Mariana Lopes, esta questão assume a seguinte forma:

[...] acreditamos que as bravatas anti-imperialistas servem mais para acertos políticos internos do que para rupturas sistêmicas do governo (basta lembrar que todos os contratos internacionais foram e estão sendo respeitados como, por exemplo, o pagamento da dívida externa) (LOPES, 2012, p. 9).

Isto é, em contradição com os enfurecidos discursos lançados contra Bush, e do aumento do controle estatal sobre as atividades petroleiras, Chávez criou também as chamadas empresas mistas, permitindo que o capital estrangeiro seguisse explorando os recursos naturais do país. Mesmo quando nacionalizou empresas estratégicas, o fez à base de indenizações milionárias, verdadeiras compras a preço de mercado e, em muitos casos, os antigos proprietários permaneceram como sócios minoritários das empresas – como demonstramos no capítulo anterior.

Isto é, Chávez não se propõe – e de certa forma nem poderia – alcançar uma independência definitiva ou até mesmo, uma melhoria duradoura no nível de vida da maioria da população venezuelana. O dirigente trotskysta espanhol, Ángel Carrique, explica porque a promessa do governo bolivariano de vencer o imperialismo e o capitalismo não pode ser cumprida por sua própria gestão:

En última instancia, el fracaso de todos los regímenes ‘bonapartistas sui generis’ en desarrollar sus países hasta superar la dependencia del imperialismo, confirmó un hecho fundamental, ya advertido por el marxismo revolucionario: los países capitalistas adelantados bloquean el camino para el progreso de los atrasados. En la época imperialista, el ‘desarrollo democrático e independiente’ de los países dominados es imposible en el marco del capitalismo. La actual configuración ‘globalizada’ del capitalismo mundial tiende a profundizar aún más el abismo entre el ‘centro’ imperialista y la ‘periferia’ empobrecida y sometida (CARRIQUE, 2010, p. 29).

É importante considerar também que, apesar do grande impacto que as missões têm causado nos setores populares e em sua relação com o governo, na prática, os números indicam que o investimento nestes projetos é bastante limitado frente aos problemas sociais vivenciados no país, e tem sido reduzido nos últimos anos, devido aos efeitos da crise econômica mundial. Segundo a ONG Provea,

El total destinado a 13 misiones del gobierno nacional agrupa un 3,63% del total del presupuesto para el año 2010. Las cinco misiones a las que fueron asignados mayores recursos son: Misión Ribas (1,10% del total), Madres del Barrio (0,73%), Misión Barrio Adentro (0,55%), Misión Mercal (0,51%) y Misión Sucre (0,31%) (PROVEA *apud* PONCE, 2011a, p. 160).

Margarita López Maya también aponta que várias missões receberam cortes em seu investimento: “Misión Ribas ha visto disminuir los recursos que le aportaba PDVSA. Otras misiones como Sucre, Milagro, Guaicaipura, etc. salieron del presupuesto nacional en 2009, por la penuria fiscal, pasando a depender de ingresos extraordinarios.” (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 12). Ademais, o governo tem descumprido o pagamento de compromissos trabalhistas, fato que teria chegado a debilitar a popularidade do presidente (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 11).

Mesmo alguns índices que têm mostrado progressos – como a diminuição do desemprego, por exemplo – podem ser questionados, já que o governo têm contabilizado os integrantes das missões como trabalhadores empregados. Ou ainda, se considerarmos as missões mais bem sucedidas, como as relativas à educação<sup>100</sup>, o aumento das manifestações de estudantes e professores do setor público e o teor de suas reivindicações – muito semelhantes às que temos aqui no Brasil – indicam que há muitos problemas no setor quanto à qualidade, à falta de infraestrutura e aos problemas nos salários dos professores.

No que diz respeito aos reajustes do salário mínimo, percebemos que embora o aumento tenha sido significativo em alguns anos, no período em que começa a se conformar a crise econômica o reajuste não chegou a cobrir o valor da inflação, como demonstra a tabela a seguir:

---

<sup>100</sup> O principal avanço neste terreno foi o aumento da taxa de escolaridade na educação básica, que passou a 99,5%. As taxas de matrícula nos níveis médio e superior se elevaram, respectivamente, de 27,3 (1998) para 41% (em 2006) e de 21,8% para 30,2% no mesmo período (BUZETTO, 2011, p. 207).

**Quadro 1** – Salário mínimo e inflação 2004-2010

Ano	Aumento final	Aumento em %	Inflação acumulada
2004	Bs. 321.235,20	30%	19,2%
2005	Bs. 405.000,00	26,07%	14,4%
2006	Bs. 512.325,00	26,5%	17%
2007	Bs. 614.790,00	20%	22%
2008	Bsf. 799,50	30%	30,9%
2009	Bsf. 959,08	20%	25,1%
2010	Bsf. 1.223,89	25%	29,5%

**Fonte:** Últimas Notícias (2011).

A falta de moradias no país é outro problema. Segundo Marco Ponce, o déficit ultrapassou 3 milhões de casas em 2010, sendo necessária a construção de 150 mil moradias por ano para suprir esta demanda – número muito superior às 20 mil construções anuais realizadas pelo governo e pelas empresas privadas (PONCE, 2011a, p. 161). Devido a esta realidade, as mobilizações por moradia têm crescido consideravelmente, chegando a representar 30% do total de protestos em 2010 (PONCE, 2011a, p. 161).

Além disso, alguns problemas como a altíssima inflação (três vezes maior do que a de outros países da América Latina), a insegurança, a já citada falta de alimentos, entre outros, continuam afetando a qualidade de vida da população trabalhadora. O mal-estar provocado por esta situação é que teria provocado, na opinião de López Maya, o aumento dos protestos sociais nos últimos anos. “Dicha protesta es, además, motivada fundamentalmente por la percepción del deterioro que la gente percibe en sus condiciones de vida, constituyendo las protestas por derechos económicas, sociales y culturales las predominantes” (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 14). O caráter limitado das concessões já é, pois, bastante evidente e por isso o número de protestos por salários, condições de trabalho, moradia, melhorias na educação etc, segue aumentando.

Por outro lado, o patrimônio bancário triplicou durante a gestão bolivariana, ainda que os principais bancos do país sejam controlados pelo capital estrangeiro (principalmente o espanhol) (LOPES, 2009, p. 82). Os bancos se beneficiaram da alta inflação, das altas taxas de juros (média de 17%), dos mecanismos de créditos, da abertura para a exportação de capital através das empresas mistas e da criação de fundos de pensão para o “desenvolvimento nacional” (LOPES, 2009, p. 82). Neste sentido, de acordo com Mariana Lopes, “o sistema financeiro cresceu 43,9% em 2006, e 20% em 2007, representando

assim um crescimento maior que os setores de transporte, construção civil e indústrias.” (LOPES, 2009, p. 84).

Ou seja, o governo faz concessões às massas populares e se apoia sobre elas, mas os principais beneficiados em sua gestão, ainda que não se faça grande propaganda sobre isso, continuam sendo o capital financeiro e os banqueiros ligados ao capital estrangeiro. Esse é um dos motivos pelos quais rejeitamos a caracterização de que aquele seria um “governo popular” e procuramos destacar os limites e contradições de seu “anti-imperialismo”.

### 3.3.2 A Hipertrofia do Executivo e o Fortalecimento do Corpo Burocrático e Militar do Estado

Em meio à crise social, política e institucional que dominava o país, Chávez se propunha, desde o momento de sua primeira campanha, a fortalecer o Estado em busca de defender a soberania nacional. Criticava o que chamava de “Estado desarticulado” e propunha reverter o quadro de deterioração do poder Estatal (ELLNER, 2004, p. 43-5). Mas, segundo Ellner, o fortalecimento do governo central acabou por reduzir as atribuições dos governos estaduais e municipais (2004, p. 47).

O poder executivo se incrementou, passando frequentemente a tomar decisões e legislar através do mecanismo das Leis Habilitantes. No texto da nova Constituição, aprovado por referendo popular em 15 de novembro de 1999, reconhecia-se o dispositivo da Lei Habilitante e, ao mesmo tempo, o legislativo era reduzido para uma única câmara (MENDES, 2012, p. 247). Segundo Mendes,

[...] durante a sua posse, Chávez se adiantou ao legislativo – do qual, afirmou, estava ‘poupando o trabalho’ – e assinou o decreto que convocava o referendo [constitucional], que ocorreria no próximo dia 25 de abril. Naquele mesmo discurso, porém, o novo presidente apresentou o apelo para que o poder legislativo aprovasse uma Lei Habilitante que lhe garantisse a capacidade extraordinária de tomar decisões rapidamente e acelerar o processo de transformações urgentes, que não poderiam esperar a nova constituição (MENDES, 2012, p. 246).

A fortificação de uma relação direta entre o líder bolivariano e o “povo” também tem sido uma das marcas da administração chavista. Um dos instrumentos criados com este fim foi o programa televisivo “Alô Presidente”, no qual alguns telespectadores podem falar diretamente com o mandatário nacional, através de uma ligação telefônica. O caráter plebiscitário adquirido pelos pleitos eleitorais – quando a população acaba se

posicionando *a favor* ou *contra* o presidente – e a angústia gerada por toda a base chavista frente ao agravamento da doença de Chávez, fazendo parecer que não há futuro para a “Revolução Bolivariana” sem ele, evidencia a centralidade de sua figura.

Quanto à extensão do corpo burocrático e militar do Estado, segundo os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), desde 2002 o número de funcionários da administração pública cresceu 100,8% - passando a contar com 2.680.668 empregados, em 2012. No mesmo período, o setor privado teve um aumento de 25,7% (EL UNIVERSAL, 4/11/12). A expansão do aparelho burocrático do Estado se evidencia não só pela criação de novos ministérios (que passaram de 16, em 1999, para 36, em 2012), de novas instituições e pelo aumento das empresas estatais, mas também pela criação de uma estrutura administrativa complementar, em especial após o enfrentamento com a paralisação petroleira de 2002/2003.

El modelo administrativo-participativo gubernamental se realiza en medio de la expansión del aparato público, lo que ha dado lugar a la creación y fortalecimiento de una administración paralela [...]. Esta burocracia paralela realiza funciones que se solapan con la administración pública tradicional. Ello opera, según nuestro criterio, como mecanismo para otorgar márgenes de maniobra (autonomía) al gobierno y asegura su política nacional y gubernamental mediante la creación de una institucionalidad paralela (PELÁEZ *et al.*, 2009, p. 64).

E grande parte desta burocracia é composta por militares ou ex-militares. Desde a formulação da nova Constituição de 1999, o peso dos militares no governo bolivariano é apontado por especialistas como um aspecto problemático:

[...] entre os aspectos mais preocupantes da Constituição Bolivariana da República da Venezuela, podemos assinalar o que se refere à Instituição Militar e sua relação com o poder civil. Enfraquece-se a subordinação da esfera militar à civil, ficando essa sujeição unicamente cingida ao presidente da República, que mantém sua condição de Comandante em Chefe das Forças Armadas Nacionais (artigo 328 e 235). As promoções militares são agora competência exclusiva das Forças Armadas, com a única participação do presidente para aqueles graus maiores dos de coronel ou capitão (artigo 331 e 235) (LÓPEZ MAYA, 2005, p. 302).

Muitos militares têm ocupado cargos de destaque, tornando-se ministros, governadores, prefeitos etc.. Nas últimas eleições para governadores, realizadas em dezembro de 2012, dos 23 candidatos chavistas que concorreriam ao pleito, oito eram militares. Em diversas ocasiões, o presidente manifestou a importância que as Forças Armadas adquiriam em seu projeto socialista. Em uma mensagem enviada por Chávez durante o seu tratamento

em Cuba, em 2012, e transmitida pelo vice-presidente Nicolás Maduro, o presidente afirmava: “É inegável o papel de protagonista desempenhado pelas Forças Armadas Bolivarianas na construção coletiva de uma sociedade cada vez mais justa, em transição para o socialismo” (Chávez *apud* SIC NOTÍCIAS, 29/12/12).

Assim, a burocracia, com grande representação militar, assume na Venezuela a forma de uma força social. Trata-se de um “grupo político que dá a direção política venezuelana. Uma burocracia civil e militar.” (LOPES, 2009, p. 86). Para a autora,

[...] a Venezuela, no fim dos anos 1990, demonstrava germes deste processo em formação, em que a crise do sistema partidário, a pressão popular, a crise de legitimidade, causadas pela luta de classes neste período, vão proporcionar espaço para a burocracia assumir um papel não só político como social (LOPES, 2009, p. 46).

A própria eleição de um ex-tenente militar das Forças Armadas seria prova deste papel político e social que assumiu a burocracia estatal. Como explica Aguilar: “Nasceu do governo Chávez uma burocracia que tem o controle do aparato do Estado e que agora busca controlar os meios de produção entre os quais está por suposto, o setor bancário. Uma burocracia cuja tendência é converter-se em burguesia.” (AGUILAR CASTRO, 2008). Como exemplo deste poder da burocracia, o autor menciona o controle do Banco Nacional Venezuelano por militares que segundo ele, têm relações diretas com grupos estrangeiros (AGUILAR CASTRO, 2008).

### 3.3.3 As Oscilações do Governo Chávez Perante as Classes e o Compromisso de Estabelecer a “Paz Social”

Aqui retomamos uma questão assinalada por Buzetto (2011) que tem sido o principal argumento no interior do movimento operário e popular para apontar os “limites” da gestão chavista: a ideia de que as oscilações nas políticas e posições do governo refletiriam uma *contradição* que resulta das disputas internas entre diferentes forças que compõem o chavismo: de um lado, os “revolucionários” e “anticapitalistas”, que apoiam a mobilização operária e popular e, do outro, um setor burocrático “contrarrevolucionário”, que ameaça a “Revolução Bolivariana”.

Contudo, conforme identificamos nas análises de Marx e de Trotsky, as oscilações nas políticas dos governos bonapartistas se explicam pelo próprio caráter destes governos, que se equilibram sobre as classes em luta. Ora fazem concessões a uma classe, ora

à outra. E atendendo ao interesse de uma, não podem deixar de contrariar alguma outra. Foi o que demonstrou Marx ao abordar o “tatear” de Bonaparte entre as diferentes classes e frações.

As oscilações também atingem os semi-bonapartismos latino-americanos, já que essa característica de se posicionarem mais à “esquerda” não pode ser mantida em todas as ocasiões. O mesmo governo que adota, por vezes, posturas de esquerda acaba mais cedo ou mais tarde, a depender das circunstâncias, adotando políticas de direita. Talvez o exemplo mais categórico destas oscilações à direita por parte do governo bolivariano tenha sido a entrega de militantes colombianos ao governo repressor de Juan Manoel Santos. O caso de maior impacto internacional foi o do jornalista da Agência de Notícias ANNCOL, Joaquim Pérez Becerra, preso em Caracas e extraditado para a Colômbia. O acordo com Santos foi amplamente criticado pela esquerda de todo o mundo. Na época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apoia o governo bolivariano, repudiou esta atitude em sua página web:

Mais do que um erro, trata-se de uma traição. Como um governo que se diz revolucionário pode entregar um militante de esquerda às forças mais reacionárias da América Latina, sabendo que seu destino será a tortura ou mesmo a morte nas sinistras prisões colombianas? Como um governante que se diz revolucionário pode colaborar com os serviços secretos colombianos e norte-americanos? (PCB, 26/04/2011).

Aquele não era o primeiro episódio do tipo. Se em alguns momentos Chávez se pronunciou contrário à estigmatização dos guerrilheiros das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) como “terroristas”, em outras ocasiões entregou militantes desta organização, assim como do ELN (Exército de Libertação Nacional), para a Colômbia. Foi o que aconteceu com Nilson Navarro Mojica, Priscila Ayala Mateus e Oswaldo Espinosa Barón, deportados em novembro de 2010. Naquele momento, o governo bolivariano fez um pronunciamento dizendo que “ratifica así su compromiso inquebrantable en la lucha contra la delincuencia y la criminalidad.” (EL TIEMPO, 17/11/2010).

É inegável que no interior do governo Chávez, e mesmo do PSUV, há inúmeras correntes, com distintas posições, ideologias e tendências. Contudo, apoiando-nos nos estudos de Trotsky sobre o bonapartismo *sui generis*, nos parece ser possível afirmar que o centro da explicação para as oscilações das políticas do governo chavista não está na luta interna entre setores “revolucionários” e “contra-revolucionários”. Estas oscilações fazem parte da própria natureza do regime (e também do governo) bonapartista, que se articula e desarticula com diferentes classes e frações a depender de sua necessidade.

Estas “oscilações” estão presentes tanto na relação do governo com o imperialismo e seus agentes diretos – como acabamos de ver – quanto em sua relação com o proletariado ou com os setores da sub-burguesia nacional. Isto porque a sobrevivência do governo está diretamente relacionada à sua capacidade de manter a luta de classes sob seu controle.

Buscando garantir a “paz social” Chávez teve, em alguns momentos, de se enfrentar com os setores mais reacionários da burguesia, que não admitiam nenhuma concessão à classe trabalhadora. Mas este enfrentamento se deu em momentos extremos e, em sua maioria, tratou-se de ações destes setores contra o governo, e não de ações do governo contra eles. O presidente sempre deixou claro sua intenção de ceder e negociar, mesmo com os setores mais reacionários. Em sua campanha para o pleito presidencial de 2012 chegou mesmo a afirmar que à burguesia venezuelana convinha a sua vitória:

A las familias ricas, las que piensan de manera racional [...] les invito a que voten por Chávez el 7 de octubre [...] Chávez les garantiza paz, estabilidad, crecimiento económico, desarrollo económico. Venezuela entró a Mercosur ahora tenemos que seguir fortaleciéndonos (ULTIMAS NOTÍCIAS, 10/09/2012).

Quanto ao movimento operário<sup>101</sup>, como veremos mais adiante, as oscilações também são constantes: ora promove espaços de participação, ora instaura cúpulas burocráticas e deslegitima a ação operária e popular; ora cria sindicatos, ora dificulta a sua criação; por vezes amplia os espaços democráticos, em outros momentos amplia os mecanismos repressivos.

Devido a esta “natureza contraditória”, o chavismo não pode nunca se apresentar com uma plataforma político-programática muito definida. É sempre necessário haver espaço para as oscilações, garantindo-lhe flexibilidade para “tatear” frente às classes e frações em luta. Como consequência, aparecem em sua base algumas formatações estranhas: é o caso dos “empresários socialistas”, ou dos sindicalistas que defendem o fim dos sindicatos, como vimos no capítulo anterior.

Neste sentido concluímos que a “radicalização” (inconstante) do discurso e das políticas adotadas pela administração chavista não é produto de um “giro à esquerda”, ou de uma mudança de ideologias ou de referências teóricas. É fruto da necessidade de responder

---

<sup>101</sup> A relação do governo Chávez com o movimento operário ascendente está no cerne de nossa preocupação e, por isso, será desenvolvida em um capítulo à parte.

à radicalização e ao aumento das lutas operárias e populares e atender alguns de seus anseios e reivindicações, com o fim de continuar mantendo-lhes sob controle.

### 3.3.4 Quanto ao Caráter de Classe do Semi-Bonapartismo Venezuelano

Antes de adentrarmos na análise mais específica da relação do governo Chávez com o movimento operário, consideramos importante, nos atermos brevemente em uma questão: é possível afirmar que um governo com as características que expusemos acima possui um caráter “burguês”?

Talvez o termo “nacionalismo-burguês”, utilizado pelas organizações trotskistas para se referir a governos como o de Hugo Chávez não seja o mais esclarecedor. Se por um lado ele dá conta de abordar a relação conflituosa que estes governos por vezes estabelecem com as economias dos países centrais por buscarem maior autonomia, por outro, não faz menção à relação *particular* que desenvolvem com as massas populares e a classe trabalhadora. E este elemento é fundamental para compreender a complexidade dos “semi-bonapartismos” latino-americanos.

O apoio sobre o proletariado e os setores populares está na particularidade destes governos, que, como pontuamos acima, não são governos burgueses em sentido estrito – quer dizer, não são governos dirigidos diretamente por frações burguesas. A especificidade do bonapartismo, como característica do regime e também do governo, está neste deslocamento relativo do Estado, que não é mais governado diretamente pelas classes dominantes. Como evidenciou Marx: sob o bonapartismo, o Estado segue sendo burguês. Mas, e quanto ao governo, seria composto por agentes neutros, que atendem igualmente os interesses de todas as classes para equilibrar-se sobre elas? A análise de Marx aponta que Bonaparte rouba da burguesia a sua arte de governar, aparecendo como o representante da massa da nação francesa, os camponeses (MARX, 1997, p. 136). Porém, embora o autor deixe claro o esforço do líder da Sociedade 10 de Dezembro por atender demandas dos distintos setores sociais, não poderia dar a uma classe sem tirar da outra. Ademais, ainda como um “poder independente”, Bonaparte via como sua missão salvaguardar a ordem burguesa (MARX, 1997, p. 135). Portanto, nem o Estado é neutro, nem o governo o é.

Como expusemos acima, ao analisar os diferentes tipos de bonapartismo, Trotsky ressaltou que o caráter burguês destes governos não era diluído por sua condição particular. Bismarck, por exemplo, explorava o medo que a burguesia tinha do proletariado e tirava proveito desta situação, mas nunca traiu essa burguesia (TROTSKY, 2007, p. 607).

Quanto ao governo Cárdenas, apesar de destacar suas políticas progressistas e seu apoio popular, Trotsky reiterou que a missão deste governo continuou sendo salvaguardar os interesses fundamentais da burguesia e, por isso, o classificou também como um “governo burguês” (TROTSKY, 2009, p. 140 e 148).

É claro que por conta das concessões às massas, dos pronunciamentos em favor delas, contra o imperialismo e até mesmo contra os setores nacionais pró-imperialistas, o conteúdo de classe destes bonapartismos *sui generis* fica muito mais nebuloso, concedendo-lhe a aparência de um “governo popular”<sup>102</sup>.

O governo mexicano do general Cárdenas expropriou ferrovias privadas; nacionalizou empresas de petróleo, enfrentou o imperialismo inglês; redistribuiu cerca de 25 milhões de acres de terras para os camponeses pobres, contrariando os grandes fazendeiros; desenvolveu sindicatos operários e organizações camponesas, estabelecendo estreitas relações com eles e inclusive provendo espaço para que atuassem nas empresas nacionalizadas; e, mesmo assim, Trotsky o classifica como um “governo burguês”. Qual a explicação para isso?

Quando falamos que estes governos tem um conteúdo “burguês” não estamos nos referindo à origem social dos membros que os compõem – que geralmente provêm, em sua maioria, da pequena burguesia – ou da classe que dirige diretamente o país. Portanto, insistimos: não se trata de um governo dirigido *diretamente* pela burguesia. Como expusemos anteriormente, sob este tipo de regime o governo atua de forma mais ou menos independente das classes dominantes e, por isso, pode chegar a atuar contra a vontade delas. A “burguesia nativa” também se vê privada de sua ampla liberdade, pois não tem controle sobre a dominação do líder “bonaparte”.

Com o termo “burguês” referimo-nos, pois, precisamente ao conteúdo de classe que *em última instância* orienta este governo: a garantia da ordem social burguesa. Isso não significa que a todo o momento sua política estará voltada aos interesses da classe dominante. Pelo contrário, como vimos, grande parte de suas políticas é voltada para manter sua base de apoio nos setores populares. E é precisamente por isso que este governo é tão eficiente na garantia do *status quo*, ainda que a “burguesia nativa” se sinta, por vezes, altamente contrariada por ele. Ou seja, atuando em determinados contextos, estes governos garantem a manutenção da ordem burguesa, pois funcionam como um dique contra a organização autônoma do proletariado, evitando assim que a classe se lance eventualmente em algum projeto revolucionário.

---

<sup>102</sup> Como indicou Marcelo Buzetto: um governo que representa as classes populares através de um programa popular e que se opõe aos interesses estratégicos das classes dominantes.

Veja ou outra seu conteúdo de classe burguês acaba transparecendo, como é o caso das políticas antioperárias que implantam quando o proletariado chega a incomodar por demais as classes dominantes. A “paz social” prometida pelo governo “semi-bonapartista” só pode ser garantida com a manutenção das relações de exploração.

Como procuraremos argumentar no próximo capítulo, o governo Chávez, tem atuado contrariamente à organização classista e autônoma dos trabalhadores, de modo a favorecer a manutenção do *status quo* e, além disso, os setores mais favorecidos por seu governo continuam sendo aqueles ligados ao capital financeiro. Portanto, o seu conteúdo de classe, em última instância, é burguês e não popular. O caráter “popular” atribuído ao governo de Hugo Chávez está apenas na *aparência* do fenômeno, como esclarece Demier:

Apresentando ser verdadeiramente ‘populares’, esses governos realizam manobras com a classe trabalhadora visando alcançar objetivos almejados pela cúpula burocrática estatal. Com uma incidência localizada na periferia semicolonial do sistema capitalista mundial, esse tipo particular de governo assume, por vezes, a forma de uma específica *frente popular*. Não custa frisar, assim, que todos os governos de natureza bonapartista, inclusive os de feição ‘progressista’, limitam-se sempre aos marcos estruturais do Estado burguês que momentaneamente dirigem, o que faz deles, em última análise, governos inelutavelmente avessos à emancipação socialista dos trabalhadores (DEMIER, 2012, p. 26).

Mas, se este é um governo “semi-bonapartista” que, embora se eleve por cima das classes, não perdeu seu conteúdo burguês (cuja aparência se desconfigurou), como explicar o golpe da oposição contra Chávez em 2002? A classe dominante se lançaria na derrubada de um governo que poderia significar sua única salvação? É preciso ter claro: Chávez não foi uma aposta da sub-burguesia venezuelana. Preferiria ela governar sem Chávez e era tão imatura a ponto de não perceber que não poderia mais fazê-lo. Foi preciso que se visse sucessivamente derrotada, em suas empreitadas golpistas e sabotadoras, por meio da ação operária e popular, para que percebesse este fato e finalmente mudasse sua tática:

Apesar de haver fissuras no bloco no poder, entre as frações do capital interno e internacional, como, por exemplo, nos primeiros anos de governo, quando a Fedecámaras, organismo patronal que representa diversos setores como indústria comércio etc. estava contra o governo, inclusive participando do golpe, e após 2004, com as diversas conciliações, principalmente a burguesia interna industrial aceitou como legítimo o governo. Também observamos o capital petrolífero internacional que em um primeiro momento abriu luta e fez dois *Paros*, e o golpe de Estado, posteriormente, aceitou novos acordos e contratos (LOPES, 2009, p. 89).

Por isso, Henrique Capriles deu todas as garantias de que reconheceria os resultados eleitorais de outubro de 2012, quando saiu derrotado. Parte desta burguesia nativa inclusive aprendeu a tirar proveito deste governo. Mas, inegavelmente, outra parte, possivelmente majoritária, está de fato contra Chávez. Isso indica o caráter subserviente desta burguesia ao imperialismo, a tal ponto que sequer uma busca por maior autonomia lhe interessa.

A partir dos elementos aqui dispostos, concluímos que o governo Chávez poderia ser caracterizado como um governo “semi-bonapartista” de feição de “esquerda” que assume uma postura mais ou menos democrática<sup>103</sup> a depender das circunstâncias.

---

<sup>103</sup> Com o adjetivo “democrático”, não estamos falando senão da democracia burguesa, entendendo que em todo governo democrático-burguês há mais ou menos repressão, a depender da necessidade dos setores dominantes. Inclusive, nos últimos anos, o governo Chávez tem se utilizado mais dos elementos repressivos.

#### 4 O GOVERNO CHÁVEZ E A SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO OPERÁRIO

Como vimos, os bonapartismos latino-americanos que apresentam um perfil mais à esquerda se apoiam sobre o proletariado e os setores marginalizados com fins de alcançar melhores condições de barganha frente aos países imperialistas. Mas a defesa dos “interesses nacionais” muitas vezes desperta a reação imperialista, assim como incomoda seus aliados em nível nacional. Ao enfrentarem o imperialismo, estes governos chegam a alcançar também algumas medidas progressistas para os trabalhadores e, além disso, acabam fazendo concessões devido à sua necessidade de mobilizar a classe em sua defesa.

Essa necessidade de mobilizar as camadas mais pauperizadas da população esteve presente no governo bolivariano desde sua primeira gestão, quando aumentavam as tensões entre Chávez e o imperialismo norte-americano, apoiado pelos setores mais reacionários da burguesia local. Diversos meios foram criados para consolidar este apoio popular ao presidente: primeiramente, organizaram-se os Círculos Bolivarianos, depois as Missões – que contam com um verdadeiro exército de apoiadores –; a partir de 2006 criaram-se os Conselhos Comunais e, mais recentemente, as chamadas “comunas”. A formação de um tecido organizativo político-social para impulsionar uma mobilização vinculada à figura do presidente foi observada por Margarita Lopez Maya. Segundo a autora, “Este tecido serve como braço gestor de políticas públicas, canal de distribución de recursos fiscales e instrumento para movilización electoral a favor del Presidente” (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 7).

Mas a relação do governo com o movimento operário foi um pouco mais complexa e tardia. As principais reivindicações deste setor estavam ligadas às condições de trabalho e, por isso, não poderiam ser supridas facilmente com as políticas assistenciais. Alguns programas voltados às questões trabalhistas começavam a ser lançados no início da primeira gestão bolivariana, mas não alcançaram grandes resultados<sup>104</sup>. O governo não estabelecia uma relação direta com o operariado e este, por sua vez, se mantinha mais independente.

---

<sup>104</sup> Entre estes estavam: o Plano de emprego rápido, o Plano Bolívar 2000, o Plano de trabalho ocasional, o Plano Avispa e o Plano de emprego Simón Rodríguez, que em sua maioria garantiam trabalho por apenas seis meses aos desempregados (IRANZO e RICHTER, 2006, p. 6). Em 1999 e em 2002 foram criados dois programas de emprego formal, cuja base de funcionamento era o repasse de créditos e outras vantagens ao empresariado em troca da criação de novos empregos. O primeiro visava criar 200 mil empregos através de um crédito fiscal de 50% dos salários dos novos empregados para as empresas privadas. Com o segundo, o governo garantia alguns custos de prestações sociais e de seguridade social dos novos contratados (IRANZO e RICHTER, 2006, p. 7).

Esta relação começa a se modificar principalmente após as sabotagens patronais de 2002/2003, quando a resistência dos trabalhadores, em especial dos petroleiros, foi um fator decisivo para a derrota da oposição. Com a intensificação da luta de classes e da ofensiva opositora, o governo passou a ter de mobilizar em seu favor uma parcela do movimento operário para se defender das ações hostis da oposição e impedir que a economia se paralisasse completamente por conta dos boicotes econômicos promovidos pelos capitalistas.

As oscilações marcaram, desde então, a relação do governo bolivariano com o operariado organizado. Devido à necessidade que a administração chavista passou a ter de mobilizar parte desse setor em sua defesa, mas ao mesmo tempo, mantê-lo sob seu controle para garantir a “paz social” e salvaguardar a ordem capitalista, a política governamental oscilou entre a mobilização e a desmobilização da classe; entre as concessões e a criminalização/repressão do movimento; entre os discursos radicalizados em favor do controle operário, das ocupações e dos conselhos de fábrica, e a desqualificação dos dirigentes e ativistas operários, tratados como “contrarrevolucionários” ou “traidores”, a depender da correlação de forças entre as classes.

Nossa preocupação neste capítulo é precisamente abordar, ainda que de maneira breve e introdutória, como tem se desenvolvido esta relação de “natureza contraditória” entre o governo bolivariano e o movimento operário, em meio ao acirramento da luta de classes no país. Isto é, pode-se dizer que Chávez e seu governo, defensores do “Socialismo do século XXI”, têm apoiado os conflitos operários e favorecido as condições de acumulação de forças e de organização da classe trabalhadora?

#### 4.1 A DIFÍCIL TAREFA DE MOBILIZAR O MOVIMENTO OPERÁRIO SEM PÔR EM RISCO A “PAZ SOCIAL”

Mesmo com a vitória operária e popular sobre o *paro* nacional de 2002/2003, a situação econômica da Venezuela ficou bastante debilitada. A taxa de desemprego chegou a 35%, a inflação disparou<sup>105</sup>, o PIB despencou<sup>106</sup>, e a moeda sofreu uma profunda desvalorização (DAMASCENO, 2012, p. 294). Novamente, vivia-se a deterioração das condições de vida e de trabalho. Muitas das empresas fechadas durante o *paro* não foram

---

<sup>105</sup> Em julho de 2003 o índice de inflação era de 31,2% (AVN, 09/08/2012).

<sup>106</sup> A queda do PIB foi de 8,50% em 2002 e 9,50% em 2003, voltando a se recuperar somente em 2004 (cf. LUCENA, 2010, p. 384).

reabertas nos meses seguintes. Nas que voltaram a funcionar, os patrões adotavam uma série de medidas com vistas a recuperar as perdas dos meses anteriores: intensificação do trabalho, congelamento dos salários, demissões, aumento do assédio moral e da terceirização etc. Eram os trabalhadores e a população que arcavam com os prejuízos da ação patronal.

Buscando manter a influência sobre sua base de apoio popular, o governo Chávez apostou no fortalecimento das cooperativas – que já haviam recebido uma legislação própria em 2001 –, na expansão das “missões” e no aumento do salário mínimo. A política de incentivo às cooperativas resultou em um incremento significativo dessas associações: em 1999 elas somavam 819, já em 2008, os registros passaram a indicar um total de 262.904 associações<sup>107</sup> (AZZELLINI, 2009, p. 7).

A promoção de cooperativas foi inspirada na ideia de “desenvolvimento endógeno” desenvolvida nos anos 1950 pela CEPAL (AZZELLINI, 2009, p. 24). A proposta era incluir a população “excluída” em novas formas de organização social e produtiva, baseadas na autogestão. A *Misión Vuelvan Caras*, que daria suporte a este projeto, foi criada em 2004 com o objetivo de dar instrução técnica e política para a população mais pauperizada, que recebia uma bolsa durante o período de formação. A partir daí podia-se formar cooperativas também com ajuda financeira e técnica do governo. Nos dois primeiros anos, o projeto adquiriu força, mas não chegou a cumprir a meta de formar 1,2 milhão de pessoas. Em finais de 2006, o ritmo das atividades diminuiu consideravelmente<sup>108</sup> (AZZELLINI, 2009, p. 26).

O *boom* das cooperativas gerou uma série de debates entre trabalhadores, correntes políticas e pesquisadores. A preocupação principal era quanto a relação estabelecida entre essas associações e as grandes empresas nacionais e transnacionais. Essa política acabava agravando a flexibilização e a desregulamentação das condições de trabalho, já que as cooperativas funcionavam, na prática, como empresas terceirizadas. Muitos empreendimentos privados passaram a contratá-las, ou mesmo a abrir sua própria associação, para realizar serviços de limpeza ou manutenção, adquirindo mão de obra barata, sem preocupações trabalhistas<sup>109</sup>.

---

<sup>107</sup> Em sua maioria as novas cooperativas se concentraram nas áreas de limpeza e manutenção industrial e passaram a prestar serviços para outras empresas. Outra parte (25%) é produtiva e desenvolve atividades ligas à agricultura, pesca, manufatura, indústria etc. Há ainda aquelas ligadas ao transporte (11,48%) e aos bancos comunais (7,64%) (AZZELLINI, 2009, p. 7).

<sup>108</sup> No início do ano eleitoral de 2007 o programa foi relançado sob a nomenclatura “*Misión Che Guevara*”. O objetivo agora era preparar os trabalhadores para as chamadas “Empresas Socialistas” que começavam a surgir (AZZELLINI, 2009, p. 26).

<sup>109</sup> A *Ley Especial de Asociaciones Cooperativas*, criada em 2001, estabelece em seu artigo 34 o caráter não trabalhista do vínculo dos associados às cooperativas – e, portanto, dissolve sua proteção pela legislação do

A ampliação das missões, das cooperativas e o aumento do salário mínimo não foram suficientes para sanar as necessidades populares e, como consequência, alastravam-se as mobilizações por moradia, alimentação e serviços públicos, assim como por salários e condições de trabalho, principalmente a partir de 2004. Nas fábricas, os trabalhadores reagiam às investidas do patrão. Não aceitavam negociar os salários dos meses em que as atividades estiveram paralisadas. Exigiam melhores condições de trabalho, negociação dos contratos coletivos e rechaçavam as demissões.

Para responder a esta situação, criaram em 2003 a *Unión Nacional de Trabajadores*, com o apoio direto de Chávez. Naquele momento em que os atritos com a oposição estavam intensos e a situação da economia era preocupante, a organização de uma central sindical que se declarava defensora da “Revolução Bolivariana” e que se contrapunha à CTV golpista, era muito favorável ao presidente.

Mas ao mesmo tempo em que apoiava a organização trabalhista, o governo bolivariano apostava também no apoio aos capitalistas que estivessem dispostos a conviver pacificamente com sua gestão. Mesmo após o famoso pronunciamento de Chávez no Fórum Social Mundial de Porto Alegre (2005), no qual afirmava ser necessário construir o “verdadeiro socialismo”, o presidente fez um convite de aliança aos “empresários verdadeiros”. Procurava desta forma, amortecer os conflitos que se expandiam no país:

Que nadie se deje confundir por los rumores, por las campañas, por las mentiras, este gobierno es aliado de los empresarios verdaderos, los que quieren producir, los que quieren trabajar en alianza estratégica con el gobierno y con los trabajadores. No con los empresarios explotadores, no los pro imperialistas (Chávez *apud* VENEZUELA DE TELEVISIÓN, 7/5/05).

Neste mesmo discurso, realizado no estado de Anzoátegui, em 2005, Chávez descreve o conteúdo de sua nova proposta de gestão para as empresas, que visava “unir” governo, trabalhadores e patrões:

Así como en Tinaquillo reactivamos una empresa textil que estuvo más de 10 años cerrada por el neoliberalismo, hicimos una alianza estratégica, el gobierno aporta capital, los empresarios aportan su maquinaria, los trabajadores aportan su mano de obra, su esfuerzo colectivo, su organización, y resulta una maravilla, una empresa cogestionaria, una nueva visión del trabajo, unas nuevas relaciones de producción, eso es aplicable a todos los sectores de la vida nacional (Chávez *apud* VENEZUELA DE TELEVISIÓN, 7/5/05).

---

trabalho. Além disso, ela reconhece a possibilidade de subcontratação de outros trabalhadores por períodos inferiores a seis meses – prazo que nem sempre é cumprido (IRANZO e RICHTER, 2006, p. 10).

Em alguns casos, porém, a tática pacificadora não funcionou. Frente à difícil situação de vida e às péssimas condições de trabalho que enfrentavam, os trabalhadores reagiam. Os patrões já não lhes pareciam invencíveis – haviam sido derrotados tanto no golpe quanto no *paro* petroleiro –, a CTV já não conseguiria mais contê-los. Passavam a confiar mais em suas próprias forças. Confiavam também em Chávez e, por tudo isso, lançavam-se à luta. A verdade, porém, é que o governo foi pego de surpresa frente ao alastramento dos conflitos operários, como observa o pesquisador Dario Azzellini (2010, p. 138): “Al inicio el gobierno relegó los casos a los tribunales laborales hasta que empezó en 2005 con expropiaciones”.

A insatisfação dos trabalhadores crescia, levando-os a exigir a nacionalização das empresas. Foi a partir da propagação dos conflitos que o governo começou a fazer algumas concessões importantes, como a nacionalização de algumas empresas, por exemplo. Ainda assim, quando finalmente nacionalizou as primeiras fábricas – a Construtora Nacional de Válvulas (CNV) e a papelreira Venepal, dois anos após o início das lutas que ali se desenvolveram – a administração chavista deixou claro que não pretendia fazer das nacionalizações uma política de sua gestão, como ressaltou o então ministro da economia popular, Elías Jaua:

Nosotros queremos que esto sea la excepción. Hemos convocado a aquellos empresarios que tengan cerradas sus empresas a establecer alianzas estratégicas con el Estado, a establecer modelos de cogestión privados-sector trabajador y el Estado, apoyándolos con una política crediticia. Para que, efectivamente, podamos emprender un modelo de activación del aparato industrial de nuestro país que fue barrido por el neoliberalismo durante toda la década del noventa y barrido por el fascismo en su intento de quebrar económicamente a la Revolución Bolivariana (REVISTA LABERINTO, 2005).

Nos momentos de acirramento da disputa entre governo e oposição, a figura da nacionalização chegou a ser utilizada como instrumento de pressão contra os proprietários, mas esses casos eram exceção. Na maioria das vezes, optou por fazer acordos e evitar conflitos. A ministra do trabalho, María Cristina Iglesias, quando do anúncio da nacionalização da Invepal em 2005, reitera o que havia dito o ministro Jaua, como consta na nota da imprensa presidencial:

Iglesias señaló que el caso ocurrido con Venepal es una excepción y, en caso de producirse una situación similar el Ejecutivo nacional informará al respecto, por eso reiteró que ‘estamos (el Gobierno nacional) apostando porque los trabajadores y empresarios en todas aquellas compañías que necesiten ampliación de su capital, ayuda del Sistema Financiero Público Nacional, renegociación de sus deudas con el IVSS [Instituto Venezolano de los Seguros Sociales], ISLR [Impuesto Sobre la Renta] o el CONAVI [Consejo Nacional de la Vivienda], articulen con sus trabajadores la posibilidad de establecer regímenes de cogestión’ (PRENSA PRESIDENCIAL, 31/01/2005).

A passagem acima deixa transparecer a preocupação da administração central, de tentar resolver os conflitos de outras formas que não recorrendo à nacionalização, ainda que para isso fosse preciso dar subsídios aos capitalistas. Mas, como o movimento se fortalecia e a maior parte dos empresários não respondia ao chamado de aliança, o governo se viu obrigado a ampliar as nacionalizações e acabou incorporando parte das reivindicações sindicais em seu discurso, a fim de manter o movimento sob sua influência. É neste contexto que Chávez anuncia a frase amplamente difundida: “empresa fechada, empresa tomada pelos trabalhadores”.

A partir do segundo mandato, quando foi divulgado o *Primer Plan Socialista de la Nación* (2007-2013), se ampliaram as nacionalizações<sup>110</sup>. O anúncio destas medidas foi recebido com grande entusiasmo pelos trabalhadores envolvidos no processo de reorganização sindical e pela maioria da esquerda latino-americana, que as interpretava como uma forma de combater o imperialismo e avançar na conquista da soberania nacional.

Os pronunciamentos de Chávez pareciam caminhar na contramão do projeto neoliberal e das privatizações que se faziam presentes nos demais países da América Latina. “Todo aquello que fue privatizado, nacionalícese. Recuperemos la propiedad social sobre los medios estratégicos de producción”, dizia o presidente (EL MUNDO, 09/01/2007). Tentava-se transformar Chávez no protagonista das lutas.

Logo após esse discurso, proferido em fevereiro de 2007, foram nacionalizadas as companhias elétricas estadunidenses *Seneca* e *Electricidad Caracas*. Em maio, foi negociado com as petroleiras internacionais a aquisição estatal de quatro instalações da *Faja Petrolífera del Orinoco*, a maior fonte de reservas de hidrocarbonetos líquidos do mundo. A despeito do insucesso da negociação com os sócios estadunidenses *Exxon Mobil* e *ConocoPhillips*, a maioria das transnacionais aceitou permanecer como sócia minoritária,

<sup>110</sup> Segundo estatísticas da Conindustria (*Confederación Venezolana de Industriales*) de 2004 até 2011 teriam sido nacionalizadas 1.087 empresas no país, dentre elas 42% estariam no setor de construção, 32% da agroindústria, 19% da área petroleira e 4,7% em comércio e serviços (El Universal, 9/12/2011).

conforme propunha o governo. Sendo assim, as empresas *Chevron*, *BP*, *Statoil* e *Total* se mantiveram no rentável negócio petrolífero através das chamadas “empresas mistas”, que substituíram os antigos convênios de exploração.

No mesmo período foi adquirida, através de uma oferta pública no mercado local e na Bolsa de Valores de Nova York, a maior empresa de telecomunicações do país. Privatizada em 1991, a CANTV (*Compañía Anónima Nacional de Teléfonos de Venezuela*) tinha como acionista majoritária a estadunidense Verizon. Segundo o jornal *El Mundo*, o governo venezuelano teria pago 1,3 bilhão de dólares para adquirir 86% das ações da empresa (EL MUNDO 09/01/2007).

De acordo com a cronologia das nacionalizações, publicada pelo jornal *El Universal* em outubro de 2010, o número de empresas nacionalizadas teria se expandido a partir daí. Em 2008, logo após a nacionalização de uma pequena cadeia frigorífica e da empresa de produtos lácteos *Los Andes*, foi a siderúrgica Sidor quem passou para as mãos do Estado. Como demonstramos anteriormente, esta nacionalização não estava nos planos do governo e só foi realizada devido à forte luta operária.

Ainda em 2008, o Estado assumiu o controle da indústria de cimentos, após as negociações com as empresas Lafarge (francesa) e Holcim (suíça). A mexicana CEMEX, que não aceitou a proposta de venda, foi a única efetivamente nacionalizada. Quanto às duas primeiras, continuaram tendo seus antigos donos como sócios minoritários, conforme publicado nos jornais da época:

[...] el gobierno venezolano pagará a Lafarge 267 millones de dólares por el 89% de sus acciones. La firma francesa mantendrá 5% de los títulos y el 6% restante se negocia en bolsa. Por su parte, Holcim cederá 85% de sus acciones por 552 millones de dólares y pasará a ser socio minoritario con una participación de 15% (EL MUNDO, 2008).

Quando anunciou, em abril de 2008, o interesse na aquisição de ao menos 60% da indústria de cimento do país, Chávez argumentou que sua decisão estava ligada ao atraso na construção de moradias, devido ao fato de que as empresas exportavam a maior parte da produção. Estas nacionalizações respondiam à necessidade da administração chavista de cumprir as metas estipuladas para a construção de moradias, mediante o agravamento do déficit habitacional. Elas eram produto, portanto, da tentativa do governo de controlar parte dos setores estratégicos da economia e, assim, reagir aos boicotes e ao comodismo dos empresários venezuelanos e estrangeiros.

Mas, como demonstramos antes, nem todas as nacionalizações se deram por iniciativa governamental. Algumas foram exigidas e conquistadas por meio de uma longa jornada de lutas dos trabalhadores. Foram os casos de Inveval, Invepal, Sidor, Sanitarios Maracay, Vivex, entre outras. Estava claro, como os próprios ministros anunciaram, que não havia interesse em nacionalizar a maior parte das empresas que estavam em conflito - ligadas tanto às multinacionais (caso da Sidor), como à sub-burguesia interna (caso de Sanitarios Maracay). Apesar disso, a resistência operária fez com que o governo, mais cedo ou mais tarde, tivesse de nacionalizá-las. Como disse Trotsky ao procurar explicar as nacionalizações mexicanas: através destas medidas o governo busca “defender-se, por um lado do imperialismo estrangeiro e, por outro, de seu próprio proletariado.” (TROTSKY, 2008, p.206).

Para responder aos anseios do operariado, que exigia controlar as empresas nacionalizadas, o governo incorporou em seu discurso o tema dos conselhos de fábricas e do que chamava de “controle operário”. Além disso, a participação dos trabalhadores, desde que subordinada, era de fundamental importância para Chávez naquele momento: sem a ajuda dos operários, o governo não conseguiria mover a indústria nacional, já que não podia contar com o apoio da sub-burguesia venezuelana – incapaz e desinteressada de cumprir tal tarefa – e tampouco tinha forças para tocar essas empresas sozinho.

Embora tenha ampliado o número de nacionalizações, a lógica da colaboração de classes se fez presente durante toda a segunda gestão chavista. Em finais de 2005, o governo criou o “Fabrica Adentro”, um programa de incentivo às empresas que tivessem problemas econômicos e quisessem aumentar o seu nível de produção. Para isso, poderiam contar com crédito facilitado e subsídios estatais. Azzellini explica os procedimentos necessários para participar:

Para tener acceso a este programa, los empresarios tienen que llegar a un acuerdo con sus trabajadores sobre la implementación de un modelo de cogestión, que les dé a los trabajadores participación en la administración, la junta directiva y las ganancias de la empresa. Además, la empresa tiene que transferir una parte de sus ganancias (5-15%) a un Fondo de Transformación Industrial; no se le permite despedir trabajadores y debe crear nuevos empleos (AZZELLINI, 2009, p. 23).

No site oficial do governo, os objetivos do programa *Fábrica Adentro* foram assim definidos:

Impulsar la transformación industrial y democratizar las relaciones de producción, mediante el establecimiento de políticas de capacitación, asistencia técnica y social, y financiamiento para el fomento de la economía popular, estimulando el protagonismo de las Cooperativas y otras formas de asociación comunitaria para el trabajo, de tal forma que puedan optimizar sus niveles de productividad y calidad, contribuyendo eficazmente con el crecimiento económico productivo, sostenido e integrado de la nación, logrando la consecución de los objetivos establecidos en el Acuerdo Marco de Corresponsabilidad para la Transformación Industrial, promulgado por el Gobierno Bolivariano, en fecha 26 de mayo de 2005 (MCTI, 2012).

Mas, em alguns casos sequer era proposto maior espaço de participação operária. O governo queria se reconciliar com o empresariado, e nos locais em que não havia mobilização não era necessário envolver os trabalhadores no sistema de cogestão. O acordo com os proprietários da fábrica têxtil Invetex, por exemplo, estabelecia que a empresa recebesse investimentos estatais, conformando um sistema de cogestão e de propriedade mista entre o Estado e os capitalistas, sem a participação dos trabalhadores (CORMENZANA, 2009, p. 90-1).

O sistema de cogestão continuou sendo incentivado nos anos seguintes. Em um encontro realizado em 2008 com mais de 500 empresários, Chávez comentou os resultados do programa *Fábrica Adentro*: “En estas empresas los trabajadores han compartido con algunos empresarios, se ha hecho transferencia de acciones a la masa trabajadora, han recibido financiamiento y se ha traído tecnología” (ABN, 2008). Nesta mesma ocasião, o mandatário nacional anunciou para os empresários a ampliação do projeto e a previsão de criar mais 200 “fábricas socialistas”. Estas novas fábricas estariam vinculadas somente ao Estado, mas o presidente deixou claro que “también habrá una Fábrica Adentro III. Con esto le abrimos las puertas a la conformación de empresas mixtas, entre el capital privado y del Estado.” (ABN, 2008). Em seguida, explicitou sua concepção de “socialismo”, ao anunciar a conformação de uma nova rede de empresas do Estado: “no aspiramos estén desconectadas de las redes de empresas privadas ya que el sector público y el privado pueden coexistir.” (ABN, 2008).

O novo projeto, visto pelos capitalistas como uma forma de amenizar os conflitos e aumentar a produção (e os lucros) através dos créditos facilitados e da cooperação dos trabalhadores, atraiu os empresários e em um ano já haviam aderido a ele 1.520 empresas (AZZELLINI, 2009, p. 23). Em algumas delas foram criadas cooperativas que detinham uma participação minoritária no negócio. Como se sabe, esta “cooperação” entre trabalhadores, patrões e governo é algo que não pode trazer muitas vantagens aos primeiros:

Así que los trabajadores no tienen ninguna posibilidad de decidir sobre el trabajo o la producción, mientras al mismo tiempo comparten con el dueño principal el interés de producir más valor agregado. Contar casos de cogestión como éste, infla los números y las estadísticas; aunque al final trabaja en contra de una transformación de las relaciones de producción en un sentido socialista (AZZELLINI, 2009, p. 23).

As chamadas *Empresas de Producción Social* – ou *Empresas de Propiedad Social*, a depender das circunstâncias – conhecidas como “EPS” foram uma nova tática governamental para tentar aumentar a produção e aproximar o operariado da gestão chavista. Sem uma definição muito clara, a proposta das EPS seria avançar na construção de um novo modelo produtivo, focado nas necessidades sociais, rumo ao que Chávez chamou de “Socialismo do Século XXI”. Mas não há um padrão na formação das EPS, algumas são criadas por cooperativas, outras pelo Estado, algumas são de propriedade mista e outras são totalmente privadas (AZZELLINI, 2009, p. 9). A atração do setor privado para esta modalidade pode ser explicada porque, “*al ser EPS, las empresas gozan de varias ventajas, por ejemplo, prioridad en licitaciones de Estado.*” (AZZELLINI, 2009, p. 9).

Não poderíamos aqui fazer um estudo detalhado destas novas empresas, até porque cada uma tem se desenvolvido de uma forma diferenciada e ainda é difícil fazer um balanço mais completo. A questão é que devido às críticas e protestos feitos pelos trabalhadores, o governo teve de mudar várias vezes sua política de gestão nas empresas nacionalizadas e demais estatais: de início defendia a “cogestão”, depois passou a falar em “cogestão revolucionária”, posteriormente, em “controle operário” e nos “conselhos de trabalhadores”; criou cooperativas, “fábricas socialistas”, “empresas de produção social”, “empresas de propriedade social” etc. Além disso, teve de fazer uma autocrítica quanto ao modelo de propriedade aplicado nas primeiras nacionalizadas, quando parte das ações passava para as mãos dos trabalhadores. Foi só depois do questionamento dos trabalhadores, que a propriedade passou a ser inteiramente estatal e, agora, o governo tem apresentado a proposta da “propriedade social”, sem deixar muito claro sua concepção sobre o termo.

Percebe-se, então, que as políticas voltadas à questão do trabalho têm oscilado conforme se intensifica a luta de classes no país. Assim, ora o governo faz concessões aos trabalhadores, ora aos empresários, a depender da correlação de forças. Buscou fortalecer seus laços com o movimento operário para resistir aos capitalistas mais reacionários, radicalizou seu discurso quando foi preciso, mas sempre deixou claro o seu interesse de atuar em conjunto com todos os setores, governando para “todos” – desde que a situação esteja sob seu controle, de modo a garantir a “paz social”.

#### 4.1.1 “Controle Operário” ou Controle do Operário?

As primeiras experiências de controle operário foram realizadas na Venezuela bolivariana quando os trabalhadores ocuparam as fábricas por conta própria e garantiram a continuidade da produção em meio à paralisação patronal de 2002/2003. Essa experiência autêntica se fez presente, inclusive, na maior empresa do país: a estatal petroleira PDVSA. Posteriormente, como os conflitos e as ocupações se expandiam, o governo incorporou o tema da participação operária de formas distintas, a depender da ocasião. Não se pode dizer, contudo, que havia de fato uma política generalizada do governo de transferir a administração das empresas para os trabalhadores. Prova disso, é que grande parte das estatais não implantou qualquer modelo de gestão que ampliasse a participação operária. Em especial as grandes empresas, como PDVSA – cujos trabalhadores já haviam demonstrado possuir a capacidade de exercer o controle operário – continuaram sendo totalmente geridas pela burocracia estatal.

Mesmo entre as que foram nacionalizadas, não houve uma padronização no sistema de gestão implantado. Parece-nos que a mobilização dos trabalhadores (ou a ausência dela) e a necessidade ou não do governo de contar com a participação dos trabalhadores para tocar as empresas, foram os principais fatores que determinaram qual modelo de gestão seria instaurado em cada uma. E mesmo naquelas em que foi implantado algum sistema de cogestão ou controle operário, o real espaço de participação dos trabalhadores pode ser questionado.

Na estatal Cadafe, a primeira a implantar um sistema de participação operária, houve uma série de conflitos entre o sindicato e a gerência:

La crítica de la federación sindical es que la directiva de la empresa ha instaurado una cogestión de cúpulas. No confía en los trabajadores pues limita la cogestión a que éstos se comprometan a trabajar más, menospreciándolos. Dicha federación reclama mayor poder de decisión por considerar que se lo merece al haber demostrado su fidelidad al presidente cuando se opuso al golpe de Estado (IRANZO; RICHTER, 2006, p. 25-26).

Localizada em Ciudad Guayana, no estado Bolívar, a estatal produtora de alumínio, Alcasa, foi uma das primeiras a implantar um modelo de gestão denominado “controle operário”. Nomeado presidente da empresa, o ex-guerrilheiro Carlos Lanz iniciou a implantação do sistema com o objetivo de reverter o quadro de perdas que perdurava por quase duas décadas na estatal. De início, os trabalhadores se entusiasmaram muito com o

modelo e quase todos participavam de algum dos novos espaços criados: mesas de trabalho, assembleias por departamento e por planta, representação por setor etc. Contudo, o número de trabalhadores envolvidos no processo foi diminuindo consideravelmente quando estes perceberam que, apesar dos esforços, não podiam decidir realmente como deveria funcionar a empresa<sup>111</sup>: “Se llegan a acuerdos firmados con los trabajadores, para luego desconocerlos” (UST, 2011, p. 3).

Ao abordar essa experiência em Alcasa, a organização trotskista UST (LIT-QI) declarou:

Esta empresa, cuya estructura tecnológica está hace tiempo vencida y trabaja con pérdidas [...], fue escogida por el Gobierno para experimentar un ‘control obrero burocrático’, cuyo verdadero fin no es que los trabajadores controlen a la industria, sino controlar a los trabajadores. [...] Hay un intento de comprar o neutralizar a la vanguardia, a los dirigentes que sobresalen como líderes entre los trabajadores, ofreciéndoles cargos, prebendas materiales o privilegios, o sencillamente comprándolos con jugosos pagos a cambio de su apoyo a la política oficial de la empresa y del gobierno, o de su retiro de la empresa, sacándolos del juego político (UST, 2011, p. 3).

O sufocamento da experiência de controle operário não é um caso isolado de Alcasa. Na Invepal – a antiga Venepal, nacionalizada em 2005 – os operários formaram uma cooperativa (Covinpa) que passou a deter 49% da propriedade após a nacionalização. Mas os conflitos entre os trabalhadores e a junta diretora instalada pelo governo emergiram em pouco tempo. Com a formação da cooperativa, o sindicato foi dissolvido e os trabalhadores estavam sem instrumentos para reivindicar os seus direitos. Várias denúncias foram feitas contra a junta diretora e o presidente da empresa, Edgar Peña, que só foi revogado de seu cargo pela assembleia de trabalhadores depois que a Controladoria Social descobriu a condição irregular de 161 subcontratados na planta de Maracay. Estes novos contratados recebiam salários menores, não tinham os mesmos direitos que os demais e não foram incorporados à cooperativa conforme era previsto na lei (AZZELLINI, 2009, p. 19). Mesmo assim, segundo Azzellini, “El Ministerio de Industria Ligera y Comercio (MILCO) y otras instituciones estatales intentaron rechazar la decisión de los cooperativistas de revocar a Peña, pero la cooperativa al final se impuso.” (AZZELLINI, 2009, p. 19).

Com a destituição de Peña, foi a própria ministra do MILCO na época, María Cristina Iglesias, quem assumiu a presidência da empresa – situação que perdurou por

<sup>111</sup> Em visita à Alcasa, em janeiro de 2012, pudemos constatar o esvaziamento dos espaços de participação e a descrença dos trabalhadores com relação à proposta de “controle operário”. Mesmo as mesas técnicas foram, em sua maioria, extintas. Na ocasião da visita realizou-se uma assembleia, porém o objetivo não era que os trabalhadores debatessem o funcionamento da empresa. A assembleia foi convocada pela junta diretora para dar esclarecimentos sobre os atrasos nos pagamentos devido aos questionamentos dos trabalhadores.

dois anos (AZZELLINI, 2009, p. 19). Neste período, a participação de trabalhadores na junta diretora e nas tomadas de decisões ficou ainda mais reduzida: “Nuevamente la justificación es que, primero se tiene que llegar a que la fábrica opere bien, antes de tomar otras medidas.”, afirmou Azzellini (2009, p. 19).

Em março de 2010, a jornalista Yolanda Ojeda, do periódico *El Mundo*, entrevistou o novo presidente da Invepal, o coronel Francisco Espinoza Guyón, que insistiu que a estatal funcionava sob a “gestão direta dos trabalhadores”. Estes se organizavam em 13 comitês distintos e possuíam como um de seus princípios:

[...] contribuir a la emancipación de los trabajadores en la construcción del nuevo modelo productivo socialista y reivindicar el trabajo como instrumento liberador de acuerdo al mandato de la Constitución (...) la formación de acuerdo al enfoque de ética y moral socialista contenido en el primer plan socialista: Proyecto Nacional Simón Bolívar (OJEDA, 2010).

Mas o caráter deste novo modelo de gestão operado na Invepal só pode ser compreendido quando observado atentamente. Na mesma entrevista, quando questionado sobre a existência ou não de um sindicato na empresa, o coronel respondeu: “*Esta es una empresa de gestión directa, quienes van a gestionar son los trabajadores*”. Mas acaso estes trabalhadores quisessem se organizar para reivindicar melhorias no contrato coletivo, isso seria possível? O coronel responde:

La planta de cuaderno introdujo un contrato colectivo, pero no tenía sentido, desde el punto de vista financiero, una empresa que está en pérdida no puede dar beneficios, estaba alejado de la realidad. Pero no soy yo, son los trabajadores los que deben decidir. Me pregunto, a quién van a pedir reivindicaciones, ¿a ellos mismos? (OJEDA, 2010).

Ou seja, sob este sistema de “controle operário” promovido pelo governo bolivariano, além de não poderem participar de fato da condução das empresas, os trabalhadores se viam, muitas vezes, de mãos atadas quando se tratava de reivindicar direitos. Aparentemente, a participação operária só servia para aumentar os resultados na produção<sup>112</sup>.

A FRETTECO, uma organização que segue apoiando Chávez, explica a atuação da burocracia na produtora de válvulas, Invepal:

<sup>112</sup> O regulamento interno da empresa estabelece como uma das metas, “*Estimular a los trabajadores la conciencia revolucionaria para que se traduzca en eficiencia, eficacia y calidad en la producción*” (OJEDA, 2010).

La idea original desde los entes del gobierno que manejaron la creación de la nueva empresa, fue que al frente de la misma se colocaran un grupo de tecnócratas que se encargarían de llevar adelante todas las tareas de dirección administrativa y supervisión técnica de la producción, con una presencia de representantes de los trabajadores más simbólica que efectiva (FRETECO, 2007).

Em outro texto, a Frente descreve como se deu esse processo:

[...] después de que el presidente Chávez plantease en el Aló Presidente que la asamblea de trabajadores iba a dirigir la empresa, la burocracia intervino, sofocó este inicio de democracia obrera, planteó la desaparición del sindicato e introdujo un esquema basado en el código de comercio de la IV República, convirtiendo a una parte de los trabajadores en accionistas. El resultado fue enfrentar entre sí los trabajadores e impedir el desarrollo del control obrero (FRETECO, 2010, p. 15).

A fábrica estava fechada havia três anos. Depois da nacionalização, os operários passaram um ano recuperando a infraestrutura e o Estado chegou a fazer alguns investimentos financeiros, mas não foi possível retomar o nível de produção anterior. Isso aconteceu porque a Aservern, empresa de fundição que fornecia matéria prima para a antiga CNV, não foi nacionalizada e seguia nas mãos do antigo proprietário, Sosa Pietri.

Os operários de Inveval fizeram uma série de mobilizações, exigindo a nacionalização da empresa de fundição, mas somente em maio de 2010 a Assembleia Nacional declarou sua “utilidade pública”. Sem a empresa fundidora, somente podia ser garantida uma produção reduzida, a partir da compra de material de uma fundidora privada.

Os problemas aumentaram quando, em 2007, a PDVSA – principal consumidora das válvulas da Inveval – anunciou que não iria mais utilizar o material produzido pela fábrica. Foi necessária muita mobilização e pressão sobre o governo e sobre a PDVSA para garantir que a petroleira seguisse comprando as válvulas. Ademais, os representantes do Estado que integravam a junta diretora praticamente não compareciam às reuniões (AZZELLINI, 2009, p. 21). Claramente, tentava-se sufocar o controle operário em Inveval.

A direção da empresa foi atribuída a cinco membros, dos quais três eram burocratas do governo e dois provinham da cooperativa dos trabalhadores<sup>113</sup>. O sindicato foi abandonado e apenas um grupo restrito de trabalhadores participava da tomada de decisões. Os membros da direção eram vistos como “*nuevos patrones*”.

---

<sup>113</sup> O presidente era um trabalhador que havia sido indicado diretamente por Chávez.

Este modelo só foi substituído em janeiro de 2007, quando os trabalhadores, insatisfeitos, organizaram uma luta exigindo a criação de um Conselho de Fábrica. Com esta nova forma de organização, os operários passaram a se contrapor ao modelo de propriedade mista, exigindo a propriedade social de 100% da fábrica, e o controle total pelos trabalhadores diretos, e não mais da cooperativa (AZZELLINI, 2009, p. 21).

Como vimos, os sistemas de gestão implantados nas fábricas nacionalizadas e demais estatais, não cultivaram o modelo de “cogestão revolucionária” ou um verdadeiro “controle operário”, como foi divulgado. Além das debilidades estruturais em que se encontram muitas destas empresas, os trabalhadores denunciam que se instalaram nelas direções burocráticas, em sua maioria escolhidas pelo governo e não pelos trabalhadores – e compostas majoritariamente por membros externos, que sequer provêm das empresas. Quanto a isso, relata a FRETECO:

[...] la burocracia reformista que anida en el seno del Estado burgués, habla a favor del control obrero, pero con sus actos lo sabotea continuamente. La burocracia juega con la confusión en el movimiento obrero acerca de qué es el control obrero para paralizar a los trabajadores y derrotarlos. Su fin es el mismo que el de la burguesía: siembra caos y confusión para hacer fracasar las empresas ocupadas o nacionalizadas que tengan o se aproximen al control obrero (FRETECO, 2010, p. 3).

Essa burocracia também tem atuado de forma a dificultar a organização sindical nas empresas. Isto ocorreu desde as primeiras nacionalizadas e é uma realidade presente nas demais estatais, inclusive nas chamadas “fábricas socialistas”:

Las relaciones de producción siguen siendo capitalistas, aun en las empresas que se han nacionalizado o que ha creado el Estado y que se denominan ‘socialistas’, ya que en ellas los trabajadores continúan trabajando por un salario que no les cubre sus necesidades, no tienen poder de decisión en la gestión de la empresa, que está en manos de funcionarios de la burocracia, y muchas veces hasta les niegan el derecho a la sindicalización (FRETECO, 2010, p. 11).

Isto não acontece à revelia do governo ou de seus principais representantes. Em alguns casos é o próprio Chávez quem nomeia ou revoga as juntas diretoras das estatais. Em Alcasa, por exemplo, Chávez havia nomeado Elio Sayago (dirigente do grupo Marea Socialista) para o cargo de “trabalhador-presidente”. Em fevereiro de 2012, o governo anunciou a destituição de Sayago e a nomeação de Ángel Marcano (da FSBT) (RAMÍREZ CABELLO, 27/02/2012).

No caso de Sidor, foi também Chávez quem proclamou, em meio ao seu tratamento de saúde em Cuba, a nomeação de uma nova junta diretora na siderúrgica, em 2012. A nova equipe passou a ser composta por Ramón Esnesto Perdomo (vice-ministro de Indústrias Básicas), Carlos Farías (vice-ministro de Indústrias Intermédias e Ligeiras) e Carlos de Oliveira (presidente operativo de Sidor). Buscando prevenir-se de possíveis protestos, Chávez solicitou que os trabalhadores apoiassem as novas nomeações com “consciência revolucionária”, já que agora os operários estariam, segundo ele, “liberados del dominio que tenían, de la exclusión, del maltrato en la era de privatización” (AVN, 2/3/2012).

Conforme aumenta a participação e a mobilização operária e popular, os mecanismos de controle e subordinação têm aumentado simultaneamente. Parece-nos que a forte presença da burocracia nas estatais – que são cada vez mais controladas pelo governo e cada vez menos pelos trabalhadores – deve ser explicada não com base na afirmação de que há setores “contrarrevolucionários” que “enganam” Chávez ou que estejam sabotando o projeto chavista original. Sendo um objetivo do semi-bonapartismo bolivariano a garantia da “paz social”, é imprescindível que a participação dos operários esteja subordinada ao seu controle – seja pelo comando direto de Chávez e do PSUV, seja por meio da nova burocracia instalada nas empresas – não mais uma burocracia da IV República, mas uma burocracia chavista.

Arriscamos dizer que há na gestão bolivariana, uma *tendência à burocratização*. Esta é uma ferramenta indispensável para todo governo que necessita, ao mesmo tempo, *mobilizar* e *controlar* o movimento operário e popular. Isto é, conforme depende do movimento e o mobiliza em seu favor, é o próprio governo quem instaura e fortalece a burocratização, para assim, manter a classe mobilizada sob seu controle. Abrir mão deste recurso seria possibilitar às massas que se lançassem em projetos políticos que poderiam ameaçar a própria existência daquele governo. É por isso que os setores burocráticos estão se *consolidando* e ganhando *mais espaço* no interior do governo, do PSUV e dos movimentos controlados por ele, como denunciam os ativistas dos movimentos da base chavista.

Pelo mesmo motivo é também possível verificar iniciativas direcionadas a aumentar o controle estatal sobre os sindicatos: é o Estado quem aprova ou não a criação de novos sindicatos, quem controla os processos eleitorais<sup>114</sup>, vistoria os gastos etc. Neste sentido, o governo bolivariano tem atuado intensamente contra a autonomia sindical:

---

<sup>114</sup> As eleições estão submetidas ao Conselho Nacional Eleitoral, um órgão estatal que supervisiona todos os pleitos eleitorais realizados no país, inclusive os sindicais.

La campana contra la autonomía sindical impulsada por el gobierno, cubre varios aspectos, que van desde el despido de dirigentes revolucionarios, el desconocimiento de organizaciones sindicales para que representen a sus trabajadores en los procesos de negociación de los contratos colectivos o el impedimento a los trabajadores que han tomado empresas, para que sean ellos los que tomen libre, democrática y soberanamente sus decisiones (CCURA, 2008, p. 11).

Também foi o próprio Chávez quem criticou, em uma reunião com os trabalhadores do petróleo, em 2007, a postura do movimento de exigir mais autonomia:

Os sindicatos não querem ter nada a ver com o partido [PSUV] e nem com o governo, querem ser autônomos. É uma espécie de chantagem: perdem de vista a luta histórica da classe operária pela revolução com o conto de que são autônomos (Chávez *apud* MÁRQUEZ, 2007).

É, pois, o próprio governo e seus representantes que sabotam a participação operária e sua organização autônoma. Esse fenômeno já era denunciado pelos trotskistas quando das expropriações mexicanas da década de 1930. Em um texto publicado na Revista *Clave*, em 1939, o militante Octávio Fernández relatou como estava a administração das empresas de petróleo após as nacionalizações: “A administração imperialista foi substituída por uma administração capitalista nacional, baseada nos funcionários públicos sindicais burocratizados e incorporados ao campo da burguesia.” (FERNÁNDEZ, 2009, p. 185).

Trotsky também evidenciou sua preocupação de que o “controle operário”, e os próprios sindicatos, fossem utilizados pelo Estado burguês como ferramentas para controlar os trabalhadores:

[...] integram-se os operários aos sindicatos que já estão estatizados. Os incorporam então, na administração das ferrovias, da indústria petrolífera etc. para transformar as direções sindicais em representantes do governo. O contramestre é, ao mesmo tempo, o representante dos operários, de seus interesses nos papéis, mas na realidade é o representante do Estado por cima deles. E tem o direito, ou melhor dizendo, a possibilidade de eliminar dos operários toda possibilidade de trabalhar porque, em nome da disciplina sindical, pode decidir segundo o interesse da produção (TROTSKY, 2009, p. 127).

Em outra passagem, escrita já em 1940, o revolucionário russo reafirma tal preocupação e questiona o “controle operário” promovido pelo bonapartismo *sui generis* mexicano:

A administração das estradas de ferro, campos de petróleo etc., sob o controle das organizações operárias, não tem nada a ver com o controle operário da indústria, porque em última instância a administração se faz por meio da burocracia trabalhista, que é independente dos operários, mas que depende totalmente do Estado burguês. Essa medida tem, por parte da classe dominante, o objetivo de disciplinar a classe operária, fazendo-a trabalhar mais a serviço dos ‘interesses comuns’ do Estado, que superficialmente parecem coincidir com os da própria classe operária. Na realidade, a tarefa da burguesia consiste em liquidar os sindicatos como organismos da luta de classes e substituí-los pela burocracia, como organismos de dominação dos operários pelo Estado burguês (TROTSKY, 2008, p. 206).

É assim que do “controle operário” passa-se ao “controle do operário”. E isto tem reflexos muito negativos na organização da classe. A atuação da “burocracia bolivariana”, por exemplo, muitas vezes tem resultado – como demonstramos no caso da Alcasa – na frustração dos trabalhadores:

Estas experiencias [de controle operário] generaron, en un primer momento, un enorme entusiasmo dentro de los trabajadores, sin embargo, en la medida que este control se ha implementado desde arriba, orientado y tutorado por la burocracia, dicho entusiasmo se ha enfriando un poco, ya que lo que en realidad se ha estado construyendo es una caricatura de control obrero, porque es un control que en la práctica no controla nada, puesto que las palancas de las empresas continúan estando en manos de la burocracia y no de los trabajadores (FRETECO, 2010, p. 17).

Trotsky propõe que a bandeira de “controle operário” deve ser defendida pelos trabalhadores, mas seu conteúdo deve ser totalmente distinto do que se estava implantando no México àquela época e, acrescentamos nós, também completamente diferente do que se tem realizado nas empresas nacionalizadas da Venezuela bolivariana:

Neste sentido, quando dizemos ‘controle da produção pelos operários’, isso não quer dizer controle da produção pelos burocratas dos sindicatos estatizados, mas controle por parte dos operários em relação à própria burocracia e um combate pela independência dos sindicatos frente ao Estado (TROTSKY, 2009, p. 127).

Ainda assim, as experiências de controle operário ou mesmo de cogestão na Venezuela devem ser analisadas em sua complexidade: muitas delas são produto de um processo autêntico de luta, no qual os trabalhadores se enfrentaram com os antigos patrões e com as burocracias sindicais cetevistas e, em algumas delas, continuam se enfrentando com as novas burocracias e defendendo o real controle operário. Como observa a FRETECO: “Hay una lucha entre los trabajadores y la burocracia por implementar el control obrero que

actualmente se encuentra en pleno desarrollo, y que aún no se ha decidido.” (FRETECO, 2010, p. 16). Por isso é difícil imputar um signo que busque defini-las como experiências positivas ou negativas no que diz respeito à organização da classe. O que procuramos fazer foi apenas apontar alguns elementos que poderiam ajudar na compreensão deste fenômeno ainda inconcluso.

#### 4.1.2 O PSUV como um Novo Partido de Colaboração de Classes

Desde 2007, o chavismo tem se utilizado de uma nova ferramenta política de controle sobre as organizações que o apoiam. A criação do PSUV, como novo partido governista, visava recompor o movimento bolivariano, funcionando como uma ferramenta única de organização da base de apoio ao governo – necessidade que se mostrou ainda mais evidente depois da derrota no referendo constitucional de 2007.

Para a conformação da nova organização, os partidos aliados deveriam dissolver-se para que se criasse, assim, um único partido, cujo nome já era proposto por Chávez em 2006: *Partido Socialista Unido de Venezuela* (PSUV). Nesta ocasião, o presidente também dava um recado claro às organizações que pretendessem conservar sua independência frente ao PSUV:

Los partidos que quieran, bueno, manténganse, manténgase sólo ellos, pues, claro saldrían del Gobierno, saldrían del Gobierno, de mi Gobierno saldrían [...] Conmigo quiero que gobierne un partido. Los votos no son de ningún partido, esos votos son de Chávez y del pueblo, no se caigan a mentiras (Chávez in PRENSA PRESIDENCIAL, 16/12/2006).

No mesmo sentido, Chávez disse em uma reunião com os trabalhadores do petróleo, em 2007, que quem estivesse ao lado da revolução deveria entrar para o PSUV. Com as polêmicas sobre esse discurso, o presidente foi obrigado a recuar posteriormente, afirmando que não fecharia as portas às demais organizações.

As campanhas de filiação de aspirantes se deram no primeiro semestre de 2007 e alcançaram quase seis milhões de apoiadores. Em 14 de março de 2008 a organização é fundada oficialmente e já em sua primeira eleição, em 23 de novembro do mesmo ano, o PSUV transformou-se na maior força política do país, elegendo 17 governadores e 265 prefeitos<sup>115</sup>. Seus estatutos, assim como os princípios e as bases programáticas só foram definidos, contudo, no I Congresso Extraordinário – que ocorreu em duas fases, em novembro

---

<sup>115</sup> Informações obtidas através da página oficial do partido: <http://www.psuv.org.ve/psuv/>

de 2009 e em abril de 2010. O documento programático, conhecido como *Libro Rojo*, aponta Chávez como o líder da Revolução, e pontua como objetivo do PSUV e do governo, a defesa da “pátria livre, independente e soberana” e a busca pela construção do “Socialismo Bolivariano” (PSUV, 2010, p. 8).

Embora o PSUV se autodefinha como uma ferramenta política de caráter “democrático, anticapitalista e anti-imperialista”, desde o início de sua formação, a falta de uma perspectiva classista foi alvo de críticas por parte de algumas correntes de esquerda que apoiavam o governo. A *Frente Nacional Camponesa Ezequiel Zamora*, por exemplo, criticou o reformismo, a burocracia e a corrupção de algumas organizações que conformariam o novo partido, mas, ainda assim, optou por aderir ao PSUV. Outras organizações, como o *Movimiento Popular Revolucionario Fogata* e o *Partido Comunista da Venezuela*, criticaram o caráter “policlassista” desse partido, que somava trabalhadores e empresários em suas fileiras. Por este motivo, o PCV recusou-se a integrar o PSUV (BUZETTO, 2008, p. 182-3). Já a *Corriente Socialista Revolucionaria*, que se somou ao PSUV, questiona sua heterogeneidade política e suas debilidades programáticas, por defender simultaneamente,

[...] intereses de la clase obrera, intereses de la pequeña burguesía e incluso de empresarios, su rumbo estará determinado por la acción concreta, práctica, de que iniciativas impulsa para fortalecer el proceso y en medio de un amplio e intenso debate de ideas, las ideas del marxismo y del programa de transición tienen una base social para crecer y fortalecerse (VENTURA, 2007, p. 14).

Estas críticas se devem ao fato de que o PSUV aglutinou, desde o início, tanto as bases operárias e populares, quanto antigas figuras da política venezuelana, e inclusive importantes empresários, que agora se denominam “socialistas”. São os casos de Alberto Vollmer (da empresa Run Santa Teresa C.A), Marcos Zarikian (empresário do setor têxtil), Luis Van Dam, (importante empresário do setor metalúrgico, acusado de corrupção nos anos 90), Alberto Cudemos (presidente da Federação Venezuelana de suinocultura – FEPORCINA), Miguel Pérez Abad (presidente da Federação de Industrias – Fedeindustria), os banqueiros Víctor Vargas (dono do *Banco Occidental de Descuento*) e Víctor Gil (*Fondo Común* e *Total Bank*), entre outros. Inevitavelmente, a presença destes membros gera polêmica no interior do movimento operário:

Un importante número de empresarios ha ingresado a las filas del PSUV desde la creación de ese partido, y se ha constituido en un sector de peso en la definición de las políticas gubernamentales. El año pasado, el presidente Chávez hizo un llamado explícito a los empresarios a integrar, junto con otros sectores sociales, el Partido Socialista Unido de Venezuela, al tiempo que se desmarcó del marxismo, planteando que tesis como la del protagonismo de la clase obrera en la revolución socialista están ‘obsoletas’ y adolecen de ‘dogmatismo’ (LACLASE.INFO, 18/12/2008).

Não pretendemos nos alongar em uma caracterização do partido de Chávez. Para o fim a que nos propomos, basta demonstrar que o PSUV atua com uma lógica de colaboração de classes, integrando lado a lado empresários e trabalhadores e que, em muitos momentos, se posiciona contrariamente às lutas operárias – como evidenciamos no segundo capítulo. Por outro lado, é possível constatar que esta organização não tem sido suficiente para absorver todo o processo de reorganização operária, que se manifesta através das lutas concretas, e que segue *apesar* da atuação do PSUV.

#### 4.1.3 A Criação da Central Bolivariana Socialista de Trabalhadores e Trabalhadoras (CBST) como uma Nova Central Governista

A radicalização e a multiplicação dos conflitos operários, que atingiram inclusive as empresas estatais, geraram alguns atritos entre setores do movimento e o governo, desgastando um pouco esta relação. As denúncias e a insatisfação com a burocracia chavista têm crescido entre as massas venezuelanas. Escândalos, como o desvio de cargas da estatal PDVAL (*Productora y Distribuidora Venezolana de Alimentos*), que resultou no apodrecimento de milhares de toneladas de comida destinadas aos projetos sociais, em 2010; a descoberta da “máfia das *cabillas*” em 2011, que desviava materiais de construção; o enriquecimento repentino de figuras importantes do governo<sup>116</sup>, tudo isso, aumenta a desconfiança e a preocupação dos trabalhadores quanto ao futuro da “Revolução Bolivariana”.

Uma das maiores expressões dos limites da proximidade do governo com as organizações operárias se evidenciou durante o referendo da reforma constitucional, em 2007, quando a proposta oficial foi rejeitada. O projeto de reforma foi amplamente criticado e seu

---

<sup>116</sup> O termo “boliburguesia” passou a ser utilizado para denominar os membros da burocracia governamental que enriqueceram durante a administração chavista. O caso de Diosdado Cabello, que governou o estado de Miranda antes de Capriles e recentemente foi reeleito presidente da Assembleia Nacional, é um dos mais criticados. O deputado foi chefe do Comando Nacional do MVR e atualmente é vice-presidente do PSUV. Já nos primeiros anos de governo havia se tornado proprietário de várias empresas.

resultado significou um importante prejuízo político ao governo. Na ocasião, algumas correntes sindicais denunciaram que a proposta oficial visava criar “artificiales Consejos de Trabajadores manipulados directamente por el gobierno y sus agentes en el seno del movimiento sindical.” (CCURA, 2008, p. 11). Desde então, a resistência ao controle dos sindicatos e organizações da classe foi aumentando:

[...] cuando el gobierno del Presidente Chávez a través de sus agentes quiso maniar y controlar al movimiento sindical, surgió y se desarrolló un amplio sector de luchadores sindicales que tenemos como bandera de lucha la defensa de la autonomía sindical y la independencia de clase (C-CURA, 2008, p.9).

Ou seja, apesar do esforço, a cúpula chavista não tem conseguido controlar totalmente as ações operárias. Andrés Rengel, secretario geral do *Sindicato Único de Profesionales de la Industria del Aluminio*, expressou de forma clara porque se desenvolvem estas contradições: “Yo soy chavista y creo en el proceso, pero lo que no puedo hacer, y nunca haría, es entregar mis reivindicaciones. No puedo. Mi contrato colectivo no lo puede desmejorar ningún patrón sea del poder que sea” (OJEDA, 3/03/2010).

Como procuramos demonstrar neste trabalho, devido aos problemas nas condições de trabalho, aos baixos salários e sua deterioração frente à crescente inflação, há uma mobilização espontânea pela base, que ultrapassa o comando das forças governamentais.

[...] la disposición a movilizarse y luchar sigue vigente entre los trabajadores y el pueblo, y es el dique de contención contra el avance de la burguesía, el imperialismo y sus partidos, los cuales se han venido recuperando relativamente, tanto económica como políticamente, gracias a la impunidad reinante y a la política de colaboración de clases del gobierno. En ese sentido podemos afirmar que las luchas se radicalizan. Y el pueblo ejecuta con sus propias manos lo que el gobierno, sus burócratas y sus ‘empresarios socialistas’ se niegan a hacer (CCURA, 2008, p. 3).

Diante das contradições entre o governo e os trabalhadores, principalmente aqueles que estavam ligados à União Nacional dos Trabalhadores – que todavia segue chavista –, os setores mais próximos à administração, em especial a FSBT, anunciaram a criação de uma nova central sindical. A *Central Socialista de Trabajadores* (CST), como foi chamada no início, não chegou a se consolidar logo de sua fundação em 2008. Nesta época, o projeto era amplamente criticado pelos sindicatos filiados à UNT, que o viam como uma iniciativa de cúpula, “para domesticar y mediatizar al movimiento de los trabajadores” (cf.

SÁNCHEZ, 2012, p. 175). Nas palavras do historiador Roberto López Sánchez, a nova central bolivariana “defiende que las organizaciones obreras se subordinen tanto al partido dirigente (al PSUV, en este caso) como al Estado. Aunque no aparezca explícitamente en su programa, toda su práctica política determina claramente esta concepción.” (SÁNCHEZ, 2012, p. 177).

Relançada em novembro de 2011 sob a sigla CBST (*Central Bolivariana Socialista de Trabajadores y Trabajadoras de Venezuela*), esta entidade só conseguiu adquirir um novo impulso por se apoiar nos debates da reformulação da Lei Orgânica do Trabalho – já que o governo vetou a participação da UNT na Comissão Presidencial sobre o tema<sup>117</sup>. É importante observar, portanto, que a fragmentação atual do movimento também é fruto de uma política do governo:

[...] el gobierno reconoce a la UNETE al momento de conformar las delegaciones que representarán a Venezuela ante la Organización Internacional de Trabajo (OIT), año tras año. Pero en el mundo laboral de ministerios y empresas del Estado, en los medios de comunicación oficialistas, y en el propio PSUV, la UNETE es tratada casi como fuerza de oposición.

El propio Ministerio del Trabajo actúa permanentemente como disolvente de la fuerza sindical de la UNETE, torpedeando toda gestión proveniente de sus federaciones y sindicatos. La labor destructiva del Mintrabajo sobre la UNETE en los últimos cinco años (2006-2011) ha llevado a que esta central obrera pierda buena parte de los sindicatos y federaciones que originalmente la conformaron (SÁNCHEZ, 2012, p.162).

Então, desde finais de 2011, a proposta de fortalecer esta nova central dirigida pela FSBT, somada às pressões do governo, aproximou deste projeto outros setores provenientes da UNT, como a corrente Educadores Bolivarianos, a Federação Elétrica (Fetraelec) e o sindicato da construção (UBT).

Esta é a nova proposta do governo chavista para organizar o movimento operário sob sua influência direta, procurando, ao mesmo tempo, dividir e isolar aqueles setores que se mantêm mais críticos à sua gestão.

---

<sup>117</sup> A UNT declarou apoio à nova Lei Orgânica do Trabalho, dos Trabalhadores e Trabalhadoras (LOTTT) e realizou uma série de debates para formular propostas para esta nova lei. Apesar de ser a maior central sindical, o governo recusou sua participação na Comissão Presidencial. Contrariamente, a recém-criada CBST, ainda sem uma representatividade considerável entre os trabalhadores, foi incluída nesta comissão. Antes mesmo de o texto ser publicado, a CBST lançava uma campanha com abaixo-assinado em apoio à nova lei (cf. EL MUNDO, 25/04/2012).

#### 4.2 DESLEGITIMAÇÃO, CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Para os casos em que o controle sobre o movimento não pode ser garantido satisfatoriamente por meio da cooptação ou da ação da burocracia estatal ou sindical, o governo bolivariano tem recorrido a outras ferramentas: a criminalização e deslegitimação das ações e das principais lideranças e até mesmo a repressão. E com a intensificação da luta de classes nos últimos anos, estes mecanismos têm sido utilizados cada vez com maior frequência.

Já relatamos, no segundo capítulo, alguns casos de repressão contra o movimento operário que tiveram grande repercussão nacional: os trabalhadores de Sanitarios Maracay em 2006 foram agredidos pela Guarda Nacional Bolivariana – ocasião em que 15 foram presos e muitos ficaram feridos; na SIDOR, alguns meses antes da nacionalização em 2008, os *sidoristas* foram fortemente reprimidos com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, também pela Guarda Nacional (ROSA, 2009, p. 47-8); em 2009 a polícia do estado de Anzoátegui, governado pelo chavista Tarek Willian, disparou 300 balas letais contra os operários da Mitsubishi, deixando dois mortos e vários feridos. Além disso, no caso da Mitsubishi, após a repressão, o Ministério do Trabalho autorizou a demissão dos dirigentes sindicais e, tanto a FSBT– força sindical ligada ao governo – quanto o PSUV, posicionaram-se publicamente contra os trabalhadores, chamando-os de “sabotadores” e “anarquistas”<sup>118</sup>.

Algumas pesquisas recentes têm apontado que a prática da repressão, que não era comum nos primeiros anos do governo, tem se tornado mais frequente nos últimos anos. Pode-se observar na tabela abaixo, elaborada por Marco Ponce, que entre 2002 e 2004 – período em que as mobilizações dos setores da oposição eram mais frequentes – o uso da repressão por parte do Estado estava entre os mais baixos do período analisado. Contudo, a partir de 2005 – ano em que se intensificam as ocupações de fábrica e lutas por nacionalização – a repressão aos protestos sobe consideravelmente.

---

<sup>118</sup> Informação obtida através de entrevista concedida em 15 de janeiro de 2012, na cidade de Barcelona, Venezuela, por Félix Martínez, ex-secretário geral do sindicato da Mitsubishi e filiado ao PSUV.

**Tabela 3** – Protestos reprimidos 1999-2009

<b>Período</b>	<b>N. de protestos</b>	<b>Porcentagem de protestos reprimidos</b>
<b>99-00</b>	1.263	4,27
<b>00-01</b>	1.169	3,59
<b>01-02</b>	1.141	3,94
<b>02-03</b>	1.243	2,81
<b>03-04</b>	1.037	2,98
<b>04-05</b>	1.417	1,27
<b>05-06</b>	1.280	4,53
<b>06-07</b>	1.521	6,44
<b>07-08</b>	1.763	4,70
<b>08-09</b>	2.893	6,62

Fonte: Ponce (2011b).

Segundo Margarita Lopes Maya, o número de protestos reprimidos nos cinco primeiros anos do governo Chávez era bem menor do que nos governos anteriores. A autora também afirma que a partir de 2005 este índice mais do que triplicou (LÓPEZ MAYA, 2011, p. 8).

O aumento da criminalização dos protestos também é visível desde 2004, quando muitos manifestantes passaram a ser acusados por: “formação de quadrilha”, “instigação à delinquência”, “obstaculizar vias públicas”, “causar danos aos bens do Estado”, “resistência à autoridade” etc. (LÓPEZ MAYA 2011, p. 8).

Um estudo realizado por PROVEA demonstra que até 2004 os protestos estavam mais voltados para exigir o cumprimento de promessas eleitorais, ou referiam-se a mobilizações dos setores de oposição (paros patronais de 2001, 2002 e 2003; manifestações opositoras; golpe de abril de 2002 etc.). A organização também constata que: “desde 1999 hasta 2004 se mantuvo una conducta de respeto gubernamental a la protesta, con un índice bajo de represión a pesar de los altos niveles de polarización política de 2001, 2002 y 2003” (PROVEA, 2010, p. cxcvii). Depois de 2004, os protestos políticos organizados pela oposição começaram a diminuir<sup>119</sup> e aumentaram os protestos por demandas econômicas, sociais e

<sup>119</sup> As principais mobilizações que ocorreram após 2004 e que eram apoiadas por setores de oposição se referiram aos protestos organizados principalmente por estudantes contra o fechamento da Radio Caracas Televisión (RCTV) e que contou com a prisão de 251 pessoas (PROVEA, 2010, CXCIX).

culturais, entre eles, como vimos, os protestos operários e sindicais. É exatamente aí, quando o movimento operário começa a se destacar e ocupar espaço no cenário político nacional, que se intensifica a prática de reprimir e criminalizar os protestos. Isso demonstra que estas ações repressoras não se explicam pelos conflitos entre governo e oposição, mas pela polarização da luta de classes e pela política antioperária da administração chavista. Nas palavras de Provea:

Paradójicamente, cuando a partir de 2005 se incrementa la protesta por derechos sociales con altos niveles de participación de los sectores más pobres exigiendo derechos, se inicia un abierto proceso de criminalización de la protesta y aumenta su represión (PROVEA, 2010, p. cxcix).

Ou seja, é evidente – como também conclui Provea – que os maiores prejudicados com o aumento da criminalização são “los verdaderos protagonistas de la protesta social en el país: trabajadores, campesinos y vecinos que exigen sus derechos” (PROVEA, 2010, p. cxcv). Por conta desta constatação, Marco Ponce conclui que “en 2010 se confirma la consolidación de una Política de Estado orientada a obstaculizar las luchas sociales, a través de la apertura de procedimientos judiciales, principalmente juicios penales, a quienes ejercen el derecho a la protesta.” (PONCE, 2011a, p. 162). São nestes momentos que se revela o caráter de classe do governo e se dissolve na prática o discurso de unidade nacional.

Além da repressão direta às manifestações e greves operárias, há casos de ataques individuais contra dirigentes sindicais que são demitidos, processados e às vezes presos. Um dos casos mais escandalosos foi a demissão e a condenação, a sete anos e meio de prisão, do dirigente sindical Rubén González, em fevereiro de 2011, por participar de uma greve de duas semanas na estatal em que trabalhava em 2009, a *Ferrominera del Orinoco*. A sentença desencadeou uma série de protestos, principalmente na região de Guayana, com a ameaça de uma greve geral. Frente a isto, o Poder Judiciário se viu obrigado a anular a decisão, 24 horas após ter sido pronunciada (USI, 5/11/2011).

A mesma greve que resultou na prisão de González teve ainda como consequência a demissão de outros 13 trabalhadores. Não era a primeira vez que os conflitos sindicais nas estatais tinham esse desfecho. Orlando Chirino, Robert González, Efraly Pastrán, todos dirigentes sindicais que tiveram uma importante atuação no paro petrolero de 2002, também foram demitidos – neste caso da petroleira PDVSA.

E para quem pensa que estas posturas são provenientes de setores “contrarrevolucionários” que estariam “sabotando” o governo e que Chávez combate tais

posições, é sempre bom lembrar alguns pronunciamentos do próprio presidente que reforçam a tese de que a criminalização é uma política consciente do conjunto do governo bolivariano contra aqueles que se mostram críticos à sua administração ou que insistem em atentar contra a “paz social”. Um fato que obteve ampla repercussão foi a resposta que o presidente deu aos trabalhadores do setor de alumínio, quando reclamavam que os aposentados estavam sem receber e que suas condições de trabalho haviam se deteriorado mediante a crise do setor:

El presidente Chávez cuando vino a Ciudad Piar – en marzo – arremetió en contra de los trabajadores y los sindicatos, a los que calificó de tener “privilegios que rayan en lo obscuro”. Ante el panorama de un posible paro y ciertas acciones para presionar las inversiones, amenazó con “aprovechar para limpiar las empresas de la CVG. Si amenazan con parar que paren, ya yo veré qué hago, pero ya yo pasé por el paro de Pdvs... el que pare una empresa del Estado está metiéndose con el jefe del Estado”.

Por último también se metió con los gerentes y expresó que “los gerentes deben dar el ejemplo, si tienen que estar pata en el suelo deben estar pata en el suelo” (CORREO DEL CARONI, 07/05/2009).

Em sua análise sobre a situação venezuelana na década de 2000, Marco Ponce assinala que o governo tem apresentado uma postura de catalogar aqueles que protestam como “inimigos do processo revolucionário”. Esta postura tem sido utilizada também para desqualificar os trabalhadores, principais atores das mobilizações no último período. Segundo Ponce, “Con tales acepciones se intenta deslegitimar las luchas populares democráticas y las exigencias de diversos movimientos sociales.” (PONCE, 2011b, p. 197).

Estes fatos também têm provocado certo desgaste na relação do movimento com o governo. Rúben González, o sindicalista condenado à prisão que ainda é filiado ao PSUV, expressa isso de forma bastante evidente:

[...] yo he enfrentado al patrón, en pro de los beneficios de los trabajadores, ejerciendo el derecho contemplado en la convención colectiva. No estamos en contra del Gobierno, sino en desacuerdo con que le quiten los beneficios a los trabajadores, si eso es estar en contra del Gobierno, entonces lo estamos (González *apud* OJEDA, 5/03/2010).

O governo tem se utilizado também de mecanismos legais para facilitar a criminalização dos protestos. A *Constituição da República Bolivariana da Venezuela* estabelece, em seu artigo 68 que “Los ciudadanos y ciudadanas tienen derecho a manifestar, pacíficamente y sin armas, sin otro requisito que los que establezca la ley”. Foram criadas, entretanto, diversas leis que passaram a ser utilizadas como instrumento de criminalização dos protestos. A reforma do Código Penal, realizada em 2005, segundo PROVEA, “acentua la

regresión en la garantía de los derechos a la manifestación, reunión y libertad de expresión” (PROVEA, 2010, p. cxcii). Um exemplo desta afirmação pode ser detectado no artigo 357 deste código:

Quien ponga obstáculos en una vía de circulación de cualquier medio de transporte, abra o cierre las comunicaciones de esas vías, haga falsas señales o realice cualquier otro acto con el objeto de preparar el peligro de un siniestro, será castigado con pena de prisión de cuatro años a ocho años. [...] Parágrafo Único: Quienes resulten implicados en cualquiera de los supuestos expresados, no tendrán derecho a gozar de los beneficios procesales de ley ni a la aplicación de medidas alternativas del cumplimiento de la pena (PROVEA, 2010, p. cxcii).

Muitos dos protestos que incluem bloqueios de ruas, piquetes etc., são criminalizados pelo Ministério Público com o uso deste artigo. O impacto desta medida só pode ser compreendido quando se leva em conta que o bloqueio foi uma das principais modalidades de manifestação desde o *Caracazo*. Dos 19.250 protestos registrados entre outubro de 1999 e setembro de 2010, 5.913 tratou-se de fechamentos de ruas<sup>120</sup> (PROVEA, 2010, p. cxcvi). Para Ponce:

Algunas leyes indican que se debe solicitar un permiso para ejercer este derecho humano, otras establecen zonas de seguridad para la nación, principalmente en las industrias básicas, prohibiendo y penalizando concentraciones, paros o huelgas. Incluso se han sancionado leyes con las que se puede acusar de terrorismo a los trabajadores que paralicen sus actividades (PONCE, 2011b, p.198).

Através destas leis, cerca de 2.400 pessoas teriam sido submetidas, entre 2005 e 2010, a processos penais por protestar (PROVEA, 2010, p. cxcvi). Muitas destas são chavistas<sup>121</sup>. Este cenário também é denunciado por diferentes correntes políticas, por ativistas sindicais e lideranças operárias:

<sup>120</sup> Os demais registros referem-se a concentrações (5.093), marchas (1.290), paralisações (1.185), ocupações de estabelecimentos (1.506), e outras modalidades, como vigílias, sequestros, greves de fome, (4.263) (PROVEA, 2010, p. cxcvi).

<sup>121</sup> Segundo o jornal opositor *El Universal*, o movimento camponês *Jirahara*, simpatizante do governo, teria denunciado que 1.600 camponeses estariam cumprindo regime de apresentação periódica em tribunais (*EL UNIVERSAL*, 17/05/2009).

Actualmente, más de 120 dirigentes obreros y más de mil campesinos se encuentran con procesos judiciales abiertos por realizar huelgas, ocupar tierras, movilizarse y luchar en defensa de sus derechos. A esto se suma la acción de grupos de choque del Psuv en contra de las huelgas en las empresas básicas de Guayana, así como el avance del sicariato contra dirigentes sindicales clasistas y revolucionarios, prácticas criminales toleradas por el gobierno y protegidas con el manto de la impunidad (USI, 5/11/2011).

Com a intensificação da luta de classes no país, outro problema que tem assolado os trabalhadores organizados é o chamado “*sicariato*” – o assassinato de líderes e ativistas sindicais sob encomenda. Segundo Alexis Polanco, membro da corrente sindical CCURA, somente entre outubro de 2010 e dezembro de 2011, 36 dirigentes sindicais teriam sido assassinados na Venezuela sem que tivessem sido tomadas as medidas necessárias para a punição dos responsáveis:

Esta cantidad se suma a otra lista para un total de 300 que han fallecido por levantar su consigna de lucha en defensa de los trabajadores; esta situación no puede quedar impune, les corresponderá a los organismos internacionales investigar a fondo por qué no han sido aclarados hasta ahora estos hechos (Polanco *apud* PORTILLO, 27/01/2012).

Ainda segundo o dirigente sindical Felix Martinez, da *Corriente Marxista Revolucionaria* (CMR) que integra o PSUV,

En el movimiento obrero tenemos casos relevantes como en Guayana, donde hay más de 100 trabajadores asesinados, no hay respuestas de que está pasando y mucho menos un freno a la situación. También están los casos de delegados de prevención que están siendo acosados y amenazados de cárcel por defender el derecho a la salud y seguridad laboral [...]. Otro de los casos es el de Pedro Suárez y Javier Marcano (compañeros asesinados donde los autores intelectuales no fueron identificados y están libres de condena), el caso de Argenis Vásquez en la Toyota- Cumaná que tiene casi dos años y no se ha decidido la situación así como los casos de Richard Gallardo y otros compañeros dirigentes sindicales de Maracay. Esta conducta de los empresarios, terratenientes y sectores contrarrevolucionarios, burocráticos y quinta columna enquistados en instituciones del Estado se ha extendido a otras regiones campesinas e indígenas donde se han registrado más de 400 asesinados e imputados. También en el movimiento de los pobladores estamos viendo como luchadores sociales son amenazados y atacados por reclamar un derecho elemental como el de una vivienda digna. Y así como estos, existen muchos casos aislados que debemos unificar para dar una lucha en conjunto contra esta aberrante situación (APORREA.ORG, 30/08/2011).

A impunidade aos assassinatos, a criminalização e a repressão aos movimentos, têm evidenciado as contradições entre o discurso e a prática oficial, deixando transparecer o real caráter de classe do governo, pois mesmo que ele acabe contrariando em alguns momentos as classes dominantes, o maior peso do aparato Estatal, inflado sob o bonapartismo *sui generis*, ainda recai sobre as costas do proletariado. Isso explica porque, por um lado, o período de maior ação opositora foi o que teve menos repressão, e por outro, que a repressão tenha atingido fortemente o movimento operário, ainda que seus principais ativistas fossem chavistas. Não se trata, pois, de uma disputa entre “chavistas” e “antichavistas”, entre “revolucionários” e “contrarrevolucionários”, e sim de luta de classes. E neste terreno o governo nem sempre consegue disfarçar de que lado está.

O governo não poderia, entretanto, passar por tais acontecimentos sem sofrer nenhum desgaste. Neste sentido, os operários da Mitsubishi, que eram em sua grande maioria chavistas<sup>122</sup>, passaram a denunciar a atuação do PSUV, do governador e do Ministério do Trabalho (embora poupassem a figura central de Chávez), quando perceberam que o governo defendia a transnacional e atuava contra os trabalhadores, fazendo uso, inclusive, do aparato repressivo do Estado.

Neste contexto de radicalização dos conflitos e de intensificação da luta de classes é ainda mais imprescindível, ao bonapartismo *sui generis*, manter o controle sobre o movimento operário, pois como afirmamos anteriormente, um movimento ativo que não esteja sob sua tutela direta poderia causar problemas futuros. Por isso, ao mesmo tempo em que com uma mão, o governo bolivariano investe na criação de uma nova central sindical, concede cargos aos operários e promove o “controle operário”, com a outra investe no sufocamento da UNT, na deslegitimação e na repressão dos setores mais “rebeldes”; por um lado cria leis em favor dos trabalhadores, e por outro, leis que facilitam a criminalização dos protestos operários e populares. O que parece ser uma “contradição” pode ser facilmente esclarecido quando se percebe que o papel “semi-bonapartismo” bolivariano é justamente este: controlar, com mãos de ferro ou com luvas de pelica, o movimento operário ascendente, com fins de manter a ordem social (burguesa). Desta forma, pode-se dizer, o governo *organiza e desorganiza*, ao mesmo tempo, a classe trabalhadora venezuelana, porque atua em favor de sua organização subordinada e contra a sua atuação independente.

---

<sup>122</sup> Em entrevista realizada pela autora em 15 de janeiro de 2012 na cidade de Barcelona, Venezuela, Feliz Martínez, ex-secretário geral do sindicato da Mitsubishi (SINGETRAM), afirmou que dos 1200 operários da empresa naquela época, 700 eram filiados ao PSUV.

### 4.3 DESAFIOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO FRENTE AO BONAPARTISMO *SUI GENERIS*: AS LIÇÕES DO PASSADO

Quanto à interpretação da atual situação política na Venezuela, a principal polêmica não está na existência ou não do socialismo no país. Nem mesmo o governo chega a sustentar um discurso tão otimista quanto a isso. A questão é saber qual papel o chavismo tem cumprido no que diz respeito à formação de um sujeito político que se proponha e que tenha condições de conquistar uma verdadeira transformação social. Isto é, este é um governo que favorece a organização revolucionária da classe e que permite que suas forças se desenvolvam? Pelos estudos aqui realizados, concluímos: o governo Chávez tem atuado contra a organização autônoma e classista dos trabalhadores. E este é o maior desserviço que poderia lhes prestar.

O governo bonapartista de Chávez transmite aos trabalhadores a ideia de que é possível alcançar melhorias e progresso com a ajuda dos setores “honestos” das classes dominantes locais e, por isso, convida os operários a atuarem em aliança estratégica com os capitalistas. Foi precisamente isso o que fez ao implantar o sistema de “cogestão” e ao incentivar a formação das cooperativas<sup>123</sup>. Chávez, em realidade, foi mais longe: criou um partido aberto a todas as classes e impôs aos seus apoiadores, o dever de dissolver sua própria organização para se integrarem ao PSUV.

A aliança de classe com os setores “progressistas” da sub-burguesia latino-americana era apontada por Trotsky como uma *ilusão*. Devido ao seu caráter frágil e limitado, não poderia ela alcançar melhorias efetivas ao proletariado. Ironicamente, somente os trabalhadores poderiam conquistar as tarefas democrático-burguesas, na medida em que combinassem estas reivindicações com sua luta revolucionária. Mas em nenhum momento deveriam, para isso, atuar em “aliança” com a burguesia de seu respectivo país. Em todas as circunstâncias, a independência de classe deveria ser garantida, lembrava Trotsky (2009, p. 119): “Neste sentido, durante o curso da luta pelas tarefas democráticas, opomos o proletariado à burguesia. A independência do proletariado, inclusive no começo deste movimento, é absolutamente necessária, [...]”.

---

<sup>123</sup> As cooperativas foram muito criticadas no interior do movimento operário por atuarem contra o classismo, uma vez que aqueles trabalhadores envolvidos passaram a buscar a solução aos seus problemas separados da classe, já que sua preocupação passava a ser garantir a sobrevivência do negócio (o financiamento, a matéria prima, a venda etc. etc.). Já não se preocupavam mais com o valor do salário mínimo, com os contratos coletivos ou com a organização do sindicato.

Como já dissemos anteriormente, a independência do movimento operário com relação ao governo também era de fundamental importância para Trotsky. No momento das nacionalizações mexicanas da década de 1930, o revolucionário russo chamou os operários de todo o mundo a apoiar às expropriações e atuar em defesa do “povo mexicano” contra as ofensivas do imperialismo britânico – não deveriam apoiar o governo ou Cárdenas, e sim o “povo mexicano”:

*Sem sucumbir às ilusões e sem temer as calúnias, os operários avançados apoiarão completamente o povo mexicano em sua luta contra os imperialistas. A expropriação do petróleo não é socialista nem comunista. É uma medida de defesa nacional altamente progressista (TROTSKY, 2009, p. 96, grifo nosso).*

Isto não significa que as políticas adotadas pelo bonapartismo *sui generis* mexicano fossem sempre progressistas. Como vimos, são políticas oscilantes. Por isso, é preciso analisá-las com cautela. Neste sentido, apesar de parecerem progressistas, Trotsky alertou sobre os perigos das restrições de Cárdenas à imprensa burguesa e reacionária<sup>124</sup>. Nem todas as medidas *aparentemente* progressistas, portanto, deveriam ser apoiadas<sup>125</sup>.

Tampouco adiantaria alimentar a ilusão de que estes bonapartismos *sui generis* fossem conduzir o proletariado ao socialismo. Dizia Trotsky:

*É necessário também tornar concretas as questões da tomada do poder e do socialismo. A primeira questão é a da tomada do poder pelo partido operário no México e nos outros países da América Latina. A segunda é a da construção do socialismo (TROTSKY, 2009, p. 121).*

Através de uma reflexão inicial, podemos concluir facilmente que as lutas operárias travadas no interior da sociedade capitalista podem trazer inúmeras conquistas à classe trabalhadora. Desde o *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels exemplificavam isso: “Aproveita-se das divisões internas da burguesia para forçá-la a reconhecer, sob a forma da lei, certos interesses particulares dos operários. Foi assim, por exemplo, com a lei das dez horas de trabalho na Inglaterra.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 54).

<sup>124</sup> Relembremos que o debate sobre as restrições à imprensa também esteve presente na Venezuela bolivariana, e gerou diversas polêmicas entre a esquerda. Poucos foram os setores que criticaram a política de Chávez de encerrar o contrato da emissora RCTV, em 2007.

<sup>125</sup> É claro que não podemos transpor de forma automática as recomendações que Trotsky direcionava ao movimento operário mexicano, para os trabalhadores da Venezuela. Além disso, há diferenças entre os dois governos. Expusemos anteriormente que as políticas de Chávez são ainda mais limitadas que as do governo mexicano, analisado por Trotsky. Ainda assim, acreditamos que algumas das observações daquele importante dirigente da Revolução de Outubro podem ajudar a refletir sobre as precauções que o proletariado, ainda hoje, deveria ter frente ao bonapartismo *sui generis*.

Uma passada de olho pela história nos remeteria a muitas situações nas quais, através da luta, os trabalhadores conquistaram aumentos salariais, redução de jornadas, direito de organização, férias remuneradas, aposentadoria, auxílios os mais diversos... Com a mesma facilidade, porém, percebemos que muitas destas conquistas foram rebaixadas em momentos posteriores, com mais ou menos dificuldade, através de diferentes mecanismos<sup>126</sup>. Os autores do *Manifesto do partido comunista* também já apontavam essa tendência:

[...] De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos operários (MARX; ENGELS, 2007, p. 54).

As manifestações organizadas pelas associações operárias poderiam, portanto, trazer triunfos, mas apenas temporários. Assim, o principal ganho da multiplicação dos conflitos trabalhistas não está nos resultados imediatos. Claro que estas conquistas não são desprezíveis aos trabalhadores, mas a principal importância das greves e demais ações sindicais está na “união cada vez mais ampla dos trabalhadores”. O objetivo desta união, portanto, deve ter como meta algo que ultrapasse a conquista de salários ou outras questões trabalhistas:

Os proletários não podem se apoderar das forças produtivas sociais a não ser suprimindo o modo de apropriação a elas correspondente e, com isso, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de seus para salvaguardar; têm para destruir toda a segurança privada e todas as garantias privadas até aqui existentes (MARX; ENGELS, 2007, p. 56).

Sabemos que a organização política do proletariado enquanto um sujeito político revolucionário não decorre automaticamente de sua posição no processo produtivo. O fato de ser classe explorada não significa que o antagonismo se manifeste na forma de uma luta política e que essa classe seja, tão já, uma classe revolucionária. Vem daí, de sua condição de classe explorada as potencialidades de sua atuação revolucionária, mas isto não é suficiente (MACHADO, 2011, p. 13). É preciso constituir-se como classe revolucionária e para isso é necessário, antes, que se una em torno a um programa revolucionário e que lute pela realização deste programa (PEREIRA, 2003, p. 229). Isto significa se opor organizadamente não só ao capital, como também ao Estado burguês, que organiza os

---

<sup>126</sup> Para ficar em um exemplo mais recente, o programa neoliberal, implantado a partir da década de 1970 acarretou, como se sabe, uma série de derrotas à classe trabalhadora mundial: privatizações, desmonte dos direitos sociais através do enxugamento do Estado, controle do sindicalismo, etc. (cf. ANTUNES, 1999, p. 189).

interesses gerais das classes dominantes e desorganiza os interesses de classe do proletariado<sup>127</sup> (MACHADO, 2011, p. 12).

Como observou Daniel Bensaïd (1999), entre a contradição da condição proletária e a sua emancipação, existe um enigma. E não é “o curso ordinário das coisas” que poderia resolver essa questão. Ao contrário, a normalidade significa a reprodução da ordem capitalista, na qual “a submissão reproduz a submissão” (BENSAÏD, 1999, p. 155). A solução a este “círculo vicioso” só é encontrada no confronto político e na luta de classes (BENSAÏD, 1999, p. 155). Além disso, é preciso considerar outra questão: a formação da classe como sujeito revolucionário, como lembra Machado (2011, p. 13), é um *processo*, e de forma alguma um processo linear. No decorrer da luta de classes, o proletariado pode se constituir e se desconstituir em classe revolucionária.

Em seus estudos históricos sobre a luta do proletariado francês no século XIX, Marx deixou claro que a construção de uma proposta revolucionária que rompesse os laços com a república burguesa foi realizada somente à custa de muitas derrotas, com um alto preço político ao proletariado. Ao mesmo tempo, Marx e Engels demonstravam que aquela era a única classe que poderia levar às últimas consequências um processo revolucionário de modo a concretizar, não uma revolução de minoria, mas a libertação de toda a sociedade através da abolição do trabalho assalariado e do capital (ENGELS, 2008, p. 40). É claro, o movimento operário tinha muitos limites em sua organização e, por isso, não poderia cumprir tal tarefa sozinho. Era preciso que a massa da nação francesa, àquela época os camponeses, estivesse ao seu lado. O insucesso de sua empreitada fez o projeto revolucionário sair da ordem do dia.

Em *As lutas de classes na França e n'O 18 Brumário*, Marx buscou exatamente demonstrar o tortuoso caminho no qual a classe foi forjando uma atuação política e um programa próprio, a partir de suas experiências e de seus conflitos com as outras classes. Na primeira obra, mais do que retratar o processo de constituição do moderno Estado francês e da consolidação das classes sociais modernas, ou apontar o caráter de classe da república e dos partidos, Marx estava interessado em analisar a possibilidade disposta naquele momento de que o proletariado se formasse enquanto um sujeito revolucionário. Assim, observou a

---

<sup>127</sup> Segundo a linha poulatziana, o efeito de isolamento e de representação da unidade que a estrutura jurídico-política capitalista causa sobre os agentes da produção, dissimula a relação de classe. Primeiro porque o direito capitalista atribui a todos os agentes a condição de “sujeitos individuais de direito”, indivíduos “livres” e “iguais”, depois porque os agentes são reunificados, não mais como classe, mas como “povoação” pelo Estado (SAES, 1998, p. 49-50).

dinâmica de sua atuação e de sua organização e a evolução de seu programa, dentro de cada situação concreta.

A crise econômica era um terreno farto para um processo revolucionário, mas como poderia o proletariado francês, nas barricadas de 1848, lutar pela tomada do poder do Estado enquanto acreditava que a república poderia lhe trazer melhorias? Somente a experiência prática o fez compreender que a república era, na verdade, a república burguesa e não uma república social, como pretendia. O grande aprendizado do proletariado francês, no decorrer de 1848, foi que não deveria reconhecer aquele Estado como o seu, nem deveria partilhar das ilusões da “democracia vulgar”, pois era exatamente essa ilusão que o impedia de avançar.

Sob o capitalismo, as conquistas são sempre temporárias. Mesmo com os governos bonapartistas *sui generis* de perfil mais de esquerda as conquistas obtidas pela classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, acabam sendo retiradas e, tanto a débil burguesia nativa quanto o imperialismo, assim que possível, voltam a ocupar o espaço que obtinham antes<sup>128</sup>. Quer dizer, sob estes governos, ainda que seja possível obter algumas conquistas progressistas, os problemas não são resolvidos de forma definitiva. Isso serve para as missões, as cooperativas, as “fábricas socialistas”, ou mesmo para as nacionalizações; podem ser revertidas e, para isso, sequer seria necessário que Chávez deixasse a presidência – uma vez que uma correlação de forças favorável às classes dominantes poderia provocar oscilações à direita em sua política.

Enquanto as organizações políticas de esquerda preocupam-se em poupar Chávez para defendê-lo das ofensas do imperialismo e de seus representantes midiáticos, o governo venezuelano segue negociando com as transnacionais e permitindo que saqueiem os recursos do país. Enquanto os trabalhadores fazem sacrifícios em prol da “Revolução Bolivariana”, a exploração do trabalho e a propriedade privada prevalecem. Em nossa perspectiva, o movimento operário deve apoiar as medidas progressistas – como as nacionalizações, por exemplo –, mas ao mesmo tempo denunciar que, apesar do discurso radicalizado, as políticas de Chávez são compatíveis com a maior parte da ação imperialista e capitalista sobre o país. O governo bolivariano compra as empresas transnacionais, que sugaram o trabalho e as riquezas dos venezuelanos, transferindo-lhes milhões dos cofres públicos; estabelece negócios e parcerias com elas e com os grandes capitalistas que ali atuam.

---

<sup>128</sup> Os governos bonapartistas são eles próprios temporários, sobrevivem até que uma ou mais forças em luta consigam se impor sobre as demais.

Neste contexto, há um impasse na relação dos trabalhadores com o governo: frente à intensificação da luta de classes, o caminho da conciliação não pode ter futuro. As classes dominantes necessitam explorar cada vez mais os trabalhadores, principalmente em um contexto de crise econômica mundial, e o governo tem feito concessões aos capitalistas que atentam diretamente contra a qualidade de vida dos trabalhadores, como denunciam algumas correntes:

A partir de 2009, el gobierno tomó la determinación de descargar sobre el pueblo trabajador el costo de la crisis económica, devaluando la moneda en un 100%, aumentando en un tercio el IVA, liberando los precios de la mayoría de los alimentos, congelando las condiciones contractuales de millones de empleados y manteniendo los aumentos del salario mínimo anuales muy por debajo de la inflación. Los efectos sociales no tardaron en hacerse evidentes (USI, 5/11/2011).

Portanto, depositar confianças neste governo, e tratá-lo como se fosse o seu próprio governo, ao invés de preparar-se para enfrentá-lo e para ser enfrentada por ele nos momentos decisivos da luta de classes, poderia se revelar um grave erro da classe trabalhadora venezuelana.

Parece claro que nos últimos anos houve um salto na consciência do proletariado em meio ao acirramento da luta de classes no país. O antagonismo entre o proletariado e os capitalistas se torna mais evidente. Mas o desdobramento dessa luta não vai depender unicamente de continuarem promovendo numerosos protestos, por mais radicalizados que estes sejam. Vai depender, sim, de qual tarefa a classe se proponha: consolidar o chavismo no poder, consolidar o PSUV como um partido que agrupe todos os venezuelanos pró-Chávez; ou construir o seu próprio partido classista, que tenha como objetivo organizar o conjunto dos explorados e oprimidos para a tomada do poder do Estado. Esta segunda opção implicaria ultrapassar os limites do Estado burguês e de qualquer governo cujo projeto fortaleça essa estrutura e assegure a manutenção da ordem social burguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa aqui realizada nos parece possível afirmar que durante o governo Chávez iniciou-se, pela base, um processo de reorganização do movimento operário que, todavia, ainda não se consolidou. Este fenômeno apenas começa a ser apontado em algumas das pesquisas mais atuais, sem que se tenha formulado, mesmo no interior do próprio movimento, amplas análises ou hipóteses que procurem explicar a recuperação da atividade sindical e refletir sobre seus principais desafios. A falta de estudos específicos sobre o tema dificultou a elaboração da pesquisa que se tem em mãos e, em parte, ajuda a explicar as diversas lacunas que este texto certamente carrega. Ademais, por se tratar de um processo em desenvolvimento, como indicamos desde o início, as considerações que finalizam este trabalho, de maneira alguma têm a pretensão de serem conclusões definitivas.

O que procuramos desenvolver aqui foram essencialmente duas questões: 1) defender nossa hipótese de que há um processo de reorganização operária aberto, apontando, ainda que de forma bastante inicial, alguns elementos que possam ajudar a explicar esse processo, assim como refletir sobre as debilidades e desafios do movimento operário no país; 2) refletir sobre como tem se desenvolvido a relação do governo bolivariano com o movimento operário no calor da luta de classes. Quanto a este segundo aspecto, concluímos que o governo Chávez não é um impulsionador da reorganização operária, uma vez que atua contra a organização autônoma e classista dos trabalhadores, apesar de incentivar em algumas ocasiões a sua atuação subordinada. Em diversos momentos, a administração chavista executou uma prática antioperária e antissindical. Tais ações não se direcionaram exclusivamente contra os sindicatos opositores, ligados à CTV, mas também contra organizações e ativistas chavistas, evidenciando, assim, que não se trata de uma disputa ideológica ou política com a oposição e sim, de luta de classes.

Procuramos demonstrar neste trabalho que o ascenso do movimento operário sob o governo Chávez não é um resultado imediato da polarização entre “chavistas” e “antichavistas”, mas decorreu principalmente da dinâmica da luta de classes que envolve o país e da necessidade dos trabalhadores de lutar contra a precarização do trabalho, contra o desemprego, para receber os salários atrasados, para exigir maior espaço de participação nas tomadas de decisão; para exigir o direito de se organizar em sindicatos e de protestar (esta última exigência voltou-se muitas vezes contra a repressão e criminalização providas do governo, em suas diversas esferas).

Isto não significa que o ascenso operário esteja à parte da imensa polarização política que toma o país. Como argumentamos, a confiança em Chávez foi também um fator importante para que os trabalhadores se lançassem à luta. Mas, sem dúvida, formou-se um movimento pela base que ultrapassa o alcance do governo – ainda que receba influência deste e que grande parte de seus protagonistas se declarem “chavistas”. Além disso, a mobilização operária tem originado conflitos entre o movimento operário e o governo, que emergem em meio às aparentes contradições da atuação da cúpula chavista.

O fenômeno de revitalização sindical não é exclusivo da Venezuela. Muitos autores têm apontado na última década um importante fortalecimento das organizações sindicais argentinas e a emergência de um sindicalismo de base<sup>129</sup>. Também no Brasil, pesquisas mais recentes têm indicado a recuperação das ações sindicais e grevistas desde 2004, ainda que a gestão de Lula tenha incidido fortemente na cooptação dos movimentos sindicais e populares brasileiros<sup>130</sup>.

Esses novos elementos contestam as teses que decretam a falência da classe trabalhadora e a morte do sindicalismo combativo, trazendo à tona a necessidade de explicar o momento atual da luta de classes latino-americana e mundial. Também é preciso investigar a relação dos movimentos operários e sindicais atuais com os governos apontados como “progressistas”, eleitos em vários países da região, na década de 2000. De nossa parte, procuramos evidenciar que, ao menos no que diz respeito ao caso venezuelano, seria bastante simplista a afirmação de que a recuperação sindical se dá por alguma iniciativa ou incentivo do governo “bolivariano”, ou ainda, que o governo Chávez tem criado um terreno favorável para o avanço da organização operária e popular.

Sob a administração bolivariana, os setores mais pauperizados alcançaram algumas melhorias importantes, principalmente devido aos investimentos em projetos assistenciais que conferiram grande popularidade ao presidente. Porém, os mecanismos de dominação se mantêm intactos e o governo tem colaborado, à sua maneira, na reprodução das condições de exploração do trabalho. Mais do que isso, no que diz respeito à sua política para o setor operário é preciso dizer que com o fomento de cooperativas, que atuam como verdadeiras terceirizadas, o aumento da repressão e da criminalização do movimento, os ataques à autonomia sindical, o descumprimento dos contratos coletivos nas empresas estatais, a convivência e o acobertamento dos patrões privados, que desrespeitam os direitos

---

<sup>129</sup> Ver, entre outros: VARELA (2012).

<sup>130</sup> Ver: BOITO Jr.; GALVÃO; MARCELINO; (2011) e SOUZA (2011).

mais elementares dos trabalhadores, é possível concluir que, apesar do discurso, o governo bolivariano tem implantado, na prática, uma política antioperária.

Com o desenrolar da luta de classes, emergem conflitos entre os ativistas do movimento operário e o governo. Em diversos momentos, tanto o PSUV, quanto seus ministros, governadores ou mesmo Chávez diretamente, se posicionaram claramente contrários às lutas operárias e tratavam a reorganização como ameaça. Foi, portanto, a radicalização do movimento e uma pressão “desde a base”, combinada com a necessidade do próprio governo de se apoiar nestes setores<sup>131</sup>, que fez com que Chávez se visse obrigado a incorporar em seu discurso algumas das demandas e atender parte das reivindicações da classe trabalhadora e dos setores populares. Contudo, esse conjunto de políticas não teve grande impacto na melhora objetiva das condições de vida e de trabalho. Prova disso é que os conflitos, longe de se apaziguarem, têm se intensificado, inclusive no interior das empresas nacionalizadas e que as reivindicações permanecem as mesmas.

Mais recentemente, frente à nova crise econômica mundial, a pobreza aumentou em 14 dos 24 estados venezuelanos (PROVEA, 2010). Ao mesmo tempo, o governo tem implantado a mesma política que se aplica de forma generalizada em outros países: ataca os direitos dos trabalhadores para socorrer os setores burgueses.

Las medidas de ajuste contra los trabajadores han contrastado con los incentivos y subsidios al sector empresarial: exoneraciones fiscales, préstamos de la banca pública con bajísimas tasas de interés, enormes cantidades de dólares subsidiados para la realización de importaciones (USI, 5/11/2011).

A relação do governo Chávez com o movimento operário venezuelano tem muitas coisas em comum com o quadro geral exposto por Trotsky ao tratar do caso mexicano – guardadas as particularidades de cada país. O governo bolivariano faz concessões, em alguns momentos contra a sua vontade, pois precisa do apoio do proletariado para proteger-se não só dos capitalistas estrangeiros como dos setores mais reacionários da sub-burguesia local. Outras vezes, quando o movimento atua por fora de seu controle, age de forma repressiva contra ele. Também a relação com o imperialismo parece contraditória: faz declarações incisivas contra os EUA, ao mesmo tempo em que estabelece negócios vantajosos com as multinacionais norte-americanas. Quanto à burguesia nativa, o mesmo: ora a critica, ora envia as tropas do Estado para proteger suas propriedades quando ameaçadas pelos

---

<sup>131</sup> Isso se deve tanto à necessidade do governo de defender-se frente aos setores opositores, quanto para fortalecer-se em sua relação com os países imperialistas.

trabalhadores. Desta forma, aparentemente contraditória, Chávez parece mesmo ir se equilibrando sobre as classes e, ainda que faça algumas concessões, assegura que as coisas permaneçam como estão.

Isto posto, gostaríamos de retomar aqui a conclusão de Marcelo Buzetto, que afirma que a Venezuela teria iniciado um processo de “transição ao socialismo”, “que ainda não se consolidou plenamente”, e que poderia vir ou não a se consolidar (cf. BUZETTO, 2011, p. 123). Já esboçamos no segundo capítulo as debilidades organizativas da classe trabalhadora, que tornam mais difícil a condução das lutas à construção do socialismo. Tal possibilidade, contudo, nunca pode ser plenamente descartada, em especial quando se tem um movimento operário e popular efervescente. A questão aqui é que, pelo que procuramos demonstrar, o governo não só não tem apoiado a organização autônoma e classista dos trabalhadores – indispensável para a concretização de uma saída estratégica socialista – como tem mesmo atuado contra ela. Suas ações têm demonstrado que seu real interesse é conter qualquer possibilidade de um levante operário e popular de maior fôlego, sempre que isso ameace o *status quo*.

Abrir mão de construir e consolidar organizações operárias independentes para depositar suas esperanças em um governo com fortes elementos bonapartistas poderia significar uma derrota histórica do proletariado venezuelano. Não se poderia descartar, contudo, uma possibilidade de que a classe acumule forças *apesar da atuação do governo* – uma vez que há mobilização pela base e a polarização entre exploradores e explorados segue intensa. Para isso, seria imperioso garantir sua independência de classe e ultrapassar o programa de conciliação da “Revolução Bolivariana” para lançar-se ao programa pela tomada do poder e pela construção do socialismo de fato.

Por isso, não nos parece procedente a tese, amplamente difundida entre os intelectuais chavistas e no próprio movimento, de que o governo bolivariano (e Chávez, principalmente) tenha um projeto que vislumbre a construção do socialismo, que se esbarra, porém, na ação de um setor burocrático e corrupto localizado no interior do governo e do PSUV. Também não corroboramos com a tese de que o que falta é um impulso pela base. Ao contrário, como procuramos demonstrar, toda vez que o movimento avança pela base (ainda que de forma espontânea) está lá o aparato do Estado burguês dirigido pelo governo semi-bonapartista de Chávez, para defender os capitalistas (e mesmo as transacionais) e reestabelecer a ordem burguesa. O governo tem atuado para garantir a manutenção das relações de exploração, que não poderia ser garantida no governo anterior, com o desgaste do regime.

É evidente que a reconstituição das forças do movimento operário e sua recomposição enquanto sujeito político capaz de conduzir os rumos da história depende de muitos outros fatores além das mobilizações em defesa dos direitos, salários, nacionalização e controle operário. Apesar de existirem muitas lutas, ainda não existe de fato uma direção construída que consiga unificar o movimento e canalizar forças para golpear como um único punho. O próprio inimigo continua nebuloso: a maioria dos trabalhadores não sabe como se posicionar frente ao Estado e ao governo, uma vez que de um lado há um discurso radicalizado e de outro, uma prática contraditória. Esta indefinição parece ter um peso importante na lentidão e nos retrocessos quanto à construção de um projeto estratégico próprio. Na dúvida ou na crença de que o governo de fato estaria caminhando rumo ao socialismo, o movimento hesita em alguns momentos sobre qual é a melhor política a adotar.

Por outro lado, a radicalização das ações e a multiplicação dos protestos com ampla participação de trabalhadores de base confere grande intensidade às mobilizações e ações operárias, dificultando uma simples absorção deste processo pelo governo bolivariano. À medida que se intensifica a luta, a relação entre o movimento e o governo fica mais complexa e contraditória.

Por isso, nos parece correto afirmar que há um limite na manutenção dessas contradições e que o desdobramento da relação com o governo poderia implicar em duas possibilidades: 1) um retrocesso no perfil combativo do proletariado e o fracasso em avançar na construção de um movimento autônomo, unificado nacionalmente, caso opte por não romper com o governo Chávez e siga suas orientações à risca; ou 2) a intensificação dos conflitos e o aumento das contradições com o governo poderia provocar a ruptura de parcelas cada vez maiores dos setores organizados para com o projeto “bolivariano”, possibilitando avanços no processo de reorganização e abrindo espaço para a construção de um projeto estratégico que ultrapasse a perspectiva de colaboração de classes. Ou seja, há um processo de reorganização que não é linear e que tanto pode se desenvolver, como retroceder. As dificuldades são grandes, seja pelas próprias debilidades do movimento, seja pelas oscilações do governo e por sua atuação contrária ao desenvolvimento autônomo das organizações sindicais e políticas da classe.

O resultado deste processo ainda é incerto, mas refletir teoricamente sobre a luta de classes adotando a perspectiva do proletariado é pensar quais os próximos passos e quais os empecilhos e desafios nesta batalha para desenvolver-se como uma classe organizada que tome para si o objetivo estratégico de travar uma luta incessante contra o capital.

## REFERÊNCIAS

- ABN. **Presidente Chávez anunció reactivación de las Ruedas de Negocios**. 12/06/2008. Disponível em: <<http://www.noticias.com.ve/64/presidente-chavez-anuncio-reactivacion-de-las-ruedas-de-negocios/>>. Acesso em: 4 ago. 2011.
- AGUILAR CASTRO, Vladimir. La tortuosa configuración hegemónica en Venezuela. **Revista Herramienta**: Buenos Aires, v. 7, n. 21, 2002. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-21/la-tortuosa-configuracion-hegemonica-en-venezuela>>. Acesso em: 3 jan. 2013.
- ALBERTO RANGEL, Domingo. **El proceso del capitalismo contemporáneo en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1968.
- AMORIM, José Henrique Domiciano. **Teoria social e reducionismo analítico**: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Caxias do Sul: Educs, 2006.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- APORREA.ORG. **Diosdado cabello**: Gobernadores que no van a reelección pasarán a nuevas responsabilidades. 11/10/2012. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/actualidad/n216018.html>>. Acesso em: 7 dez. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Urgente unificar y dar respuesta a los casos de criminalización de trabajadores, campesino, pobladores y bases revolucionarias**. 30/08/2011. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/trabajadores/n187654.html>>. Acesso em: 8 fev. 2012.
- ARANTES, Leonardo; NETO, César. **El Venezuela móvil**: ¿a quién favorece, al país o a las transnacionales? 01/11/2006. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/tiburon/a26750.html>>. Acesso em: 10 fev. 2012.
- ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2011.
- ARENAS, Nelly. El proyecto chavista: entre el viejo e el nuevo populismo. **Cuestiones Políticas**, Zulia, n. 36, p. 35-69, jan.- jun. 2006.
- AVN. **Chávez designa a nueva junta directiva de Sidor, Alcasa y Serlaca**. 02/03/2012. Disponível em: <<http://www.avn.info.ve/contenido/ch%3%A1vez-designa-nueva-junta-directiva-sidor-alcasa-y-serlaca>>. Acesso em: 3 mar. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Reducción de inflación es resultado de política de Estado coordinada con BCV**. 09/08/2012. Disponível em: <<http://www.avn.info.ve/contenido/reducci%3%B3n-tendencia-inflacionaria-es-resultado-una-pol%3ADtica-estado>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

AZZELLINI, Dario. Economía Solidaria, formas de propiedad colectiva, nacionalizaciones, empresas socialistas, co- y autogestión en Venezuela. **ORG & DEMO**, Marília, v. 10, n. 1.2, p. 5-30, jan./dez. 2009.

\_\_\_\_\_. El difícil camino hacia una economía solidaria, popular y socialista en Venezuela: de las cooperativas y la cogestión a la economía comunal y los consejos de trabajadores. **Otra Economía**, v. 4, n. 6, 2010.

BENSAÏD, Daniel. **Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci**. Filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOITO Jr., A. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista – acerca de O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte. **Crítica Marxista**, n. 15, p. 127 –139, 2002.

BOITO Jr, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década dois mil. In: MODONESI, Massimo; RENÓN, Julián (org). **Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

BRITO FIGUEROA, Federico. **Historia económica y social de Venezuela: una estructura para su estudio**. Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1966. Tomo II.

BUZETTO, Marcelo. As lutas sociais e políticas na Venezuela bolivariana. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 19/20, p. 176-192, 2008.

\_\_\_\_\_. **“Guerra de todo o povo”**: a influência das lutas políticas e sociais na nova doutrina de defesa nacional venezuelana. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PUC, São Paulo.

CADIVI. **Poder popular avanza com 44.196 consejos comunales**. 01/11/2012. Disponível em: <http://www.cadivi.gob.ve/saladeprensa/noticias/4023-poder-popular-avanza-con-44196-consejos-comunales.html>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CARMONA, Hermes; LUCENA, Héctor. **Empresas recuperadas: posibilidades y limitaciones a partir de la experiência con invepal**. Universidad de Carabobo. 2006. Disponível em: <[http://svs.osu.edu/documents/Hector\\_Lucena\\_y\\_HermesCarmona-EMPRESASRECUPERADASCASOINVEPAL.pdf](http://svs.osu.edu/documents/Hector_Lucena_y_HermesCarmona-EMPRESASRECUPERADASCASOINVEPAL.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2011.

CARRIQUE, Angel. **El chavismo, um réminen “bonapartista sui generis”**. 27/01/2010. Disponível em: <<http://laclase.info/teoria/el-chavismo-un-regimen-bonapartista-sui-generis>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

C-CURA. **Conclusiones Plenário Nacional**. (mimeo.), Caracas, 2008.

CEPAL. Anuário estadístico de América Latina y el Caribe. Nações Unidas, Chile, 2011.

CÍCERO, Pedro Henrique de Moraes. **Revolução Bolivariana e lutas sociais: o confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas.

COLECTIVO LIBRE AQUILES NAZOA. **Entrevista a J. Villegas, de Sanitarios Maracay.** 29/04/2008. Disponível em: <<http://venezuela.indymedia.org/es/2008/04/17174.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

CORMENZANA, Pablo. **La batalla de Inveval: la lucha por el control obrero en Venezuela.** Madrid: Fundación Federico Engels, 2009.

CORONIL, Fernando. El Estado mágico y el occidentalismo. **Nueva Sociedad**, Venezuela, p. 1-20, 2002.

CORREO DEL CARONÍ. **Crece interés ante pronunciamiento del ministro Sanz.** 07/05/2009. Disponível em: <[http://www.correodelcaroni.com/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=174&id\\_articulo=126170&catid=75](http://www.correodelcaroni.com/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=174&id_articulo=126170&catid=75)>. Acesso em: 15 ago. 2011.

CSR. 23/1/48, 4F/1992, 13/04/2002 y nuestra Revolución hoy. **El Topo Obrero.** Venezuela, n. 32, p.7, 19 janeiro 2007.

DAMASCENO, Fernando Sérgio. **Luta operária e participação popular na Venezuela: Estudo sobre a resistência dos trabalhadores – o paro petroleiro de dezembro de 2002.** 2010. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário.** Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DÍAZ, Rolando. **Panorama sindical de Venezuela.** Uruguay: Fundación Friedrich Ebert Stiftung, 2006.

EL MILITANTE. **Vivex expropiada: hablan los trabajadores.** 28/06/2011. Disponível em: <<http://fabricasocupadas.org.br/site/?p=1839>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

EL MUNDO. **Venezuela expropia la filial de Cemex y compra otras dos cementeras venezolanas.** 19/08/2008. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/mundodinero/2008/08/19/economia/1219110094.html>>. Acesso em: 7 maio 2010.

\_\_\_\_\_. **Chávez anuncia que nacionalizará la empresa de Telecomunicaciones de Venezuela.** 09/01/2007. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/elmundo/2007/01/08/internacional/1168293579.html>>. Acesso em: 17 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Venezuela: sindicalistas preparan actos masivos para el 1 de mayo.** 25/04/2012. Disponível em: <<http://www.americaeconomia.com/economia-mercados/finanzas/venezuela-sindicalistas-preparan-actos-masivos-para-el-1-de-mayo>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

EL NACIONAL. **Trabajadores de Lara afirman que es un capricho expropiar Polar.** 13/04/2012. Disponível em: <<http://www.el-nacional.com/noticia/30794/18/Trabajadores-de-Lara-afirman-que-es-un-capricho-expropiar-Polar.html>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

EL TIEMPO. **Entrega de tres guerrilleros a Colombia marca nueva era con Chávez.** 17/11/2010. Disponível em: <[http://www.eltiempo.com/justicia/ARTICULO-WEB-NEW\\_NOTA\\_INTERIOR-8386264.html](http://www.eltiempo.com/justicia/ARTICULO-WEB-NEW_NOTA_INTERIOR-8386264.html)>. Acesso em: 18 out. 2011.

EL UNIVERSAL. **FBT solicita estatizar Sidor, Aeropostal y Centrales Azucareros.** 6/02/07. Disponível em: <[http://www.eluniversal.com/2007/02/06/eco\\_art\\_169413.shtml](http://www.eluniversal.com/2007/02/06/eco_art_169413.shtml)>. Acesso em: 5 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Protestar es un crimen.** 17/05/2009. Disponível em: <[http://www.eluniversal.com/2009/05/17/pol\\_art\\_protestar-es-un-crim\\_1389114.shtml](http://www.eluniversal.com/2009/05/17/pol_art_protestar-es-un-crim_1389114.shtml)>. Acesso em: 11 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. **Gobierno ha asignado este año a pagos de salarios BS 125 millones.** 04/11/2012. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/economia/121104/gobierno-ha-asignado-este-año-a-pagos-de-salarios-bs-125-millones-imp>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Gobierno intervino 1.087 empresas en siete años.** 09/12/2011. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/economia/111209/gobierno-intervino-1087-empresas-en-siete-años>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

ELLNER, Steve. Izquierda y política en la agenda neoliberal venezolana. **Nueva Sociedad**, n. 157, p. 125-136, set.- out. 1998.

\_\_\_\_\_. Respuestas al debilitamiento del Estado y la sociedad venezolana en la época de Hugo Chávez. **Otoño**, n. 42, p. 41-58, 2004.

ENCUENTRO NACIONAL DE TRABAJADORES. **Declaración final del Encuentro Nacional de Trabajadores:** hacia la refundación del Movimiento Sindical. 12/09/2002. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/actualidad/a403.html>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1895. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNÁNDEZ, Octavio. Problemas Nacionais. Revista Clave, 1939. In: **Escritos Latino-Americanos.** São Paulo: Iskra, 2009.

FERREIRA, CARLA. O capitalismo rentista e a classe operária no processo bolivariano da Venezuela. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, **Anais.** ANPUH, São Paulo, 2011.

FRANK, A. G.; FUENTES, M. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova** – Revista de cultura e política, São Paulo, n. 17, p. 19-48, jun. 1989.

FRETECO. **El FRETECO y la Empresa Socialista.** 2007. Disponível em: <[http://www.elmilitante.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3849&Itemid=74](http://www.elmilitante.org/index.php?option=com_content&view=article&id=3849&Itemid=74)>. Acesso em: 3 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **Control obrero y revolución.** 04/11/2010. Disponível em: <http://www.militante.org/control-obrero-y-revolucion-1>. Acesso em: 10 mar. 2012.

GALÍNDEZ, Ricardo. Primulca ¡21 días bajo control obrero! **El topo obrero.** Lara, n. especial, jul. 2006.

GALVÃO, Andréia. O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos. **Outubro**, n. 14, 2006.

GÁMEZ, Nelson; GÓMEZ, Gonzalo; TÁBATA, Américo. **Orlando Chirino... Responde.** Caracas: Instituto Municipal de Publicaciones, 2005.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HERNÁNDEZ, Miguel Ángel. **La toma de Sanitarios Maracay:** las lecciones de un conflicto laboral en el marco de la conyuntura política nacional. 18/02/07. Disponível em: [http://www.miguelaha.blogspot.com.br/2007/02/la-toma-de-sanitarios-maracay\\_18.html](http://www.miguelaha.blogspot.com.br/2007/02/la-toma-de-sanitarios-maracay_18.html). Acesso em: 3 dez. 2011.

HERNÁNDEZ, Miguel Ángel; CHIRINO, Orlando. **El golpe contrarrevolucionario de abril de 2002.** 11/04/2012. Disponível em: <http://laclase.info/teoria/el-golpe-contrarrevolucionario-de-abril-de-2002>. Acesso em: 15 maio 2012.

IASI. Mauro Luis. As revoluções do século 19 e a poesia do futuro. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

IRANZO, Consuelo; RICHTER, Jacqueline. La política laboral en la Venezuela de Hugo Chávez Frías. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, v. 11, n. 18, p. 5-32, 2006.

JIMÉNEZ, Juan E. Romero; RUBIO, José R. Larez. Transición política, democracia y espacio público en Venezuela. **Cuestiones Políticas**, Zulia, n. 28, p. 71-97, jun. 2002.

KLEIN, José Alfonso. **Poder político e lutas de classes na Venezuela: 1989-2009.** 366f; Doutorado (Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

LACLASE.INFO. **Empresarios del PSUV promueven la Enmienda Constitucional.** 18/12/2008. Disponível em: <http://www.laclase.info/nacionales/empresarios-del-psuv-promueven-la-enmienda-constitucional?page=2>. Acesso em: 21 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Nace el Movimiento de Solidaridad Labora.** 29/07/2009. Disponível em: <http://laclase.info/nacionales/nace-el-movimiento-de-solidaridad-laboral>. Acesso em: 20 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Más de cinco mil protestas sociales en 2011.** 13/01/2012. Disponível em: <http://laclase.info/nacionales/mas-de-cinco-mil-protestas-sociales-en-2011>. Acesso em: 20 jan. 2012.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. **OSAL**, Buenos Aires, Clacso, v. 8, n. 22, set. 2007. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22Lander.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Centauro, 2010.

LOPES, Mariana de Oliveira. **Imperialismo, petróleo e ‘revolução bolivariana’:** impasses político-ideológicos do governo Chávez na Venezuela. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília.

\_\_\_\_\_. Nacionalismo e bonapartismo do governo de Hugo Chávez: a correlação de forças na Venezuela. In: VII Colóquio Internacional MarxEngels, CEMARX, **Anais**, UNICAMP, jul. 2012.

LÓPEZ MAYA, Margarita (Coord.). **Protesta y cultura en Venezuela.** Buenos Aires: Clacso, 2002.

\_\_\_\_\_. **El Populismo venezolano y sus tendencias actuales.** 2011. Disponível em: <<http://www.innovaven.org/quepasa/polopi17.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. **Luta hegemônica na Venezuela:** a cirse do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez. Caracas: Alfadil, 2005.

LUCENA, Hector. La Relación Gobierno y Movimiento Sindical en Venezuela (1999-2004). **Labour Again Publications**, jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Reestructuración Productiva en Venezuela: balance laboral. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; NEFFA, Julio César (coord.). **Trabajo y modelos productivos en América latina:** Argentina, Brasil, Colombia, México y Venezuela luego de las crisis del modo de desarrollo neoliberal. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2010.

LUCHA DE CLASES. **No al cierre de Venepal:** solidaridad com la lucha. 03/10/2004. Disponível em: <<http://www.luchadeclases.org.ve/volantes-leftmenu-186/4071-no-al-cierre-de-venepal--solidaridad-con-la-lucha>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

MACHADO, Eliel Ribeiro. Proletariado e luta de classes em Marx e Engels. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, **Anais**, ANPUH, São Paulo, jul. 2011.

MALDONADO, Miriam Rincón de; FERNÁNDEZ, María Alejandra; RODRÍGUEZ, Hudilú. Algunas consideraciones sobre los actores políticos en la democracia venezolana desde una perspectiva sistémica. **Cuestiones Políticas**, Zulia, n. 32, p. 64-100, 2004.

MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se inventa:** poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MÁRQUEZ, Humberto. **Venezuela: Autonomia sindical em perigo.** 2007. Disponível em: <[http://www.esquerda.net/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=2846](http://www.esquerda.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2846)>. Acesso em: jun. 2008.

MARTÍN, Jorge. **Venezuela: Trabalhadores da Vivex ocupam fábrica e exigem sua nacionalização.** 12/12/2008. Disponível em: <<http://www.marxist.com/trabalhadores-vivex-ocupam-fabrica.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. A Guerra civil na França. In: **A revolução antes da revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MCTI. **Fábrica Adentro.** Disponível em: <[http://www.mcti.gob.ve/Industrias/Entes\\_Adscritos/Fabrica\\_Adentro/](http://www.mcti.gob.ve/Industrias/Entes_Adscritos/Fabrica_Adentro/)>. Acesso em 10 dez. 2012.

MENDES, Flávio da Silva. **Hugo Chávez em seu labirinto.** São Paulo: Alameda, 2012.

MMC: LA VERDAD. SINGETRAM. Barcelona: janeiro de 2009 (vídeo).

MORENO, Yonie; SANABRIA, William. La batalla de Inveval: Um ejemplo y una fuente de lecciones para todo el movimiento obrero venezolano. In: CORMENZANA, Pablo. **La batalla de Inveval: la lucha por el control obrero en Venezuela.** Fundación Federico Engels. Madrid, 2009.

\_\_\_\_\_. **Las empresas en cogestión y ocupadas en Venezuela, la lucha por el control obrero y el socialismo.** 2006. Disponível em: <<http://www.controlobrero.org/content/view/24/30/>> Acesso em: 17 maio 2007.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OGLOBO. **Derrotado, Capriles afirma que não vai desistir na primeira batalha.** 09/10/12. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/derrotado-capriles-afirma-que-nao-vai-desistir-na-primeira-batalha-6354731>>. Acesso em: 9 out. 2012.

OJEDA, Yolanda. **Gobierno vs Sindicatos.** 2010. Disponível em: <<http://www.derechos.org.ve/2010/03/09/trabajo-especial-de-el-mundo-sobre-situacion-de-los-sindicatos-en-venezuela>>. Acesso em: 7 set. 2010.

PCB. **Chávez entrega militante ao estado terrorista colombiano** – perde a confiança da esquerda e não ganhará a da direita. 26/04/2011. Disponível em: <[http://resistir.info/colombia/capitulacao\\_de\\_chavez.html](http://resistir.info/colombia/capitulacao_de_chavez.html)>. Acesso em: 17 out. 2011.

PRS. Sanitarios Maracay con control obrero. [2007?].

PELÁEZ, Johanna Ciliano; JAIMES, Edgar Córdova y CHAGUACEDA, Armando. Participación ciudadana y reforma del Estado en Venezuela: entender la política a través del ciudadano. In: **OSAL** (Buenos Aires:CLACSO), v. 10, n. 26, outubro, 2009. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/revista/20100316124302/06pela.pdf>>

PEREIRA, Duarte. Das classes à luta de Classes. **Marxismo e Ciências Humanas**, São Paulo: Xamã, 2003. p. 227-238.

PONCE, Marco. Informe de Conjuntura Venezuela: Janeiro a Abril de 2010. **OSAL**. Documento de Trabalho, n. 219, jul. 2010.

\_\_\_\_\_. (2011a). Conflictualidad sociopolítica en Venezuela en 2010. In: **OSAL**. Buenos Aires: CLACSO, v. 12, n. 29, maio 2011.

\_\_\_\_\_. (2011b). Lucha Hegemónica, Democracia y autoritarismo en el Socialismo del siglo XXI. In: MODONESI, Massimo; RENÓN, Julián (org). **Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

PORTILLO, Jimmy Bohórquez. **DDHH y OIT deben pronunciarse en casos de sicariato contra dirigentes sindicales**. 27/01/2012. Disponível em: <<http://laclase.info/movimiento-obrero/ddhh-y-oit-deben-pronunciarse-en-casos-de-sicariato-contra-dirigentes-sindicales?page=193>>. Acesso em: 4 maio 2012.

POULANTZAS. Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins fontes, 1977.

PRENSA AN. **Candidato de la Patria: Hasta a los más ricos les conviene que gane Chávez el 7-0**. 2012. Disponível em: <[http://www.asambleanacional.gov.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=42985%3Acandidato-de-la-paria-hasta-a-los-mas-ricos-les-conviene-que-gane-chavez-el-7-0&catid=1%3Alatest-news&Itemid=246&lang=es](http://www.asambleanacional.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=42985%3Acandidato-de-la-paria-hasta-a-los-mas-ricos-les-conviene-que-gane-chavez-el-7-0&catid=1%3Alatest-news&Itemid=246&lang=es)>. Acesso em: 20 out. 2012.

PRENSA PRESIDENCIAL. **Venepal renace como Invepal, bajo régimen de cogestión entre cooperativa y estado**. 31/01/2005. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/trabajadores/n55653.html>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Chávez llama a conformar el Partido Socialista: al socialismo no vamos a llegar por arte de magia**. 16/12/2006. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/ideologia/n87995.html>>. Acesso em: 19 out. 2012.

PRENSA UNETE ARAGUA. **Chirino: Marcela Máspero y Stalin Pérez quieren ser los sepulteros de la UNETE**. 04/12/2009. Disponível em: <<http://www.laclase.info/movimiento-obrero/chirino-marcela-maspero-y-stalin-perez-quieren-ser-los-sepulteros-de-la-unete?page=14>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

PROVEA. **Venezuela: una década de protestas 2000-2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.derechos.org.ve/pw/wp-content/uploads/Protestas2000-2010.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2011.

PSUV ANZOÁTEGUI. **Psuv - Anzoátegui apoya decisión nacional en caso de Mitsubishi**. 29/11/2009. Disponível em: <<http://tarek.psuv.org.ve/2009/11/29/campana/psuv-anzoategui-apoya-decision-nacional-en-caso-de-mitsubishi/>>. Acesso em: 3 fev. 2012.

PSUV. **Libro Rojo: documentos Fundamentales**. 2010. Disponível em: <<http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2010/06/Libro-Rojo.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2011.

RENGIFO. Ángel Miguel. **Antichavistas y Chavistas: una salida del laberinto**. Venezuela: Kinesis, 2003.

REVISTA LABERINTO. **Entrevista a Elías Jaua, Ministro para la Economía Popular.** 2005. Disponível em: <<http://www.aporrea.org/actualidad/a12182.html>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ROSA, Flavia Bischain. **A reorganização do movimento operário venezuelano e sua relação com o governo de Hugo Chávez.** 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista.** Rio de Janeiro: Xamã, n. 7, p. 46-66, 1998.

SÁNCHEZ, Roberto López. El movimiento de trabajadores en la Venezuela bolivariana. Configuración de tendencias: autonomistas contra leninistas. **Espacio Abierto,** Universidad del Zulia, v. 21, n. 1, p. 145-181, jan. - mar 2012.

SIC NOTÍCIAS. **Mensagem de Chávez para os militares lida pelo vice-presidente.** 29/12/2012. Disponível em: <<http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2012/12/29/mensagem-de-chavez-para-os-militares-lida-pelo-vice-presidente>>. Acesso em: 2 jan. 2013.

SINGETRAM. **Llamamiento de solidaridad internacional del sindicato Singetram.** 2011. Disponível em: <[http://www.pesgalicia.org/almacen/Documentos/carta\\_llamamiento\\_fm\\_solidaridad\\_21sept11.pdf](http://www.pesgalicia.org/almacen/Documentos/carta_llamamiento_fm_solidaridad_21sept11.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SOCIALISMO O BARBARIE. **Congreso de la Unión Nacional de Trabajadores: La pelea por una central obrera independiente.** 08/06/06. Disponível em: <[http://www.socialismo-o-barbarie.org/venezuela/060611\\_a\\_congresount.htm](http://www.socialismo-o-barbarie.org/venezuela/060611_a_congresount.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2012.

SOUZA, Davisson C. C. Lutas sociais e tradições de luta no Brasil nos anos 2000. **Lutas Sociais,** n. 25/26, p. 191-205, 2º sem. 2010 e 1º sem. 2011.

SPRONK, Susan; WEBBER, Jeffery. **O movimento trabalhista e a luta socialista na Venezuela atual.** 2010. Disponível em: <[http://resistir.info/venezuela/eusse\\_22jul10\\_p.html](http://resistir.info/venezuela/eusse_22jul10_p.html)>. Acesso em: 8 fev. 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Sociedade Pós-Industrial.** Lisboa: Moraes Editores, 1970.

TRABAJADORES DE INVEPAL MARACAY. **Los conflictos en Invepal.** 4/02/2006. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/nb/17m/INVEPAL/ConflictosINVEPAL.html>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

TROTSKY, Leon. **Programa de Transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da IV Internacional.** São Paulo: Sundermann, 2004.

\_\_\_\_\_. **História da Revolução Russa.** Tomo Dois. São Paulo: Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. Os sindicatos na época da decadência imperialista. In: AGUENA, Paulo (Org). **O marxismo e os sindicatos:** Marx, Engels, Lenin e Trotsky. São Paulo: Sundermann, 2008.

\_\_\_\_\_. **Escritos Latino-Americanos**. São Paulo: Iskra, 2009.

\_\_\_\_\_. **Revolução e contrarrevolução na Alemanha**. São Paulo: Sundermann, 2011.

ULTIMAS NOTÍCIAS. **Salario mínimo vs. inflación en los últimos 7 años**. 2011.

Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/salario-minimo-vs--inflacion-en-los-ultimos-7-anos.aspx>>

\_\_\_\_\_. **Chávez: a nadie le conviene una guerra civil**. 10/09/2012. Disponível em:

<http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/tuvoto/candidatos/chavez--a-nadie-le-conviene-una-guerra-civil.aspx>. Acesso em: 5 nov. 2012.

USI. **Voz de los trabajadores**. Venezuela, v. 1, n. 4, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Cresce la protesta popular**. 05/11/2011. Disponível em:

<<http://www.laclase.info/nacionales/crece-la-protesta-popular>>. Acesso em: 7 nov. 2011.

UST. En la revolución bonita se pagan salarios de hambre. **Lucha Socialista**, Venezuela, v. 1, n. 1, p. 8, out. 2006.

\_\_\_\_\_. Control obrero ¿Mito o realidad de la Transición Socialista? **Lucha Socialista**, Venezuela, n. 13, ago. 2011.

UNT. **Compromiso por la Unidad, el fortalecimiento y las elecciones de la Union Nacional de Trabajadores**. 2007. Disponível em:

<<http://www.aporrea.org/trabajadores/a39085.html>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

URQUIJO, José. **El movimiento obrero de Venezuela**. Caracas: Organización Internacional del Trabajo, 2004.

VARELA, PAULA. Estado y sindicatos en argentina postdevaluación: el retorno del debate estratégico. In: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX Y ENGELS, CEMARX, **Anais**, UNICAMP, jul. 2012.

VENEZUELA DE TELEVISIÓN. **El Gobierno Bolivariano es aliado de los empresarios venezolanos**. 07/05/2005. Disponível em:

<El%20Gobierno%20Bolivariano%20es%20aliado%20de%20los%20empresarios%20venezolanos>. Acesso em: 5 nov. 2011.

VENTURA, Jorge. Sobre la discusión del PSUV y el partido revolucionário. **El Topo Obrero**. Venezuela, n. 32, p.11, 19 jan. 2007.

VOZ DE LOS TRABAJADORES. **Polar y Cargill: trabajadores en contra de expropiaciones**, v. 3, n. 12, p. 3, out. 2010.